

ex æquo

ex æquo

Revista semestral • N° 48, 2023 • preço: 15€

Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM

Edições Afrontamento

2023

ex æquo – Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres
Revista semestral • N.º 48, dezembro 2023

Diretora

Virgínia Ferreira – Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Diretoras/es Associadas/os

Cristina C. Vieira – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra

Maria João Silveirinha – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra

Lina Coelho – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra

Sara Isabel Magalhães – Centro de Psicologia, Universidade do Porto

Carla Cerqueira – Universidade Lusófona do Porto

Manuel Abrantes – Centro de Estudos para a Intervenção Social

Diretoras de Secções

Cristina C. Vieira – Recensões; Maria João Silveirinha – Estudos e Ensaios

Diretoras Anteriores

Virgínia Ferreira (1999-2003); Helena Costa Araújo (2003-2007); Teresa Pinto (2007-2014)

Revisão: Teresa Mourinho Tavares

Coordenação do dossier: Rita Basílio de Simões e Inês Amaral, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Portugal; Sonia Núñez Puente, Facultad de Ciencias de la Comunicación, Universidad Rey Juan Carlos, Madrid, España.

Propriedade do Título: Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM

NIPC: 502914513

N.º Registo no ex-ICS, atual ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social: 123506

ISSN: 0874-5560; ISSN eletrónico: 2184-0385

Depósito Legal: 136336/99

Sede da Redação: Centro Maria Alzira Lemos – Casa das Associações, Parque Infantil do Alvito, Estrada do Alvito, 1300-054 Lisboa

Telefone: 962730527 **E-mail:** apem1991@gmail.com

URL: <http://exaequo.apem-estudos.org/>

Edição/Impressão: Edições Afrontamento; Impressão e acabamento: Rainho & Neves, Lda. /Santa Maria da Feira/Portugal

Sede da Editora/Impressão/Encomendas: Edições Afrontamento, Rua de Santa Catarina, 895 – 2.º Dtº – 4000-455 Porto / geral@edicoesafrontamento.pt

Capa: Departamento Gráfico/Edições Afrontamento

Tiragem: 500 exemplares

Publicação apoiada por:

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

A ex æquo é uma revista com dupla arbitragem científica, sob anonimato.

DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.00>

Indexação: SCOPUS – <https://www.scopus.com/sources>;

SciELO Citation Index da Thomson Reuters: *SciELO Citation Index*

http://wokinfo.com/products_tools/multidisciplinary/scielo/;

SciELO/Portugal – Scientific Electronic Library Online:

http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_serial&pid=0874-5560&lng=pt;

DOAJ (Directory of Open Access Journals) – <https://doaj.org/toc/2184-0385>

SHERPA/RoMEO: <http://www.sherpa.ac.uk/romeo/issn/0874-5560/pt/>

Catálogo Latindex – Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal:

<http://www.latindex.unam.mx/latindex/ficha?folio=14734>;

ERIH PLUS (European Reference Index for the Humanities):

<https://dbh.nsd.uib.no/publiseringskanaler/erihplus/periodical/info?id=482587>;

Qualis CAPES (Brasil): <https://qualis.capes.gov.br/>

Nota: Ver Estatuto Editorial e composição do Conselho Científico no final da revista.

ÍNDICE

Editorial	5
<i>Virgínia Ferreira</i>	
Dossier: Discurso de ódio misógino: representações, impactos e intervenções	7
Coordenação de <i>Rita Basílio de Simões, Inês Amaral e Sonia Núñez Puente</i>	
Introdução – discurso de ódio misógino: representações, impactos e intervenções.....	9
<i>Rita Basílio de Simões, Inês Amaral e Sonia Núñez Puente</i>	
<i>Busca, busca, perrita: comunidades digitales misóginas de difusión de imágenes sexuales sin consentimiento</i>	15
<i>Jacinto G. Lorca y Elisa García-Mingo</i>	
El bulo del “contrato sexual” del Ministerio de Igualdad Español en Tiktok: un análisis de caso de posverdad antifeminista en redes sociales.....	33
<i>Ignacio Moreno Segarra y Asunción Bernárdez Rodal</i>	
How AI Bots Have Reinforced Gender Bias in Hate Speech.....	53
<i>Daniele Battista & Jessica Camargo Molano</i>	
¿Son los jóvenes la raíz del auge de la misoginia en España? Sesgos y problemas en la cobertura mediática de la Manosfera y el antifeminismo español.....	69
<i>Lionel S. Delgado Ontivero</i>	
Modos de habitar la rabia contra la misoginia en <i>Vis a Vis</i> (2015-2020).....	87
<i>Emma Gómez Nicolau, Rebeca Maseda García y María José Gámez Fuentes</i>	
La base ideológico-social de los discursos del odio misógino: una lectura cuantitativa de los hombres valencianos.....	107
<i>Joan Sanfèlix Albelda, Anastasia Téllez Infantes</i>	
Gender-Based Disinformation: A scoping review of the literature, 2013-2023	125
<i>Juliana Alcantara e Juliana Valentim</i>	

Estudos e Ensaios

La amistad masculina y la fraternidad. Una mirada histórica al origen de la Modernidad.....	149
<i>Fernando Herranz Velázquez</i>	
Criatividade e diferenças de género na universidade: uma investigação exploratória com estudantes portugueses/as	163
<i>Marina Porto, Maria de Fátima Morais e Jessica Cabrera Cuevas</i>	
MMA and Cultural Industry: A look at the trajectory and training of female fighters	181
<i>Grasiela Oliveira Santana da Silva, Angelita Alice Jaeger & Paula Silva</i>	

Recensões

<i>Diálogos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo</i> , organizado por Márcia Santana Tavares e Ângela Maria Freire de Lima e Souza. Salvador: EDUFBA, 2022 Flávia Nogueira Gomes	201
Del uxoricidio al feminicidio. Reseña de <i>El retrato de casada</i> , de Maggie O'Farrell. Traducción de Concha Cardeñoso. Madrid: Libros del Asteroide, 2023 Mercedes Alcañiz	205
<i>Assédio: aproximações sociojurídicas à sexualidade</i> , de Ana Oliveira. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2022 Teresa Joaquim	210
Estatuto Editorial.....	215
Normas de preparação, publicação e submissão de artigos	217
PRÉMIOS <i>EX ÆQUO</i> /APEM	223
Direitos de publicação	223
Declaração de ética e de boas práticas da <i>ex æquo</i>	225
Conselho Científico/Scientific Board	229
Proposta de assinatura	231

Os conteúdos dos textos publicados são da responsabilidade de quem os assina, não refletindo, necessariamente, a posição da APEM ou da Direção da *ex æquo*.



A *ex æquo* integra a categoria de *Open Access Diamond Journals*, por ser de acesso livre para quem lê e para quem nela publica (sem qualquer pagamento)/ *ex æquo* is an *Open Access Diamond Journal* – free of charge for readers and for authors..

Relembramos que a *ex æquo* está indexada nas seguintes plataformas:

Scopus

SciELO Portugal

DOAJ
DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

ERIH PLUS
EUROPEAN REFERENCE INDEX FOR THE
HUMANITIES AND SOCIAL SCIENCES

Clarivate
Analytics
Web of Science
Trust the difference

latindex
Sistema Español de Información en Línea para
Revistas Científicas de América Latina, el Caribe,
España y Portugal

EDITORIAL

 **Maria João Silveirinha**

 **Virgínia Ferreira**

A temática central do quadragésimo oitavo número da *ex æquo* apresenta-se sob o título “Discurso de ódio misógeno: representações, impactos e intervenções”, num dossier que foi organizado por três colegas da área das Ciências da Comunicação: Rita Basílio e Inês Amaral da Universidade de Coimbra, juntamente com Sonia Nunez Puente da Universidad Rey Juan Carlos de Madrid. Propõe-se, nele, aprofundar diferentes formas de expressão, de leitura e de combate ao ódio sexista *online* por perspetivas feministas de diferentes contextos internacionais.

A pertinência de trabalhar este tema para a *ex æquo* não podia ser maior já que, nos últimos anos, a escala e a intensidade da misoginia *online* se tornaram motivo de séria preocupação, não apenas para qualquer mulher que expresse opiniões ou exerça influência em espaços digitais, mas também entre coletivos e ativistas feministas.

Há muito de novo, mas também uma forte continuidade, nos processos subjacentes a estas formas de violência experienciadas pelas mulheres em contextos digitais e nas suas ramificações para o mundo *offline*. Utilizando o trabalho de Silvia Federici sobre a caça às bruxas da Idade Média, Eugenia Siapera, por exemplo, no texto de 2019 intitulado “Online Misogyny as Witch Hunt: Primitive Accumulation in the Age of Techno-capitalism”, argumentou que a misoginia tem sido usada historicamente como uma estratégia política consciente para domesticar as mulheres, para controlar a sexualidade feminina e para quebrar a solidariedade feminina. O tempo presente traz novas formas de exercer a mesma violência. O ambiente *online*, em particular, tornou-se o lugar onde as mulheres podem ser (também) abusadas verbalmente, *doxadas* e/ou receber mensagens com ameaças de violação e morte, perseguidas ciberneticamente ou ver imagens suas transformadas em pornografia. Tal deve levar-nos, desde logo, a repensar a própria misoginia, não apenas como um sentimento, atitude ou comportamento em relação às mulheres, mas antes, como argumenta Siapera, como um método ou conjunto de métodos que são usados – deliberadamente ou inconscientemente – para manter as mulheres “no seu canto”. A misoginia *online* – um dos vários termos que têm sido usados para designar estas múltiplas agressões facilitadas pela tecnologia pelas quais as mulheres passam pelo simples facto de serem mulheres – é, pois, um tema que urge aprofundamento para o qual este dossier certamente contribui através da reflexão sobre o que as coordenadoras designam por “discurso de ódio misógeno”.

Estas práticas discursivas violentas conferem novas roupagens aos perigos para a consolidação da democracia, em especial em países que encetaram mais recentemente os seus processos de transição democrática, como é o caso de Portugal e de outros países da Europa do Sul, mas também da América Latina (para nos limitarmos à esfera ocidental). O número 50 da *ex æquo*, a publicar no final de 2024, convocará os 25 anos da revista, mas também os 50 anos da Revolução dos Cravos, do 25 de abril de 1974. Teremos oportunidade de aprofundar o conhecimento sobre os processos de transição para a democracia que nos trouxeram até hoje, em Portugal e noutros países.

Como é hábito, também este número da *ex æquo* não é monotemático. Na Secção de **Estudos e Ensaios**, encontramos uma diversidade assinalável de temas: desde a amizade masculina e a criatividade na universidade à prática desportiva das mulheres nas artes marciais mistas. Apresentando brevemente cada um deles, Fernando Herranz Velázquez, no texto intitulado “**La amistad masculina y la fraternía. Una mirada histórica al origen de la modernidad**”, argumenta que os traços misóginos e homofóbicos da amizade masculina, definida pela preferência por manter vínculos sociais com outros homens, mas na ausência de desejo sexual, servem de moderador da tensão entre o desejo de criar laços com a fratria e a defesa da heteronormatividade. Segundo o autor, a valorização da homosociabilidade veio com a transição para a sociedade moderna, na qual as relações interpessoais substituem as rela-

ções familiares. Marina Porto, Maria de Fátima Morais e Jessica Cabrera Cuevas investigaram o estímulo à criatividade de estudantes universitários, estudo do qual nos dão conta no texto sobre “**Criatividade e diferenças de género na universidade: uma investigação exploratória com estudantes portugueses/as**”. Com base em entrevistas e respetiva análise de conteúdo, as autoras puderam concluir que existem diferentes percepções do desenvolvimento da criatividade e que as mulheres são sujeitas a maior inibição. Serão as mulheres as mais seguidoras acríticas do mito de que a criatividade é inerente às expressões artísticas. Nos resultados deste estudo, podemos, assim, registar uma alarmante lacuna quanto à formação para a criatividade e a metacognição criativa na universidade. O terceiro, e último estudo, desta secção remete-nos para as dificuldades e particularidades da integração feminina nas Artes Marciais Mistas. Grasiela Oliveira Santana da Silva, Angelita Alice Jaeger e Paula Silva debruçaram-se sobre as “**MMA and Cultural Industry: A look at the trajectory and training of female fighters**” e mostram como a popularização desta modalidade desportiva, através da sua espetacularização, criou exigências aos corpos das atletas, sexualizados e treinados para corresponderem às expectativas de quem é atraído para os espetáculos. O estudo aqui apresentado vem reforçar conclusões que encontramos em outras modalidades desportivas. São bem conhecidas as imposições de vestuário às tenistas ou às jogadoras de voleibol, por exemplo.

Na secção das **Recensões** examinamos três publicações que chamaram a nossa atenção. Foram publicadas em países diferentes e abordam temáticas bastante distintas. Flávia Nogueira Gomes apresenta-nos uma leitura da obra intitulada *Diálogos interdisciplinares sobre mulheres, género e feminismo*, editada por Márcia Santana Tavares e Ângela Maria Freire de Lima e Souza, e que conta com os contributos de investigadoras e investigadores com alguma ligação ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Género e Feminismo (PPGNEIM), da Universidade Federal da Bahia, uma instituição sobressaliente nesta área de estudos no panorama do Brasil. Os vários capítulos abordam as temáticas em maior evidência nos trabalhos desenvolvidos no âmbito daquele programa, como sejam, entre outras, a reflexão sobre a natureza interdisciplinar dos estudos feministas ou as várias vertentes da violência contra as mulheres. A segunda recensão é assinada por Mercedes Alcañiz e incide sobre *El retrato de casada*, de Maggie O’Farrell, que nos demonstra como estavam indefesas as mulheres na época do Renascimento, deste modo questionando a noção muito difundida que a condição das mulheres era mais favorável nas sociedades pré-capitalistas. O foco nas vivências (e morte) de Lucrecia de Médici, enquanto membro de uma família que marcou indelevelmente a história europeia, está no centro do interesse atual desta obra. Lucrecia terá acabado morta pelo seu marido, algo que na época do Renascimento não gerava qualquer sanção ao assassino. De violência, ainda frequentemente impune, nos fala a Ana Oliveira, no seu livro sobre *Assédio. Aproximações sócio jurídicas à sexualidade*, aqui lido de maneira muito pessoal por Teresa Joaquim. Leitura inquieta em torno de um texto que se afirma desassossegado sobre “o assédio e as formas de governamentalização do sexo”.

Fica o convite para a imersão em temas deveras difíceis...

Referências bibliográficas

Siapera, Eugenia. 2019. “Online Misogyny as Witch Hunt: Primitive Accumulation in the Age of Techno-capitalism.” In *Gender Hate Online*, edit. por Debbie Ging e Eugenia Siapera, 21-43. Cham: Palgrave Macmillan DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-96226-9_2

Como citar este texto:

[Segundo a norma Chicago]:

Silveirinha, Maria João, e Virgínia Ferreira. 2023. “Editorial.” *ex æquo* 48: 5-6. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.01>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Silveirinha, Maria João, e Ferreira, Virgínia (2023). Editorial. *ex æquo* 48, 5-6. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.01>



Dossier

Discurso de ódio misógino:
representações, impactos e intervenções

INTRODUÇÃO – DISCURSO DE ÓDIO MISÓGINO: REPRESENTAÇÕES, IMPACTOS E INTERVENÇÕES

 Rita Basílio de Simões*

 Inês Amaral**

 Sonia Núñez Puente***

Nos últimos anos, com a rápida expansão das plataformas de comunicação digital, vimos emergir com significativa robustez diferentes formas de política alternativa. Desde ativistas que constroem nas redes sociais campanhas contra a violência, o sexismo e o assédio, até vítimas que partilham *online* as suas experiências pessoais de injustiça, o contributo da digitalização para criar formas inovadoras de mobilização transnacional em torno de questões críticas feministas é assinalável. Justamente por oferecerem oportunidades de participação no espaço público, as tecnologias digitais têm, ao mesmo tempo, impulsionado novas formas de abuso *online* e de discurso de ódio misógino, restringindo e limitando o alcance das ações da nova política feminista emergente. Uma miríade de modalidades de discurso de ódio misógino ou sexista tem sido documentada em plataformas digitais, com frequência em resposta à maior expressão dos ativismos feministas (e.g. Ging e Siapera 2018, 2019; Vickery e Everbach 2018).

Seja focando-se nos limites do que conta como dano, no impacto nas vidas individuais, ou nas consequências culturais e democráticas mais amplas da misoginia *online*, a investigação neste domínio tem explorado a forma como os domínios socioculturais e sociotecnológicos estão não apenas interligados, mas, mais importante, como são mutuamente constitutivos. Através deste entendimento, o

* Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras (FLUC), 3004-530 Coimbra, Portugal.
Endereço postal: Largo da Porta Férrea, 3004-530 Coimbra, Portugal.
Endereço eletrónico: rbasilio@fl.uc.pt

** Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras (FLUC), 3004-530 Coimbra, Portugal.
Endereço postal: Largo da Porta Férrea, 3004-530 Coimbra, Portugal.
Endereço eletrónico: ines.amaral@uc.pt

*** Facultad de Ciencias de la Comunicación, Universidad Rey Juan Carlos, 28942 Fuenlabrada, Madrid, España.
Endereço postal: Camino del Molino, 5, 28942 Fuenlabrada, Madrid, España.
Endereço eletrónico: sonia.puente@urjc.es

que acontece *online* pode ser melhor articulado com os contextos sociopolíticos mais amplos, inscritos em estruturas patriarcais enraizadas, mas também marcados por fenómenos mais recentes, como o pós-feminismo, o antifeminismo, os movimentos masculinos ou as masculinidades tóxicas.

Apesar das crescentes preocupações com o aumento da prevalência do discurso de ódio misógino em diversas plataformas digitais populares, a pesquisa neste domínio é relativamente recente e tem resultado, principalmente, em evidências fragmentadas acerca da sua ocorrência, impactos individuais e consequências culturais e democráticas. Verifica-se que o ódio misógino se cruza frequentemente com outras manifestações de intolerância e formas de abuso tecnológico, incluindo assédio, perseguição, ameaças e ofensas verbais, que afetam de maneira desproporcional as mulheres (Duggan 2014; FRA 2014; EIGE 2017; Vogels 2021). Contudo, a compreensão das maneiras pelas quais o ódio é expresso e percebido permanece limitada e a atenção voltada para as estratégias de combate é ainda menos expressiva. A operacionalização desse conhecimento por atores sociais de destaque para conceber respostas adequadas é uma questão que, com algumas exceções (Free *et al.* 2017; Henry, Flynn e Powell 2018), tem sido igualmente pouco explorada. O trabalho científico neste domínio também não tem proporcionado elementos consensuais para sustentar uma definição amplamente aceite do problema na esfera jurídico-política. A expressão “discurso de ódio” tem sido utilizada de maneira indiferenciada para referir vários tipos de discurso negativo, englobando ódio e o seu incitamento, conteúdo abusivo e difamatório com base em características de pertença a um grupo social específico, incluindo formas extremas de discriminação e preconceito (Siegle 2020).

Além da complexidade na criação de um quadro definitório consensual, o frágil equilíbrio no reconhecimento de diferentes grupos sociais como vulneráveis ao ódio é também um desafio. Ao contrário do discurso de ódio racista, que é sempre considerado contrário aos padrões europeus e internacionais de direitos humanos, o discurso de ódio sexista não é, por vezes, avaliado da mesma forma, uma situação que alguns instrumentos internacionais têm procurado contrariar¹, incentivando os Estados a garantir uma abordagem semelhante para lidar com o discurso racista e o discurso sexista, em particular no que diz respeito à intervenção jurídica.

Foi destas preocupações que partiu originalmente o dossier intitulado “Discurso de ódio misógino: representações, impactos e intervenções”, visando oferecer um espaço para aprofundar o conhecimento sobre os modos como o discurso

¹ Veja-se a Recomendação CM/Rec(2019)1 do Comité de Ministros do Conselho da Europa aos Estados-Membros sobre prevenção e combate ao sexismo, adotada em 27 de março de 2019, que, reconhecendo a articulação de diferentes manifestações de sexismo com “dificuldades continuadas em concretizar a igualdade de género”, insta os governos, designadamente, a “pensar numa reforma da legislação que condene o sexismo e defina e criminalize o discurso de ódio sexista”.

de ódio sexista presente em ambiente digital é expresso, percebido e enfrentado a partir de uma multiplicidade de abordagens feministas e referenciável a diferentes contextos internacionais. Não havendo na roupagem final do número temático que aqui apresentamos uma qualquer pretensão de que constitua um repositório ilustrativo desse propósito vasto, há, todavia, a ambição de que os estudos nele reunidos confrontem e façam avançar o conhecimento, sempre com referência comum à problemática nuclear da ubiquidade do discurso de ódio misógeno.

O primeiro artigo, “*Busca, busca, perrita: comunidades digitales misóginas de difusión de imágenes sexuales sin consentimiento*”, é de Jacinto G. Lorca e Elisa García-Mingo. O texto analisa a comunidade digital masculina *Hispacexy* para explorar um tipo específico de violência sexual: a criação e divulgação de ficheiros de nudez violenta. É particularmente interessante a forma como são analisadas as múltiplas possibilidades que estas comunidades misóginas têm de gerar violência. O autor e a autora salientam que a *Hispacexy* é um exemplo da forte competição homosocial ligada a estas comunidades digitais, que contribuem para a escalada da violência sexual no espaço digital. A forte misoginia que está na base da *Hispacexy*, assim como as possibilidades da própria plataforma, revelam os processos de construção de um tipo de comunidades colaborativas destinadas a tornar visível e a incitar aquilo que Lorca e García-Mingo denominam de cultura de exibição, que é praticada tanto pela estrutura da própria plataforma como pelos seus utilizadores.

Dirigido para a análise de vídeos protagonizados por adolescentes espanhóis que surgiram na plataforma *TikTok* durante o verão de 2022, em resposta à ratificação da Lei Orgânica 10/2022, de 6 de setembro, que posicionou o consentimento, e não a violência e intimidação, como elemento-chave da agressão sexual, o segundo artigo aqui reunido mostra como a desinformação se entrelaça, favorecendo o discurso de ódio misógeno. No estudo intitulado “*El bulo del ‘contrato sexual’ del Ministerio de Igualdad español en TikTok: un análisis de caso de posverdad antifeminista en redes sociales*”, Ignacio Moreno Segarra e Asunción Bernárdez Rodal mostram como as narrativas abertamente falsas em torno da existência de um “contrato de consentimento sexual” criado pelo Ministério da Igualdade são utilizadas para retaliar a alteração legislativa e normalizar a aceitação dos discursos de ódio contra as mulheres, independentemente da sua veracidade.

O terceiro artigo presente neste dossier aborda a intrincada natureza do viés misógeno na inteligência artificial (IA), ressaltando a necessidade de compreender de maneira profunda a linguagem e o contexto. Este entendimento torna-se crucial devido à propensão dos dados programados em perpetuar preconceitos, particularmente evidenciados em discursos de ódio contra mulheres. No artigo intitulado “*How AI Bots Have Reinforced Gender Bias in Hate Speech*”, Daniele Battista e Jessica Camargo Molano sustentam a tese de que, ao incorporar técnicas de deteção avançadas e considerar o contexto mais amplo do uso de linguagem agressiva, existe um potencial significativo para atenuar os riscos associados ao preconceito

e à discriminação nas estruturas da IA. O autor e a autora sublinham a importância crucial da regulamentação do discurso de ódio, especialmente no contexto das plataformas digitais e da própria IA, como um meio de fomentar uma cultura fundamentada em respeito, tolerância e inclusão.

No texto “¿Son los jóvenes la raíz del auge de la misoginia en España? Sesgos y problemas en la cobertura mediática de la Manosfera y el antifeminismo español”, Lionel S. Delgado Ontivero analisa o contexto mediático espanhol, abordando as reações antifeministas às mudanças sociais promovidas pelo feminismo. O autor salienta o facto de a cobertura mediática simplificada e descontextualizada contribuir, de certa forma, para reproduzir as condições de possibilidade da reação antifeminista, que é precisamente aquilo que se pretende noticiar. O artigo apresenta uma reflexão sobre as possíveis causas da radicalização antifeminista de alguns jovens, apontando para a existência de um mal-estar social ligado a razões económicas, políticas e culturais.

“Modos de habitar la rabia contra la misoginia en *Vis a Vis* (2015-2020)”, de Emma Gómez Nicolau, Rebeca Maseda García e María José Gámez Fuentes, é o quinto artigo reunido neste dossier. As autoras apresentam um estudo que analisa a série televisiva espanhola *Vis a Vis* a partir da sua capacidade ambivalente de apresentar a raiva feminina. No que concerne à construção de personagens, a série apresenta arquétipos emocionais que associam as mulheres racializadas à alteridade, legitimando a raiva quando esta está relacionada com a maternidade. Ao longo da série, as personagens evoluem desafiando as narrativas hegemónicas, entranhando a raiva nas mulheres perante a violência patriarcal. Apesar da espetacularização da raiva ser vinculada a elementos meramente narrativos e visuais, ocorre um processo de politização das personagens em relação às violências misóginas que se articula em torno da raiva. O artigo conclui que a raiva sororal da série subverte o discurso do pós-feminismo neoliberal que promove o empoderamento e a resiliência diante da misoginia estrutural e cultural.

Assinado por Joan Sanfélix Albelda e Anastasia Téllez Infantes, o artigo “La base social de los discursos del odio misógino: una lectura cuantitativa de los hombres valencianos” apresenta um estudo direcionado para a compreensão das dinâmicas ideológicas que ocorrem a montante e a jusante dos discursos de ódio. Investigando a relação entre a orientação ideológica e a manifestação de posições, opiniões e valores relativos à igualdade, feminismo, violência de género e masculinidade por parte de homens urbanos da Comunidade Valenciana espanhola, o estudo correlaciona o discurso de ódio misógino com o contexto social mais amplo. Além de revelar a maior ou menor propensão dos participantes para a identificação com discursos que afirmam, negam ou minimizam os progressos em matéria de igualdade em função do seu posicionamento político-ideológico, a investigação explora as possíveis interconexões entre a ideologia e a narrativa no seio da base social dos discursos misóginos.

O último estudo do dossier incide sobre a problemática da desinformação perspectivada a partir da lente de género com o propósito de compreender mais profundamente a dimensão de género na circulação *online* de conteúdos falsos e enganosos. Juliana Alcantara e Juliana Valentim apresentam uma revisão sistemática de estudos interdisciplinares sobre desinformação, que mapeiam com recurso ao método PRISMA, a fim de elencar as principais evidências documentadas pela pesquisa e identificar áreas negligenciadas pela investigação. Documentando como a perspectiva feminista está, em grande medida, ausente na investigação, as autoras mostram como ela é importante para permitir entender como as narrativas enganosas e falsas interagem com as desigualdades estruturais e afetam os grupos mais marginalizados.

Referências bibliográficas

- Duggan, Maeve. 2014. "Online Harassment." *Pew Research Center*. Disponível em <http://www.pewinternet.org/2014/10/22/online-harassment>
- EIGE. 2017. "Cyber violence against women and girls." *European Institute for Gender Equality*. Disponível em <https://eige.europa.eu/publications/cyber-violence-against-women-and-girls>
- FRA. 2014. "Violence against women: an EU-wide survey." *European Union Agency for Fundamental Rights*. Disponível em <https://fra.europa.eu/en/publication/2014/violence-against-women-eu-wide-survey-main-results-report>
- Free, Diana, et al. 2017. "Digital Technologies and Intimate Partner Violence: A Qualitative Analysis with Multiple Stakeholders." *Proceedings of the ACM on Human-Computer Interaction* 1(CSCW): Article 46. DOI: <https://doi.org/10.1145/3134681>
- Ging, Debbie, e Eugenia Siapera. 2018. "Special issue on online misogyny." *Feminist Media Studies* 18(4): 515-524. DOI: <https://doi.org/10.1080/14680777.2018.1447345>
- Ging, Debbie, e Eugenia Siapera. 2019. *Gender Hate Online: Understanding the New Anti-Feminism*. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan.
- Henry, Nicola, Asher Flynn, e Anastasia Powell. 2018. "Policing image-based sexual abuse: stakeholder perspectives." *Police Practice and Research* 19(6): 565-581. DOI: <https://doi.org/10.1080/15614263.2018.1507892>
- Siegle, Alexandra A. 2020. "Online Hate Speech." Em *Social Media and Democracy: The State of the Field, Prospects for Reform*, editado por Nathaniel Persily e Joshua A. Tucker, 56-88. Cambridge: Cambridge University Press.
- Vickery, Jacqueline R., e Tracy Everbach, eds. 2018. *Mediating Misogyny: Gender, Technology, and Harassment*. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan.
- Vogels, Emily. 2021. "The State of Online Harassment." *Pew Research Center*. Disponível em <https://www.pewresearch.org/internet/2021/01/13/the-state-of-online-harassment>

Rita Basílio de Simões. Doutorada em Ciências da Comunicação, é Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tem investigado sobre jornalismo, média digitais e género. Investigadora do Centro de Estudos Sociais, coordena a participação portuguesa no Global Media Monitoring Project e é Co-Investiga-

dora Principal do Projeto “MyGender – Práticas mediadas de jovens adultos: promover justiça de género nas e através de aplicações móveis”, financiado pela FCT (PTDC/COM-CSS/5947/2020).

Inês Amaral. Professora Associada da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Doutorada em Ciências da Comunicação, é investigadora do Centro de Estudos Sociais. Tem investigado sobre sociabilidades nas redes sociais digitais, participação e *media* sociais, género e *media*, literacia mediática e audiências. É Investigadora Principal do “Projeto MyGender – Práticas mediadas de jovens adultos: promover justiça de género nas e através de aplicações móveis”, financiado pela FCT (PTDC/COM-CSS/5947/2020).

Sonia Núñez Puente. Professora Catedrática da Faculdade de Comunicação da Universidad Rey Juan Carlos (Madrid, Espanha). Tem liderado projetos de investigação nas áreas do ativismo digital feminista, violência cultural, representações de género e Estudos Culturais. Atualmente é Investigadora Principal do projeto de I+D+i “Media-tização da raiva das mulheres: quadros de inteligibilidade e estratégias comunicativas de transformação politizante” (ayuda ID2020-113054GB-I00), financiado pelo MCIN/AEI/10.13039/501100011033.

Como citar este artigo:

[Segundo a norma Chicago]:

Simões, Rita Basílio de, Inês Amaral, e Sonia Núñez Puente. 2023. “Introdução – Discurso de ódio misógino: representações, impactos e intervenções.” *ex æquo* 48: 9-14. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.02>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Simões, Rita Basílio de, Amaral, Inês, e Núñez Puente, Sonia (2023). Introdução – Discurso de ódio misógino: representações, impactos e intervenções. *ex æquo*, 48, 9-14. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.02>



Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com

BUSCA, BUSCA, PERRITA: COMUNIDADES DIGITALES MISÓGINAS DE DIFUSIÓN DE IMÁGENES SEXUALES SIN CONSENTIMIENTO

 Jacinto G. Lorca*

 Elisa García-Mingo**

Resumen

Hispassy es un tablón de imágenes donde se comparten imágenes sexuales de mujeres – robadas, filtradas, o creadas con Inteligencia Artificial – sin su consentimiento en España. En este trabajo, concebimos Hispassy como una comunidad masculina digital que, gracias a la misoginia colaborativa, perpetra una forma poco explorada de violencia sexual: la creación de archivos de *nudes violentos*. Los datos de nuestra investigación han sido producidos combinando una etnografía digital con entrevistas a expertas. Los resultados muestran que las *affordances* generizadas de Hispassy facilitan y promueven la perpetración de estas prácticas violentas. En último lugar, discutimos la apropiación que hacen los perpetradores de las fotografías sustraídas.

Palabras clave: Cultura de la violación, masculinidades, abuso sexual basado en imágenes, cultura de la humillación, manosfera.

Resumo

Pesquisa, pesquisa, vadia: comunidades digitais misóginas que divulgam imagens sexuais sem consentimento

Hispassy é um painel de imagens onde imagens sexuais de mulheres – roubadas, filtradas ou criadas com Inteligência Artificial – são compartilhadas sem o seu consentimento em Espanha. Neste trabalho, concebemos a Hispassy como uma comunidade masculina digital que, graças à misoginia colaborativa, perpetra uma forma pouco explorada de violência sexual: a criação de arquivos violentos de nudez. Os dados de nossa pesquisa foram produzidos combinando uma etnografia digital com entrevistas com especialistas. Os resultados mostram que as *affordances* de género da Hispassy facilitam e promovem a perpetração dessas práticas violentas. Por fim, discutimos a apropriação que os perpetradores fazem das fotografias roubadas.

Palavras-chave: Cultura da violação, masculinidades, abuso sexual baseado na imagem, cultura da humilhação, manosfera.

* Universidad Complutense de Madrid (UCM), 28223 Pozuelo de Alarcón, Madrid, España.
Dirección postal: Campus de Somosaguas, s/n, 28223 Pozuelo de Alarcón, Madrid, España.
Correo electrónico: jacingut@ucm.es

** Universidad Complutense de Madrid (UCM), 28223 Pozuelo de Alarcón, Madrid, España.
Dirección postal: Campus de Somosaguas, s/n, 28223 Pozuelo de Alarcón, Madrid, España.
Correo electrónico: elisgarc@ucm.es

Abstract

Search, search, bitch: Misogynist digital communities disseminating sexual images without consent

Hispassexy is an image board where sexual images of women – stolen, filtered, or created with Artificial Intelligence – are shared without their consent in Spain. In this work, we conceive Hispassexy as a digital masculine community that, thanks to collaborative misogyny, perpetrates a little-explored form of sexual violence: the creation of violent nude files. The data was produced by combining a digital ethnography with interviews with experts. The results show that Hispassexy's gendered affordances facilitate and promote the perpetration of these violent practices. Lastly, we discuss the appropriation that the perpetrators make of the stolen photographs.

Keywords: Rape culture, masculinities, image-based sexual abuse, humiliation culture, manosphere.

Introducción: Hispassexy, una comunidad de la manósfera dedicada al *sexpreading*

Desde su inicio y como consecuencia de su rápida difusión, Internet ha exacerbado todas las violencias (Pritchard y Tandon 2015) y ha dado lugar a formas emergentes de violencia sexual. En esta investigación estudiamos una comunidad digital misógina que perpetra *violencia sexual facilitada por la tecnología* (Henry y Powell 2015; Powell 2015), concepto paraguas que incluye diversas formas de violencia sexual que suceden en entornos digitales, tales como: fotografías y videos de violación, *sexhumillación*, *sexting* abusivo, cosificación sexual o ciberacoso sexual.

Durante las últimas décadas, se ha realizado un esfuerzo por comprender este fenómeno emergente, incluyendo estudios sobre el *sexting* y el *sexting* abusivo (Ringrose *et al.* 2012; Drouin, Ross y Tobin 2015), la (mal) llamada pornovenganza (Citron y Franks 2014; Burns 2015), el abuso en el mundo del *dating* online (Reed, Tolman & Ward 2016), el ciberacoso relacionado con la violencia de pareja (Woodlock 2017), el ciberacoso sexual (Chawki y El Shazli 2013; Ehman y Gross 2019) y los *deepfakes* con fines pornográficos, como los *deepnudes* (Delfino 2019). En nuestra investigación documentamos el caso español de Hispassexy, a saber, una comunidad online misógina que es clave para entender la importancia que tiene la manósfera no solo en la banalización de la violencia sexual, sino en su organización y perpetración.

Hispassexy se creó en 2012 dentro de Hispachan, un tablón de imágenes que seguía la filosofía de otros foros similares angloparlantes, como 4chan, pero adaptados al contexto sociocultural hispano. Aunque era un sitio muy popular entre la comunidad hacker de habla hispana, en 2022 se anunció su cierre. Desde entonces, Hispassexy, un tablón cuyos usuarios utilizan para exponer y compartir desnudos de mujeres sin su consentimiento, continúa existiendo de forma independiente.

Según las estadísticas que ofrece la web, cada día acceden a Hispasexy más de 40.000 usuarios únicos. Esta cifra, junto al más del millón de publicaciones acumuladas en la web, da cuenta de la magnitud del fenómeno estudiado. Otras plataformas similares son Nido.org en Chile y cuentas de Telegram utilizadas con los mismos fines en Cuba, Azerbaiyán, Rusia, Brasil, Kenia o Malasia. El objetivo de este trabajo es, por tanto, contribuir al conocimiento académico global que se ha desarrollado para discutir casos similares en todo el mundo, como el caso Steubenville en los EE. UU. (Fairbairn y Spencer 2018), el DVD Warreebe en Australia (Powell y Henry 2017) y “La Bibbia” en Italia (Semenzin y Bainotti 2020). De esta manera, buscamos problematizar las prácticas sociales de obtener, compartir y archivar desnudos así como comprender la misoginia colaborativa de Hispasexy, para lo cual hemos conducido un trabajo etnográfico que nos ha permitido conceptualizar esta plataforma como un archivo efímero donde se produce una cultura masculina digital diferenciada a partir de una violencia sexual banal cometida contra las mujeres.

Conocimiento teórico sobre la difusión de imágenes sin consentimiento

Diversos/as autores/as han reflexionado sobre el papel de los espacios digitales en los que la perpetuación y legitimación de la violencia sexual adquiere nuevas cualidades (Dodge 2016), en lo que se ha venido conociendo como la *digitalización del mal* (Butler 2007). Algunos de los debates que exploramos a continuación, así como la discusión académica previa sobre la cultura del acoso o la mirada del victimario nos ha permitido teorizar sobre los *nudes violentos*.

Los nudes en una cultura digital sexista

La práctica social consistente en enviar mensajes sexualmente sugerentes, ya sea utilizando lenguaje explícito y/o fotos y videos de desnudos y casi desnudos, se conoce como *sexting* (Delevi y Weisskirch 2013). El *sexting* ha sido objeto de un apasionante debate sociológico (Paasonen, Light y Jarrett 2019), ya que estos artefactos visuales digitales “desafían la visión moderna de la sexualidad y el cuerpo como los dominios privados últimos y dan pistas sobre una transformación en curso del concepto de intimidad” (Lasén y Gómez-Cruz 2009, 206). Si bien nos alineamos con la idea de que el *sexting* y la desnudez digital son prácticas sexuales contemporáneas que se realizan con fines románticos, lúdicos y de experimentación sexual, nos preocupa el denominado “*sexting* agravado”, es decir, la distribución de desnudos con fines de coerción, chantaje, gratificación sexual y búsqueda de estatus social (UKCCIS 2016).

Esta práctica también ha sido denominada “pornoenganza”, pero no deja de simplificar un amplio abanico de prácticas y motivaciones muy diversas que

van más allá de la filtración de contenido íntimo por parte de una expareja, como ocurre en el caso de los agresores sexuales que graban las agresiones, estafadores que extorsionan o hackers que acceden a cuentas de forma fraudulenta (Hearn y Hall 2019). Así, la expresión “pornovenganza” es reduccionista y sugiere “que los perpetradores están motivados solo por la venganza personal e implica que las víctimas tienen la culpa de hacer que los perpetradores busquen venganza”¹ (Maddocks 2018, 347). Por este motivo, en los últimos años se ha venido empleando la categoría de “abuso sexual basado en imágenes” para enmarcar estas prácticas sociales violentas (McGlynn, Rackley & Houghton 2017; Henry *et al.* 2020). Además, los *nudes violentos* no son sólo desnudos digitales difundidos sin consentimiento, sino que incluyen varias acciones violentas encadenadas: tomar, crear y/o robar fotografías sexuales de forma ilícita; publicar las imágenes en repositorios digitales permanentes; contactar con la víctima; avergonzar a la víctima; amenazar con (re)subir las imágenes; y amenazar a la víctima con *doxing* – revelar información personal – y otras formas de abuso fuera de línea.

Las consecuencias de esta forma de violencia son de gran alcance, puesto que incluyen riesgo de experimentar violencia adicional; vergüenza y humillación; daño reputacional; pérdida de perspectivas de empleo; retirada de la vida social y baja autoestima y paranoia, entre toda una gama de otras aflicciones (Citron y Franks 2014). McGlynn *et al.* (2021), en una investigación cualitativa con víctimas de estas formas de violencia, reconstruyen cinco relatos interconectados de los daños experimentados: *ruptura social*, *constancia del daño*, *amenaza existencial*, *aislamiento* y *libertad restringida*. Por último, cabe decir que, aunque el *sexting* es una práctica habitual entre jóvenes, lo cierto es que los *nudes violentos* afectan principalmente a mujeres jóvenes y adolescentes, quienes son alentadas a evitar los riesgos en entornos digitales (Ricciardelli y Adorjan 2019), mientras que los perpetradores de estas violencias son mayoritariamente varones jóvenes.

Los nudes y la homosocialidad masculina

Entendemos que la violencia sexual digital es un fenómeno generizado que opera en el marco de estructuras sociales discriminatorias más amplias, a saber, el sexismo algorítmico, las *affordances* de género y el capitalismo digital. Seguimos este hilo en nuestro trabajo y buscamos aportar a los estudios como el de Semenzin y Bainotti (2020), que analizan los *nudes violentos* en Telegram en Italia atendiendo a sus “*affordances* de género”, definidas por Schwartz y Neff (2019, 2407) como “disposiciones sociales que permiten interacciones sociales basadas en los repertorios sociales de género disponibles para los usuarios y diseñadores de tecnolo-

¹ Traducción propia del inglés al castellano: “It suggests that perpetrators are motivated only by personal vengeance and implies that victims are to blame for causing perpetrators to seek revenge.”

gía”². Por lo tanto, no sólo las normas culturales de género son la base de este comportamiento violento, sino que también se debe enfatizar el papel de las plataformas a la hora de orientar a los participantes masculinos hacia comportamientos misóginos.

Por ello, para comprender el fenómeno de los *nudes violentos* también tomamos en consideración los estudios sobre homosocialidad masculina digital y tecnoculturas tóxicas que han sido abundantemente exploradas en los últimos años (Massanari 2016; 2017). Como algunos han señalado, los materiales analógicos y digitales que glorifican la dominación sexual de las mujeres son “una moneda de cambio entre los hombres, ya que compiten por una posición a los ojos de otros hombres. Esto es, por supuesto, facilitado por la cosificación sexual de las mujeres”³ (Barron y Kimmel 2000, 166). Compartir fotos y vídeos de mujeres desnudas sexualizadas, ficticias o reales, falsas o robadas, es un medio para mantener la masculinidad hegemónica. No solo crear, adquirir y compartir, sino que también solicitar, comentar y bromear sobre las imágenes sexuales son una parte relevante de las comunidades digitales masculinas, ya que *el poder masculino también está conectado a las respuestas banales a la crueldad* (Carrabine 2012).

Así, los *nudos violentos* están incrustados con la visión de los perpetradores y prevalece una mirada masculina (*male gaze*) para sexualizar a las mujeres (Viola y Voto 2023) y muchas de las interacciones vuelven a ensamblar otras comunidades tóxicas digitales. Cualquiera que sea la naturaleza de estas comunidades de consumo de imágenes, éstas están íntimamente conectadas a los sitios de pornografía amateur de Internet y las culturas digitales de la manósfera. Los archivos de desnudos violentos re-ensamblan otras comunidades fotográficas dañinas del pasado, ya que tienen la dimensión de curaduría, recopilación y vinculación comunitaria y son apropiados para sumar la vergüenza y proporcionar recuerdo a la comunidad de perpetradores (Apel 2005). Sin embargo, en estos casos, las formas contemporáneas de abuso basado en imágenes incluyen una “política de humillación” (Carrabine 2012, 198), ya que los perpetradores comparten las imágenes no solo con sus compañeros, sino también con sus víctimas para hostigar, controlar y abusar. Como sucedía con las fotografías de los linchamientos, los *nudes violentos* sirven como medios de control social continuado, como herramientas extendidas del terror (Apel 2005). En este caso, las amenazas de ser expuesta, avergonzada y amenazada de violación son hasta la fecha instrumentos de control social de las mujeres altamente eficientes, que las mantiene en un estado de ansiedad y con-

² Traducción propia del inglés al castellano: “social affordances that enable different users to take different actions based on the gendered social and cultural repertoires available to users and technology designers.”

³ Traducción propia de inglés al castellano: “Violence against women is thus a currency among men as they jockey for position in the eyes of other men. This is, of course, facilitated by the sexual objectification of women.”

duce a la interiorización y encarnación de las restricciones sociales (Riger y Gordon 1981).

Metodología de la investigación

En nuestra investigación, realizada en el primer semestre de 2023, condujimos una etnografía digital (Hine 2008; Pink *et al.* 2019) que triangulamos con ocho entrevistas cualitativas digitales conducidas a personas expertas en *abuso basado en imágenes* con el fin de mejorar la calidad del proceso de investigación. Mientras que la etnografía digital nos permitió estudiar las interacciones sociales de la comunidad digital de Hispasexy, las entrevistas arrojaron información valiosa para diseñar la investigación, buscar fuentes bibliográficas relevantes y mejorar la interpretación de los datos mediante el contraste de los resultados con las personas expertas.

El trabajo etnográfico digital fue realizado por un etnógrafo local durante cuatro meses y toda la evidencia se recopiló en un diario de campo digital. Para hacer un estudio sistemático de Hispasexy seguimos el *método de recorrido* previamente aplicado a Facebook (Cirucci 2015), Instagram (Duguay 2018) y Forocoches (Díaz-Fernández y García-Mingo 2022). Siguiendo a Light, Duguay y Burgess (2016), nuestro método de recorrido tuvo tres fases: (1) el estudio del “entorno de uso esperado”, mediante el examen de todo el material público disponible sobre Hispasexy; (2) el “recorrido técnico”, basado en tomar nota de las posibilidades de interacción de la plataforma (perfil, interfaz, paneles, herramientas de navegación, botones, etc.); y (3) la indagación sobre “usos desviados” de la plataforma siguiendo el concepto de “*affordances-en-la-práctica*” (Costa 2018), que se refiere a los hábitos de uso cotidianos de los usuarios, que explican cómo la adquisición, el intercambio y el archivo de *nudes violentos* es situado, relacional y está en constante negociación. Todos los descubrimientos fueron discutidos por ambos autores, con el fin de triangular las interpretaciones y mejorar la validez y la credibilidad de los hallazgos. La segunda investigadora conocía la plataforma, los contenidos y las dinámicas sociales de la comunidad digital de Hispasexy, por lo que la discusión se basó en un terreno de conocimiento compartido de la subcultura digital.

Con respecto a las consideraciones éticas, se debe decir que todos los datos a los que nos referimos en este artículo son de acceso público. Además, a la hora de (re)presentar los datos hemos seguido la propuesta de la *fabricación ética* de Markham, recomendada en contextos en los que la protección de la privacidad es inestable: “una transfiguración creativa, estilo bricolaje, de los datos originales en relatos compuestos o interacciones representacionales”⁴ (2012, 334). Aunque se

⁴ Traducción propia del inglés al castellano: “involving creative, bricolage-style transfiguration of original data into composite accounts or representational interactions.”

dan detalles sobre el contexto de producción de los materiales, respetamos el anonimato y la confidencialidad de todos los usuarios involucrados, ya sean víctimas o perpetradores. En términos generales, los extractos que usamos han sido modificados para que conserven su significado original pero impidiendo que pueda rastrearse a los usuarios involucrados. Cabe apuntar sin embargo que excepcionalmente se incluyen fragmentos de datos literales que capturan el significado de las prácticas sociales de la plataforma y que se incluyen con fines de explicar, analizar e interpretar la cultura digital de Hispasexy.

Las posibilidades misóginas de la tecnología: galerías pornográficas, catálogos misóginos y archivos de la vergüenza

El entramado sociotécnico de Hispasexy permite la emergencia, como ha ocurrido en otros casos con Telegram (ver Semenzin y Bainotti 2020), de comunidades que construyen la homosocialidad entre varones en torno a la posesión del desnudo femenino digital y violento. Hispasexy es habilitada por las *affordances* de la plataforma y no puede ser entendida sin pensar en la interacción social digital de la plataforma basada en acciones como publicar, comentar, compartir fotos, fabricar fotos y estrategias de archivo de *nudes*.

A pesar de que la plataforma no asume su responsabilidad en la exposición masiva y violenta de miles de mujeres, la realidad es que Hispasexy está configurada y cuidadosamente diseñada para promocionar y llevar a cabo la exposición no consentida de otras personas. En Hispasexy se comparten recursos para que la experiencia de navegación sea sencilla, rápida y llevadera; se recomiendan herramientas para bajar todas las imágenes de una web automática y fácilmente; se vincula a otras plataformas que facilitan la difusión y el archivo (ArchivoHot, Anonfiles, Gofiles y Mega) que habilitan un botón con el que de un solo clic se puede descargar en nuestro dispositivo todo el material publicado en un hilo. Así, las cualidades sociotécnicas de compartibilidad, buscabilidad, archivabilidad, usabilidad y sociabilidad de Hispasexy permiten que el tablón de noticias funcione como un catálogo misógino creado por y para la comunidad coleccionista, pero también como una *galería pornográfica* que acaba derivando en un auténtico *archivo de la vergüenza*.

En la sección “¿Qué ofrece Hispasexy?” se describen tres tipos de audiencias hacia los que se dirige: coleccionistas; modelos, *webcamers*, *e-girls*, *influencers*; y chicas anónimas. Sin embargo, aunque la plataforma se presenta como un espacio de empoderamiento para mujeres, no hemos encontrado ni un solo caso de uso del “tag oficial” para modelos que dispensa Hispasexy para hacer autopublicidad. De hecho, las fotografías compartidas no provienen de la agencia de las usuarias, sino que son subidas a la plataforma por usuarios que previamente las han extraído mayoritariamente de tres modos: (1) de apps de creación de contenido como Only

Fans, LoverFans o de páginas web similares, como Patreon; (2) de publicaciones en redes sociales, principalmente Twitter, Instagram, TikTok y Periscope; o (3) son material filtrado por la ruptura de algún pacto tácito de distribución consentida de nudes. En otros casos, las imágenes, especialmente de desnudos, son fabricadas mediante herramientas de Inteligencia Artificial que combinan algunas de las formas de sustracción citadas.

Vemos pues que Hispasexy es una comunidad de coleccionismo donde todas sus acciones van encaminadas a obtener de forma fraudulenta *nudes* y a hacer una intensa labor posterior de curaduría del material obtenido – se almacena, se cuida, se protege –, que además, se mantiene en constante circulación. De hecho, la idea del coleccionismo surge de la propia plataforma, que se presenta así:

Hispasexy cubre un nicho de audiencia cuya demanda no estaba atendiendo nadie. Una plataforma colaborativa donde fans, seguidores, coleccionistas, gente anónima, modelos y webcamers confluyen y construyen un sitio donde disfrutar del sexo, ampliar colecciones sexy, interactuar y pasárselo bien juntos.

Método de recorrido (I): *Entorno de uso esperado*⁵

Decimos que Hispasexy trabaja con la lógica del catálogo puesto que “se buscan fotos y vídeos sexy de buena calidad” y se jerarquizan los contenidos y el producto deseado, que se promueve como mercancía. De hecho, desde la propia configuración de la página puede cambiarse su visualización para organizar los cientos de hilos donde se están difundiendo las imágenes no consentidas de las mujeres expuestas. Así, cuando un usuario accede a la opción de “catálogo” en Hispasexy, se encuentra ante sí con una inmensa galería de *nudes violentos* organizados como una *auténtica galería pornográfica*, en la que los nudes se exponen como en un museo excitante para la mirada masculina y onanista.

A pesar de presentarse como una plataforma colaborativa para *pasárselo bien juntos*, el telos de Hispasexy es la creación de archivos indelebles de *nudes violentos*. Emerge así como una comunidad paradigmática que nos permite entender una práctica de violencia sexual digital nueva, pues no estamos solo ante el ánimo de *ampliar colecciones sexy*, sino que los *nudes* son instrumento de regocijo de la comunidad a la par que arma humillante que revictimiza a las víctimas. Así, las imágenes apropiadas violentamente son resignificadas bajo y mediante la mirada de los perpetradores, generando una suerte de memoria colectiva (Sontag 2011) de los agresores, haciendo que Hispasexy evolucione de *catálogo misógino* a *galerías pornográficas* y de galerías pornográficas a *archivos de la vergüenza*. Estos archivos son una extensión del terror organizado y perpetrado por estas comunidades misóginas colaborativas, donde se extrae el contenido de su contexto de producción original y es resignificado para convertirlo en un ejercicio grotesco de vergüenza y dolor

⁵ Extraído de “Información y Reglas” en Hispasexy.

perpetúa en las víctimas, que quedan fijadas en estos espacios como una suerte de trofeo que puede ser recogido, almacenado, intercambiado o coleccionado.

Figura 1
Galería de nudes violentos



Método de recorrido (II): Recorrido técnico de Hispasexy⁶

De esta manera, aunque la práctica habitual de los usuarios es compartir y comentar los nudes, algunos usuarios también se afanan en encontrar a las afectadas, llevando el acoso, la vejación y el maltrato a un nivel más profundo en la esfera de daños. Les hacen saber que sus contenidos íntimos están disponibles, apropiándose del dolor que les pueda generar y revelando lo frágil de su posición, supeditada al capricho de comunidades enteras que actúan desde el anonimato y la impunidad. Así se aprecia, a modo de ejemplo, en la siguiente *Viñeta etnográfica*:

Viñeta etnográfica 1. Busca, busca, perrita⁷

Usuario de Hispasexy: [escribiendo a la afectada desde el anonimato en una red social de preguntas y respuestas] ¿Pero tú eres consciente de que por mucho que denuncies los hilos vamos a seguir abriéndolos, no? *Te voy a dejar deberes, que sepas que te hemos subido también a otras páginas. Busca, busca, perrita.*

⁶ Elaboración propia empleada la estrategia de fabricación ética, basado en la versión original de Hispasexy.

⁷ Elaboración propia empleando la estrategia de fabricación ética. Las expresiones en cursiva son extracciones literales.

Por si esto no fuera suficiente, los miembros de la comunidad acaban generando repositorios externos a la propia plataforma en los que continúan almacenando todo el contenido “logrado” hasta el momento. Consecuentemente, ante un hilo que desaparezca, bien sea por su inactividad, bien sea porque ha sido denunciado, puede comenzarse de nuevo sin tener que partir desde cero.

La misoginia colaborativa de los *anoncitos* y la triple victimización de las víctimas

A partir de nuestro trabajo etnográfico nos permitimos suponer – por expresiones, pronombres o jergas utilizadas – que los usuarios de Hispasexy, conocidos como *anons* o *anoncitos*, son varones jóvenes heterosexuales. Además de ser una comunidad digital masculina, Hispasexy es un lugar donde confluyen lógicas de homogeneidad (crean y mantienen la cohesión del grupo) y de heterogeneidad (disidencias, discrepancias y luchas internas). Decimos que es homogéneo porque comparten un mismo *objeto de frontera* (Akkerman y Bakker 2011), en este caso, la obtención y difusión no consentida de imágenes. Este objeto de frontera actúa como un catalizador de la cohesión de la comunidad, permitiendo crear y mantener los lazos entre sus miembros para trabajar sobre fines comunes, como es la sustracción, fabricación, obtención y difusión de imágenes. No se podrían llevar a cabo estas acciones sin las labores de misoginia colaborativa que suceden en este espacio. Tanto es así que desde la propia plataforma se inculca una filosofía que refuerza los valores de la fraternidad tóxica, prohibiendo lo que denominan como “intercambio condicionado”, esto es, supeditar la compartición de imágenes a otra. Sin embargo, Hispasexy es también un espacio heterogéneo en el que conviven unas fuertes lógicas de competición homosocial y una rampante interacción violenta intragrupo, relacionados en algunos casos con postulados de la masculinidad hegemónica: el rechazo a ser “femenino”, no mostrarse vulnerable, demostración de la virilidad, competitividad, búsqueda de poder y estatus, etcétera. De este modo, Hispasexy es un lugar donde los hombres compiten por ver quién es más hombre y donde se refuerzan algunos de estos postulados.

Así, esta labor fáctica de las emociones genera una suerte de *sentimientos colectivos* (Ahmed 2004), por el que la fraternidad tóxica de Hispasexy se moldea a sí misma a través de ese sentir-en-común, organizando la cohesión intragrupo (los *objetos de frontera*, esto es, los objetivos compartidos dentro de la fraternidad) y diferenciándose de otros. A este respecto, sabiendo que los hilos inactivos desaparecen y que también compiten entre sí para aparecer en la página principal, se producen profusos esfuerzos de la comunidad para mantener estas posiciones. La eliminación se percibe como una amenaza cuando la búsqueda no está dando sus frutos. En este sentido, la *misoginia colaborativa* es fundamental para el logro de sus fines y es una colaboración en la medida en que los usuarios co-laboran para mantener

vivos los hilos con el fin de recopilar e intercambiar la mayor cantidad de material posible. Un ejemplo de esta misoginia colaborativa puede encontrarse en la *Viñeta etnográfica 2*:

*Viñeta etnográfica 2. Más por favor todo lo que tengas*⁸

Usuario 1: [Crea el post, en la imagen aparece una chica joven frente a un establecimiento] Vamos chavales, vamos, a ver si sale algo de lo que subía. Insta: @usuaria y Twitter: @usuaria.

Usuario 2: [Comparte otra imagen] Antes se llamaba @usuaria.

Usuario 3: Bump, bump! A ver si encontramos más cosas de esta tía, yo la conocía de cuándo subía nudes, *y vaya pajas cayeron*.

Usuario 4: Bump!! Que salga algo...

Usuario 5: Bumpardo.

Usuario 6: Mega bump.

Usuario 7: [Comparte una imagen].

Usuario 8: ¿De dónde la has sacado?

Usuario 9: *Grande rey*, menos es nada, si alguien tiene más que suba...

Usuario 10: [Imagen].

Usuario 11: [Imagen].

Usuario 12: Eres mi putísimo padre, joder, pasad más.

Además, como comunidad digital, no sólo están comprometidos en la tarea colectiva de crear, mantener y renovar el *catálogo misógino*, sino que comparten valores misóginos y trabajan desde creencias compartidas. Por ejemplo, es compartida la tendencia antagonista, que por un lado critica a las personas que publiquen contenido (en Solo Fans, LoveLovers o redes sociales) y, por otro lado, legitima a la comunidad de Hispasexy para almacenar, conservar y difundir ese material. En su opinión compartida, las personas expuestas no están evaluando adecuadamente qué hacen y qué comparten en Internet y las redes sociales, lo que tiene implicaciones potenciales, por lo que realmente son las culpables de lo sucedido y tienen que lidiar con lo ocurrido, como se aprecia a continuación:

*Viñeta etnográfica 3. Si se arrepiente, que no lo hubiera hecho*⁹

Usuario 1: Por favor, os ruego que dejéis de compartir contenido de esta chica. La conozco y quiere que se respete su privacidad, este material es de una etapa de su vida que ya se acabó. Además, ha tenido problemas en su vida privada porque cada cierto tiempo vuelven a salir. Os vuelvo a pedir por favor que lo borréis.

⁸ Elaboración propia empleando la estrategia de fabricación éticas. Las expresiones en cursiva son extracciones literales.

⁹ Elaboración propia empleando la estrategia de fabricación éticas. Las expresiones en cursiva son extracciones literales.

Usuario 2: [contestando al anterior] Eres un *simp*, ella aceptó que sería usada por miles a la hora de hacer esos vídeos, si se arrepiente que no lo hubiera hecho.

Usuario 3: [contestando al primero] Eres un hipócrita y un moralista. Consumes esta clase de páginas pero defiendes a una porque la conoces, mientras te pajeas con otras. Seguro que ella ha disfrutado el dinero generado, ¿qué problema hay con que se sigan viendo?

Usuario 4: [contestando al primero] Mira, *desaparecer de Internet es IMPOSIBLE* y más aún en este caso. Todo el mundo tiene derecho a equivocarse, pero también tienen que asumir las consecuencias de lo que hacen. Siento mucho lo de tu amiga, pero honestamente, que piense las cosas antes de hacerlas.

De esta manera, la misoginia colaborativa llevada a la práctica por los usuarios de Hispasexy y el diseño de la propia plataforma dan lugar a una *triple revictimización*: (i) se culpabiliza a las agredidas por haber actuado de forma incorrecta, como puede ser compartiendo una imagen suya en una red social; (ii) se culpabiliza a la víctima por no haber tomado las precauciones necesarias en cuanto a su privacidad, por ejemplo, no tener la cuenta de la red social en privado o directamente no haber compartido imágenes; y en último lugar, (iii) se vuelve a culpabilizar a la víctima si se desea restituir el daño. Así se ve en la *Viñeta etnográfica 4* en una extracción literal de Hispasexy:

*Viñeta etnográfica 4. En Internet se escribe con tinta permanente*¹⁰

Si tú misma / o publicas tus propias fotos y videos en internet, por la propia naturaleza del medio, puede llegar a ser prácticamente imposible evitar la difusión de tu contenido por otros canales. En internet se escribe con tinta permanente [...]. Antes de publicar algo en redes sociales [...] asegúrate de que no te importa que otras personas vean, guarden y compartan tu contenido. De hecho, las redes sociales se crearon con ese objetivo, compartir, difundir y conseguir visibilidad. Sé cuidadosa / o con tu privacidad y todo irá bien.

Vemos pues cómo recae en la persona víctima llevar a cabo las acciones necesarias para solicitar la eliminación de los hilos donde están publicando sus imágenes sin su consentimiento, a pesar de que ésta sea quién está sufriendo las consecuencias de que una comunidad deliberadamente archive y difunda sus imágenes. Esta individualización de la culpa y de su reparación en la víctima no se constituye sólo por la acción de los usuarios, como se aprecia en la *Viñeta 3 (desaparecer de Internet es IMPOSIBLE)*, sino que también viene codificada en el diseño de Hispasexy, como se ha visto en la *Viñeta 4 (En Internet se escribe con tinta permanente [...] Sé cuidadosa/o con tu privacidad y todo irá bien)*. Así pues, la práctica de la difu-

¹⁰ Extraído de “Eliminación de contenido / DMCA” en Hispasexy.

sión no consentida es mutuamente constituida por el re-ensamblaje de los elementos técnicos de la plataforma y los usos situados de sus usuarios.

En este sentido, esta triple revictimización (culpabilización por subir una imagen, culpabilización por no tomar precauciones, culpabilización si se quiere eliminar) actúa como una suerte de “peaje” del terror y control sexual generizado que los miembros de Hispasexy imponen a las víctimas, favoreciendo la idea de que para participar en Internet hay que estar también dispuesto a pagar sus posibles riesgos y peligros. Lo cierto es que este peaje del terror generizado funciona de una manera muy concreta: se incomoda y violenta la participación en los medios digitales de ciertos grupos, en este caso de mujeres jóvenes, y simultáneamente, se premia a quienes promueven o son conniventes con este *ethos* misógino.

A nuestro juicio, esta narrativa de la infinitud que promulga Hispasexy (lo que sucede en Internet es para siempre y no se puede hacer nada al respecto) también sirve para ocultar la raíz del problema presentado: no es que no se pueda desaparecer de Internet, es que existen plataformas y comunidades que actúan para que, *de facto*, en Internet se escriba con tinta permanente. Así pues, aunque se ensalce la responsabilidad individual diciéndonos que seamos cuidadosas con nuestra privacidad, lo cierto es que Hispasexy facilita y promueve la práctica de la difusión no consentida, al tiempo que se des-responsabiliza de las acciones de sus usuarios y revictimiza a las afectadas. Por último, esta narrativa de la infinitud se alinea con la advertencia de Dodge (2019) en la que señala los riesgos de que se convierta en una profecía autocumplida. Por tanto, conviene trabajar en contranarrativas que visibilicen estas plataformas y las prácticas misóginas digitales examinadas como fenómenos sociales contruidos y no como fenómenos naturales inamovibles.

Conclusiones

De nuestro trabajo se desprende que lo que une a los usuarios de Hispasexy es su fuerte misoginia, expresada a través de los postulados de una “fratría tóxica” que tiene como dimensión principal la construcción de la comunidad y su mutua colaboración, lo que hemos denominado como “misoginia colaborativa”. En Hispasexy se genera el caldo de cultivo idóneo con el que promover e incitar una *cultura de la exhibición (dañina)* que es triplemente revictimizante y que es practicada tanto desde el propio diseño de la plataforma como por sus usuarios. Asimismo, durante la práctica de la difusión no consentida se acaban generando “catálogos” del material robado, filtrado o creado, lo que conceptualizamos como los “archivos del dolor” y que funcionan como una suerte de “galerías pornográficas” en la que se mantiene vivo el espíritu de esas imágenes apropiadas bajo la mirada impune de los perpetradores e impotente de las víctimas. Pese a esta colaboración, también hemos visto que Hispasexy es un lugar donde hay una fuerte

competencia homosocial entre los pares masculinos y donde se compite por demostrar quién es más hombre. En cualquier caso, las acciones de los usuarios de Hispasexy llevan el acoso y la violencia a un nuevo nivel de daños en el que se superponen distintas prácticas de violencia sexual digital.

La consecuencia de la apropiación violenta del desnudo para su posterior difusión es que las víctimas se ven obligadas a hacer un manejo “preventivo” de su desnudez fotográfica, haciendo malabarismos simultáneamente con la mirada masculina y las estructuras no neutras de género de la tecnología (Eikren e Ingram-Waters 2016). Siempre acaba recayendo la responsabilidad sobre la víctima: tiene que responsabilizarse de lo sucedido para mantener su sentido del honor y mantener estables sus autorrepresentaciones si quiere prevenir las diversas formas de humillación que culturas y todas estas nuevas prácticas sociales se despliegan como un medio para intimidar, silenciar o, de otro modo, extender el poder y el control. Sin embargo, en ningún momento se llega a problematizar en la raíz del problema, esto es, el hecho de que haya comunidades misóginas que trabajan colaborativamente para actuar de esta manera. Así, se ensalza la responsabilidad individual de las personas afectadas y se minimizan las acciones coordinadas por una comunidad misógina y promovidas por la plataforma.

En último lugar, hemos visto que la difusión no consentida es tan solo una de las distintas prácticas violentas que se superponen durante la puesta en práctica de la misoginia colaborativa de Hispasexy, como pueden ser el *doxing* o el cibercoso. A esto último es lo que se conoce como “daño rizomático” (Dodge 2019) o “poli-perpetración” (Flynn *et al.* 2022) y alude a la multiplicidad de fuentes de causar dolor y de agravar el daño generado en las afectadas. Conviene pues seguir explorando la dimensión del daño social generada en las afectadas y comenzar a plantear alternativas para reparar el daño, o al menos, desafiar este tipo de narrativas de la infinitud que acaban convirtiéndose en profecías autocumplidas por las que, efectivamente, pareciera que *en Internet se escribe con tinta permanente*.

Contribución de cada autor/a

JGL: Conceptualización; análisis formal; investigación; metodología; validación; redacción – borrador original; redacción – revisión y edición.

EGM: Conceptualización; análisis formal; investigación; metodología; supervisión; validación; redacción – borrador original; redacción – revisión y edición.

Conflicto de intereses

Las autoras declaran no tener conflicto de interés que pueda haber influido en los resultados presentados.

Referencias bibliográficas

- Ahmed, Sara. 2004. "Collective Feelings: Or, the Impressions Left by Others." *Theory, Culture & Society* 21(2): 25-42. DOI: <https://doi.org/10.1177/0263276404042133>
- Akkerman, Sanne F., & Arthur Bakker. 2011. "Boundary Crossing and Boundary Objects." *Review of Educational Research* 81(2): 132-169. DOI: <https://doi.org/10.3102/0034654311404435>
- Apel, Dora. 2005. "Torture Culture: Lynching Photographs and the Images of Abu Ghraib." *Art Journal* 64(2): 88-100. DOI: <https://doi.org/10.1080/00043249.2005.10791174>
- Barron, Martin, & Michael Kimmel. 2000. "Sexual violence in three pornographic media: Toward a sociological explanation." *Journal of Sex Research* 37(2): 161-168. DOI: <https://doi.org/10.1080/00224490009552033>
- Burns, Anne. 2015. "In Full View: Involuntary Porn and the Postfeminist Rhetoric of Choice." In *Twenty-first Century Feminism: Forming and Performing Femininity*, editado por Claire Nally y Angela Smith, 93-118. London: Palgrave Macmillan UK.
- Butler, Judith. 2007. "Torture and the Ethics of Photography." *Environment and Planning D: Society and Space* 25(6): 951-966. DOI: <https://doi.org/10.1068/d2506jb>
- Carrabine, Eamonn. 2012. "Just Images: Aesthetics, Ethics and Visual Criminology." *The British Journal of Criminology* 52(3): 463-489. DOI: <https://doi.org/10.1093/bjc/azr089>
- Chawki, Mohamed, & Yassin El Shazly. 2013. "Online Sexual Harassment: Issues & Solutions." *JIPITEC – Journal of Intellectual Property, Information Technology and E-Commerce Law* 4(2): 71-86.
- Cirucci, Angela. 2015. "Facebook's affordances, visible culture, and anti-anonymity." En *Proceedings of the 2015 International Conference on Social Media & Society*, editado por Anatoliy Gruzd et al., 1-5. New York: Association for Computing Machinery. DOI: <https://doi.org/10.1145/2789187.2789202>
- Citron, Danielle Keats., & Mary Anne Franks. 2014. "Criminalizing Revenge Porn." *Wake Forest Law Review* 49(2): 345-392.
- Costa, Elisabetta. 2018. "Affordances-in-practice: An ethnographic critique of social media logic and context collapse." *New Media & Society*, 20(10): 3641-3656. DOI: <https://doi.org/10.1177/1461444818756290>
- Delevi, Raquel., & Robert. S. Weisskirch. 2013. "Personality factors as predictors of sexting." *Computers in Human Behavior* 29(6): 2589-2594. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.chb.2013.06.003>
- Delfino, Rebecca A. 2019. "Pornographic Deepfakes: The Case for Federal Criminalization of Revenge Porn's Next Tragic Act." *Fordham Law Review* 88(3): 887-938. DOI: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3341593>
- Díaz-Fernández, Silvia., & Elisa García-Mingo. 2022. "The bar of Forocoches as a masculine online place: Affordances, masculinist digital practices and trolling." *New Media & Society* 0(0). DOI: <https://doi.org/10.1177/14614448221135631>
- Dodge, Alexa. 2016. "Digitizing rape culture: Online sexual violence and the power of the digital photograph." *Crime, Media, Culture* 12(1): 65-82. DOI: <https://doi.org/10.1177/1741659015601173>
- Dodge, Alexa. 2019. "Nudes Are Forever: Judicial Interpretations of Digital Technology's Impact on 'Revenge Porn'." *Canadian Journal of Law and Society/La Revue Canadienne Droit et Société* 34(1): 121-143. DOI: <https://doi.org/10.1017/cls.2019.4>

- Drouin, Michelle, Jody Ross, & Elizabeth Tobin. 2015. "Sexting: A new, digital vehicle for intimate partner aggression?" *Computers in Human Behavior* 50: 197-204. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.chb.2015.04.001>
- Duguay, Stefanie. 2018. "Tinder-Swiped: A focal gesture and contested app visions." In *Appified: Culture in the Age of Apps*, editado por Jeremy W. Morris y Sarah Murray, 127-135. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Ehman, Anandi C., & Alan M. Gross. 2019. "Sexual cyberbullying: Review, critique, & future directions." *Aggression and Violent Behavior* 44: 80-87. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.avb.2018.11.001>
- Eikren, Emilee, & Mary Ingram-Waters. 2016. "Dismantling 'You Get What You Deserve': Towards a Feminist Sociology of Revenge Porn." *Ada: A Journal of Gender, New Media, and Technology* 10: 1-19.
- Fairbairn, Jordan, & Dale Spencer. 2018. "Virtualized Violence and Anonymous Juries: Unpacking Steubenville's 'Big Red' Sexual Assault Case and the Role of Social Media." *Feminist Criminology* 13(5): 477-497. DOI: <https://doi.org/10.1177/1557085116687032>
- Flynn, Asher, Powell, et al. 2022. "Deepfakes and Digitally Altered Imagery Abuse: A Cross-Country Exploration of an Emerging Form of Image-Based Sexual Abuse." *The British Journal of Criminology* 62(6): 1341-1358. DOI: <https://doi.org/10.1093/bjc/azab111>
- Hearn, Jeff., & Matthew Hall. 2019. "'This is my cheating ex': Gender and sexuality in revenge porn." *Sexualities* 22(5-6): 860-882. DOI: <https://doi.org/10.1177/1363460718779965>
- Henry, Nicola, & Anastasia Powell. 2015. "Embodied Harms: Gender, Shame, and Technology-Facilitated Sexual Violence." *Violence Against Women* 21(6): 758-779. DOI: <https://doi.org/10.1177/1077801215576581>
- Henry, Nicola, et al. 2020. *Image-based Sexual Abuse: A Study on the Causes and Consequences of Non-consensual Nude or Sexual Imagery*. New York: Routledge.
- Hine, Christine. 2008. "Virtual Ethnography: Modes, Varieties, Affordances." In *The SAGE Handbook of Online Research Methods*, editado por Nigel Fielding, Raymond M. Lee, y Grant Blank, 257-270. London: SAGE.
- Lasén, Amparo, & Edgar Gómez-Cruz. 2009. "Digital Photography and Picture Sharing: Redefining the Public/Private Divide." *Knowledge, Technology & Policy* 22: 205-215. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12130-009-9086-8>
- Light, Ben, Jean Burgess, & Stefanie Duguay. 2018. "The walkthrough method: An approach to the study of apps." *New Media & Society* 20(3): 881-900. DOI: <https://doi.org/10.1177/1461444816675438>
- Maddocks, Sophie. 2018. "From Non-consensual Pornography to Image-based Sexual Abuse: Charting the Course of a Problem with Many Names." *Australian Feminist Studies* 33(97): 345-361. DOI: <https://doi.org/10.1080/08164649.2018.1542592>
- Markham, Annette. 2012. "Fabrication as Ethical Practice: Qualitative inquiry in ambiguous Internet contexts." *Information, Communication & Society*, 15(3): 334-353. DOI: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2011.641993>
- Massanari, Adrienne. 2017. "#Gamergate and The Fapping: How Reddit's algorithm, governance, and culture support toxic technocultures." *New Media & Society* 19(3): 329-346. DOI: <https://doi.org/10.1177/1461444815608807>
- Massanari, Adrienne. 2016. "'Damseling for Dollars': Toxic Technocultures and Geek Masculinity." In *Race and Gender in Electronic Media*, editado por Rebecca Ann Lind, 312-327. New York: Routledge.

- McGlynn, Clare, *et al.* 2021. "'It's Torture for the Soul': The Harms of Image-Based Sexual Abuse." *Social & Legal Studies* 30(4): 541-562. DOI: <https://doi.org/10.1177/0964663920947791>
- McGlynn, Clare, Erika Rackley, & Ruth Houghton. 2017. "Beyond 'Revenge Porn': The Continuum of Image-Based Sexual Abuse." *Feminist Legal Studies* 25: 25-46. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10691-017-9343-2>
- Paasonen, Susanna, Ben Light, & Kylie Jarrett. 2019. "The Dick Pic: Harassment, Curation, and Desire." *Social Media + Society* 5(2). DOI: <https://doi.org/10.1177/2056305119826126>
- Pink, Sarah, *et al.* 2019. *Etnografía digital*. Traducido por Roc Filella. Madrid: Ediciones Morata.
- Powell, Anastasia. 2015. "Seeking rape justice: Formal and informal responses to sexual violence through technosocial counter-publics." *Theoretical Criminology* 19(4): 571-588. DOI: <https://doi.org/10.1177/1362480615576271>
- Powell, Anastasia, & Nicola Henry. 2017. *Sexual Violence in a Digital Age*. London: Palgrave Macmillan.
- Pritchard, Shannon, & Nidhi Tandon. 2015. Cyber Violence against Women and Girls: A world-wide wake up call. UN Report. Disponible en <https://www.broadbandcommission.org/publication/cyber-violence-against-women/>
- Reed, Lauren A., Richard M. Tolman, & Monique L. Ward. 2016. "Snooping and Sexting: Digital Media as a Context for Dating Aggression and Abuse among College Students." *Violence Against Women* 22(13): 1556-1576. DOI: <https://doi.org/10.1177/1077801216630143>
- Ricciardelli, Rosemary, & Michael Adorjan. 2019. "'If a girl's photo gets sent around, that's a way bigger deal than if a guy's photo gets sent around': Gender, sexting, and the teenage years." *Journal of Gender Studies* 28(5): 563-577. DOI: <https://doi.org/10.1080/09589236.2018.1560245>
- Riger, Stephanie, & Margaret Gordon. 1981. "The fear of rape: A study in social control." *Journal of Social Issues* 37(4): 71-92. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1981.tb01071.x>
- Ringrose, Jessica, *et al.* 2012. *A qualitative study of children, young people and 'sexting': a report prepared for the NSPCC*. London: National Society for the Prevention of Cruelty to Children. Disponible en <http://eprints.lse.ac.uk/44216/>
- Schwartz, Becca, & Gina Neff. 2019. "The gendered affordances of Craigslist 'new-in-town girls wanted'." *New Media & Society* 21(11-12): 2404-2421. DOI: <https://doi.org/10.1177/1461444819849897>
- Semenzin, Silvia, & Lucia Bainotti. 2020. "The Use of Telegram for Non-Consensual Dissemination of Intimate Images: Gendered Affordances and the Construction of Masculinities." *Social Media + Society* 6(4): 1-12. DOI: <https://doi.org/10.1177/2056305120984453>
- Sontag, Susan. 2011. *Ante el dolor de los demás*. Traducido por Aurelio Major. Madrid: DEBOLS!LLO.
- UKCCIS. 2016. "Sexting in schools and colleges: Responding to incidents and safeguarding young people." London: UK Council for Child and Internet Safety. Disponible en <https://www.gov.uk/government/publications/sharing-nudes-and-semi-nudes-advice-for-education-settings-working-with-children-and-young-people>
- Viola, Marco, & Cristina Voto. 2023. "Designed to abuse? Deepfakes and the non-consensual diffusion of intimate images." *Synthese* 201(30): Art. 30. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11229-022-04012-2>
- Woodlock, Delanie. 2017. "The Abuse of Technology in Domestic Violence and Stalking."

Violence Against Women 23(5):584-602. DOI: <https://doi.org/10.1177/1077801216646277>
Jacinto G. Lorca. Doctorando en el programa de Sociología y Antropología de la Facultad de Ciencias Políticas y Sociología de la Universidad Complutense de Madrid.

Elisa García-Mingo. Doctora en Estudios Internacionales e Interculturales. Profesora Contratada Doctora en el Departamento de Sociología: Metodología y Teoría de la Facultad de Ciencias Políticas y Sociología de la Universidad Complutense de Madrid.

Artículo recibido el 30 de junio y aceptado para su publicación en 17 de octubre de 2023.

Cómo citar este artículo:

[Según la norma Chicago]:

Lorca, Jacinto G., y Elisa García-Mingo. 2023. "Busca, busca, perrita: comunidades digitales misóginas de difusión de imágenes sexuales sin consentimiento." *ex æquo* 48: 15-32. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.03>

[Según la norma APA adaptada]:

Lorca, Jacinto G., y García-Mingo, Elisa (2023). *Busca, busca, perrita: comunidades digitales misóginas de difusión de imágenes sexuales sin consentimiento*. *ex æquo*, 48, 15-32. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.03>



Este es un artículo de acceso abierto distribuido bajo los términos de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-SinObraDerivada (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite la reproducción y distribución no comercial de la obra, en cualquier medio, siempre que la obra original no sea alterada o transformada de ninguna manera, y que la obra sea debidamente citada. Para la reutilización comercial, póngase en contacto con: apem1991@gmail.com



EL BULO DEL “CONTRATO SEXUAL” DEL MINISTERIO DE IGUALDAD ESPAÑOL EN TIKTOK: UN ANÁLISIS DE CASO DE POSVERDAD ANTIFEMINISTA EN REDES SOCIALES

 Ignacio Moreno Segarra*

 Asunción Bernárdez Rodal**

Resumen

Este estudio examina cómo se trata en TikTok la “Ley del sí es sí” que enfatiza el consentimiento sexual en España, tomando los datos entre junio y julio de 2022. Siguiendo las recomendaciones algorítmicas de TikTok, investigamos la transformación de discursos anti-consentimiento en memes. Identificamos cuatro categorías básicas sobre el *fake* de la existencia de un “contrato sexual” real: los videos que plantean la burocratización del sexo; los que perpetúan el mito de la “mujer mala”; los que señalan la “miseria sexual” de los hombres, y los que comparan los contratos de fútbol con los de consentimiento. Nuestra conclusión destaca las limitaciones de la verificación de hechos en una era de posverdad antifeminista, donde los discursos se basan más en las emociones que en hechos comprobables.

Palabras clave: TikTok, antifeminismo, posverdad, consentimiento, España.

Resumo

A farsa do “contrato sexual” do Ministério da Igualdade espanhol no TikTok: uma análise do caso da pós-verdade antifeminista nas redes sociais

Este estudo examina o modo como a “Lei do Sim é Sim” (que enfatiza o consentimento sexual em Espanha) é tratada no TikTok, com base em dados recolhidos entre junho e julho de 2022. Seguindo as recomendações algorítmicas do TikTok, investigámos a transformação dos discursos anti-consentimento em memes. Identificámos quatro categorias básicas relativas ao *fake* da existência de um “contrato sexual” real: vídeos que sugerem a burocratização do sexo; os que perpetuam o mito da “mulher má”; os que apontam para a “miséria sexual”

* Facultad de Ciencias de la Información, Universidad Complutense de Madrid (UCM), 28040 Madrid, España.

Dirección postal: UCM, Avda. Complutense s/n. 28040 Madrid, España.

Correo electrónico: igmore01@ucm.es

** Facultad de Ciencias de la Información, Universidad Complutense de Madrid, 28040 Madrid, España.

Dirección postal: UCM, Avda. Complutense s/n. 28040 Madrid, España.

Correo electrónico: asbernar@ucm.es

dos homens; e os que comparam os contratos de futebol com os de consentimento. A conclusão destaca os desafios da verificação de factos numa era de pós-verdade antifeminista, em que os discursos são baseados mais em emoções do que em factos verificáveis.

Palavras-chave: TikTok, antifeminismo, pós-verdade, consentimento, Espanha.

Abstract

The Hoax of the “Sexual Contract” of the Spanish Ministry of Equality on TikTok: An analysis of the case of anti-feminist post-truth in social networks

This paper examines how the controversial “Yes means Yes Law” – emphasizing sexual consent in Spain – is approached on TikTok, based on data collected between June and July of 2022. We have investigated the transformation of anti-consent discourse into memes, based on TikTok’s algorithmic recommendations. We have identified four basic categories pertaining to the falsification of the existence of a “sexual contract”: videos that satirize the bureaucracy of sex; those perpetuating the myth of “the bad woman”; those highlighting the perceived “sexual misery” of men; and those comparing consent contracts with sports contracts. Our conclusions underscore the limitations of fact-checking in an anti-feminist, post-truth era.

Keywords: TikTok, anti-feminist, post-truth, consent, Spain.

Introducción

Este estudio analiza una serie de videos protagonizados por adolescentes españoles aparecidos en la plataforma TikTok durante la época estival de 2022 como respuesta a la pronta ratificación de la Ley Orgánica 10/2022, del seis de septiembre, de garantía integral de la libertad sexual, conocida popularmente como “Ley del solo sí es sí” o también “Ley Montero”. El abogado Isaac Guijarro (2023) señala que esta ley constituye una redefinición de la legislación española, al introducir un único delito de agresión sexual, sin distinción de si hubo violencia o intimidación, lo cual posiciona al consentimiento como elemento clave.

La Ley Orgánica 10/2022 fue promulgada e impulsada durante el mandato de Irene Montero frente al Ministerio de Igualdad, una de las políticas clave del partido Podemos, que formaba parte del gobierno en coalición con el Partido Socialista Obrero Español (PSOE), y fue aprobada con el apoyo de una amplia mayoría de 250 diputados. El texto introdujo una gama más amplia y progresiva de penas diseñadas para cubrir todas las conductas que resultan de combinar agresiones y abusos para los cuales el Código Penal establecía castigos menores (Borraz 2022). Sin embargo, esta revisión trajo como consecuencia una reducción de las penas para algunos de los condenados, lo que fue aprovechado por los abogados de varios delincuentes sexuales para solicitar su excarcelación. Esto desató una campaña contra el gobierno, la ley y la Ministra de Igualdad, generando un enorme desgaste político (Ortiz & Herrera 2023).

Ya desde sus inicios, la ley generó una gran polémica en los medios de comunicación conservadores, que aportaron datos falsos con el ánimo de desinformar

(Díaz Moreno & López Trujillo 2022) y que fueron replicados en redes sociales. Para encontrar el origen de esos bulos nos hemos retrotraído a dos años antes, momento en el que aparecieron un conjunto de narrativas en redes sociales que afirmaban falsamente que existía un “contrato de consentimiento sexual” creado por el Ministerio de Igualdad y que, ya entonces, habría sido calificado como material engañoso por distintas organizaciones dedicadas al *fact-checking*, como Newtral (Rodrigo 2020).

1. Contexto social

Los bulos relacionados con la existencia de contratos sexuales fomentados por el feminismo aparecen ya a mediados de la década de los ochenta, cuando las políticas feministas anglosajonas pasaron de centrar el discurso del consentimiento de una forma negativa – “no es no” – a una positiva – “sí es sí” (Loreto 2020). En España, el caso de la violación grupal de La Manada, acaecido en los Sanfermines de 2016, había puesto sobre la mesa la cuestión del consentimiento, convirtiéndolo en un tema de debate nacional (Angulo Egea 2019; Aguilar Barriga 2020; Brandariz Portela 2021), especialmente en redes sociales (Núñez Puente & Fernández Romero 2019; Bernárdez-Rodal, López-Priego & Padilla-Castillo 2021).

Volviendo a los documentos referenciados en esos videos, Luis M. García (2020), en su sección ‘Bulocracia’ del diario *Público*, señalaba y replicaba la presencia de contratos de consentimiento falsos que, según este periodista, estaban modificados torpemente para parecer un impreso ministerial, contando con una serie de casillas tales como “datos de la consentidora” y “datos del consentido”. La viralización de ese falso documento, denominado irónicamente “Modelo 69”, fue tal que el propio Ministerio de Igualdad tuvo que señalar en un *tweet* realizado el seis de marzo de 2020 que no existía ningún impreso de consentimiento emitido por parte del Ministerio y remitía a otro medio especializado en *fact-checking*.

Imagen 1

Tweet del Ministerio de Igualdad (06/03/2020)



De entre las múltiples respuestas que tuvo este *tweet* hemos querido destacar el de una ciudadana anónima que comentaba el carácter irónico del documento que replicaba el tono general de muchas de las respuestas:

Imagen 2

Tweet de la cuenta @andarellabcn (06/03/2020)



2. Cuestiones teóricas

El uso del humor y de la ironía como herramientas del auge conservador y anti-feminista que estamos viviendo los últimos años ha sido analizado por autoras como Angela Nagle (2017), para quien el recurso al humor responde a una serie de razones, entre las que podemos señalar su tono ligero que permite difundir las ideas conservadoras y, al mismo tiempo, bloquear las críticas disfrazando las intenciones del interlocutor. Junto a ello, se señala la capacidad para crear sentimiento de pertenencia a una comunidad, a través de la estrategia de confundir a los extraños y reafirmar a los propios, a la vez que permitiría insensibilizar a sus audiencias sobre ciertos temas, tal y como ocurre con el humor aplicado a desgracias que reciben cobertura mediática, incluida la violencia machista. A pesar de que el uso del humor se ha convertido en una herramienta de resignificación también para el feminismo (Sundén & Paasonen 2020) y una pieza clave en la economía de la atención de las redes sociales (Shifman 2014), la *memeficacion* de los discursos políticos reaccionarios como el que analizamos y su uso de la ironía caería en la categoría de humor legal pero dañino – “humor that harms” –, definida por Matamoros-Fernández en sus análisis de TikTok (Matamoros-Fernández *et al.* 2022; Matamoros-Fernández 2023).

Aunque el contrato sexual al que aludía el *tweet* se puede englobar en dos de las categorías de *fake news* analizadas por Wardle (2020), como son la parodia y el contenido manipulado, justificando que el Ministerio de Igualdad recurriera a una respuesta institucional que aludía directamente a una entidad que intenta actuar como *gatekeeper* (maldita.es), en cambio, las respuestas de los tuiteros señalan las limitaciones de ese tipo de soluciones. Según autoras como Sophia A. McClennen (2023), el aspecto más significativo de ese tipo de *tweets* no sería tanto la veracidad de la información, sino la propia circulación del discurso reaccionario que, a su vez, desmantela la idea de volver a los hechos y su verificación como un

modo de reforzar la democracia (Koekoek & Zakin 2023). El humor y, más concretamente, una de sus estrategias, la repetición, crea un sentimiento de normalidad y ligereza con respecto a los discursos de odio, en un mecanismo definido por Brian Massumi (2005) como *media affective modulation*, es decir, una modulación mediática de los afectos.

Este tipo de estrategias y su relación con los discursos de género han sido definidas por autoras como Ringrose (2018) como *post-truth antifeminism*, una expresión que, de manera general, haría referencia a que los llamamientos a las creencias personales y los sentimientos tendrían más peso que los hechos a la hora de conformar la opinión pública (Boler & Davis 2018). En su relación con el feminismo, esta idea hace referencia al entramado ideológico con el que se desacreditan los conocimientos especializados sobre feminismo y género mediante la degradación de sus postulados a los que se califican de “posmodernos, esponjosos, oscuros, ideológicos, absurdos o simplemente equivocados”¹ (Evans & Riley 2022, 29).

Para Budgeon (2022) estos discursos beligerantes contra el feminismo pertenecen a una serie de transformaciones sociopolíticas que, a su vez, han producido una serie de cambios en las afirmaciones sobre las que se construye el conocimiento. El principal motor de estos cambios reside en el valor de la experiencia entendida como verdad personal y que asienta un sentido común frente a las élites, las autoridades, la academia y los grupos minoritarios. Este tipo de aproximaciones relativistas, según autoras como Koekoek y Zakin (2023) o la propia Budgeon (2021), plantean problemas a la pedagogía feminista encargada de rebatirla tanto por el modo en que el feminismo revitalizó la esfera personal como esfera política, como por la reificación de los valores masculinos de verdad, racionalidad y *fact-checking*. Irónicamente, y tal como veremos a lo largo de este artículo, los discursos que desde la reacción se han construido sobre la institucionalización de la lucha feminista dibujan a ésta desde una perspectiva “liberal, burocrática, tecnocrática o hiper-racionalista”² que parece desterrar lo sentimental y lo pasional (Koekoek & Zakin 2023, 127). Precisamente, Núñez Puente y Fernández Romero (2019), al analizar los dispositivos de posverdad en las respuestas de Twitter al caso de la violación grupal de La Manada, señalan a los afectos y las emociones como elementos básicos de un discurso que clamaba que los perpetradores eran las víctimas y que se valían de otras herramientas, como la espectacularización de un discurso fetichizado y la visibilidad mediática, para dar visos de realidad.

Desde una perspectiva más general, los discursos antigénero concentrados en redes sociales como TikTok en críticas al Ministerio de Igualdad nos remiten, según distintas autoras, a una crisis de las democracias liberales (Kováts 2017; Donà 2020). Además, son una oportunidad para crear una narrativa populista

¹ Traducción propia del texto original: “postmodern, fluffy, obscure, ideological, foolish or simply wrong”.

² Traducción propia del texto original: “liberal, managerial, technocratic or hyper-rationalist”.

entre los partidos de extrema derecha como Vox en una estrategia de movilización de los discursos de género que han sido utilizados por ese partido “para disputar el poder, crear una identidad distintiva y establecer antagonismos primarios”³ (Cabezas 2022, 338). No cabe duda de que el antifeminismo está siendo un núcleo fundamental de los discursos ultraconservadores en el mundo entero (Bernárdez-Rodal, Requeijo-Rey & Franco 2022).

3. Retos metodológicos en el estudio de TikTok

Uno de los principales retos a la hora de analizar TikTok es la imposibilidad de conseguir datos y herramientas fiables para estudiar la producción de esta red social más allá de las API confeccionadas por la propia empresa, y que tienen severas limitaciones para el uso académico (Lurie, Bateyko & Schroeder 2023). Nosotros hemos utilizado la herramienta Zeeschuimer, una extensión del navegador “que monitorea y recopila información sobre elementos de la interfaz de una plataforma o red social” (Linterna Verde 2023) y que ha sido recomendada por distintos especialistas para el análisis de TikTok (Peeters 2022). Utilizando este programa, se realizó el vaciado de la etiqueta #IreneMonteroContrato que, en junio de 2023, arrojaba la cifra provisional de 401 videos, siendo en su gran mayoría piezas que hacían referencia al contrato sexual, pero no exclusivamente, ya que también abarcaban críticas a la contratación del Ministerio o temas sin ninguna vinculación, pero que querían ganar visibilidad con la etiqueta. El *hashtag* #leysolosiessi, en junio del mismo año, daba un total de 823 videos, pero sólo el análisis del contenido o de *hashtags* cruzados podría dar una aproximación de cuales apoyaban o atacaban a la ley. La combinación de los *hashtags* #leysolosiessi y #contrato dieron un total de 424 videos que incluían algunas piezas que hablaban de contratos hipotecarios y los relacionados con el objeto de este artículo eran sustancialmente diferentes a los recogidos con la etiqueta #IreneMonteroContrato. Ese mismo resultado (424) obtuvimos con la búsqueda de *hashtags* de #IreneMontero y #contratosexual, que incluía reflexiones sobre vidas de famosos o poliamor. Finalmente, el conjunto de vídeos más numeroso sobre el contrato del Ministerio de Igualdad, y que reproduce un audio del programa futbolístico ‘El Chiringuito’, no suele recurrir a este tipo de *hashtags* siendo los más utilizados los de #humor o #firma, quedando por lo tanto invisibilizado en esas búsquedas. La variedad de resultados obtenidos y la similitud numérica avalan la tesis de Medina Serrano, Papakyriakopoulos & Hegelich (2020) de que TikTok no sólo limita el número de búsquedas por *hashtag*, sino que no especifica cuál es ese límite que, en todo caso, es variable.

³ Traducción propia del texto original: “to dispute power, to create a distinct identity, and to establish primary antagonisms”.

Otra explicación de ese fenómeno es que, según distintos/as autores/as (Vijay & Gekker 2021; Kanthawala *et al.* 2022; Zulli & Zulli 2022), uno de los aspectos definitorios de TikTok es la centralidad de la recomendación algorítmica hasta el punto de que es imposible crear una experiencia estadísticamente neutral. A pesar de que, siguiendo el ejemplo de Chen *et al.* (2019), intentamos compensar los sesgos del algoritmo comparando a principio de junio de 2023 los resultados de una cuenta activada previamente al estudio con otra configurada exprofeso, no podemos sino señalar las limitaciones de tal solución y que muestran la dificultad de escapar a las operaciones de recomendación en *apps* construidas alrededor de ellas.

Uno de los primeros resultados de la dificultad de acceder a datos fiables es que, estadísticamente, el principal método utilizado por la academia a la hora de estudiar TikTok es el análisis del discurso (Kanthawala *et al.* 2022). Este hecho no sólo se justifica por las limitaciones de las herramientas de vaciado que prácticamente imposibilitan cuantificar los discursos, sino también por la centralidad del contenido. Según los/as autores/as arriba citados/as (Vijay & Gekker 2021; Kanthawala *et al.* 2022; Zulli & Zulli 2022), TikTok no es una red que esté definida por las relaciones interpersonales, sino por la capacidad de reutilizar el contenido, ya sea en forma de recursos sonoros, estéticos o movimientos corporales, como es el caso de los bailes virales que hicieron a esta plataforma famosa.

Dado el carácter colectivo y colaborativo de TikTok, y teniendo en cuenta el carácter personalizado de nuestros resultados, este artículo está centrado en el análisis de los marcos culturales que asumen los usuarios/as. Este concepto ha sido utilizado para referirse a la “producción de normas y prácticas culturales en la plataforma que no se centran en los usuarios individuales, sino que consideran las acciones colectivas de los usuarios a la hora de crear tipos de contenido o patrones de comportamiento en la misma”⁴ (Kanthawala *et al.* 2022, 3109).

Uno de los textos más certeros sobre la cultura de TikTok es el de Zulli & Zulli (2022) sobre el carácter memético de esta plataforma. Para estos autores, TikTok expande metodológicamente la capacidad de reproducción de los memes hasta convertirla en una característica de su infraestructura y así pasar a fomentarla a través de las funcionalidades (*affordances*) de la *app* como, por ejemplo, reutilizar un sonido. En ese sentido, TikTok crea un *imitation publics*, definido como “como una agrupación de personas cuya conectividad digital se constituye a través del ritual compartido de imitación y replicación de contenido”⁵ (Zulli & Zulli 2022, 1882). Según Zulli & Zulli (2022), las transcripciones imitativas que se realizan en TikTok pueden ser de contenido (intereses, razonamientos o puntos de vista) o

⁴ Traducción propia del texto original: “production of cultural norms and practices on the platform that are not focused on individual users, but instead look at users’ collective actions generative of content genres or patterns of behavior on the platform”.

⁵ Traducción propia del texto original: “as a collection of people whose digital connectivity is constituted through the shared ritual of content imitation and replication”.

estéticas (referidas a un tipo de estética visual o sonora), pero en ambos casos el material replicado debe formar parte de una experiencia cultural compartida (Shifman 2014). Eso explica que se hable de subculturas dentro de TikTok (Kanthawala *et al.* 2022), como #lesbiantok (sobre y desde la comunidad lésbica) o #cleantok (videos sobre limpieza). Siguiendo ese hilo de pensamiento, los videos que vamos a analizar forman parte de una subcultura de TikTok que podríamos denominar como #antiIreneMontero y que ha creado y replicado una serie de herramientas discursivas para atacar la labor de ese Ministerio.

4. Resultados. Contratos sexuales y memes: tendencias antifeministas

Siguiendo la idea de Zulli & Zulli (2022) sobre el valor mimético de TikTok, los objetos que hemos seleccionado para el análisis del discurso no son videos particulares, sino conjuntos de videos que, puestos en relación, configuran y certifican una tendencia imitativa o mimética basada en describir o atacar el supuesto contrato sexual surgido del Ministerio de Igualdad. Para ello hemos analizado un total de 303 videos que han sido seleccionados, respondiendo, no tanto a los criterios de repercusión en número de visionados o *likes*, como a su capacidad para ejemplificar tendencias miméticas en el uso de imágenes, sonidos o ideas replicables.

Descartando los videos de personas reflexionando a cámara sobre la ley o el consentimiento, ya que tanto por la forma como por el contenido que hacía referencia a cuestiones muy generales, en nuestro análisis hemos podido distinguir cuatro tendencias miméticas particulares relacionadas con el supuesto contrato sexual implantado por el Ministerio de Igualdad. Hemos creado esta clasificación a partir de la adopción del concepto de “marco” comunicativo desarrollado por Lakoff (2007) y Lakoff & Johnson (2017 [1986]), que afirmaban que los marcos son las estructuras mentales que conforman nuestro modo de ver el mundo, y que se confunden en la experiencia humana con el sentido común.

El primer grupo de videos se desarrollan en torno al marco de la burocratización de la vida cotidiana de los jóvenes en la que está incluido el sexo, tratado en clave de humor. El primer grupo de TikToks hace referencia a una serie de videos que, si bien difieren en su forma y en el audio utilizado, todos manejan la misma idea, repitiendo los mismos argumentos: los posibles inconvenientes que plantearía firmar un contrato en papel antes de iniciar una relación sexual. En este heterogéneo grupo existen distintos subgrupos. El primero de ellos está centrado en la narrativa del amigo que acude a una fiesta o discoteca con un fajo de contratos para que sus amigos los puedan firmar y que, irónicamente, él no va a aprovechar por timidez o por falta de atractivo físico. Un buen ejemplo de ello sería el TikTok de @danisharkez08 que va acompañado del texto “Yo llegando a la fiesta con los contratos de consentimiento sabiendo que ni las miraré aunque lleve 5 cubatas”, y que en junio de 2023 contaba con 32.200 *likes*. Una variante de ese tema es el amigo

que no regala, sino vende los contratos; o el amigo que se encarga de imprimir los contratos como un elemento más de “salir de fiesta” (“ahora tardaremos más en salir”, dice el video de @danielkgerl”). Junto a estos ejemplos, queremos subrayar un video de @vargas_012, que presentaba al autor sentado y coronado por el texto “No llevaba boli a los exámenes de la ESO, de verdad se piensa Irene Montero que voy a llevar boli para que me firmen un contrato antes de...”, y que se repite en otros videos (“No tengo ni la ESO y me piden contrato para...”). Existe también una serie de vídeos de jóvenes de fiesta en discotecas o verbenas que muestran alguna de las versiones del contrato o papeles de aspecto oficial como sustitutorios. De los videos de fiesta quizás los más inquietantes son los de @ismaf_96, especialmente dos subidos durante julio de 2022, en los que podemos ver a los protagonistas reutilizar esta tendencia durante los Sanfermines planteando una reflexión sobre el consentimiento y el caso de la Manada.

Imagen 3

Tiktok de la cuenta Tu tiburón favorito
@danishsharkez08 (26/07/2022)

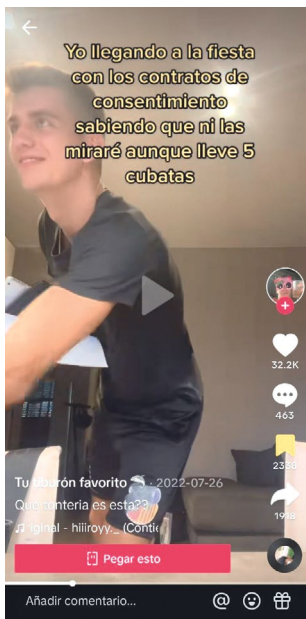
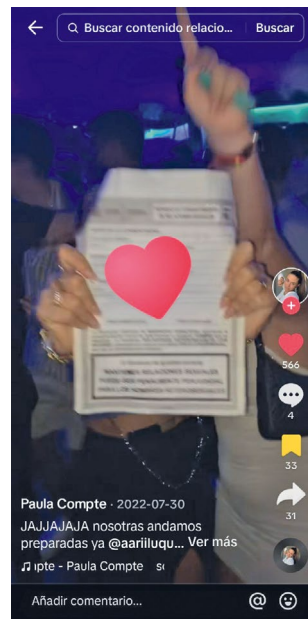


Imagen 4

Tiktok de la cuenta Paula Compte
@paaulacompte (30/07/2022)



Segundo, un grupo de videos que hace referencia a la idea de mujeres que se niegan firmar el contrato, teniendo esa omisión serias repercusiones para los jóvenes de los videos. Estas narrativas pueden ser protagonizadas por un amigo que les advierte o por los propios hombres jóvenes y en ambos casos se presentan las situaciones como peligrosas y, por lo tanto, como más excitantes. Las consecuencias se pueden reflejar reutilizando clips visuales de películas o de telediarios en que apa-

recen jóvenes mientras están siendo detenidos. En otra variante dentro de ese mismo grupo, vemos a hombres jóvenes como @foronaim (628.000 seguidores) que, en un video de 75.700 visionados, se presentaba contrato en mano, rechazando tener relaciones sexuales, porque la mujer alegaba que el contrato no hacía falta diciendo “yo te dejo”. En ese video se utilizan los primeros segundos de la canción *Apollo* de Smoove’L, que en TikTok se suele usar para ejemplificar un rechazo repentino pero tajante del protagonista. En la misma línea encontramos el video de @guiiiiillee, en el que una mujer en *off* le dice “Vamos a hacerlo sin contrato que me pone más”, frase ante la que responde que esa omisión puede acabar con el protagonista en la cárcel. Otro numeroso subgrupo de vídeos que explota esta idea es el conformado por piezas que utilizan un fragmento de la música y la letra de *Tú no amas* de Anuel AA y que permite plantear una estructura dialógica, ya que la canción dice: “no te quiero amar, no (no), quiero darte calor (sí). Yo me dejo llevar (ya)”. En vídeos como los de @ferhb_ se sustituye la letra de la canción con frases sobreimpresionadas para que, a través del *playback*, el autor del video conteste a una serie de preguntas que se responden con el (no), (sí) y (ya) de la canción. De este modo, en el video y con la ayuda de la música, podemos apreciar el siguiente diálogo:

- Te ha firmado el contrato? (no)
- Te has liado con ella? (sí)
- Vas a ir a la cárcel? (ya)

Imagen 5
TikTok de la cuenta
frannmata_@frannmata
(29/07/2022)

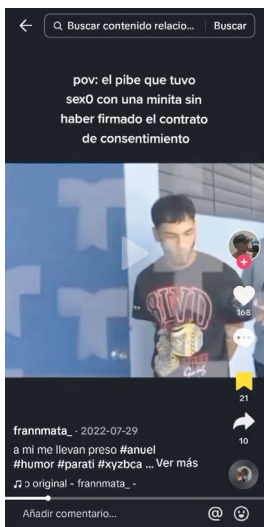


Imagen 6
TikTok de la cuenta
Jotape Was Here
@jotapewashere (28/07/2022)

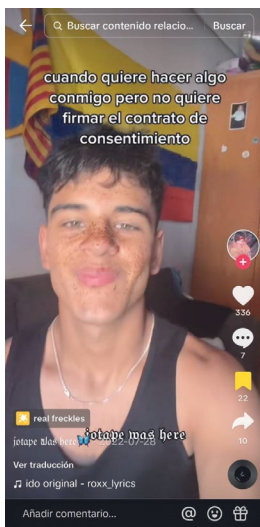
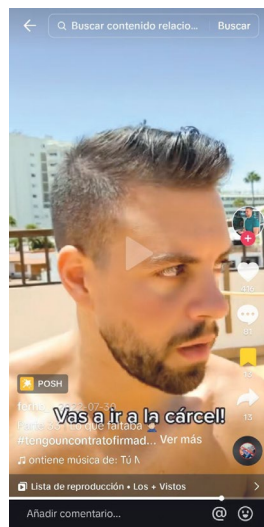


Imagen 7
TikTok de la cuenta
ferhb_@ferhb_ (30/07/2022)



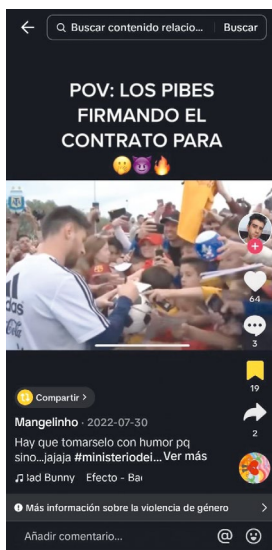
El tercer tipo de vídeos es, numéricamente, menos representativo (cuenta con cuatro réplicas), pero por sus valores conceptuales merece la pena ser reseñado. Este grupo utiliza la estrategia discursiva de presentar el sistema de mensajería de Instagram de la ministra Irene Montero en que los autores dejan sus amargas pero humorísticas quejas sobre la implantación del contrato. En el video de @__alvaroo.sanchez__, quizás uno de los primeros, el autor empieza su interlocución con “Quilla, Irene, hija mía” para después preguntar sobre la posibilidad de un contrato en el móvil e inquirir sobre la regulación sobre masturbación. En todos ellos se repiten los mismos temas: el tono coloquial para dirigirse a la ministra, la queja sobre la precariedad sexual de los hombres heterosexuales y sobre la intromisión del ministerio en los deseos y fantasías de éstos. En ese sentido, un video de @alvaropj12 pregunta sobre si ha de formalizar contrato para los “sueños húmedos”.

El cuarto conjunto de vídeos es el de “Firma por el Madrid, ¡¡cojones!!”. Éste es el grupo más numeroso y el que tiene la capacidad mimética más fuerte por lo que son los que mejor ejemplifican el funcionamiento de TikTok. Estos textos tienen su origen en un corte de voz del programa de fútbol ‘El Chiringuito’ de mayo de 2021, en que el periodista Tomás Roncero se dirige de manera vehemente a Sergio Ramos pidiéndole que firme para continuar en el Madrid, gritándole: “¡firma, firma por el Madrid, cojones! ¡Firma ostias, firma y quédate en el Real Madrid!” (Redacción Culemania 2021). Este audio, si bien ha sido utilizado eventualmente por los/as usuarios/as para representar otras situaciones – como pedir que los progenitores firmen notas o permisos para acudir a una excursión –, ha sido aplicado de manera mayoritaria para confeccionar TikToks relacionados con el contrato sexual hasta alcanzar un centenar de piezas que lo reutilizan con ese mismo sentido. Puestos en relación con otros videos que vinculan la firma del contrato sexual con el fútbol, ya sea bien utilizando música épica relacionada con derbis futbolísticos (caso de @cortijo_) o la imagen de futbolistas firmando a fans con la captación de “POV [Punto de Vista]: LOS PIBES FIRMANDO EL CONTRATO PARA 🙄🐱🔥” (caso @mangel_garciaa), queda claro que los usuarios de TikTok encuentran una relación conceptual entre los contratos futbolísticos y los contratos sexuales del ministerio, aunque sea humorística. Hemos de tener en cuenta que los contratos futbolísticos se convierten en piezas informativas claves de la pretemporada, especialmente en verano, con “los cromos, los fichajes, las ingenuas expectativas [infantiles]” (Ballester 2018), coincidiendo con la época que se realizaron la mayoría de estos videos. Según nuestra interpretación, el humor que se deriva de esta serie de videos reside precisamente en subrayar la incongruencia del razonamiento analógico (Deckers & Buttram 1990), comparando dos elementos muy diferentes y que surgen “entre un valor esperado y el valor percibido de una variable dentro de un esquema en particular” (Tavernini, Olguín & Minervino 2015, 80): la importancia de los grandes contratos se pone en relación con la banalidad de un documento sobre consentimiento sexual. Esta diferencia se ve subrayada con el

uso del audio de Roncero, un periodista deportivo conocido por su comunicación pasional, directa y sin filtros que, en cierto modo, encaja muy bien con el tono de ciertas redes sociales.

Imagen 8

TikTok de la cuenta Mangelinho @mangel_garciaa (30/07/2022)



Estos videos, además, en su gran mayoría, tienen la misma composición: usualmente un plano americano del protagonista, que puede llevar o no un filtro deformante para subrayar los aspectos cómicos con frases superpuestas como “cuando ligas en la discoteca”, “Pov: se está quitando la ropa”, “se te acerca la minita del [20]04 en la discoteca”, “Yo antes de liarme con una chica”, “POV: quieres tener s*xo en 2022” o “Pov: Ligas en una discoteca siendo hombre”. Esta composición de plano puede evolucionar a un contrapicado cuando se escucha “¡firma, firma por el Madrid, cojones!”. Esta variante admite otro tipo de videos como los de @ramiv.off e @izaan_rubio, en que se pueden ver a dos jóvenes (un hombre y una mujer jóvenes) y en los que la chica inicia un acercamiento sexual, siendo rechazada por el chico quien se saca un contrato de los pantalones (ver Imagen 10). En el caso de @izaan_rubio arriba se puede leer: “pov: mi novia me viene a dar un beso sin conocer la nueva ley de Irene Montero”. De manera general, todos estos videos hacen referencia a la negativa de una mujer a firmar el contrato antes de tener relaciones sexuales dejando a los hombres protagonistas en una situación de indefensión jurídica, ante la que se responde con la vehemencia de Tomás Roncero hablando con Sergio Ramos. En ese sentido, el uso de ese audio es interesante por el tono agresivo de la petición que hace más cómica la situación y que, al tiempo que subraya lo absurdo de la propuesta por la comparativa de la importancia del

fútbol y la banalidad del consentimiento, en cierto modo hace que los hombres recuperen el control de la situación sexual que supuestamente ha sido arrebatado por el Ministerio de Igualdad.

Imagen 9

TikTok de la cuenta Morón
@alvaro_moron
(09/09/2022)

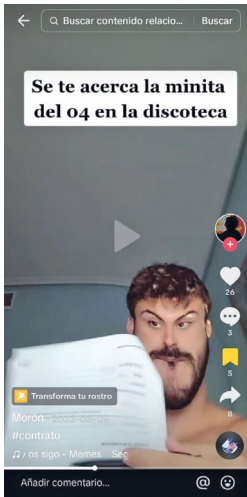


Imagen 10

TikTok de la cuenta
Izan Rubio Cerezo
@izaan_ruubio (30/07/2022)

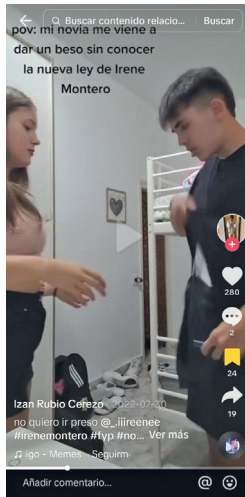


Imagen 11

TikTok de la cuenta Fermago
@fermago9 (30/07/2022)



5. Conclusiones

1. Este análisis ha demostrado que la veracidad del hecho no es relevante para quienes crean o reciben memes, sino que es más importante la coherencia dentro de un género o canon. Se trata, por lo tanto, de un tipo de comunicación basado en credibilidad más propia de la ficción que de la relación que mantenemos con los textos de tipo informativo. En estos textos no se opone lo verdadero a lo falso, sino lo verosímil a lo inverosímil, creando un campo significativo en que el Ministerio de Igualdad puede poner en marcha cualquier acción que “ataque” la libertad de los varones. De este modo, el estudio subraya las limitaciones de la obsesión por la factualidad en los estudios de comunicación. Los usuarios de TikTok adolescentes y jóvenes adultos están más interesados en el entretenimiento y la gratificación afectiva que en la veracidad del hecho, apoyando las conclusiones de Bossen & Kottasz (2020).

2. Los sujetos de los vídeos son, en su inmensa mayoría, varones jóvenes que hablan desde la heterosexualidad, un universo de hombres atemorizados e inseguros ante lo que pudiera ocurrirles frente a unas instituciones encarnadas en el Ministerio de Igualdad en general y en la ministra en particular.

3. En este estudio, encontramos cuatro marcos comunicativos principales en la red social TikTok relacionados con el bulo del contrato de consentimiento del Ministerio de Igualdad:

3.1. La idea de que las leyes feministas generan una burocratización de las relaciones personales y afectivas. Los hombres se ven como las víctimas de este proceso y se subraya la complicidad masculina, ya que, en muchos casos, estos textos muestran estrategias de ayuda entre los hombres frente al “ataque” del Ministerio y la ministra.

3.2. La idea de que existen mujeres malas que se aprovechan de las leyes que las benefician en detrimento de la igualdad de los hombres. En estos vídeos, los hombres se enseñan mutuamente cómo no caer en la trampa de estas mujeres al estilo de los grupos de la manosfera como MGTOW (*Men Going Their Own Way*): hombres que, cansados de tener que negociar su vida afectiva con mujeres, deciden alejarse de ellas.

3.3. El tema de la “miseria sexual masculina” provocada por la ley, como si tener derecho a la práctica sexual con las mujeres fuese un derecho natural que se ha perdido por culpa de una sociabilidad enmarañada por la confusión legal y moral que ha provocado el ideario feminista.

3.4. El acceso a la economía sexual se compara con los contratos futbolísticos en un uso de la ironía que pretende devaluar el consentimiento y recuperar la agencia masculina.

Podemos concluir que estos videos son importantes, no tanto porque el hecho referenciado sea verdadero o falso, sino por el modo en que contribuyen a la aceptación paulatina de los discursos de odio contra las mujeres y su normalización, hecho que plantea interesantes y urgentes retos para la pedagogía feminista.

6. Limitaciones científicas y futuras líneas de investigación

Una limitación clave de este artículo es la falta de herramientas para cuantificar y buscar contenido específico en TikTok, lo que ha llevado a que la muestra, aunque significativa, sea aproximada. La aleatoriedad de los *hashtags* y la influencia del algoritmo de recomendación, que se basa en el *engagement* en lugar de en la cronología, dificultan el análisis retrospectivo desde la academia.

El análisis de TikTok, si bien actualmente se centra en el análisis de contenido, presenta un emocionante terreno para estudiar la formación de la opinión pública. A pesar de que teorías como las de la cámara de eco han sido sometidas a críticas (Haim, Graefe & Brosius 2017), ciertos comportamientos que hemos visto en estos videos recuerdan a sus mecanismos como la pertenencia al grupo, la disparidad de confianza o la gamificación de la moral (Nguyen 2018), siendo éste un terreno en el que profundizar.

Apoyos

Esta publicación ha contado con el apoyo del Proyecto de I+D de Generación del Conocimiento: “La manófera en las redes sociales. Prodsage cultural para revertir los estigmas de género y la cultura del odio” (PID2022-141877NB-100. 2023-2026) y con el Proyecto I+D Comunidad de Madrid, “Trazabilidad, Transparencia y Acceso a la Información: Estudio y Análisis de las dinámicas y tendencias en el campo”. Referencia: PR27/21-017 (2022-2023).

Contribución de cada autor/a

IMS: Conceptualización; análisis formal; investigación; metodología; validación; redacción – borrador original; redacción – revisión y edición.

ABR: Conceptualización; análisis formal; investigación; metodología; redacción – borrador original; redacción – revisión y edición.

Conflicto de intereses

El autor y la autora de esta publicación declaran que no tienen ninguna situación de conflicto de interés real, potencial o evidente, en relación con las personas o entidades citadas en este texto, ni tampoco con la revista *ex æquo*. El contenido de este artículo es responsabilidad total y exclusiva del autor y de la autora, que garantizan que no infringen ninguna ley que tenga que ver con la protección de los derechos de autor o cualquier derecho de terceras personas o entidades.

Referencias bibliográficas

- Aguilar Barriga, Nani. 2020. “Sentencia nº 38/2018 de ‘la manada’ como punto de inflexión en la tipificación de los delitos contra la libertad sexual en el código penal español.” *Revista General de Derecho Penal* 33: 17.
- Angulo Egea, María. 2019. “Subjetividad y violación social. El caso de la manada.” *Tropelías: Revista de Teoría de la Literatura y Literatura Comparada* 31: 86-96. DOI: https://doi.org/10.26754/ojs_tropelias/tropelias.2019313197
- Ballester, Enrique. 2018. *Barraca y tangana: Crónicas*. Madrid: Libros del K.O.
- Bernárdez-Rodal, Asunción, Nuria López-Priego, & Graciela Padilla-Castillo. 2021. “Cultura y movilización social contra la violencia sexual a través de Twitter: El caso del fallo judicial ‘#LaManada’ en España.” *Revista Latina de Comunicación Social* 79: 237-262. DOI: <https://doi.org/10.4185/RLCS-2021-1502>
- Bernárdez-Rodal, Asunción, Paula Requeijo Rey, & Yanna G. Franco. 2022. “Radical right parties and anti-feminist speech on Instagram: Vox and the 2019 Spanish general election.” *Party Politics* 28(2): 272-283. DOI: <https://doi.org/10.1177/1354068820968839>

- Boler, Megan, & Elizabeth Davis. 2018. The affective politics of the 'post-truth' era: Feeling rules and networked subjectivity." *Emotion, Space and Society* 27: 75-85. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.emospa.2018.03.002>
- Borraz, Marta. 2022. "Las claves de la ley del 'solo sí es sí': desaparece el delito de abuso y habrá centros de atención 24 horas." *elDiario.es*, 25 de agosto. Disponible en https://www.eldiario.es/sociedad/abusos-sexuales-centros-24-horas-claves-ley-si-si_1_9026380.html
- Bossen, Christina Bucknell, & Rita Kottasz. 2020. "Uses and gratifications sought by pre-adolescent and adolescent TikTok consumers." *Young Consumers* 21(4): 463-478. <https://doi.org/10.1108/YC-07-2020-1186>
- Brandariz Portela, Tania. 2021. "Los mitos de la violación en el caso de 'La Manada'. Una crítica a la división patriarcal público / privado." *Investigaciones Feministas* 12(2): 575-585. DOI: <https://doi.org/10.5209/infe.76277>
- Budgeon, Shelley. 2021. "Making feminist claims in the post-truth era: The authority of personal experience." *Feminist Theory* 22(2): 248-267. DOI: <https://doi.org/10.1177/1464700120988638>
- Budgeon, Shelley. 2022. "The Personal is Problematic: Feminist Politics, the Post-Truth Era, and the Culture Wars." *Culture Wars Papers* 17, Illiberalism Studies Program. Disponible en <https://www.illiberalism.org/the-personal-is-problematic-feminist-politics-the-post-truth-era-and-the-culture-wars/>
- Cabezas, Marta. 2022. "Silencing Feminism? Gender and the Rise of the Nationalist Far Right in Spain." *Signs: Journal of Women in Culture and Society* 47(2): 319-345. DOI: <https://doi.org/10.1086/716858>
- Chen, Zhuang, et al. 2019. "A study on the characteristics of douyin short videos and implications for edge caching." In *Proceedings of the ACM Turing Celebration Conference – China*, 1-6. New York: ACM. DOI: <https://doi.org/10.1145/3321408.3323082>
- Deckers, Lambert, & Robert T. Buttram. 1990. "Humor as a response to incongruities within or between schemata." *Humor: International Journal of Humor Research* 3(1): 53-64. DOI: <https://doi.org/10.1515/humr.1990.3.1.53>
- Díaz Moreno, Lucía, & Noemí López Trujillo. 2022. "La desinformación sobre la ley del 'solo sí es sí': la presunción de inocencia, la protección penal de los hombres o el falso contrato de consentimiento." *Newtral*, 25 de agosto. Disponible en <https://www.newtral.es/desinformacion-ley-solo-si-es-si/20220825/>
- Donà, Alessia. 2020. "What's gender got to do with populism?" *European Journal of Women's Studies* 27(3): 285-292. DOI: <https://doi.org/10.1177/1350506820929222>
- Evans, Adrienne, & Sarah Riley. 2022. "The righteous outrage of post-truth anti-feminism: An analysis of TubeCrush and feminist research in and of public space." *European Journal of Cultural Studies* 25(1): 25-42. DOI: <https://doi.org/10.1177/1367549420951574>
- García, Luis M. 2020. "El falso 'impreso de consentimiento de relaciones sexuales'." *Público*, 10 de marzo. Disponible en <https://blogs.publico.es/bulocracia/2020/03/10/el-falso-impreso-de-consentimiento-de-relaciones-sexuales/>
- Guijarro, Isaac. 2023. "Ley del solo sí es sí, un cambio de paradigma." *Pikara Magazine*, 8 de febrero. Disponible en <https://www.pikaramagazine.com/2023/02/ley-del-solo-si-es-si-un-cambio-de-paradigma/>
- Haim, Mario, Andreas Graefe, & Hans-Bernd Brosius. 2017. "Burst of the Filter Bubble? Effects of personalization on the diversity of Google News." *Digital Journalism* 6(3): 330-343. DOI: <https://doi.org/10.1080/21670811.2017.1338145>
- Kanthawala, Saheen, et al. 2022. "It's the Methodology for Me: A Systematic Review of Early Approaches to Studying TikTok." En *Proceedings of the 55th Annual Hawaii International*

- Conference on System Sciences*, editado por Tung X. Bui, 3105-3121. Maui, Hawaii: HICSS.
- Koekoek, Catherine., & Emily Zakin. 2023. “Feminist takes on post-truth.” *Philosophy & Social Criticism* 49(2): 125-138. DOI: <https://doi.org/10.1177/01914537231152779>
- Kováts, Eszter. 2017. “The Emergence of Powerful Anti-Gender Movements in Europe and the Crisis of Liberal Democracy.” En *Gender and Far Right Politics in Europe*, editado por Michaela Kötting, Renate Bitzan, & Andrea Petö, 175-189. Cham: Palgrave Macmillan. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-319-43533-6_12
- Lakoff, George. 2007. *No pienses en un elefante. Lenguaje y debate político*. Traducido por Magdalena Mora. Madrid: Editorial Complutense.
- Lakoff, George & Johnson, Mark. 2017 [1986]. *Metáforas de la vida cotidiana*. Traducido por Carmen Gonzáles Marín. Madrid: Cátedra.
- Linterna Verde. 2023. Investigación digital en imágenes: Algunas herramientas para superar las limitaciones metodológicas. Disponible en <https://www.linternaverde.org/blog/investigacion-digital-en-imagenes-algunas-herramientas-para-superar-las-limitaciones-metodologicas>
- Loreto, Nora. 2020. *Take Back The Fight: Organizing Feminism for the Digital Age*. Halifax, NS: Fernwood Publishing.
- Lurie, Emma, Dan Bateyko, & Frances Schroeder. 2023. “TikTok just announced the data it’s willing to share. What’s missing?” *Stanford Internet Observatory*, 24 de febrero. Disponible en <https://cyber.fsi.stanford.edu/io/news/tiktok-just-announced-data-its-willing-share-whats-missing>
- Massumi, Brian. 2005. “Fear (The Spectrum Said).” *Positions: east asia cultures critique* 13(1): 31-48.
- Matamoros-Fernández, Adriana. 2023. “Taking Humor Seriously on TikTok.” *Social Media + Society* 9(1). DOI: <https://doi.org/10.1177/20563051231157609>
- Matamoros-Fernández, Adriana, Aleesha Rodriguez, & Patrik Wikström. 2022. “Humor That Harms? Examining Racist Audio-Visual Memetic Media on TikTok During Covid-19.” *Media and Communication* 10(2): 180-191. DOI: <https://doi.org/10.17645/mac.v10i2.5154>
- Mcclennen, Sophia. 2023. *Trump Was a Joke: How Satire Made Sense of a President Who Didn’t*. New York: Routledge. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781003294177>
- Medina Serrano, Juan C., Orestis Papakyriakopoulos, & Simon Hegelich. 2020. “Dancing to the Partisan Beat: A First Analysis of Political Communication on TikTok.” En *Proceedings of the 12th ACM Conference on Web Science*, 257-266. New York: ACM. DOI: <https://doi.org/10.1145/3394231.3397916>
- Nagle, Angela. 2017. *Kill All Normies: Online Culture Wars From 4Chan and Tumblr to Trump and the Alt-Right*. Winchester: Zero Books.
- Nguyen, C. Thi. 2018. “Echo Chambers and Epistemic Bubbles.” *Episteme* 17(2): 141-161. DOI: <https://doi.org/10.1017/epi.2018.32>
- Núñez Puente, Sonia, & Diana Fernández Romero. 2019. “Posverdad y victimización en Twitter ante el caso de La Manada: propuesta de un marco analítico a partir del testimonio ético.” *Investigaciones Feministas* 10(2): 385-398. DOI: <https://doi.org/10.5209/infe.66501>
- Ortiz, Alberto, & Elena Herrera. 2023. “Irene Montero: La ofensiva contra la ley del ‘solo sí es sí’ ha sido contra el Gobierno y su presidente.” *elDiario.es*, 20 de abril. Disponible en https://www.eldiario.es/politica/irene-montero-ofensiva-ley-si-si-sido-gobierno-presidente_1_10135955.html

- Peeters, Stijn. 2022. Worksheet – Capturing TikTok data with Zeeschuur and 4CAT. New Media Reference Worksheet. Disponible en https://docs.google.com/document/u/1/d/19MAiqX7Vx1FcNJ44K-vSdnKDVC5gcFwtrSQiewnwW8A/edit?pli=1&usp=embed_facebook
- Redacción Culemania. 2021. “Roncero explota con Sergio Ramos: ‘¡Firma, coño!’.” *Crónica Global*, 9 de mayo. Disponible en https://cronicaglobal.lespanol.com/culemania/real-madrid/20210509/roncero-explota-con-sergio-ramos-firma-cono/579942026_0.html
- Ringrose, Jessica. 2018. “Digital feminist pedagogy and post-truth misogyny.” *Teaching in Higher Education* 23(5), 647-656. DOI: <https://doi.org/10.1080/13562517.2018.1467162>
- Rodrigo, Borja. 2020. “El Ministerio de Igualdad no ha publicado un documento de ‘consentimiento para relaciones sexuales’.” *Newtral*, 6 de marzo. Disponible en <https://www.newtral.es/ocumento-consentimiento-relaciones-sexuales-ministerio-igualdad-bulo/20200306/>
- Shifman, Limor. 2014. *Memes in Digital Culture*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Sundén, Jenny, & Susanna Paasonen. 2020. *Who’s Laughing Now?: Feminist Tactics in Social Media*. Cambridge, MA: MIT Press. DOI: <https://doi.org/10.7551/mitpress/12500.001.0001>
- Tavernini, Lucía Micaela, María Valeria Olgún, & Ricardo Adrián Minervino. 2015. “¡Lo que faltaba! Una explicación de la creatividad en el humor en términos de mecanismos cognitivos.” *DOCREA*, 4: 75-87.
- Vijay, Darsana., & Alex Gekker. 2021. “Playing Politics: How Sabarimala Played Out on TikTok.” *American Behavioral Scientist* 65(5): 712-734. DOI: <https://doi.org/10.1177/0002764221989769>
- Wardle, Claire. 2020. “Journalism and the New Information Ecosystem: Responsibilities and Challenges.” En *Fake News: Understanding Media and Misinformation in the Digital Age*, editado por Melissa Zimdars & Kembreu McLeod, 71-86. Cambridge, MA: MIT Press. DOI: <https://doi.org/10.7551/mitpress/11807.003.0009>
- Zulli, Diana, & David James Zulli. 2022. “Extending the Internet meme: Conceptualizing technological mimesis and imitation publics on the TikTok platform.” *New Media & Society* 24(8): 1872-1890. DOI: <https://doi.org/10.1177/1461444820983603>

Ignacio Moreno Segarra. Profesor en la Facultad de Periodismo de la Universidad Complutense de Madrid, ha colaborado en libros como *Deshaciendo nudos en el Social Media: redes, feminismos y políticas de la identidad* (2021) y *Desafíos feministas: temas y tramas para pensar en un mundo en crisis* (2021), de la editorial Tirant lo Blanch. Tiene una larga carrera como divulgador de género con los libros *Sex Book, una historia ilustrada de la sexualidad* (2021) y *Herstory. Una historia ilustrada de las mujeres* (2018), ambos en Lumen-Penguin Random House.

Asunción Bernárdez Rodal. Catedrática de Periodismo de la Universidad Complutense de Madrid. Su última publicación: *Ecoficciones: Cine para sentipensar la crisis climática* (2023) en la Editorial Tirant lo Blanch. Ha coordinado los libros *Misoginia online: la cultura de la manosfera en el contexto español* (2023); *Deshaciendo nudos en el Social Media: redes, feminismos y políticas de la identidad* (2021) y *Desafíos feministas: temas y tramas para pensar en un mundo en crisis* (2021) en la misma editorial.

Artículo recibido el 30 de junio y aceptado para su publicación en 24 de octubre de 2023.

Cómo citar este artículo:

[Según la norma Chicago]:

Moreno Segarra, Ignacio, y Asunción Bernárdez Rodal. 2023. “El bulo del ‘contrato sexual’ del Ministerio de Igualdad español en TikTok: un análisis de caso de posverdad antifeminista en redes sociales.” *ex æquo* 48: 33-51. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.04>

[Según la norma APA adaptada]:

Moreno Segarra, Ignacio, y Bernárdez Rodal, Asunción (2023). El bulo del ‘contrato sexual’ del Ministerio de Igualdad español en TikTok: un análisis de caso de posverdad antifeminista en redes sociales. *ex æquo*, 48, 33-51. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.04>



Este es un artículo de acceso abierto distribuido bajo los términos de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-SinObraDerivada (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite la reproducción y distribución no comercial de la obra, en cualquier medio, siempre que la obra original no sea alterada o transformada de ninguna manera, y que la obra sea debidamente citada. Para la reutilización comercial, póngase en contacto con: pem1991@gmail.com



HOW AI BOTS HAVE REINFORCED GENDER BIAS IN HATE SPEECH

 *Daniele Battista**

 *Jessica Camargo Molano***

Abstract

The aim of this article is to examine the issue of hate speech in the digital society, with a particular emphasis on the topic of gender and misogynistic hate speech. In this context, it seeks to present concrete examples of biases observed within such systems, considering emblematic cases such as Amazon's Artificial Intelligence (AI) recruitment tool and Microsoft's Tay chatbot. The objective is to highlight how such biases have the potential not only to perpetuate gender-based discrimination but also to exacerbate inequalities. In light of these considerations, the article ultimately arrives at a fundamental conclusion: the crucial need for a multifaceted approach to address the problem of misogynistic hate speech and its manifestations against women. This approach entails, above all, a steadfast commitment to gender equality and the promotion of social justice within the digital environment.

Keywords: Artificial Intelligence, gender bias, hate speech, misogyny.

Resumo

Como os bots de IA reforçaram o viés de gênero no discurso de ódio

Este artigo tem como objetivo examinar a questão do discurso de ódio na sociedade digital, com ênfase particular no tema do gênero e do discurso de ódio misógino. Nesse contexto, procura apresentar exemplos concretos de preconceitos observados em tais sistemas, considerando casos emblemáticos, como a ferramenta de recrutamento de Inteligência Artificial (IA) da Amazon e o *chatbot* Tay da Microsoft. O objetivo é destacar como tais preconceitos têm o potencial, não apenas de perpetuar a discriminação com base no gênero, mas também de agravar as desigualdades. Perante estas considerações, o artigo chega a uma conclusão fundamental: a necessidade crucial de uma abordagem multifacetada para enfrentar o problema do discurso de ódio misógino e suas manifestações contra as mulhe-

* Department of Political and Social Studies, University of Salerno, 84084 Fisciano, Italy.
Postal address: Via Giovanni Paolo II, 132, 84084 Fisciano SA, Italia.
Electronic address: dbattista@unisa.it

** International Telematic University Uninettuno, 00186 Rome, Italy.
Postal Address: Corso Vittorio Emanuele II, 39, 00186 Roma RM, Italia.
Electronic address: j.cavalagliocamar@students.uninettunouniversity.net

res. Esta abordagem envolve, acima de tudo, um compromisso firme com a igualdade de gênero e a promoção da justiça social no ambiente digital.

Palavras-chave: Inteligência Artificial, viés de gênero, discurso de ódio, misoginia.

Resumen

Cómo los bots de IA han reforzado el sesgo de género en el discurso de odio

Este artículo tiene como objetivo examinar el problema del discurso de odio en la sociedad digital, con un énfasis particular en el tema del género y el discurso de odio misógino. En este contexto, busca presentar ejemplos concretos de sesgos observados en tales sistemas, considerando casos emblemáticos como la herramienta de reclutamiento de Inteligencia Artificial (IA) de Amazon y el *chatbot* Tay de Microsoft. El objetivo es destacar cómo estos sesgos tienen el potencial no solo de perpetuar la discriminación de género, sino también de agravar las desigualdades. A la luz de estas consideraciones, el artículo llega a una conclusión fundamental: la necesidad crucial de un enfoque multifacético para abordar el problema del discurso de odio misógino y sus manifestaciones contra las mujeres. Este enfoque implica, ante todo, un compromiso firme con la igualdad de género y la promoción de la justicia social en el entorno digital.

Palabras clave: Inteligencia Artificial, sesgo de género, discurso de odio, misoginia.

1. Introduction

Hate speech is a form of expression that occurs in various social contexts, including political debates, artistic expressions, professional sports, and work environments. This extreme form of communication poses a significant challenge in its understanding and management, especially in the context of rapidly evolving digital technologies, particularly social media platforms. The term in question refers to speeches or messages that spread hatred, discrimination, prejudice, or violence towards an individual or group based on characteristics such as race, ethnicity, religion, gender, sexual orientation, or gender identity (Cohen-Almagor 2011). Among the pioneers of hate studies, a notable author to mention is Matsuda (1989), who developed a definition of hate studies primarily focused on discursive content. According to this definition, for a speech to fall into the hate studies category, it must present elements of racial discrimination (such as asserting racial inferiority), be persecutory, hateful, and degrading, target historically oppressed groups or members of such groups, and derive from a clear intention by the communicator to harm the target. In general terms, it is evident that such speeches can have serious consequences for the victims and contribute to the marginalization and exclusion of disadvantaged groups (Moran 1994). Furthermore, despite this field of study being more than two decades old (Duffy 2003), many questions still need to be answered. The phenomenon is inherently complex and presents significant challenges in its understanding, especially considering the apparent simplicity with which the term is used in current discourse. Despite efforts, there is cur-

rently no universal and shared definition of hate speech. This means that when addressing this concept, it is not automatic to have a clear understanding of its boundaries and distinguishing characteristics. Its characterization is a point of intellectual dispute among different worldviews, many of which are external to the Western universe and less known. Hate speeches represent a threat to social cohesion and peaceful coexistence as they promote hatred, discrimination, and the marginalization of vulnerable groups. Its manifestations can be conveyed through various means of communication, including public speeches, mass media, and increasingly through social media platforms.

This has made hate speech a particularly significant challenge in the digital age, as messages of hate can spread rapidly and reach a wide audience. Over the years, it has also taken on different meanings depending on the historical, political, and geographical context, to the point of becoming something generic and ill-defined, often used merely as a slogan. Indeed, several studies have shown that identifying hate speech on social media is not a straightforward exercise (Miranda *et al.* 2022). Individuals who spread hatred often use a series of tricks to mask their statements and make their discriminatory or violent positions more acceptable. These tricks allow them to avoid accountability and reach a larger audience, thereby perpetuating the harmful effect of hate speech. For example, haters may use irony, humour, and satire to disguise a violent narrative (Schwarzenegger & Wagner 2018).

Hate speech in the digital sphere takes various forms and uses multimedia formats to reinforce negative stereotypes through toxic language. This online environment facilitates the rapid spread of discriminatory and prejudiced messages to a wide audience. The phenomenon assumes a connection between offline and online realms, where individuals actively express their opinions and emotions in a personalized communication context. This phenomenon fits into the framework of a multidimensional reality that develops concurrently both online and offline (Boccia Artieri 2012) and highlights the online viral capacity, migrating with ease from one platform to another (López-Paredes & Di Fátima 2023).

The European Union's regulation on hate speech is aimed at preventing and countering the dissemination of discriminatory, offensive, or hate-inciting content both online and offline. EU laws and directives regarding hate speech have been adopted at both the community and national levels, and member states are required to implement appropriate measures to ensure their enforcement. One of the key instruments in this regard is Directive 2000/31/EC on electronic commerce, which provides a legal framework for electronic information services, including social media. According to this directive, online service providers cannot be held liable for content posted by users, provided that they act promptly to remove or disable access to illegal content once they become aware of it. However, the EU has adopted additional regulatory tools to address the issue of hate speech. In 2016, the Recommendation on the removal of illegal content online was approved, urging

social media platforms to take more effective measures to identify and remove hate speech content within a defined timeframe. Furthermore, in 2021, the Directive on the accessibility of websites and mobile applications of public sector bodies was adopted. This directive requires that websites and applications of public institutions be accessible to all individuals, including those with disabilities, and imposes specific standards to ensure online content accessibility. Beyond EU regulations, each member state also has its own national legislative framework to address hate speech. Therefore, specific laws and sanctions may vary from country to country within the European Union. It is important to note, however, that the regulation of hate speech must balance the need to protect freedom of expression with the need to prevent the spread of harmful and discriminatory content.

A controversial aspect emerges regarding the responsibility to regulate this phenomenon. The responsibility for regulating hate speech is a complex issue involving various entities, including governments, social media platforms, and society as a whole. Governments are responsible for creating regulatory frameworks that protect fundamental rights while defining legal standards and sanctions, as well as promoting awareness. Social media platforms must effectively address hate speech online by removing discriminatory content and implementing preventive measures, often in collaboration with governmental authorities. These platforms can employ artificial intelligence algorithms and human moderators to monitor and manage content, as well as collaborate with governmental authorities to address cases of hate speech that violate the law. However, society also plays a critical role in promoting a culture of respect, tolerance, and inclusion alongside these entities. It is essential for citizens to be aware of the importance of civil and respectful dialogue, to condemn hate speech, and actively engage in promoting the values of equality and diversity. Additionally, civil society organizations, educational institutions, and media can play a significant role in educating people about the importance of peaceful coexistence and countering hate speech through awareness and education.

In summary, the regulation of hate speech is a shared responsibility among governments, social media platforms, and society as a whole. Through synergistic collaboration, it is possible to develop a comprehensive approach to address hate speech and create an inclusive and respectful environment both online and offline. The discussion thus far has shed light on the significant role played by social media platforms, which have become increasingly central with ever more innovative tools (Battista 2023). For this reason, in order to obtain a comprehensive and in-depth overview of the subject under consideration, it is now necessary to focus attention on hate speech within the digital society. This topic is of fundamental importance as it underscores how hate speech can find expression and dissemination through digital means, often assuming relevance in relation to gender issues. In the subsequent part of this paper, we will delve into the analysis of hate speech in relation to gender within artificial intelligence and digital applications, examin-

ing how such systems can exhibit gender biases and how this can contribute to the perpetuation of gender inequalities and discrimination. Understanding these aspects is of considerable significance as it provides a comprehensive framework for the mechanisms through which hate speech manifests itself and spreads in the digital society, paving the way for further research and actions aimed at combating this phenomenon.

2. Hate speech in the digital society

New technologies and social media have revolutionized human communication and social dynamics, transitioning from vertical narration to horizontal interaction. This has given rise to the Platform Society (Van Dijck, Poell & De Waal 2018), where the internet and specialized social networks play a pivotal role in decision-making and democratic practices. Information is now created, distributed, and consumed interactively, allowing individuals to actively engage in content production and sharing. Digital platforms, such as social media, act as intermediaries, facilitating connections and the rapid exchange of ideas, opinions, and information. This transformation emphasizes the importance of dynamic and unpredictable interactions within the digital environment, shedding light on mechanisms and consequences in the digital political sphere and providing insight into decision-making processes and democratic dynamics.

The transformation described above stimulates careful and in-depth debate on issues of discussion, allowing broader engagement and inclusive participation. The complete immersion in the society of connection has significantly facilitated old and new forms of abuse (Gagliardone 2019). Moreover, it is obvious that hate speech is diversely spread on social platforms, and its dissemination occurs at an extremely high speed, which can have a significant impact on individuals' behaviour, transcending the spatial and temporal boundaries in which it originated. On the other hand, individuals can now establish virtual social connections that surpass geographical and temporal boundaries, allowing them to interact and exchange information with others instantly and without geographical restrictions, fostering a new mode of participation within cyberspace (Vesnic-Alujevic 2012). In doing so through the use of social media, those who spread hatred and aggression can find refuge in anonymity, enabling them to freely express their negative ideas without being identified. Furthermore, these virtual platforms offer them the opportunity to connect with individuals who share a similar mindset, creating a sort of community that supports and reinforces their aggressive tendencies in the name of proselytism.

According to the Anti-Defamation League's "Online Hate and Harassment" report (2020), the increasing visibility of hate speech in cyberspace represents a significant concern. The report highlights how, since 2018, there has been an

uncontrolled escalation of such speeches, and these results can be attributed to the connection between the online and offline environments, indicating that the messages disseminated on social media are intrinsically linked to the behaviours society has experienced so far in traditional media (Olmos *et al.* 2020). In this regard, a fundamental consideration arises, as this operation constantly takes place within a broad unified environment: the digital context. The synergistic interaction, which Giglietto and Selva (2014) identify as the dual-screen conception, represents an event that goes beyond mere information sharing, transforming into a complex process of data and knowledge exchange among multiple and diverse actors. This practice is characterized by the simultaneous consumption and active participation in multiple sources of information, spanning across different devices and digital platforms. Such interconnection of information and interactions represents an advanced form of engagement in the contemporary media ecosystem. Another aspect to consider in this complex and controversial phenomenon is that social media platforms particularly facilitate hate crimes among the younger audience (Valerio 2022).

Generation Z (comprising those born from 1995-2010 onwards) is the one that has had access to the internet since birth, and their first socialization with the medium revolves around the internet: Instagram, WhatsApp, Snapchat, TikTok are the daily bread of digital natives. Digital platforms are constantly working to combat the spread of undesirable content, particularly harmful and abusive comments, videos and reactions, and are compelled to dedicate significant efforts to monitor and prevent such phenomena on a daily basis (Miró-Llinares & Rodríguez-Sala 2016). However, it's challenging to stop hate speech from going viral, as even a single offensive comment or post can trigger a chain reaction of sharing and replication, intensifying the spread of hate speech and discriminatory stereotypes (Cabo & García 2017). A sort of butterfly effect finds full application in the context of hate speech on social media. According to this principle, even a small action or insignificant event can trigger a series of unforeseen and far-reaching consequences. In the context of hate speech on social media, this means that even a single offensive comment or an inflammatory post can unleash a chain of events that amplifies the spread of such harmful content.

This phenomenon underscores the importance of careful moderation and timely prevention of hate speech on social media. Despite the absence of a clear definition of hate speech, it is a growing concern, especially in online spaces that have become hostile and inhospitable, hindering free expression and public discourse. This transformation poses a significant challenge to contemporary democracies, as it threatens their functioning by diminishing democratic participation, diversity of opinions, and the creation of a healthy public sphere.

This situation is often viewed as an environmental threat, gradually eroding the social fabric by hindering well-intentioned individuals from contributing to the common good. The hostility of online environments can stifle free expression,

causing fear of retaliation or discrimination. This reduces the diversity of voices and hampers public discourse and democratic consensus. Moreover, this negative online transformation can spill over into offline interactions, exacerbating societal tensions and divisions by promoting hate speech and harmful content, ultimately intensifying polarization and intergroup tensions.

This undermines social cohesion and the sense of common belonging, which are fundamental elements for the functioning of democracies. To effectively address this challenge, however, it is increasingly necessary to adopt multidimensional approaches that involve both digital platforms and users. Platforms must take responsibility for monitoring and moderating content, implementing robust policies to counter hate speech and abusive behaviour. At the same time, users need to be aware of their role in maintaining a healthy and inclusive online environment. This entails actively engaging in countering verbal attacks and online hate through constructive responses, reporting inappropriate content, and promoting respectful and informed dialogue.

3. Artificial Intelligence: Bias and hate speech

Artificial Intelligence (AI), which has turned out to be an increasingly well-known and used device, is the subject of much study and research. On the one hand, it has the potential to change the manner of examining statistics and making choices, but on the other it fuels concerns about biases and discrimination that emerge while it is used. According to Camargo Molano and Cavalaglio Camargo Molano (2021), AI systems are independent as statistics teach, but, if the information used to educate an AI device is biased, the system may be biased.

AI bias can inadvertently amplify hate speech when the algorithms, which power AI systems, are trained on biased or unfiltered data containing hate speech or discriminatory language. It is possible to identify different types of bias that influence hate speech:

1. **Data bias:** Data bias occurs when the training data used to develop an AI model contains biased content or hate speech, leading the model to learn and reproduce those biases (Noble 2018). For example, in a study by Bolukbasi *et al.* (2016), it was found that word embeddings, a popular natural language processing technique, can exhibit gender and ethnic biases due to the biased nature of the training data. If a social media algorithm is trained on data that includes hate speech, it may inadvertently promote or amplify such content, as observed in some cases.

2. **Algorithmic bias:** Algorithms can also exhibit bias in the way in which they process and prioritize information. For instance, if an algorithm is designed to maximize users' involvement, it may prioritize controversial or extreme content,

including hate speech, because such content tends to generate more reactions and interactions from users (Tufekci 2018). An example of this is YouTube's recommendation algorithm, which has been criticized for promoting extremist content in an effort to keep users engaged on the platform.

3. Lack of context: AI systems often lack the ability to understand the context in which language is used. This situation can lead to cases where hate speech is not properly identified and filtered out, or where non-hateful content is mistakenly flagged as hate speech (Gillespie 2017). For example, a content moderation algorithm may fail to recognize the difference between a news article reporting on hate speech and a post that is promoting hate speech.

4. Feedback loops: AI systems can create feedback loops that reinforce and amplify biases. For example, if a social media algorithm is biased towards promoting hate speech, users who engage with that content may be shown more of it, creating a loop that amplifies the spread of hate speech (Milano, Taddeo & Floridi 2020). An example of this is the way in which social media platforms can create "echo chambers" where users are only exposed to content that aligns with their existing beliefs, potentially radicalizing them further.

A point wherein AI bias is especially problematic is hate speech popularity. Hate speech is a complex and multifaceted hassle, and its detection requires a nuanced understanding of language and context. However, many AI systems for hate speech detection rely upon techniques totally based on easy keywords that could generate fake positives and fake negatives. As a result, researchers are exploring extra sophisticated ways of identifying hate speech that reconstruct the broader context wherein the language is used. For instance, in an analysis published in the *Journal of Language Aggression and Conflict* (Vilar-Lluch 2023), the researcher sought to identify language processing techniques related to the language of aggression. She determined that hate speech regularly consisted of derogatory, threatening, and dehumanizing language. However, even those sophisticated methods of figuring out hate speech do not show clear evidence of bias.

In an article published in the *Proceedings of the International AAAI Conference on Web and Social Media*, Davidson *et al.* (2017) claimed that hate speech detection systems knowledgeable on facts from social media structures were able to flag more posts written with the hate language of African Americans than with the hate language of white Americans. This suggests that AI structures may mirror biases inherent in the information with which they are trained, although they are designed to be impartial.

In addition to hate speech, AI bias can also have severe implications in other fields such as healthcare and criminal justice. For example, a study published in *Science* highlighted that an AI device used to identify which patients should benefit from more healthcare assets showed bias against black patients (Obermeyer *et al.* 2019). Similarly, a research study published in the journal *Science Advances* dis-

covered that an AI machine used to study the odds of criminal recidivism showed bias against black defendants (Angwin *et al.* 2016).

These examples underscore the importance of managing bias in AI. As Camargo Molano and Cavalaglio Camargo Molano (2021, 162) state, bias in AI “can lead to faulty results, if these systems are used in social research; moreover, they stress some issues of epistemological nature.”

To cope with bias in AI, it is not important to know more about the technical components of AI development, but to be aware of the social and moral implications of these structures. As a study published in the journal *Nature Machine Intelligence* notes, AI systems are not impartial devices, but rather replicate the values and biases of their creators and clients (Holstein *et al.* 2019).

To address such problems, researchers have proposed several techniques to reduce bias in AI. One approach is to use diverse and representative statistics tools to train AI systems. As Camargo Molano and Cavalaglio Camargo Molano write, there are several tools that can help to mitigate the danger of bias by ensuring that the AI device is exposed to a large number of examples and perspectives (2021). Another technique is to apply an explainable AI, which lets researchers recognize how an AI tool makes decisions and to discover any biases it may have.

In conclusion, it is essential to be aware that AI has both the potential to revolutionize studies and the capability of bringing out bias and discrimination. As researchers continually deploy increasingly innovative strategies in AI, it is going to be vital to make sure that those systems are designed to be as unbiased as possible. As Camargo Molano and Cavalaglio Camargo Molano argue (2021), the improvement of AI systems that are free from bias and discrimination is essential to make sure that those systems are used ethically and responsibly.

4. Artificial Intelligence: Misogynistic hate speech

Artificial Intelligence has proven to be an increasingly popular device in research, with the capability to revolutionize the way we examine statistics and make selections. However, the use of AI also raises concerns about bias and discrimination. One area where AI bias is particularly complex is hate speech against women. Misogynistic hate speech is a complex issue, and its detection requires a nuanced understanding of language and context. However, many AI structures used to detect hate speech rely upon techniques totally based on easy keywords that could generate false positives and false negatives.

Gender bias in AI is well documented. Waseem and Hovy (cited by Davidson *et al.* 2017, 514) observed that sexist and derogatory terms towards women are often regarded merely as offensive and not necessarily as hate speech. This implies that automated hate-speech detection systems might not be adequately tuned to capture the full spectrum of sexist expressions with the same precision as they

identify other forms of hate speech. This shows that AI structures are able to replicate the biases inherent in the statistics they train with, even if they are designed to be independent.

The problem of gender bias in AI has been developing in recent years, particularly in the context of hate speech against women. One example of gender bias in AI is the case of Tay, a chatbot created by Microsoft in 2016. Tay was designed to learn from interactions with Twitter customers and responded in a conversational way. However, within hours of its release, Tay started posting misogynistic and racist tweets, together with expressions such as “f***ing hate feminists and they need to all die and burn in hell” (Vincent 2016). This was due to the fact that Tay had been trained on a dataset of tweets that included a substantial quantity of hate speech and offensive language.

Another example of gender bias in AI is the case of the AI recruiting device, which was designed by Amazon to analyse curricula and identify the applicants with the highest certification. However, the system became biased against women, because it had been trained on a dataset of curricula submitted predominantly by men. As a result, the tool penalized the curricula that contained phrases including “women’s,” and even “downgraded graduates of two all-women colleges” (Dastin 2018).

Misogynistic hate speech is widespread and difficult to detect because it can take many different forms. For instance, a study published in the journal *Feminist Media Studies* discovered that misogynistic hate speech on Twitter regularly takes the form of “gaslighting,” causing women to question their very own experiences and perceptions (Edwards, Philip & Gerrard 2020). It is difficult to detect this kind of hate speech by using keyword-based approaches, because it often does not incorporate specific derogatory phrases.

Reinforcing gender bias through algorithms is a cause of concern because it can help normalize anti-feminist hate speech. When users receive biased information that reflects and reinforces their pre-existing beliefs, they tend to maintain those beliefs. This is particularly troubling in the context of misogynistic hate speech because it can normalize harmful attitudes and behaviours towards women.

Numerous studies have well-documented the emotional toll inflicted upon victims of misogynistic hate speech (Henry & Powell 2018). This form of hate speech, often personalized and targeted, evokes a range of emotions, including fear, anger, and sadness. Consequently, victims often experience feelings of isolation and helplessness, with adverse effects on their mental well-being. Prolonged exposure to such hate speech can also lead to heightened levels of anxiety and depression, compounding the emotional distress experienced by victims.

Exposure to misogynistic hate speech significantly affects a woman’s self-esteem and self-worth (Kearl 2010). The derogatory and belittling nature of this rhetoric can lead to negative self-perception, impacting various aspects of a woman’s

life, including personal relationships and professional aspirations. The erosion of self-esteem can also make it challenging for victims to confront and speak out against such hate speech, perpetuating a cycle of silence and continued victimization (Jane 2014).

The literature highlights how misogynistic hate speech contributes to the marginalization and exclusion of women from online spaces (Jane 2016). The fear of being targeted by hate speech can deter women from participating in online discussions, sharing their opinions, or even being present on certain digital platforms. Limited online participation can have significant implications for women's involvement in public discourse and their ability to advocate for their rights and interests.

The prevalence of misogynistic hate speech on digital platforms perpetuates harmful stereotypes and discriminatory attitudes towards women, reinforcing existing gender inequalities. Hate speech contributes to a culture that devalues and disempowers women, leading to far-reaching consequences that affect women's opportunities and societal status (Henry & Powell 2018).

The literature also deals with cases where misogynistic hate speech escalates to threats of physical violence (Citron 2014). These threats can profoundly impact a woman's sense of safety and security, both online and in the real world. The fear of physical harm can also lead to self-censorship, as women may be afraid to express their opinions for fear of retaliation (Henry & Powell 2018).

The effects of misogynistic hate speech can extend into a woman's professional and personal life. Online harassment can lead to professional setbacks, such as loss of job opportunities or damage to one's reputation. Moreover, the stress and emotional toll of dealing with hate speech can strain personal relationships and negatively affect one's social life. The cumulative impact of these consequences can be devastating, affecting every aspect of a woman's life (Vogels 2021).

To overcome such problems, some researchers are experimenting with more sophisticated techniques that reconstruct the broader context in which the language is used. For example, in a study published in the *Social Science Computer Review*, some researchers reveal that they used a system learning approach to find out the language patterns that can be related to misogynistic hate speech (Kulshrestha *et al.* 2017). They found that misogynistic hate speech is frequently characterized by sex-related words, derogatory terms, and threats of violence.

However, regardless of these strategies in place, misogynistic hate speech detection remains a challenge. This is partially due to the fact that misogynistic hate speech is often embedded in cultural norms and attitudes which are difficult to determine. As a result, dealing with hate speech against women requires going beyond AI structures and technical solutions.

5. Conclusions

In conclusion, misogynistic bias in AI is an intricate and multifaceted problem that requires the knowledge of a nuanced language and context. It should be remembered that AI has both the capability of revolutionizing research and many different areas and the capability of bringing out bias and discrimination, especially in the field of hate speech against women.

Gender bias in AI is well documented in studies of AI systems used to analyse curricula where hate speech against women is often used. This situation can be attributed to the fact that AI structures are trained on datasets that reflect the biases inherent in society. Even if AI structures are designed to be independent, they are able to replicate the biases inherent in the data which they are trained on.

To overcome such problems, researchers have proposed some techniques to reduce bias in AI. One approach is to use numerous data units to train AI structures. This can help mitigate the danger of bias as it ensures that AI systems are exposed to a wide range of examples and perspectives. Another technique is to apply an explainable AI, which lets researchers recognize how an AI device makes choices and to identify any biases that can be present.

However, despite these strategies in place, detection of misogynistic hate speech remains a challenge. Misogynistic hate speech is subtle and difficult to detect because it can take many different forms. To cope with this problem, some researchers are exploring extra state-of-the-art techniques taking into consideration the broader context in which the language of aggression is used. These strategies involve a system learning approach to identify the language patterns that are related to misogynistic hate speech.

Dealing with hate speech against women requires going beyond AI structures and technical solutions. It requires a commitment to gender equality and social justice, as well as the will to apply broader cultural norms and attitudes. Using increasingly sophisticated techniques for hate speech detection and broadening the context in which the language of aggression is used will help mitigate the risk of bias and discrimination in AI structures.

To effectively tackle the issue of gender bias and misogynistic hate speech on digital platforms, it is necessary to develop and implement regulations that specifically target the problem. Such regulations should include provisions for the monitoring and auditing of AI algorithms to ensure that they do not perpetuate gender biases or amplify hate speech (Cath *et al.* 2018). Moreover, mechanisms should be put in place to hold digital platforms accountable for the content they allow to be disseminated. These mechanisms would ensure that platforms take active steps to hinder the spread of misogynistic hate speech and other forms of online harassment.

Roles of authors

DB: Conceptualization, formal analysis, research, design of methodology, writing of original draft, revision of the draft.

JMC: Conceptualization, formal analysis, research, design of methodology, writing of original draft, revision of the draft.

Conflict of interests

The authors declare that they have no financial or personal interest in the research study titled “How AI bots have reinforced gender bias in hate speech” and its publication. Moreover, they declare no financial or personal relationships with any individuals or organizations that could inappropriately influence their work or the interpretation of the results of this study or of this publication.

References

- Angwin, Julia, *et al.* 2016. “Machine bias: There’s software used across the country to predict future criminals. And it’s biased against blacks.” *ProPublica*. Available at <https://www.propublica.org/article/machine-bias-risk-assessments-in-criminal-sentencing>
- Anti-Defamation League. 2020. *Online Hate and Harassment Report: The American Experience 2020*. Retrieved 25 September 2022, from <https://www.adl.org/online-hate-2020>
- Battista, Daniele. 2023. “For better or for worse: politics marries pop culture (TikTok and the 2022 Italian elections).” *Society Register* 7(1): 117-142. DOI: <https://doi.org/10.14746/sr.2023.7.1.06>
- Boccia Artieri, Giovanni. 2012. *Stati di connessione. Pubblici, cittadini e consumatori nella (Social) Network Society*. Milano: FrancoAngeli.
- Bolukbasi, Tolga, *et al.* 2016. “Man is to Computer Programmer as Woman is to Homemaker? Debiasing Word Embeddings.” *Proceedings of the 30th International Conference on Neural Information Processing Systems*, edited by Daniel D. Lee, 4356-4364. Red Hook, NY: Curran Associates. DOI: <https://doi.org/10.48550/arXiv.1607.06520>
- Cabo Isasi, Alex, & Ana García Juanatey. 2017. “Hate speech in social media: a state-of-the-art review.” Available at https://ajuntament.barcelona.cat/bcnvsodi/wp-content/uploads/2017/01/Informe_discurso-del-odio_ENG.pdf
- Camargo Molano, Jessica, & Jacopo Cavalaglio Camargo Molano. 2021. “Criticalities and Advantages of the Use of Artificial Intelligence in Research.” In *Handbook of Research on Advanced Research Methodologies for a Digital Society*, edited by Gabriella Punziano & Angela Delli Paoli, 161-175. Hershey, PA: IGI Global. DOI: <https://doi.org/10.4018/978-1-7998-8473-6.ch011>
- Cath, Corinne, *et al.* 2018. “Artificial Intelligence and the ‘Good Society’: the US, EU, and UK approach.” *Science and Engineering Ethics* 24(2): 505–528. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11948-017-9901-7>
- Citron, Danielle K. 2014. *Hate Crimes in Cyberspace*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

- Cohen-Almagor, Raphael. 2011. "Fighting Hate and Bigotry on the Internet." *Policy & Internet* 3(3): 1-26. DOI: <https://doi.org/10.2202/1944-2866.1059>
- Dastin, Jeffrey. 2018. "Amazon scraps secret AI recruiting tool that showed bias against women." *Reuters*. Available at <https://www.reuters.com/article/us-amazon-com-jobs-automation-insight/amazon-scraps-secret-ai-recruiting-tool-that-showed-bias-against-women-idUSKCN1MK08G>
- Davidson, Thomas, et al. 2017. "Automated hate speech detection and the problem of offensive language." In *Proceedings of the International AAAI Conference on Web and Social Media* 11(1): 512-515. DOI: <https://doi.org/10.1609/icwsm.v11i1.14955>
- Duffy, Mary Elizabeth. 2003. "Web of Hate: A Fantasy Theme Analysis of the Rhetorical Vision of Hate Groups Online." *Journal of Communication Inquiry* 27(3): 291-312. DOI: <https://doi.org/10.1177/0196859903252850>
- Edwards, Lee, Fiona Philip, & Ysabel Gerrard. 2020. "Communicating feminist politics? The double-edged sword of using social media in a feminist organisation." *Feminist Media Studies* 20(5): 605-622. DOI: <https://doi.org/10.1080/14680777.2019.1599036>
- Gagliardone, Iginio. 2019. "Defining online hate and its 'Public Lives': What is the place for 'extreme speech'?" *International Journal of Communication* 13: 3068-3086.
- Giglietto, Fabio, & Donatella Selva. 2014. "Second Screen and Participation: A Content Analysis on a Full Season Dataset of Tweets." *Journal of Communication* 64(2): 260-277. DOI: <https://doi.org/10.1111/jcom.12085>
- Gillespie, Tarleton. 2017. "Regulation of and by platforms." In *The SAGE Handbook of Social Media*, edited by Jean Burgess, Alice Marwick, & Thomas Poell, 254-278. London: SAGE. DOI: <https://doi.org/10.4135/9781473984066>
- Henry, Nicola, & Anastasia Powell. 2018. "Technology-Facilitated Sexual Violence: A Literature Review of Empirical Research." *Trauma, Violence, & Abuse* 19(2): 195-208. DOI: <https://doi.org/10.1177/1524838016650189>
- Holstein, Kenneth, et al. 2019. "Improving fairness in machine learning systems: What do industry practitioners need?" In *Proceedings of the 2019 CHI Conference on Human Factors in Computing Systems*. New York: ACM. DOI: <https://doi.org/10.48550/arXiv.1812.05239>
- Jane, Emma. 2014. "Back to the kitchen, cunt: Speaking the unspeakable about online misogyny." *Continuum: Journal of Media & Cultural Studies* 28(4): 558-570. DOI: <https://doi.org/10.1080/10304312.2014.924479>
- Jane, Emma. 2016. "Online misogyny and feminist digilantism." *Continuum* 30(3): 284-297. DOI: <https://doi.org/10.1080/10304312.2016.1166560>
- Kearl, Holly. 2010. *Stop Street Harassment: Making Public Places Safe and Welcoming for Women*. E-book. Santa Barbara: ABC-CLIO.
- Kulshrestha, Juhi, et al. 2017. "Quantifying Search Bias: Investigating Sources of Bias for Political Searches in Social Media." In *Proceedings of the 2017 ACM Conference on Computer Supported Cooperative Work and Social Computing*, 417-432. New York: ACM. DOI: <https://doi.org/10.1145/2998181.2998321>
- López-Paredes, Marco, & Branco Di Fátima. 2022. "Memética: la reinención de las narrativas en el mundo digital, protestas sociales y discursos de odio." In *Visiones contemporáneas: narrativas, escenarios y ficciones*, edited by Oliver C. Márquez, Alicia Parras Parras, & Eva Hernández Martínez, 25-37. Madrid: Fragua.
- Matsuda, Mari J. 1989. "Public Response to Racist Speech: Considering the Victim's Story." *Michigan Law Review* 87(8): 2320-2381. DOI: <https://doi.org/10.2307/1289306>

- Milano, Stefano, Mariarosaria Taddeo, & Luciano Floridi. 2020. "Recommender Systems and Their Ethical Challenges." *AI & Society* 35(3): 957-967. DOI: <https://doi.org/10.1007/s00146-020-00950-y>
- Miranda, Sofia, et al. 2022. "I love to hate! The racist hate speech in social media." *Proceedings of the 9th European Conference on Social Media*, 137-145. Krakow: Academic Conferences International (ACI). DOI: <https://doi.org/10.34190/ecsm.9.1.311>
- Miró-Llinares, Fernando, & Jesús Javier Rodríguez-Sala. 2016. "Cyber hate speech on twitter: Analyzing disruptive events from social media to build a violent communication and hate speech taxonomy." *International Journal of Design & Nature and Ecodynamics* 11(3): 406-415. DOI: <https://doi.org/10.2495/DNE-V11-N3-406-415>
- Moran, Mayo. 1994. "Talking about Hate Speech: A Rhetorical Analysis of American and Canadian Approaches to the Regulation of Hate Speech." *Wisconsin Law Review* 1994: 1425-1514.
- Noble, Safiya Umoja. 2018. *Algorithms of Oppression: How Search Engines Reinforce Racism*. New York: NYU Press.
- Obermeyer, Ziad, et al. 2019. "Dissecting racial bias in an algorithm used to manage the health of populations." *Science* 366(6464): 447-453. DOI: <https://doi.org/10.1126/science.aax2342>
- Olmos, Ana, et al. 2020. *Jóvenes, redes sociales virtuales y nuevas lógicas de funcionamiento del racismo: Etnografía virtual sobre representaciones y discursos de alteridad e identidad*. Madrid: Centro Reina Sofia sobre Adolescencia y Juventud. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3666178>
- Schwarzenegger, Christian, & Anna Wagner. 2018. "Can it be hate if it is fun? Discursive ensembles of hatred and laughter in extreme right satire on Facebook." *Studies in Communication and Media* 7(4): 473-498. DOI: <https://doi.org/10.5771/2192-4007-2018-4-473>
- Tufekci, Zeynep. 2018. "YouTube, the Great Radicalizer." *The New York Times*, 10 March. Available at <https://www.nytimes.com/2018/03/10/opinion/sunday/youtube-politics-radical.html>
- Valerio, Lizette Martínez. 2022. "Hate messages toward the LGBTQ+ community in Instagram profiles of the Spanish press." *Revista Latina de Comunicación Social* 80: 364-388. DOI: <https://doi.org/10.4185/RLCS-2022-1749>
- Van Dijck, José, Thomas Poell, & Martijn De Waal. 2018. *The Platform Society: Public Values in a Connective World*. New York: Oxford University Press.
- Vesnic-Alujevic, Lucia. 2012. "Political participation and web 2.0 in Europe: A case study of Facebook." *Public Relations Review* 38(3): 466-470. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.pubrev.2012.01.010>
- Vilar-Lluch, Sara. 2023. "Understanding and appraising 'hate speech'." *Journal of Language Aggression and Conflict* 11(2): 279-306. DOI: <https://doi.org/10.1075/jlac.00082.vil>
- Vincent, James. 2016. "Twitter taught Microsoft's AI chatbot to be a racist asshole in less than a day." *The Verge*. Available at <https://www.theverge.com/2016/3/24/11297050/tay-microsoft-chatbot-racist>
- Vogels, Emily. 2021. *The State of Online Harassment*. Washington, D.C.: Pew Research Center. Available at <https://www.pewresearch.org/internet/2021/01/13/the-state-of-online-harassment/>
- Waldron, Jeremy. 2012. *The Harm in Hate Speech*. Cambridge: Harvard University Press.

Daniele Battista. Ph.D. in Social Theory, Digital Innovation, and Public Policies. Currently, he holds a research fellow position at the Department of Political and Social Studies at the University of Salerno. His primary areas of research interest revolve around the field of media theory, with a specific focus on the intricate relationship between social networks and political communication. He is member of editorial boards of several journals and member of the Italian Association of Sociology.

Jessica Camargo Molano. Assistant lecturer of Sociology of Electronic Arts and Sociology of Multimedia Entertainment at the University of Salerno, Italy. PhD student at the International Telematic University "UniNettuno". Her PhD research focuses on the algorithm, investigated both as a tool or creator of works through Artificial Intelligences, and as a support, certification of possession or even as true and own work of art in the case of NFT (Non-Fungible-Token). Currently, she is a visiting researcher at the University of Luxembourg.

Received on 25 August and accepted for publication on 31 October 2023.

How to cite this article

[Chicago Style]

Battista, Daniele, & Jessica Camargo Molano. 2023. "How AI Bots Have Reinforced Gender Bias in Hate Speech." *ex æquo* 48: 53-68. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.05>

[APA Style – adapted]

Battista, Daniele, & Molano, Jessica Camargo (2023). How AI Bots Have Reinforced Gender Bias in Hate Speech. *ex æquo*, 48, 53-68. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.05>



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs license (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), which permits noncommercial reproduction and distribution of the work, in any medium, provided the original work is not altered or transformed in any way, and that the work is properly cited. For commercial re-use, please contact apem1991@gmail.com

¿SON LOS JÓVENES LA RAÍZ DEL AUGE DE LA MISOGINIA EN ESPAÑA? SESGOS Y PROBLEMAS EN LA COBERTURA MEDIÁTICA DE LA MANOSFERA Y EL ANTIFEMINISMO ESPAÑOL

 *Lionel S. Delgado Ontivero**

Resumen

En los últimos años, los debates alrededor del auge del antifeminismo en España han señalado a la juventud como foco del problema. Muchos medios de comunicación se han hecho eco de informes sobre los valores y creencias juveniles para hablar del machismo en los jóvenes y de la reacción antifeminista que pone en riesgo las políticas de igualdad españolas. Sin embargo, existen una serie de problemas metodológicos y conceptuales en este abordaje que lleva al debate público a un callejón sin salida. Simplificar el antifeminismo trae consecuencias políticas notables tanto en la identificación del problema como en su prevención. Este artículo consta de una reflexión crítica sobre estos problemas de enfoque y apunta hacia elementos importantes de un debate en curso.

Palabras clave: Masculinidad, juventud, antifeminismo, medios de comunicación, política.

Resumo

São os jovens a raiz do aumento da misoginia em Espanha? Vieses e problemas na cobertura mediática da Manosfera e do antifeminismo espanhol

Nos últimos anos, os debates em torno da ascensão do antifeminismo em Espanha têm apontado a juventude como o foco do problema. Muitos meios de comunicação fazem eco de reportagens sobre valores e crenças juvenis para falar sobre o machismo entre os jovens e sobre a reação antifeminista que põe em risco as políticas de igualdade espanholas. No entanto, há uma série de problemas metodológicos e conceituais nesta abordagem, que levam o debate público para um beco sem saída. Simplificar o antifeminismo tem consequências políticas importantes, tanto na identificação do problema, quanto na sua prevenção. Este artigo apresenta uma reflexão crítica sobre estas questões de enfoque e aponta elementos importantes para o debate em curso.

Palavras-chave: Masculinidade, juventude, antifeminismo, meios de comunicação, política.

* Universitat de Barcelona (UB), 08034 Barcelona, España.
Dirección postal: Avenida Diagonal, 690-696; 08034 Barcelona, España.
Correo electrónico: lionel.s.delgado@gmail.com

Abstract

Are Young People the Root of the Rise of Misogyny in Spain? Biases and problems in the media coverage of the Manosphere and Spanish anti-feminism

In recent years, the debates surrounding the rise of anti-feminism in Spain have pointed to youth as the focus of the problem. Many media have echoed reports on youth values and beliefs to talk about *machismo* among young people and the anti-feminist reaction that puts Spanish equality policies at risk. However, there are a number of methodological and conceptual problems in this approach that lead the public debate to a dead end. Simplifying anti-feminism has important political consequences for both identifying the problem and preventing it. This article presents a critical reflection on these issues of focus, and points to important elements in the ongoing debate.

Keywords: Masculinity, youth, antifeminism, media, politics.

1. Introducción

Aunque ha aparecido recientemente una importante bibliografía sobre la radicalización de grupos de hombres hacia posturas masculinistas, el campo se encuentra aún en ciernes, por lo menos en el caso español (García-Mingo, Díaz Fernández y Tomás-Forte 2022; Delgado Ontivero y Sánchez-Sicilia 2023). A pesar de la organización del antifeminismo y, en general, los discursos radicalizados contrarios a las luchas sociales, seguimos sin tener un marco nacional claro de identificación y definición de los grupos, discursos y prácticas antifeministas. La recomendación de Política General nº15 del año 2015 de la Comisión Europea contra el Racismo y la Intolerancia (ECRI) apuntaba en esta dirección: el problema de la violencia digital se está expandiendo, pero desconocemos su alcance, su dimensión y sus características.

Entre el trabajo pendiente queda profundizar en la relación entre la actividad política institucional, el trabajo de investigación en materia de género (inclusive reacción y antifeminismo), y la cobertura mediática de estos fenómenos. Si los aportes académicos señalan el valor de entender y actuar tempranamente frente al peso que están adquiriendo los contenidos reaccionarios y antifeministas (Hoffman, Ware y Shapiro 2020), a nivel español las medidas no han resultado tan contundentes como cabía esperar.

Esto no se debe a un problema de guía. Existen diversas recomendaciones internacionales sobre la prevención y el abordaje político a los discursos de odio en línea (Recomendación UE 2018/334 de la Comisión, de 1 de marzo de 2018, sobre medidas para combatir eficazmente los contenidos ilícitos en línea), a los problemas del sexismo (Recomendación CM/Rec(2019)1 del Comité de Ministros a los Estados miembros para prevenir y combatir el sexismo) y a las desigualdades de género en materia audiovisual (Recomendación CM/Rec (2017)9 del Comité de Ministros a los países miembros sobre igualdad de género en el sector audiovisual).

En materia de masculinidades, identidades y violencia, ha habido importantes investigaciones desde instituciones no gubernamentales. Destacan los informes que el Centro Reina Sofía sobre Adolescencia y Juventud de la Fundación FAD Juventud realiza desde el 2021 en temas de discursos de odio sexistas (Sigma Dos 2021), sobre la configuración de una red digital de contenido misógino (García-Mingo y Díaz Fernández 2022a), sobre la relación entre juventud y masculinidad (Sanmartín Ortí, Kuric Kardelis y Gómez Miguel 2022) y sobre las percepciones juveniles sobre la violencia y el género (Boneta-Sábada, Tomás-Forte y García-Mingo 2023). No obstante, estos informes, además de haber servido para la comprensión del fenómeno de la radicalización antifeminista, se han instrumentalizado por una lectura, creemos, incorrecta de la reacción antifeminista centrada en el perfil joven español. Esto se debe a sesgos en la cobertura de los medios de comunicación españoles.

El presente artículo busca profundizar en las razones de esta deriva, ya que genera una serie de problemas: avanza hacia prejuicios relacionados con la juventud (Duque 2022) y difumina las causas sociales detrás del fenómeno, además de camuflar la transversalidad del antifeminismo que, si bien puede tener impacto en la población joven, está también implantado en otras franjas etarias. No sólo hay que recordar cómo el auge del partido español ultraderechista Vox estaba relacionado con la figura del hombre de 35 a 44 años, urbano y de clase media¹, sino que quienes conforman las asociaciones conservadoras (católicas o laicas ligadas a la defensa de la familia o de los “derechos de los hombres” en materia de custodias compartidas, hombres maltratados, etc.) son fundamentalmente adultos. Esto, además de dificultar las políticas en materia de masculinidades, podría estar facilitando el acercamiento juvenil a los *Youtubers*, *streamers* y divulgadores antifeministas al reforzar la idea de grupo desde una lógica antagonista.

2. Objetivos y marco metodológico

El presente artículo orienta su aparato teórico hacia los siguientes objetivos específicos: analizar la cobertura mediática española sobre la reacción antifeminista, la Manosfera española y la juventud como problema social; y explorar el marco político con el que se aborda mediáticamente la Manosfera y el antifeminismo español a través de la narrativa acerca de la juventud.

Definimos el *antifeminismo* como un contramovimiento social (Bonet-Martí 2020) que se construye en contraposición y reacción a las diferentes olas del feminismo, adaptando sus formas organizativas y prácticas discursivas a los diferentes momentos históricos. En la versión actual, el antifeminismo ha adquirido una dimensión digital fundamental (Nagle 2017; Ging 2019a; 2019b) y se ha organizado en torno a grupos *online* que basan su actividad en la difusión de ideas, discursos e imaginarios misóginos; en la promoción de una agenda política contra la

ideología de género; y en la alimentación de una cultura masculinista basada en el resentimiento, el victimismo masculino y el apoyo entre hombres (Sánchez-Sicilia 2020; Díaz Fernández y García Mingo 2022a). Se ha denominado a este conjunto heterogéneo de espacios y discursos *Manosfera* (Horta Ribeiro *et al.* 2021).

Se ha analizado ampliamente la conexión que existe entre la Manosfera, las posturas antifeministas y la agenda de ultraderecha en los casos estadounidense (Nagle 2017; Mamié, Horta Ribeiro, y West 2021) o europeos (Norocel 2010; Askanius 2020; Dafaure 2022). La agenda ultraderechista históricamente ha hecho uso del concepto de *ideología de género* para alimentar su lucha contra el derecho al aborto, la diversidad LGTBIQ+ o la defensa de la familia tradicional. Sin embargo, en el caso español, ha sido el negacionismo de la violencia de género el que ha ganado más peso como muestran Bonnet-Martí (2020), Cabezas Fernández & Vega Solís (2022) o Franco & Bernárdez Rodal (2023), haciendo del antifeminismo un pilar fundamental de los partidos ultraderechistas como Vox.

Este partido político no sólo tiene una base de voto muy masculinizada (Delgado Ontivero 2021) sino que, además, se ha dirigido frecuentemente a los hombres instrumentalizando las ideas antifeministas para recibir el apoyo masculino (Castillo Jara, Marchena Montalvo y Quiliche Arévalo 2019; Álvarez-Benavides y Jiménez Aguilar 2021; Polo-Artal 2023).

No obstante, la presencia antifeminista no sólo se debe a la labor de los partidos, sino también al papel de los medios de comunicación. En este caso buscamos profundizar en la forma en la que la cobertura mediática del antifeminismo español ha intervenido en los debates sociales sobre estos tres elementos.

Para ello, optamos por un análisis de contenidos de noticias relacionadas con la Manosfera española y su relación con las investigaciones sobre los fenómenos de la Manosfera. Por su impacto mediático, hemos optado por organizar la investigación en torno a las contribuciones sobre reacción antifeminista, masculinidades y Manosfera que la FAD lleva publicando desde 2021. A saber:

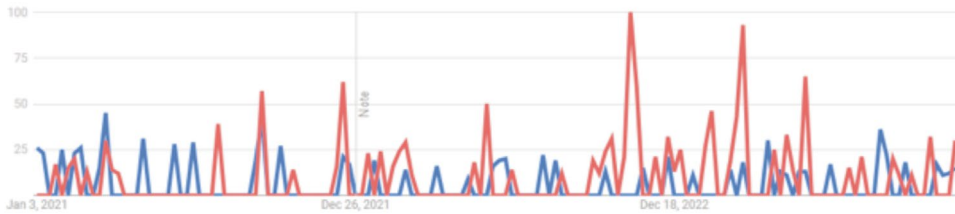
- A. Sanmartín Ortí, Ana, Stribor Kuric Kardelis, & Alejandro Gómez Miguel. 2022. *La caja de la masculinidad: construcción, actitudes e impacto en la juventud española*.
- B. García-Mingo, Elisa, y Silvia Díaz Fernández. 2022b. *Jóvenes en la Manosfera. Influencia de la misoginia digital en la percepción que tienen los hombres jóvenes de la violencia sexual*.
- C. Boneta-Sábada, Nerea, Sergio Tomás-Forte, y Elisa García-Mingo. 2023. *Culpables hasta que se demuestre lo contrario. Percepciones y discursos de adolescentes españoles sobre masculinidades y violencia de género*.

Aunque existan otras publicaciones previas que ya abordan cuestiones relacionadas con la masculinidad y las posturas antifeministas (Megías *et al.* 2020; Sigma Dos 2021), las que se dan en relación con la noción de Manosfera reciben un interés mediático mayor, como muestra un análisis de tendencias a través de

Google Trends: en la Imagen 1 vemos en azul las tendencias de búsquedas del término *Antifeminismo* desde enero del 2021 a noviembre del 2023. En rojo vemos las búsquedas de *Manosfera*.

Imagen 1

Tendencias de búsqueda de antifeminismo (azul) y Manosfera (rojo)

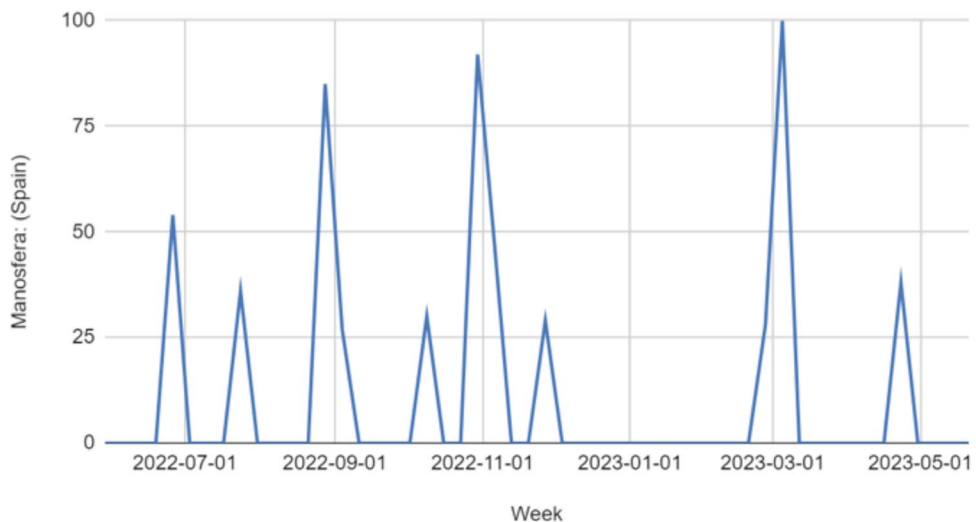


Fuente: Google Trends (<https://www.google.com/trends>)

Si profundizamos en las búsquedas de *Manosfera*, vemos en la Imagen 2 cómo éstas concentran alrededor de los meses en las que salen publicaciones de la FAD: último trimestre de 2022 y la primera mitad del 2023. No fueron los únicos eventos relacionados con las masculinidades cubiertos por los medios. 2022 fue un año en la que las noticias ya empezaban a hablar sobre *incels*, Andrew Tate o *influencers* misóginos, pero el interés mediático crece visiblemente alrededor de estas contribuciones.

Imagen 2

Tendencias de búsqueda web sobre Manosfera entre 2022 y 2023



Fuente: Google Trends (<https://www.google.com/trends>)

Para el análisis de contenidos hemos construido un corpus de noticias a través de una búsqueda sistemática en los motores de búsqueda *Google*, *Bing* y *Yahoo!*. Las búsquedas se realizaron a través de los conceptos “Fad”, “Manosfera”, y “Antifeminismo”. A la hora de construir el corpus también valoramos el posicionamiento web de las noticias y, por ende, dimos más peso a los resultados más visibles. Esto es así debido a que el artículo busca analizar los relatos hegemónicos sobre la Manosfera y la juventud y no tanto cubrir la totalidad de discursos existentes.

Para la selección de noticias se buscó que a) hicieran referencia a las investigaciones referidas de la FAD; b) que fueran páginas de noticias contrastadas y fiables; c) que fueran resultados accesibles y relevantes en el posicionamiento web (primeros 100 ítems). Se eliminaron del corpus noticias de dominios de sospechosa procedencia, así como páginas muy atrás en los resultados obtenidos. Como resultado, se obtuvo un corpus de 25 noticias en medios de comunicación de impacto.

A la hora de abordar el análisis de las noticias, se tuvo en cuenta el enfoque del *newsmaking* que integra en el análisis de las noticias los procesos de selección de noticiables según los valores de la información (*news values*). Nuevos públicos, nuevos contextos de noticias llevan a los medios a utilizar nuevos criterios o prácticas para atraer y mantener audiencia, incluyendo el *clickbaiting*¹, la aceleración (y consecuente simplificación) de las noticias, etc. Tener en cuenta este enfoque nos permitirá analizar el sentido político de las noticias escogidas, los marcos y enfoques con los que las noticias abordan el problema del machismo juvenil y los sesgos que presenta.

3. Antecedentes

No han sido pocos los intentos institucionales por limitar los discursos de odio en las plataformas digitales. Aparte de las ya mencionada Recomendación 2018/334 de la Comisión de 1 de marzo de 2018, y el Código de Conducta de la UE, dos documentos que forman el marco europeo sobre el que se redacta el Protocolo para combatir el Discurso de Odio Ilegal en Línea (Observatorio Español de Racismo y Xenofobia 2018), en el año 2018 el Gobierno saca dos campañas importantes en la concienciación y prevención del odio. Esto fue a raíz de que, en el Informe de la Evolución de los Delitos de Odio del Ministerio del Interior de ese año, se viese que las denuncias por discriminación por sexo/género aumentaron un 102,9% y por edad un 100,0% (Cereceda Fernández-Oruña *et al.* 2018).

¹ El *clickbait* se refiere al recurso de usar titulares y miniaturas de imágenes de manera sensacionalista para atraer el “clic” a la página y aumentar las visitas y los ingresos publicitarios. Esto tiende a la proliferación de noticias tendenciosas, el uso estratégico de *fake news* y la reducción de la credibilidad en los medios (Chakraborty, *et al.* 2016).

Por un lado, surge la campaña *Somos Más*, que busca “prevenir y sensibilizar sobre el discurso del odio y la radicalización violenta” y se basa en dos ejes: formación (talleres en los que han participado más de 28.000 jóvenes en escuelas) y sensibilización (campañas de comunicación y la implicación de creadores). La campaña duró tres cursos escolares y actualmente se encuentra desactivada.

Por otro lado, la campaña *#NoMoreHaters* involucra al Ministerio de Interior junto con la FAD, Maldita.es y Google.org y busca entender las actitudes de los jóvenes y los adolescentes ante los comportamientos de odio. De ahí salen una investigación, *Romper cadenas de odio, tejer redes de apoyo: los y las jóvenes ante los discursos del odio* (Megías et al. 2020), dos spots publicitarios que no tuvieron mucho seguimiento y una app para adolescentes que buscaba que los y las jóvenes pudiesen identificar y denunciar mensajes de odio que se encuentren en la red o en sus entornos cotidianos. En la Play Store de Android, la app fue víctima del *review bombing* – en el momento de redacción de este artículo cuenta con un 2 de nota media y cientos de opiniones negativas.

4. El problema ahora es la juventud: radicalización y machismo

En la investigación de la iniciativa *No More Haters* se reconoce que la problemática del odio “no es un problema específico de adolescentes y jóvenes, ni exclusivo de la conversación online” (Megías et al. 2020). En el *Informe de la evolución de los delitos de odio del 2021*, el grupo mayoritario por edad era de 26 a 40 años (29,21% de los crímenes denunciados). El grupo de 18 a 25 años tenía la misma representación (19,92%) que el de 41-50 años. Recordemos esto.

A partir del 2019 se da a nivel mediático una preocupación cada vez mayor, no sólo por la cuestión de las masculinidades (y el papel de los hombres en el feminismo), sino también por la reacción antifeminista y la difusión de posturas conservadoras en los hombres. A partir del 2022, el problema ocupa la atención mediática con fuerza. A raíz de la investigación de la FAD *Jóvenes en la Manosfera. Influencia de la misoginia digital en la percepción que tienen los hombres jóvenes de la violencia sexual* (García-Mingo y Díaz Fernández 2022b), en noviembre del 2022, un número importante de medios españoles hablaron de Manosfera y reacción antifeminista².

² Véase, entre muchos otros ejemplos, Patricia Gosálvez, “‘Manosfera’: Donde se quieren los hombres que odian a las mujeres.” *El País*, 2 de noviembre, 2022 (<https://elpais.com/sociedad/2022-11-02/manosfera-donde-se-quieren-los-hombres-que-odian-a-las-mujeres.html>); Marta Borraz, “Dentro de la ‘manosfera’, la comunidad online de hombres contra el feminismo.” *elDiario.es*, 2 de noviembre 2022 (https://www.eldiario.es/sociedad/manosfera-comunidad-online-hombres-feminismo_1_9670894.html); Alfredo Pascual, “El cuartel de la misoginia en la red. Viaje por los cuatro reinos de la manosfera: una guerra en la que el enemigo son las feministas.”

El tema adquirió un peso notorio durante esos meses, y posteriormente empezó a derivarse hacia la problemática del antifeminismo ligado a los jóvenes a partir de un informe de la FAD, en este caso, el informe del 2022 titulado *La caja de la masculinidad: construcción, actitudes e impacto en la juventud española* (Sanmartín Ortí, Kuric Kardelis y Gómez Miguel 2022), publicado el mismo mes que el de la Manosfera. En ese informe se hablaba, entre otras cosas, de los cambios ideológicos que estaban sucediendo en los jóvenes³. Se hacían eco de los datos preocupantes que habían salido en el barómetro *Juventud y Género 2021* donde avanzaba la distancia entre los hombres y el feminismo y comenzaban a verse discursos negacionistas de la violencia de género.

Es interesante ver que en realidad, el informe de *La caja de la masculinidad* era optimista: en el informe mostraban cómo sólo un 10% de los jóvenes analizados se mostraba dentro de la caja, mientras que un 57,8% se mostraba fuera (y 32,2% en el borde). Sin embargo, desde los medios se puso el énfasis en que cada vez había más jóvenes que negaban la violencia de género⁴, creen en la superioridad masculina⁵, aumenta el victimismo y el miedo⁶, se alejan del feminismo⁷ o justifican agresiones⁸. Una excepción importante fue el artículo de Andrea García Baroja para *El*

El Confidencial, 11 de noviembre 2022 (https://www.elconfidencial.com/cultura/2022-11-09/manosfera-incels-mgtow-ligar-mra-pickup-artist-feminismo_3517516/).

³ El concepto está inspirado en una investigación previa realizada por la organización internacional Promundo en 2017 (Hellman, Barker y Harrison 2017). Se plantea “la caja” como una metáfora topológica de la afiliación de un hombre con los valores hegemónicos de la masculinidad: estar “dentro”, “fuera” o en “el borde” de la caja supone comulgar más o menos con una serie de indicadores (17) en forma de afirmaciones sobre la masculinidad a partir de una escala del 1 al 4.

⁴ RTVE.es/EP, “El 15% de chicos y el 8% de chicas jóvenes en España niegan la violencia de género, según un estudio.” *Radio Televisión Española*, 24 de noviembre 2022 (<https://www.rtve.es/noticias/20221124/estudio-jovenes-masculinidad-violenciagenero/2409974.shtml>).

⁵ Europa Press, “Más del 15% de chicos y más del 8% de chicas jóvenes en España niegan la violencia de género, según la FAD.” *Europa Press*, 24 de noviembre 2022, (<https://www.europa-prensa.es/epsocial/igualdad/noticia-mas-15-chicos-mas-chicas-jovenes-espana-niegan-violencia-genero-fad-20221124124505.html>); Europa Press, “El 10% de los chicos cree su opinión vale más que la de su mujer, niega la violencia de género y justifica la prostitución.” *El Periódico de España*, 24 de noviembre 2022 (<https://www.epe.es/es/igualdad/20221124/10-chicos-mujer-violencia-de-genero-justifica-prostitucion-79045027>).

⁶ Marta Borraz, “Anna Sanmartín: ‘Está calando en los jóvenes la idea de que los hombres están desprotegidos ante las denuncias falsas.’” *elDiario.es*, 9 de diciembre 2022, (https://www.eldiario.es/sociedad/anna-sanmartin-calando-jovenes-idea-hombres-desprotegidos-denuncias-falsas_128_9780814.html).

⁷ Marta Rodríguez Carrera, “Un 45% dels joves no es declaren ni masclistes ni feministes.” *Diario Ara*, 5 de diciembre 2022 (https://www.ara.cat/societat/45-dels-joves-no-declaren-masclistes-feministes_130_4564779.html).

⁸ EFE/EP, “Uno de cada diez jóvenes cree que la violencia machista no existe e incluso justifica algunas agresiones.” *Cadena Ser*, 24 de noviembre 2022 (<https://cadenaser.com/nacional/2022/>

*País*⁹, donde el titular se centra en cómo el 41% de los hombres jóvenes no se identifican con roles de género.

En el informe se marcaban otros indicadores relacionados con la caja: “nivel bajo de estudios, autoidentificación con pertenecer a la clase alta, experimentar carencias materiales severas (condición socioeconómica desfavorable), posicionamiento en la derecha ideológica y sentir religioso fuerte” (Sanmartín Ortí, Kuric Kardelis y Gómez Miguel 2022, 16), pero estos factores pasaron desapercibidos por los medios en contraste con una cuestión puramente ideológica.

En el cuerpo de algunas de estas noticias, se puede leer más en detalle cómo, aunque poco más que el 10% de hombres jóvenes niega la violencia de género, casi el 70% reconoce que es un problema social muy grave, por ejemplo. En el informe se habla de cómo los hombres que se inscriben dentro de la caja tienden a sentir menor grado de felicidad que el resto, ya que el porcentaje de “muy poco” felices (16.6%) dobla al de los que están en el borde o fuera de la caja (Sanmartín Ortí, Kuric Kardelis y Gómez Miguel 2022, 17). También tienden a sufrir más problemas psicológicos o de salud mental en el último año (un 63,8%) y doblan la frecuencia de la ideación suicida (19,8% los que están dentro, 8,7% los que están en el borde y 2,6% los que están fuera). Es decir, existen muchas dimensiones que se pasaron por alto en las noticias citadas.

Algo parecido sucedió con el último informe publicado por la FAD, *Culpables hasta que se demuestre lo contrario. Percepciones y discursos de adolescentes españoles sobre masculinidades y violencia de género* (Boneta-Sábada, Tomás-Forte y García-Mingo 2023), donde se analizaron los malestares masculinos en torno a las relaciones de pareja, a los roles de género y a las tensiones derivadas de sus identidades. Se apuntó en este informe que, en los grupos de discusión realizados, los adolescentes tendían a alejarse de los mandatos tradicionales de género, a mostrar comportamientos más igualitarios (con relación a las tareas de cuidados) y necesitar expresar públicamente su malestar. Sin embargo, en las noticias que pudimos ver sobre este informe, se vuelve a destacar que los jóvenes banalizan la violencia machista¹⁰, creen que el feminismo les criminaliza¹¹, descreen del consentimiento

11/24/uno-de-cada-diez-jovenes-cree-que-la-violencia-machista-no-existe-e-incluso-justifica-algunas-agresiones-cadena-ser/).

⁹ Andrea García Baroja, “La masculinidad clásica en jaque: el 41% de los hombres jóvenes no se identifica con los roles de género tradicionales.” *El País*, 24 de noviembre 2022 (<https://elpais.com/sociedad/2022-11-24/la-masculinidad-clasica-en-jaque-el-41-de-los-hombres-jovenes-no-se-identifica-con-los-roles-de-genero-tradicionales.html>).

¹⁰ Elena Omedes, “Creen entre los adolescentes los discursos que ‘banalizan’ la violencia machista: ‘Creen que ya no tienen presunción de inocencia’.” *20 minutos*, 10 de mayo 2023 (<https://www.20minutos.es/noticia/5126594/0/crecen-discursos-banalizan-violencia-machista-entre-adolescentes-que-dicen-haber-perdido-la-presuncion-de-inocencia/>).

¹¹ Domenico Chiappe, “En la cabeza del adolescente varón: ‘Si fuese un ‘fuckboy’ ligaría más’.” *La Verdad*, 10 de mayo 2023 (<https://www.laverdad.es/sociedad/cabeza-adolescente-varon-fuckboy-ligaria-20230510132001-ntrc.html>).

sexual¹² y así crece el antifeminismo¹³. Una excepción notable resulta la noticia de Noemí López Trujillo para *Newtral.es*, donde pone el énfasis en la complejidad y contradicción: “La masculinidad en los adolescentes: entre el rechazo a los estereotipos de género y el antifeminismo”¹⁴. En el artículo entrevistan a Isabel Duque, quien lamenta que las lecturas parciales de estos informes terminan apuntando a la juventud como problema cuando el feminismo está creciendo en todas las capas de la población, y no sólo en la joven.

Como vemos, puede estar habiendo una importante deriva en el discurso mediático que apunta a la juventud como el principal grupo poblacional relacionado con la reacción antifeminista. Sin embargo, hay incoherencias y vacíos en este discurso. El hecho de que haya sido la Fundación FAD (se dedica a la investigación sobre juventud) la que ha promovido análisis sobre el crecimiento del antifeminismo puede haber alimentado la idea de que el antifeminismo es juvenil. Por desgracia actualmente en España no disponemos un estudio centrado en la radicalización adulta. En el *Barómetro Andalucía de marzo del 2023* (Junta de Andalucía 2023), incluyeron varias preguntas relacionadas con el feminismo. Entre ellas, cuando se le pidió a la muestra que se posicionase con relación a la afirmación “El feminismo no responde a las demandas actuales de las mujeres”, el 53.9% declaró estar a favor, frente a un 41,4% en contra. Pero en este caso (como en otros de esta índole) no existen cruces de variables que permitan ver su distribución por edades. En la misma línea, en el barómetro electoral de abril del 2023, el Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS) español recoge que entre los jóvenes de 18 a 24 años el partido ultraderechista Vox sería el tercer partido más votado. Pero por el mismo barómetro, Vox sería el segundo más votado por los adultos de 25 a 34 años, y el tercero de los adultos de 35 a 44. ¿Realmente reside en la juventud el problema?

Además de la causa de esta tendencia, que habría que analizar con más detenimiento, hay una serie de consecuencias sociales y políticas que son importantes y que deberíamos revisar críticamente. Una mala comprensión del fenómeno de la radicalización antifeminista podría estar atándonos las manos en el ejercicio de análisis, dificultando que podamos llevar a cabo políticas más eficaces.

¹² EFE., “Los adolescentes creen que el consentimiento sexual ha borrado su presunción de inocencia.” *Efeminista*, 22 de mayo 2023 (<https://efeminista.com/adolescentes-consentimiento-sexual/>).

¹³ Canal Sur Media, “Crece el antifeminismo entre los jóvenes en España, según el informe de la Fundación FAD.” *Canal Sur*, 11 de mayo 2023 (<https://www.canalsur.es/noticias/crece-el-antifeminismo-entre-los-jovenes-en-espana-segun-el-informe-de-la-fundacion-fad/1930985.html>).

¹⁴ Noemí López Trujillo, “La masculinidad en los adolescentes: entre el rechazo a los estereotipos de género y el antifeminismo.” *Newtral*, 19 de mayo 2023 (<https://www.newtral.es/masculinidad-adolescentes-antifeminismo-estudio/20230519/>).

5. La descontextualización de la reacción antifeminista

Por lo que hemos visto hasta ahora, podemos entender que existe una preocupación creciente por la reacción antifeminista en España. Sin embargo, también hemos podido ver que, si bien en las investigaciones se apunta a la complejidad de la realidad analizada, en los medios se ha tendido a una lectura más simplificada.

Esta simplificación del discurso sobre el antifeminismo podría estar reproduciendo sus condiciones de posibilidad. Las noticias sobre los informes de la FAD, al incidir en una lectura sesgada que apunta a la radicalización imparable de la juventud hacia el conservadurismo, ignorando los que señalan el cambio positivo (el porcentaje de jóvenes cercanos a las ideas feministas, los cambios en valores de igualdad, la implicación en las tareas de cuidados, etc.), podrían estar dando una excesiva representación social a una posición que sigue siendo minoritaria.

En el informe de *La caja de la masculinidad* también se afirma que estar fuera de la caja (57,8% de la muestra) implica un cambio importante en los estereotipos de género. Sólo dos de cada diez hombres autoidentificados como fuera de la caja cree en estereotipos como el de la mujer cuidadora, manipuladora o emocional. El 56,9% de los jóvenes fuera de la caja de la masculinidad creen que “los hombres deben aprender a mostrar su vulnerabilidad y afectividad” (Sanmartín Ortí, Kuric Kardelis y Gómez Miguel 2022, 54). El 48,7% de los que se posicionan fuera de la caja se sienten feministas (*idem*, 55), sólo un 17,9% de los hombres fuera de la caja consideran que el feminismo busca perjudicar a los hombres, y dentro de la caja el porcentaje no alcanza el 40% (*idem*, 56). El 59,1% de los hombres cree que es fundamental el espacio propio en las relaciones de pareja (un 75,4% entre los que están fuera de la caja) (*idem*, 59). Esto se corrobora con la *Encuesta sobre relaciones sociales y afectivas pospandemia (III)* del CIS, donde los jóvenes de 18 a 24 son los que más en desacuerdo están con afirmaciones relacionadas con el amor romántico y el control.

Por su parte, un 67% de los hombres sigue considerando la violencia de género como un problema muy grave (un 83% de los que están fuera de la caja, un 59,8 de los que están en el borde y 43,2 de ese 10% que se sitúa dentro) (*idem*, 61). Por lo tanto, podemos decir que hay material suficiente para poder apuntar a un cambio en la masculinidad y cierto avance (aunque quizás también un potencial estancamiento) de los hombres en relación con la igualdad.

Cabe reflexionar sobre si el propio discurso pesimista respecto a los hombres jóvenes está teniendo un efecto de retroalimentación masculinista en lo que podría considerarse el cumplimiento del *teorema de Thomas* en la población masculina: la normalización de la radicalización antifeminista masculina en los jóvenes da mayor realidad social al fenómeno, lo cual avala que ciertos hombres tomen de manera más abierta y a veces hasta orgullosa la posición antifeminista. Los medios, al buscar la polémica que traiga audiencia antes que la veracidad (Palau-Sampio 2022), dan más peso a los aspectos negativos y pueden estar oscureciendo las salidas y dificultándose el trabajo de prevención y concienciación de género en jóvenes.

El informe de *La caja de la masculinidad*, así como el de *Culpables hasta que se demuestre lo contrario* insistían en la idea de que, en las investigaciones con hombres jóvenes, hay una realidad contradictoria y compleja: existe un rechazo a ciertos valores de la masculinidad tradicional, pero no existe una imagen clara de hacia dónde dirigirse en el cambio (Boneta-Sábada, Tomás-Forte y García-Mingo 2023, 57). Reconocer esta encrucijada puede arrojar luz sobre estrategias de acercamiento y comunicación con los hombres jóvenes desde posturas que reconozcan esta duda, esta contradicción e incomodidad. Atribuir sin embargo una etiqueta de *machistas* o *reaccionarios* a jóvenes que habitan la contradicción y la duda puede estar alejándolos más de los discursos igualitarios.

Precisamente, el enfoque recomendado por la ONU para la prevención de la violencia de género es el *gender-transformative approach*, que busca conseguir el compromiso (*engage*) de hombres jóvenes para reflexionar críticamente – y luego cuestionar y cambiar – sobre actitudes y comportamientos no equitativos en materia de género (Brush & Miller 2019, 1635). Uno de los puntos fuertes del enfoque de la transformación de género es que muestra cómo relacionar las dinámicas de violencia y desigualdad con las normas sociales que guían a los hombres. Comprender la experiencia masculina desde los procesos de aprendizajes violentos y muchas veces traumáticos permite entender mejor cómo esta violencia es asimilada y reproducida (Brush & Miller 2019).

Precisamente, en *La caja de la masculinidad*, cuando preguntaron a los hombres jóvenes “Alguien te insultó, publicó fotos para avergonzarte o te amenazó por redes sociales u otra aplicación o sitio web”, el 32,5 de los hombres situados dentro de la caja de la masculinidad dijeron que lo habían padecido “con frecuencia”, sólo un 17,9% de los jóvenes dentro de la caja dijeron que “nunca” habían padecido esa violencia (frente a un 4,4% de los jóvenes que estaban fuera o el 10,6% que estaban en el borde) (Sanmartín Ortí, Kuric Kardelis y Gómez Miguel 2022, 50). En la pregunta “Alguien ejerció violencia física contra ti de forma deliberada en mayor o menor medida”, de los jóvenes situados dentro de la caja, el 35,3 respondieron “con frecuencia”, el 39,4% “alguna vez” y sólo el 16,9% “nunca”. Así, los patrones de violencia que teje la vida masculina (como perpetradores pero también como víctimas) puede ser un canal importante de vinculación educativa con estos jóvenes (Pascoe 2011; Chu 2014).

Para las personas que forman Proyecto UNA, un colectivo de reflexión y análisis cultural con importantes contribuciones sobre la radicalización masculina (Proyecto UNA 2019), no tener en cuenta los factores de malestar y tristeza masculina, además, tendría el efecto de estar errando con las políticas públicas dirigidas a la prevención con hombres, lo cual dejaría sin guía a estos jóvenes perdidos y los pondría a merced de los *monetizadores del odio*¹⁵ como aquellos *YouTubers*, *streamers*

¹⁵ Concepto que se utiliza para hablar de aquellas cuentas, plataformas, proyectos o empresas que ganan dinero a partir del odio político, en este caso, del malestar masculino convertido en reacción conservadora y antifeminista.

o formadores masculinistas y antifeministas que ganan suscriptores, clientes o seguidores en sus proyectos.

Contextualizar la reacción antifeminista también supone poner el énfasis, no sólo en las cuestiones biográficas y psicológicas de los hombres, sino también en las variables socioeconómicas que interactúan con estos jóvenes. En la investigación de *La caja de la masculinidad* sí se hace referencia a la importancia de cruzar los datos obtenidos con variables de clase. De hecho, mencionan cómo tanto “la clase social alta” autopercebida y la “carencia material severa” son factores que intervienen en que los jóvenes se sitúen dentro de la caja de la masculinidad (Sanmartín Ortí, Kuric Kardelis y Gómez Miguel 2022, 66). La dificultad de acceder a estudios también estaría acercando a los hombres a los valores tradicionales de género. Esto ligaría los estudios de género con los estudios de desigualdad sociomaterial, y permitiría profundizar en las condiciones de posibilidad del surgimiento de la reacción masculinista. Desgraciadamente, en los otros estudios (*Jóvenes en la Manosfera* y *Culpables hasta que se demuestre lo contrario*) no hay mención alguna a la cuestión socioeconómica. Difuminar las condiciones políticas y materiales de la reacción esconde las condiciones que favorecen su crecimiento.

En paralelo, la normalización de la reacción como una deriva casi natural después de una oleada feminista termina de descontextualizar el fenómeno. Se plantea el antifeminismo como algo normal después de una oleada, motivado por hombres que se parapetan en sus privilegios y rechazan frontalmente al feminismo. Esto es, en parte, fruto de una mala comprensión del análisis de la obra *Backlash* de Susan Faludi (1993), citada frecuentemente en las noticias sobre la masculinidad antifeminista. Al normalizar la reacción antifeminista como *históricamente lógica*, se termina promocionando una postura contestataria en alza que funciona como lugar de enunciación para muchos hombres.

6. Conclusiones

Creemos que existe en España un problema a la hora de comunicar e informar sobre los cambios de género y el riesgo social que supone la reacción antifeminista. La cobertura mediática simplificada y descontextualizada podría estar reproduciendo las condiciones de posibilidad de la misma reacción que busca cubrir. El protagonismo de lecturas polémicas (alimentadas por la lógica del *click-bait*), la insistencia en los datos más preocupantes y la desconexión de la problemática de sus causas socioeconómicas y culturales podrían tener una serie de consecuencias negativas a nivel social.

El problema de la reacción antifeminista ha sido fuertemente ligado a lo juvenil, en parte porque efectivamente existe una situación de cambio y riesgo en la población joven, pero también porque han cobrado protagonismo investigaciones sobre la reacción juvenil en un contexto donde no hay materiales similares sobre

otras franjas de edad. Esto se inscribe en una dinámica social adultocentrista de señalamiento y problematización de lo juvenil a nivel político y mediático (Duque 2022).

Sin embargo, el problema de la radicalización juvenil no carece de bases. Los estudios disponibles lo relacionan con una precarización material, un fuerte cambio de los valores y de señalamiento de las violencias masculinas, problemas biográficos relacionados con la violencia homofóbica, *bullying*, etc. No atender a estos factores y apuntar a una simple reacción contra el feminismo terminaría por normalizar y cuasi-naturalizar el antifeminismo a través de la teoría de las olas reaccionarias. Por el contrario, las recomendaciones internacionales en trabajo con hombres jóvenes para prevenir relaciones de violencia y promover masculinidades igualitarias apuntan a la contextualización de estos malestares para poder comprenderlos mejor y desarrollar canales de comunicación más eficaces.

Detrás de la radicalización antifeminista de muchos hombres jóvenes hay un malestar social (económico, político y cultural) que se termina dirigiendo al feminismo pero que podría dirigirse hacia otras razones (crisis económica, precariedad laboral, crisis climática y malas perspectivas de futuro). No atender a esto pone en bandeja para los partidos de ultraderecha conectar el malestar masculino con los feminismos y las luchas sociales igualitarias. Mientras no se aborden esos malestares desde la comprensión y no desde el señalamiento mediático, seguiremos errando en nuestro análisis y, por lo tanto, errando en las soluciones.

Conflicto de intereses

El autor no tiene conflictos de interés de ninguna índole en esta publicación.

Referencias bibliográficas

- Álvarez-Benavides, Antonio y Francisco Jiménez Aguilar. 2021. "La contraprogramación cultural de Vox: secularización, género y antifeminismo." *Política y Sociedad* 58(2): e74486. DOI: <https://doi.org/10.5209/poso.74486>
- Askanius, Tina. 2020. "On Frogs, Monkeys, and Execution Memes: Exploring the Humor-Hate Nexus at the Intersection of Neo-Nazi and Alt-Right Movements in Sweden." *Television & New Media* 22(2): 147-165. DOI: <https://doi.org/10.1177/1527476420982234>
- Boneta-Sábada, Nerea, Sergio Tomás-Forte, y Elisa García-Mingo. 2023. *Culpables hasta que se demuestre lo contrario. Percepciones y discursos de adolescentes españoles sobre masculinidades y violencia de género*. Madrid: Centro Reina Sofía sobre Adolescencia y Juventud, FAD.
- Bonet-Martí, Jordi. 2020. "Análisis de las estrategias discursivas empleadas en la construcción de discurso antifeminista en redes sociales." *Psicoperspectivas* 19(3). DOI: <https://doi.org/10.5027/psicoperspectivas-vol19-issue3-fulltext-2040>

- Brush, Lisa D., y Elizabeth Miller. 2019. "Trouble in Paradigm: 'Gender Transformative' Programming in Violence Prevention." *Violence Against Women* 25(14): 1635-1656. DOI: <https://doi.org/10.1177/1077801219872551>
- Cabezas Fernández, Marta, y Cristina Vega Solís. 2022. *La reacción patriarcal: Neoliberalismo autoritario, politización religiosa y nuevas derechas*. Madrid: Bellaterra.
- Castillo Jara, Soledad, Valerie Marchena Montalvo, y Sandra Quiliche Arévalo. 2019. "El discurso antifeminista como recurso electoral en Brasil y España." *Politai* 10(19): 35-59. DOI: <https://doi.org/10.18800/politai.201902.002>
- Cereceda Fernández-Oruña, Jaime, et al. 2018. *Informe sobre la evolución de los delitos de odio en España 2018*. Madrid: Ministerio de Interior.
- Chakraborty, Abhijnan, et al. (2016). "Stop Clickbait: Detecting and preventing clickbaits in online news media." *IEEE/ACM International Conference on Advances in Social Networks Analysis and Mining (ASONAM)*, 9-16. DOI: <https://doi.org/10.1109/ASONAM.2016.7752207>
- Chu, Judy Y. 2014. *When Boys Become Boys: Development, Relationships, and Masculinity*. New York: NYU Press.
- Dafaure, Maxime. 2022. "Memes, trolls and the manosphere: mapping the manifold expressions of antifeminism and misogyny online." *European Journal of English Studies* 26(2): 236-254. DOI: <https://doi.org/10.1080/13825577.2022.2091299>
- Delgado Ontivero, Lionel S. 2021. "La brecha de género. El voto masculinizado a VOX." En *El toro por los cuernos. VOX, la extrema derecha europea y el voto obrero*, editado por Fidel Oliván Navarro, 267-94. Madrid: Tecnos.
- Delgado Ontivero, Lionel S., y Alejandro Sánchez-Sicilia. 2023. "Subversión antifeminista: análisis audiovisual de la Manosfera en redes sociales." *Prisma Social. Revista de Ciencias Sociales* 40: 181-212. Obtenido de <https://revistaprismasocial.es/article/view/4958>
- Duque, Isabel. 2022. *Acercarse a la generación Z*. Barcelona: Planeta.
- Faludi, Susan. 1993. *Reacción. La guerra no declarada contra la mujer moderna*. Traducción de Francesc Roca. Barcelona: Anagrama.
- Franco, Yanna G., y Asunción Bernárdez Rodal. 2023. *Misoginia Online: la cultura de la manosfera en el contexto español*. Madrid: Tirant lo Blanch.
- García Mingo, Elisa, y Silvia Díaz Fernández. 2022a. "Una propuesta de investigación feminista para el estudio de la misoginia: notas reflexivas de los procesos de investigación." *EMPIRIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales* 56: 83-106. DOI: <https://doi.org/10.5944/empiria.56.2022.34439>
- García-Mingo, Elisa, y Silvia Díaz Fernández. 2022b. *Jóvenes en la Manosfera. Influencia de la misoginia digital en la percepción que tienen los hombres jóvenes de la violencia sexual*. Madrid: Fundación Fad Juventud. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.7221159>
- García-Mingo, Elisa, Silvia Díaz Fernández, y Sergio Tomás-Forte. 2022. "(Re)configurando el imaginario sobre la violencia sexual desde el antifeminismo: el trabajo ideológico de la manosfera española." *Política y Sociedad* 59(1): e80369. DOI: <https://doi.org/10.5209/poso.80369>
- Ging, Debbie. 2019a. "Alphas, betas, and incels: Theorizing the masculinities of the manosphere." *Men and Masculinities* 22(4): 638-657. DOI: <https://doi.org/10.1177/1097184X17706401>
- Ging, Debbie. 2019b. "Bros v. Hos: Postfeminism, Anti-feminism and the Toxic Turn in Digital Gender Politics." En *Gender Hate Online. Understanding the New Anti-Feminism*, editado por Debbie Ging, y Eugenia Siapera, 45-67. Cham: Palgrave Macmillan.

- Hellman, Brian, Gary Barker, y Alexander Harrison. 2017. *La caja de la masculinidad: Un estudio sobre lo que significa ser hombre joven en Estados Unidos, el Reino Unido y México*. Washington DC: Promundo-US y Unilever.
- Hoffman, Bruce, Jacob Ware, y Ezra Shapiro. 2020. "Assessing the Threat of Incel Violence." *Studies in Conflict & Terrorism* 43(7): 565-587. DOI: <https://doi.org/10.1080/1057610X.2020.1751459>
- Horta Ribeiro, Manoel, et al. 2021. "The Evolution of the Manosphere Across the Web." *Proceedings of the International AAAI Conference on Web and Social Media* 15(1): 196-207. DOI: <https://doi.org/10.1609/icwsm.v15i1.18053>
- Junta de Andalucía. 2023. *Barómetro Andaluz de marzo 2023*. Sevilla: Fundación Pública Andaluza, Centro de Estudios Andaluces.
- Mamié, Robin, Manoel Horta Ribeiro, y Robert West. 2021. "Are Anti-Feminist Communities Gateways to the Far Right? Evidence from Reddit and YouTube." *WebSci '21: 13th ACM Web Science Conference*, 139-147. DOI: <https://doi.org/10.1145/3447535.3462504>
- Megías, Ignacio, et al. 2020. *Romper cadenas de odio, tejer redes de apoyo: los y las jóvenes ante los discursos del odio*. Madrid: Centro Reina Sofía sobre Adolescencia y Juventud, FAD. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.4288486>
- Nagle, Angela. 2017. *Kill all Normies. The Online Culture Wars from Tumblr and 4Chan to the Alt-Right and Trump*. Washington: Zero Books.
- Norocel, Ov Christian. 2010. "Constructing radical right populist resistance: Metaphors of heterosexist masculinities and the family question in Sweden." *NORMA* 5(2): 170-183.
- Observatorio Español de Racismo y Xenofobia. 2018. *Protocolo para combatir el discurso de odio ilegal en línea*. Madrid: Gobierno de España. Disponible en https://www.inclusion.gob.es/oberaxe/ficheros/ejes/discursoodio/PROTOCOLO_DISCURSO_ODIO.pdf
- Palau-Sampio, Dolors. 2022. "Pseudo-Media Disinformation Patterns: Polarised Discourse, Clickbait and Twisted Journalistic Mimicry." *Journalism Practice* 17(10): 2140-2158. DOI: <https://doi.org/10.1080/17512786.2022.2126992>
- Pascoe, Cheri. 2011. *Dude, You're a Fag: Masculinity and Sexuality in High School*. Berkeley: University of California Press.
- Polo-Artal, Alba. 2023. "Gender and racial orders in Vox's nativist discourses." En *Language, Migration and Multilingualism in the Age of Digital Humanities*, editado por Ignacio Soria, Sandra Issel-Dombert y Laura García, 189-218. Berlín: De Gruyter
- Proyecto UNA. 2019. *Leia, Rihanna & Trump. De cómo el feminismo ha transformado la cultura pop y de cómo el machismo reacciona con terror*. Barcelona: Editorial Descontrol.
- Sánchez-Sicilia, Alejandro. 2020. "La construcción de la masculinidad a través de la socialización de lo biológico y la biologización de lo social en el manual de seducción «Apolipsex»." *Asparkia* 37: 115-132. DOI: <http://dx.doi.org/10.6035/Asparkia.2020.37.6>
- Sanmartín Ortí, Ana, Stribor Kuric Kardelis, y Alexander Gómez Miguel. 2022. *La caja de la masculinidad: construcción, actitudes e impacto en la juventud española*. Madrid: Fundación Fad Juventud.
- Sigma Dos. 2021. *Discursos de odio sexistas en redes sociales y entornos digitales*. Madrid: Centro Reina Sofía sobre Adolescencia y Juventud, FAD. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.4580436>

Lionel Delgado Ontivero. Doctor en sociología por la universidad de Barcelona, profesor FPU en el Departamento de Sociología. Investigador, formador y conferenciante en temas de masculinidad, (anti)feminismos e igualdad. Miembro del Observatorio de Masculinidades (UMH), coordinador del Blog “Masculinidad en Demolición” de El Salto; presentador del programa de Twitch “Tropezar es de Hombres” y del podcast “Esas cosas del follar”.

Artículo recibido el 29 de mayo y aceptado para su publicación en 2 de noviembre de 2023.

Cómo citar este artículo:

[Según la norma Chicago]:

Delgado Ontivero, Lionel S. 2023. “¿Son los jóvenes la raíz del auge de la misoginia en España? Sesgos y problemas en la cobertura mediática de la Manosfera y el antifeminismo español.” *ex æquo* 48: 69-85. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.06>

[Según la norma APA adaptada]:

Delgado Ontivero, Lionel S (2023). “¿Son los jóvenes la raíz del auge de la misoginia en España? Sesgos y problemas en la cobertura mediática de la Manosfera y el antifeminismo español. *ex æquo*, 48, 69-85. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.06>



Este es un artículo de acceso abierto distribuido bajo los términos de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-SinObraDerivada (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite la reproducción y distribución no comercial de la obra, en cualquier medio, siempre que la obra original no sea alterada o transformada de ninguna manera, y que la obra sea debidamente citada. Para la reutilización comercial, póngase en contacto con: apem1991@gmail.com

MODOS DE HABITAR LA RABIA CONTRA LA MISOGINIA EN VIS A VIS (2015-2020)

 Emma Gómez Nicolau*

 Rebeca Maseda García**

 María José Gámez Fuentes***

Resumen

Este estudio examina la serie *Vis a Vis* a partir de la operacionalización del concepto de *anger competence* (Chemaly 2018), que remite a la capacitación de los sujetos para expresar la rabia. Pero la ponemos en diálogo con Lorde (1981), quien la considera “productiva” solo cuando transforma condiciones de violencia y/o injusticia. En ese sentido, sostenemos que la serie no reproduce la habitual estigmatización de la ira femenina, sino que legitima su expresión como respuesta a la misoginia y desvela las prácticas y estructuras de su(je)tiva)ción desde una perspectiva interseccional. Para demostrarlo, abordamos cómo se construye el sujeto enfurecido a través de los ejes de clase y raza, lo que la mediatización de la rabia revela y los efectos de esta.

Palabras clave: Rabia, mujeres, televisión, misoginia, interseccionalidad.

Resumo

Formas de habitar a raiva contra a misoginia em *Vis a Vis* (2015-2020)

Este estudo examina a série *Vis a Vis* a partir da operacionalização do conceito de *anger competence* (Chemaly 2018), que se refere à capacidade dos sujeitos de expressar raiva, colocando-o em diálogo com Lorde (1981), que a considera “produtiva” apenas quando transforma condições de violência e/ou injustiça. Nesse sentido, argumentamos que a série não reproduz a estigmatização habitual da raiva feminina, mas legitima a sua expressão

* Universitat Jaume I, Facultad de Ciencias Humanas y Sociales, Departamento de Filosofía y Sociología, 12071 Castelló de la Plana, España.

Dirección postal: Vicent Sos Baynat, s/n, 12071 Castelló de la Plana, España.

Correo electrónico: enicolau@uji.es

* University of Alaska Anchorage, Department of Languages, Anchorage, Alaska, AK 99508-4614, USA.

Dirección postal: Administration/Humanities Building, 272 – 3800 Alumni Drive, Anchorage, AK 99508-4614, USA.

Correo electrónico: rmasedagarcia@alaska.edu

* Universitat Jaume I, Facultad de Ciencias Humanas y Sociales, 12071 Castelló de la Plana, España.

Dirección postal: Vicent Sos Baynat, s/n, 12071 Castelló de la Plana, España.

Correo electrónico: gamezf@uji.es

como resposta à misoginia e revela as práticas e estruturas de su(b)je(t)i(va)ção a partir de uma perspectiva interseccional. Para o demonstrar, abordamos o modo como o sujeito enfurecido é construído através dos eixos de classe e raça, o que a mediatização da raiva revela e os seus efeitos.

Palavras-chave: Raiva, mulheres, televisão, misoginia, interseccionalidade.

Abstract

Modes of Inhabiting Rage Against Misogyny in *Vis a Vis* (2015-2020)

This study examines the TV series *Vis a Vis* through the operationalization of the concept of *anger competence* (Chemaly 2018), which refers to the subject's ability to express anger. But we put it into dialogue with Lorde's (1981) consideration of anger as "productive" only when it transforms conditions of violence and/or injustice. In that sense, we contend that the narrative approach of the series does not reproduce the usual stigmatization of women's rage but rather legitimizes its expression as a response to misogyny, and exposes the practices and structures of subjecti(ficati)on from an intersectional perspective. To demonstrate this, we analyze how the enraged subject is constructed through the axes of class and race, what the mediatization of anger reveals, and its effects.

Keywords: Rage, women, television, misogyny, intersectionality.

1. Introducción

En los últimos años hemos asistido a una creciente exhibición de feminismo popular y de movimientos de justicia social raciales. Sin embargo, la popularización de estos movimientos ha ido en paralelo con un rearme de la misoginia (Banet-Weiser 2018) y de otros movimientos nacionalistas, racistas y transfobos, empeñados en evitar los cambios o regresar a como estaban antes las cosas. Sintomático de estos nuevos ritmos, la televisión se ha llenado de historias y experiencias de las mujeres, y con emociones antes represaliadas e invisibilizadas como la rabia.

En el caso español es difícil, sin embargo, hallar ficción televisiva que explore la ira femenina más allá de la oposición puntual ante algunas situaciones de machismo. En este contexto llama la atención la serie *Vis a Vis* (2015-2019) y su desenlace *Vis a Vis: El Oasis* (2020), producciones que exploran la rabia femenina como respuesta a la misoginia en un ambiente carcelario que refleja la violencia patriarcal dentro y fuera de la institución. Para caracterizar y analizar cómo el tratamiento narrativo de la ira de las mujeres ante la misoginia perpetúa o transforma el relato canónico sobre la rabia femenina, proponemos el examen de esta serie aplicando un modelo analítico basado en la operacionalización del concepto de *anger competence* o capacitación hacia/para la ira (Chemaly 2018). Pero, a diferencia de esta, consideramos dicha capacitación (su cualidad "productiva") no como fruto de un proceso individual sino, en palabras de Lorde (1981), solo cuando su expresión sirve para clarificar procesos de sujeción estructural.

Este concepto será sistematizado a través de 3 dimensiones de análisis:

- 1) La construcción del sujeto que expresa la ira: cómo está caracterizado, prestando atención a sus aspectos físicos, psíquicos y morales.
- 2) Las causas de la rabia: las dimensiones individuales y estructurales que la narración propone como motivos.
- 3) Los efectos de la rabia: consecuencias materiales y simbólicas de la rabia en términos de justicia social y lucha contra las desigualdades y el odio hacia las mujeres.

La estrategia metodológica de análisis ha consistido en la identificación de los elementos relativos a los tres ejes de análisis. Para ello, vimos la serie en una primera ocasión para obtener una visión general. En la siguiente ocasión, cuando ya teníamos una comprensión clara de las dimensiones que buscábamos, visualizamos el conjunto, transcribiendo y describiendo los fragmentos en los que se observaba la emoción de la rabia. Luego, comparamos nuestras notas y, en este artículo, presentamos un análisis de las escenas y personajes que seleccionamos en función de nuestro modelo teórico de cada dimensión que desarrollaremos en el apartado tercero.

2. Marco teórico

El marco neoliberal promueve el gobierno de las emociones individuales, como la resiliencia, la confianza en una misma y una actitud mental positiva (Gill 2007; 2017). Todas ellas son necesarias para sobrevivir y prosperar en una época en la que supuestamente no existen las desigualdades sociales basadas en la clase y la raza, avanzando la idea de sujetos independientes y autónomos capaces de crear sus propios proyectos de vida a partir de sus decisiones y elecciones (Rottenberg 2014; Bracke 2016; Banet-Weiser 2018; Gill & Kanai 2018; McRobbie 2020). No obstante, estamos asistiendo cada vez más a expresiones de sentimientos tradicionalmente considerados negativos, como el dolor, la angustia, la indignación y la rabia, procedentes de colectivos enfrentados a situaciones de injusticias sociales y precariedad cuya raíz se encuentra en un profundo racismo y misoginia.

En lo que respecta a la expresión de rabia por parte de colectivos discriminados por el orden de género, Halberstam (1993) se pregunta por las posibilidades transformadoras que encierra para estos la posibilidad de ejercer violencia como expresión de su ira cuando siempre ha sido potestad del sujeto masculino. El desafío reside en salvar el doble vínculo al que se enfrentan las manifestaciones de rabia e ira dada la "injusticia afectiva", término que remite al hecho de que, paradójicamente, las víctimas de las opresiones deben contener la rabia si quieren resultar creíbles en la esfera pública (Srinivasan 2018). Recordemos que el acceso

desigual al uso de la rabia en la esfera pública ha perjudicado en particular a colectivos estigmatizados como violentos. La ira masculina (sujeta al privilegio masculino) reafirma la misma noción de sujeto moderno, agente y racional de la modernidad (Kimmel 2017), mientras que la ira procedente de los colectivos oprimidos se vislumbra como “ira ilegítima”: al negarles la posición de sujeto soberano, la ira se interpreta como marca (estigma) de su alteridad, especialmente en el caso de las mujeres racializadas.

No olvidemos que, si bien la experiencia de la rabia puede estar generada por la vivencia o el testimonio de una discriminación, violencia o injusticia, no es esta la manera en que la rabia se articula en los discursos mediáticos, políticos y sociales. La locura y la irracionalidad son las interpretaciones que aparecen con mayor frecuencia como respuesta a la expresión de la rabia de las mujeres ante una situación concreta de violencia. Así, la rabia y la ira no se muestran inteligibles en la configuración hegemónica de la subjetividad de la mujer (White 2013; Traister 2018). De hecho, la expresión de la rabia de las mujeres ha llegado a reforzar las estructuras patriarcales a través de su deslegitimación sistemática. Está mediada culturalmente en los discursos mediáticos, sociales y políticos asentados en un orden social orientado al disciplinamiento y al control de la rabia de las mujeres.

En el trabajo de Ahmed y en el de Kanai, encontramos valiosos argumentos que nos sirven de punto de partida para investigar cómo la expresión de emociones como la ira infringe los “guiones de la felicidad” (Ahmed 2010) o las “reglas sentimentales” neoliberales con las que se nos socializa (Kanai 2019). Estas emociones (ira, furia, indignación...) contradicen el dictado del marco de reconocimiento que transmite que las mujeres, ante situaciones desfavorables, se han de comportar de manera resiliente, estoica e incluso, con humor y positividad.

Desde esta perspectiva teórica, nos interesa no sólo entender cómo y desde qué posiciones se nombra la ira o la indignación de las mujeres contra la misoginia para establecer una caracterización de dichos procesos, sino apuntar hacia nuevos modos narrativos de habitar dicha ira, o en palabras de Chemaly (2018), desarrollar una capacitación hacia/para la ira. Ahora bien, este concepto lo interpretamos desde la propuesta de Lorde (1981) de usar la rabia para revelar los mecanismos de dominación, desarticular las injusticias afectivas y generar cambios sociales (no sólo en términos de políticas y legislación, sino también de narrativas).

2.1. La rabia, las mujeres y el sistema de prisiones

Pocos contextos o espacios pueden estar más alejados de las narrativas neoliberales del pensamiento positivo, la cultura de la confianza y el “querer es poder” que el sistema penitenciario. Según McHugh (2015), el entorno carcelario permite un rechazo de los indicadores de éxito postfeministas neoliberales. Por otra parte,

el hecho que las cárceles de mujeres sean un espacio no mixto, siguiendo a Ford (2020), permite que las intersecciones del género con otros ejes de opresión, como la raza y la clase, aparezcan de manera más evidente. Sin embargo, lo que definitivamente sitúa la prisión como un lugar para hacer emerger la rabia frente a múltiples órdenes de la violencia es la propia naturaleza violenta de las prisiones.

La prisión es una institución total (Goffman 1972/1961) que origina una contravisión del mundo y pone de manifiesto las relaciones entre racismo, clasismo y sexismo en su función como dispositivo de control y represión social. Davis (2005) señala que el encarcelamiento masivo de personas migrantes, el incremento de mujeres y la sobrerrepresentación de población negra han ido acompañados de un incremento de la represión en el interior de la institución. Davis (2016) destaca dos formas violentas específicas desde la perspectiva de género: el encarcelamiento rompe la idea de feminidad y estigmatiza a las mujeres como más aberrantes y peligrosas que los hombres encarcelados; el abuso sexual de las mujeres por parte de los guardias emerge como aspecto inherente a la institución, así como las prácticas del registro vaginal y rectal que vulnerabilizan a las mujeres.

Todas estas razones aquí citadas – el distanciamiento respecto a los guiones de felicidad y reglas de sentimiento neoliberales, la evidente interseccionalidad de un espacio único femenino, y su eminentemente violento funcionamiento— convierten a las prisiones en *loci* propicios para expresiones de la rabia en sus múltiples formas. Como indican Fernández Morales y Menéndez Menéndez (2016), a pesar de los intentos del sistema social/ penal por controlar el cuerpo y disciplinar a las personas, estas últimas pueden responder y convertirse en agentes de cambio en su entorno y en la estructura en la que están inmersas. No olvidemos, además, que, como Halberstam (1998) observa, el género carcelario protagonizado por mujeres permite tanto una crítica feminista hacia un mundo dominado por los hombres como la construcción de cierta sororidad. Ferreday (2015) añade que las perspectivas queer y feministas han demostrado ser especialmente efectivas a la hora de utilizar la prisión para explorar ideas subversivas.

3. Caso de estudio: *Vis a Vis* (2015-2019) y *Vis a Vis: El Oasis* (2020)

Para abordar el análisis, hemos concretado una serie de dimensiones – la construcción del sujeto que expresa la ira, lo que la mediatización de la rabia hace emerger y los efectos de la rabia – que nos pueden servir, a modo de conceptos sensibles, para abordar si, cómo y hasta qué punto el corpus seleccionado permite a los personajes femeninos usar la rabia como recurso para confrontar y transformar desigualdades surgidas de la misoginia sin ser estigmatizadas en el proceso y/o cooptadas por los discursos neoliberales. Pero antes incluimos una breve sinopsis.

3.1. Sinopsis¹

Vis a Vis comienza con la entrada en la prisión Cruz Del Sur de Macarena, una mujer blanca de clase media-alta, tras haber sido involucrada por su jefe/amante en un fraude financiero. La primera temporada (Antena 3, 2015) narra los esfuerzos de Maca por conseguir un nuevo juicio para poder salir de la cárcel. Por casualidad, Maca se hace con una tarjeta SIM que la podría llevar a conseguir dinero robado por una presa que acaba de ser asesinada. Ella animará a su familia a que consiga el dinero para sacarla de allí, provocando las desgracias de todos sus miembros. Establece una relación sentimental con “Rizos” y con el funcionario de prisiones, Fabio. La primera comporta sumar una nueva enemiga, la antigua novia de Rizos, Saray, que, aunque lleva su lesbianismo por bandera, se casa por la presión familiar.

En la segunda temporada (Antena 3, 2016), Maca se ve involucrada en una fuga con su archienemiga Zulema. Agrega, así, la fuga a sus antecedentes penales y pronto le suma el asesinato del hombre responsable de las muertes de sus padres. El inspector Castillo, antiguo amigo de la familia y aliado de Macarena, la traiciona y no apoya su admisión de inocencia. La fuga también es usada para justificar el reemplazo de un régimen de rehabilitación a uno con un enfoque más punitivo. Al grupo de funcionarios que abusan de su poder, se le une Valbuena, que acabará violando a Rizos. Fabio también traicionará a Maca, y Sandoval, el médico de la cárcel, droga y viola a Saray, dejándola embarazada. Este último se hará cada vez más poderoso y déspota dentro de las estructuras de la cárcel.

En la tercera temporada (FOX, 2018), varias de las presas son trasladadas a Cruz del Norte, un centro más hostil y amenazador. En este nuevo lugar, las presas que parecen llevar las riendas son mujeres chinas que obedecen a Akame. Estas encierran a Maca en una lavadora, en la cual hubiera muerto si Zulema no la rescata, aunque Maca quedará en coma. Aparece en escena una nueva funcionaria, Altagracia, que termina aliándose con Zulema. Por otra parte, en una visita de Sandoval a la cárcel para supervisar el embarazo de Saray, ésta le golpea repetidamente y le corta el pene tras descubrir que fue él quien la violó. Zulema, Altagracia y Saray se escapan y meses más tarde capturan a Altagracia. Zulema y Saray logran escapar, pero cuando esta última pide ir a un hospital para que el disparo a la tripa que le han dado no afecte a su bebé, Zulema se niega, ya que sabe que en el hospital las capturarían. Zulema trata de ahogar a Saray y esta le dispara cuando trata de zafarse.

La cuarta temporada (FOX, 2018-19) comienza con el reingreso de Zulema, Saray y Altagracia en Cruz del Norte, cuyo nuevo director es Sandoval. Saray, para evitar que este tome represalias contra Rizos por pasar droga, le dice que el punto flaco de Zulema es su hija Fátima, la cual está en otra cárcel cumpliendo condena por robos menores. Sandoval lleva a la joven a Cruz del Norte, donde convierte su

¹ Véase también Anexo.

vida en una pesadilla. Ordena que tres presos peligrosos la violen mientras Zulema es testigo, y acabará tirando a Fátima de un helicóptero ante la mirada de Zulema, y ahorcando a Altigracia en su celda. Maca sale del coma y agrede a un enfermero que le hacía fotos de su cuerpo desnudo. Hacia el final de la temporada las reclusas se amotinan para evitar que una de las presas, Sole, sea trasladada. En el proceso, Zulema consigue atrapar a Sandoval y lo lleva ante las demás presas, que proceden a apuñalarlo. La temporada termina con todas más o menos rehaciendo su vida, excepto Zulema y Maca, que se vuelven compinches en el crimen.

La quinta temporada, que se presenta como un *spin-off* y/o final que lleva por título *El Oasis* (FOX, 2020), comienza con Maca y Zulema viviendo juntas y atracando bancos, joyerías, etc. Pero Maca decide que va a abandonar esta vida de delincuencia. Zulema la convence, sin embargo, para que den un último golpe: robar en la boda de la hija de un narco mexicano. Para realizar el robo, cuentan con Goya. Después del robo quedan en encontrarse en un hotel llamado Oasis para repartirse el botín. Las cosas se complican: la policía les persigue porque el robo terminó en masacre, el narco les persigue para vengarse, el hotel pertenece a la madre de Sandoval, que espía a todos y a todas y tiene un plan de venganza, y, por último, hay varios huéspedes y visitantes que complican las circunstancias de las ladronas.

La serie vehicula una narración que despliega las dinámicas de la ira masculina, motivada por una misoginia latente, y la respuesta cargada de rabia de las mujeres; y nos muestra la progresión desde una rabia individualizada a una que se transforma en solidaria y politizadora a partir de las vivencias comunes de mujeres de diferente condición, procedencia, etc.

3.2 *Cómo son las mujeres rabiosas en Vis a Vis*

A partir del concepto teórico de injusticia afectiva (Srinivasan 2018) nos interesa analizar cómo se construyen los sujetos que enuncian la rabia en términos de su credibilidad y capacidad *agéntica*, teniendo en cuenta cómo las características de los sujetos afectan a cómo se interpreta: como expresión de poder o de falta de este. Por ello, en esta dimensión cabe el análisis de cómo la rabia se encaja en las definiciones de feminidad y masculinidad, y cómo la representación y descodificación de la rabia refuerza o rompe con las representaciones hegemónicas del género.

La ira se construye en la serie vinculada a características generizadas y racia-lizadas, pero va cambiando a lo largo de las temporadas. Así, mientras que la ira masculina, y el control de la femenina, domina la primera temporada, las siguientes van dando lugar a expresiones de rabia femenina casi siempre ligadas a la violencia sexual y el abuso de las mujeres bajo un sistema patriarcal misógino. Es de resaltar el poco interés de la serie en condenar o tratar de controlar dicha ira.

En la primera temporada los personajes masculinos, policías, guardias civiles y seguridad de la prisión, expresan su ira libremente contra los cuerpos presos de las mujeres, a las que tratan de intimidar física o verbalmente para demostrar el poder que pueden ejercer sobre ellas. Cuando Saray llama a Valbuena “payo ranger” y le salpica con pintura amarilla en la bota, este, enajenado, la agarra del cuello (1x8); o cuando Fabio le dice a Macarena: “Se acabó. Carita de niña buena, alma de zorra. [...] cállate, cállate, cállate y tira palante” (1x8).

Sin embargo, estos representantes de la institución represiva por antonomasia se permiten hacer terapias con las presas donde las “ayudan” a controlar su rabia, ilustrando claramente la injusticia afectiva. Sandoval le pregunta a Rizos el porqué de sus impulsos violentos:

Rizos: No lo sé, no me paro a pensarlo, la verdad.

Sandoval: Yo creo que acabas de tocar en la tecla. No lo piensas. [...] cuando estás dominada por la ira, es como si tuvieras una nubecita negra acá arriba y no te deja ver la luz. Te manejas por instinto. Ahora, cuando por decisión propia decides dar un paso al costado y dejar que la nube quede ahí, ¿qué es lo que pasa, chica?

Todas las presas al unísono: ¡autocontrol! (1x4)

Sandoval predica y proclama el autocontrol basado en una supuesta capacidad racional. A él, que abusa sexualmente de las presas, no le interesa que se expresen y las caracteriza en base a la tradicional asociación feminidad con naturaleza (“instinto”), frente lo que esgrime una capacidad (pensar) basada en la habitual falacia dicotómica que adscribe el raciocinio a los hombres. Asistimos así a la deslegitimación de la rabia femenina sobre la base de sus supuestos lazos con una respuesta biológica desligada de procesos cognitivos y vinculado a lo irracional y lo animal. Esta caracterización de los sujetos (y sus contextos de acción) da respuesta a quién se le permite enunciar la rabia y bajo qué circunstancias, qué expresión de la rabia está legitimada en el espacio público.

En este contexto, la rabia de las mujeres gitanas se presenta especialmente como algo incontrolado. Antonia admite: “cuando llegué a la chabola me encontré a mi primo el tuerto que quería guarrear con mi niña. Entonces, que me lié a palos, me lié a palos, pim pam pum. Se me cegó la cabeza [...]. Yo era otra persona” (1x1). La caracterización de los dos personajes gitanos de la serie, Antonia y más pronunciadamente Saray, se presenta como una rabia animal. Saray es el personaje que más exterioriza su rabia. Ella misma lo afirma cuando le dice a Maca que las mujeres como ella y Rizos, es decir, racializadas, son de sangre caliente (2x5). Así, aunque el relato permite una expresión no castigada de la ira de estas mujeres, su tratamiento narrativo se realiza en base a convenciones claramente estereotipadas dependiendo de la raza del personaje. Por ejemplo, cuando Saray se entera de que Rizos ha sido violada por Valbuena y entra en cólera, la cámara se posiciona delante de ella y, en un *travelling* de acompañamiento, vemos que ella gruñe mien-

tras su melena ondea salvajemente. Saray va directamente a enfrentarse a él enfurecida y le empieza a golpear con una bandeja (2x4).

Si bien hay múltiples ejemplos, este nos sirve particularmente para establecer un contraste con Maca, la mujer blanca y de clase media. En el momento en que Rizos es violada y en el que se desvela, Maca es su pareja. Sin embargo, esta reacción de manera muy diferente a Saray. Maca le dice a Rizos que tienen que denunciarlo y, un poco más adelante, habla de los años que le van a caer por violador y, hacia el final del montaje en paralelo a la reacción de Saray, pronuncia “no podemos tomar decisiones en caliente”. Maca está controlando la rabia, pergeñando dentro del sistema.

Recordemos que la complejidad de las políticas afectivas parte de la construcción generizada de los afectos atendiendo a las reacciones negativas a la rabia de las mujeres como posibles mecanismos de regulación y disciplinamiento. Así, algunas de las reacciones que implica su visibilidad podrían reforzar el imaginario dominante de la mujer como no-rabiosa y complaciente en el espacio público.

Se pone de relieve, además, otro tema central en relación a la ira femenina exhibido en *Vis a vis*: su legitimidad en base a la clase social. Fricker (2007) nos cuenta cómo las mujeres blancas de clase media confían en la “amabilidad” para distinguirse de las clases trabajadoras, que son vistas como más propensas a expresar ira. Quienes están más arriba se enorgullecen de distinguirse por medio del autocontrol. Sin embargo, Maca no es ajena a las expresiones de la rabia como mecanismo de defensa para preservar unos estándares de respeto, más notablemente, en relación con su embarazo. Cuando algunas presas tratan de que Maca pierda su bebé (1x6; 1x9) su rabia alcanza el *súmmum* de la justificación, dado que en la cocina y en el hogar, o en nombre de otras personas más indefensas, las mujeres sí pueden expresar la rabia; es más, se espera que lo hagan (Holmes 2004; Chemaly 2018). Por ejemplo, existe cierta comprensión hacia el enojo de una madre, pero no así en la arena pública. Incluso algunas acciones públicas motivadas por la rabia hacia injusticias han sido justificadas por medio de su transformación en asuntos domésticos, privados (Traister 2018).

Ahora bien, aunque la configuración narrativa de las expresiones de la rabia de las mujeres está inicialmente supeditada a diferencias interseccionales, la primera temporada sienta un panorama de misoginia, injusticias y violencias tales que desencadena la toma de conciencia y un ímpetu solidario de resistencia y transformación por encima de sus discordias.

Al final de la segunda temporada Maca dice: “Creo que me estoy volviendo un animal. Como una de esas que me daba miedo cuando entré aquí” (2x11). Las experiencias en la institución patriarcal y represora por excelencia acaban equiparando la posición de las mujeres ante las expresiones de la rabia; ninguna logra, ni de forma animal ni de forma estratégica, salirse con la suya... Esto se podría leer como una invitación a romper con la alteridad constitutiva que sostiene las reglas sentimentales del sujeto neoliberal: frente a las violencias patriarcales, las falacias

dicotómicamente excluyentes, que pretenden separar a unas mujeres de otras en base a emociones o estrategias atravesadas por variables de raza y/o clase social, se hacen añicos. La violencia de la prisión, como sintomática de la misoginia y la violencia patriarcal, nivela contextualmente y caracteriza sororamente la necesidad de amalgamar estrategias de las mujeres frente a una lucha común forjando un engranaje enfurecido.

En última instancia, la violencia fruto de la rabia se presenta de manera ambivalente: entre lo irracional y lo estratégico. Cuando el director de la cárcel intenta disuadir a Saray de que agrede a Sandoval (tras haber descubierto que la violó y dejó embarazada) arguyendo que no merece la pena porque agredirle supondrá un incremento de 10 años en su condena, Altagracia interrumpe y argumenta:

Yo te creo. Creo que se merece que le cortes la verga. Pero tienes que ser lista. [...] estás muy alterada, con las hormonas hasta arriba por el embarazo, tienes un montón de fármacos a mano. Yo... me metería un chute de Diazepam. Cualquier juez vería atenuantes en eso. ¿Qué te puede caer? Como mucho un año más [...]. (3x3)

En este caso se apela al raciocinio no para controlar la rabia sino para utilizarla estratégicamente. Se utiliza la propia injusticia afectiva que vincula el uso de la violencia rabiosa a lo biológico, en beneficio propio (evitar una pena mayor) pero también en beneficio colectivo.

3.3 *Qué realidades hace emerger la expresión de rabia en Vis a Vis*

En esta dimensión se aborda la base material de la rabia que se expresa. Nos interesa captar procesos en los que esta es productiva (Lorde 1981) por poner de manifiesto desigualdades y opresiones.

Planteamos identificar la representación subversiva de la rabia que elimina la relación desigual y distante de quien la expresa y quien es testigo de ella, trabajando así hacia lo que Ahmed (2004) califica de “relación de equivalencia”, esto es, evitar afectos infértiles que producen complacencia frente a la co-participación junto al sujeto airado. En las antípodas de esta delimitación está la concepción de la rabia como una emoción individual, una estrategia que clausura la dimensión de la rabia como emoción transformadora. Por tanto, resulta de especial interés analizar la vinculación del origen de la rabia con el contexto en el que surge. Mientras que un enfoque individualista o psicologista relacionará su expresión con las características de los sujetos que la enuncian, bajo riesgo de esencialización y/o patologización, un enfoque estructural atiende a los contextos en los que la rabia emerge: procesos de precarización, desigualdades, violencia...

Al respecto, Ahmed (2004) indica que a menudo su narrativización no elimina las emociones *per se*, sino el proceso de formación de estas, como si las emociones existieran por generación espontánea. Cuando las emociones circulan con

sus historias de producción eliminadas, transforman a los individuos en ciertos “objetos de sentimiento”, meros fetiches desprovistos de contexto y vías de acción.

La expresión de la ira femenina que articula la serie pone el foco en el permanente riesgo de las mujeres a ser agredidas y cómo responden con ira a esos abusos. La serie visibiliza un amplio rango de situaciones de violencia: desde lo más visible a lo invisible, de lo estructural y material a lo simbólico; desde la violencia física, el maltrato y la violencia sexual, a la violencia simbólica y gordofobia, pasando por las malas condiciones en la cárcel (que causan enfermedades en las presas), la discriminación, la falacia de la reinserción, etc. Y hasta los personajes masculinos que parecen aliados y diferentes no dejan de ser parte de prácticas misóginas por acción o por omisión.

En efecto, muchas presas protagonistas han sido encarceladas por cometer un delito al defenderse de una agresión patriarcal. Por ejemplo, Sole ha quemado a su marido “después de dieciséis años soportando golpes, patadas, escupitajos, maltrato...”; Antonia, como ya dijimos, mató a un hombre para prevenir la violación de su hija; Zulema ha atacado al hombre con el que la casaron de niña y mató al hombre que le arrebató a su hija al nacer (4x7).

Pero no solo la ira de las presas responde a la violencia patriarcal. Altagracia, representante de la institución, también lo constata: a un compañero funcionario le acusa de ser cómplice en la violación de las presas y le espeta: “Habría que cortaros la verga a todos los hombres porque sois una puta mierda” (3x3). Se sitúa, así, el origen de la rabia en la misoginia, injusticia y violencias sufridas. Incluso la propia Maca, que al principio actuaba de manera estratégica y monitoreaba sus expresiones de rabia (porque creía en última instancia en el sistema), acaba acortando distancias con la villana que simboliza Zulema. Las experiencias de coacción, abuso, traición – ejercidas básicamente por todos los personajes masculinos de la serie – provocan su transformación. La escena decisiva en este aspecto es cuando Maca, en un claro homenaje a *Kill Bill, Volume 1* (Quentin Tarantino, 2003), ahoga a un enfermero mientras le dice: “Primero, el cuerpo de una mujer se trata con el respeto. Segundo, no se hacen fotos a mujeres desnudas sin su consentimiento. Y tercero, te voy a meter el móvil por el culo, gilipollas” (4x7).

La transformación enfurecida de Maca es sintomática de la relevancia que va adquiriendo la expresión de la rabia frente a las violencias machistas en la serie (que curiosamente, o no, corre paralela a la expresión en las calles a raíz de movimientos de naturaleza semejante al #MeToo). Así llegamos al 2020 con *Oasis*, donde todas las líneas argumentales parten de la violencia machista y culminan en la rabia femenina. Aquí las mujeres se convierten en una especie de vengadoras hartas de los abusos del patriarcado y de la impunidad e inmunidad de los hombres; incluso Maca.

3.4 *Qué consecuencias tiene la expresión de la rabia*

Que la rabia sirva para algo, que tenga consecuencias que transformen la realidad es el tercer requisito que hemos establecido para considerar que hay una dimensión productiva de la rabia. Nos interesa valorar su capacidad para transformar las condiciones de injusticia que sufren las mujeres: qué moviliza y qué genera (en el caso que genere algo).

Una primera consideración inicial nos obliga a revisar las relaciones entre la rabia y el uso de la violencia. Parece que esta conexión es automática en la serie: la ira ante la misoginia, violencia e injusticias patriarcales genera una violencia vengadora que busca la supervivencia. Desde este punto de vista, se desencadena un acto de resistencia por la propia supervivencia –porque se erige como respuesta a una agresión– o para acabar con la posibilidad de reiteración de la violencia con la supresión del agresor que incluso puede tomar un cariz preventivo (para que no vuelva a pasar). La capacidad que esta rabia vengadora violenta tiene de transformar la realidad puede ser limitada por su escasa capacidad de transformar las estructuras opresivas; no obstante, tiene un impacto directo en el contexto vital de la persona violentada eliminando al victimario.

En última instancia, la venganza aplicada sobre los agresores supone una rendición de cuentas: una cuestión de justicia poética. Los límites y los claroscuros de este tipo de ira hecha violencia se discuten en la trama de *Vis a Vis*, especialmente en un contexto en el que la rabia fruto de la violencia experimentada no es individual, sino colectiva. En el momento en el que Zulema tiene la oportunidad de transformar su ira en violencia directa para matar a Sandoval, construido narrativamente como el villano de la trama, Maca le dice a Zulema: “Yo tengo tantos motivos como tú para querer matarle. Pero imagina que lo consigues, ¿quién crees que va a venir después? ... Vendrá otro hijo de puta. Porque el problema no es Sandoval. El problema es el sistema” (4x7).

Este fragmento pone de manifiesto la dimensión sistémica de la violencia, desentrañando los modos de reproducción de la misoginia. Si hasta entonces parecía que Maca creía en dicho sistema, son las experiencias vividas como persona generizada, desechable y desposeída en el contexto penitenciario las que motivan su concienciación. No obstante, la posición de Maca es de sujeción absoluta: no hay nada que hacer, no hay alternativa. Y aquí Zulema argumenta en una búsqueda de los resquicios de la capacidad de acción. Así, le cuenta que entró en la cárcel por matar a un hombre, y continúa:

¿Cambió el mundo? ¿Cambió eso las cosas? Lo perdí todo. Pero lo volvería a hacer, una y mil veces. Porque ese cerdo merecía morir. Matar a Sandoval tal vez no cambie nada. Puede ser. Pero... a veces hay que hacer lo que hay que hacer. Sin más. (4x7)

Aunque la rabia convertida en violencia no tiene la capacidad de transformar el sistema, sí genera efectos a diversos niveles: en primer lugar, ofrece una alternativa a la narrativa que reitera que no hay escapatoria al orden patriarcal, que no hay maneras de resistirse a la violencia misógina. La violencia vengativa es una forma de resistencia más de las mujeres que experimentan violencia junto con fórmulas tan variadas como el cumplimiento de normas, el engaño, la divulgación, la intervención informal y formal o la reducción de la exposición, así como la denuncia (Paterson 2009).

La confirmación de esta dimensión productiva de la rabia aparece en el episodio siguiente. Cuando Maca, estando a punto de lograr escaparse, regresa al comedor donde se están amotinando las presas y Zulema le pregunta “¿Por qué has vuelto, rubia?”, Maca responde: “Porque ni tú ni yo vamos a cambiar la cárcel, pero a veces hay que hacer lo que hay que hacer” (4x8).

Maca desaprovecha la posibilidad de fuga, contra todo pronóstico, desafiando los principios neoliberales que anteponen la felicidad privada y el éxito individual, para comprometerse con una resistencia colectiva. Para Sharma (2017), la huida está en contraposición directa con los cuidados; son fuerzas políticas opuestas. La vuelta de Maca remarca la lógica interdependiente de la condición humana, de la vulnerabilidad compartida y de la capacidad de acción desde la precariedad. Lo que hay que hacer, en la narrativa de Maca, pues, es comprometerse con la lucha contra la violencia misógina y las estructuras patriarcales. Además, el hecho de que este cambio provenga de una mujer blanca de clase media nos sugiere que es hora de que las mujeres como ella dejen de aferrarse a sus privilegios y se alineen de una vez por todas con otras mujeres.

En segunda instancia, una consecuencia visible de la rabia en la trama es que lleva a las presas a organizarse y a responder en forma de amotinamientos en dos ocasiones. En la primera, las presas se niegan a comer para denunciar que en prisión les obligan a cocinar con productos en mal estado y a alimentarse con una comida insalubre. El motín acaba con una falsa negociación en la que no se consigue ningún compromiso por parte de la institución, realidad que contrasta con la esperanza que genera el motín. Así, una de las presas, Tere, dice: “Estoy muy contenta porque hemos podido decir las cosas que queríamos decir. He recuperado un poco la ilusión. Si le echas huevos, puedes cambiar las cosas” (2x8). Aunque no consigan resultados de la acción, el amotinamiento visibiliza que son un sujeto colectivo.

El segundo amotinamiento culmina la cuarta temporada. Sole entra en el cuarto estadio de Alzheimer y pide a sus amigas en la prisión que le ayuden a morir. La institución adelanta los tiempos de traslado, impidiendo la eutanasia de Sole con el acompañamiento de sus amigas. Esa falta de humanidad lleva a las presas a dar rienda suelta a su ira y acaban dando muerte de manera colectiva a Sandoval.

Con este hito se cierra la cuarta temporada que da paso a un recorrido por las vidas de las protagonistas 12 años después. El amotinamiento es el antecedente último que conocemos antes de describir una nueva situación en la que muchas cosas han cambiado: vemos a algunas de las presas fuera de prisión con empleos y vidas normalizadas y el nuevo director de la prisión es alguien decente. El motín, simbólicamente, lleva a cambios manifiestos en la trama.

4. Conclusiones

La capacidad de innovar respecto a la rabia femenina en *Vis a Vis* es ambivalente. Respecto a la construcción de los personajes, en la serie se juega con los arquetipos emocionales que vinculan a las mujeres racializadas con la alteridad rabiosa – vinculado con la *gitaneidad* y con lo árabo-musulmán – y que legitiman la rabia cuando esta se vincula con la maternidad y la protección filial. No obstante, a lo largo de la serie los personajes evolucionan y, desafiando las narrativas hegemónicas, la rabia impregna a las mujeres como colectivo frente a la violencia patriarcal.

Por otro lado, a lo largo de las 5 temporadas hay una espectacularización de la rabia que la vincula a elementos únicamente narrativos y visuales, vacíos de contenido político o que podríamos identificar como violencia gratuita. No obstante, a través de la trama principal se desarrolla un proceso de politización de las presas respecto a las violencias misóginas que se articula alrededor de la rabia.

Por lo que respecta a las narrativas emergentes sobre las violencias patriarcales, la serie aporta elementos que amplían, contextualizan y complejizan la violencia contra las mujeres y, especialmente, aportan luz sobre la violencia que viven las mujeres en el contexto penitenciario y cómo esta intersecciona con el racismo y el clasismo. Podemos identificar tres espacios de innovación que nos acercan a la idea de *ira productiva*: en primer lugar, a lo largo de la serie se discute sobre el papel de la rabia, sobre cómo esta es vista como una desviación de las reglas afectivas neoliberales. Hay diálogos y reflexiones sobre la misma y no se usa como mero elemento espectacularizador, aunque también haya espectacularización de la rabia. En segundo lugar, la serie cambia las narrativas sobre el miedo y sobre la capacidad de uso de la violencia por parte de las mujeres. Recordemos que, para Halberstam (1993), la representación de la violencia femenina vinculada a la ira no es el reverso de la masculina. Más bien, su expresión transforma la función simbólica pasiva y de cuidado que encierra lo femenino en la cultura popular y desafía la insistencia hegemónica que vincula el derecho a ejercer el poder y la violencia con la masculinidad.

Tomamos la reflexión de Ahmed (2017) sobre la circularidad de las emociones para abundar sobre cómo dicha violencia procedente de la rabia se extiende sororamente. Según Ahmed, las emociones no son puramente individuales ni pura-

mente sociales; definen las líneas entre lo individual y lo social, actuando como “objetos”. En *Vis a Vis*, la ira, la rabia y la indignación contra la violencia misógina son “objetos pegajosos” que forman la base para imaginar y construir nuevas formas de ser.

En tercer lugar, se muestran los límites difusos entre la racionalidad y la irracionalidad en la expresión de la ira. Si las reglas sentimentales neoliberales vinculan la rabia con la irracionalidad y la locura, con la consecuente desactivación de su potencial transformador, en *Vis a Vis* se discuten estratégicamente los modos en que la violencia vengativa puede tomar forma.

Por último, la rabia sorora subvierte el discurso del postfeminismo neoliberal que promulga el empoderamiento y la resiliencia frente a la misoginia estructural y cultural. Y a pesar de que la serie no permite explorar su posible impacto sistémico, se erige como una dinámica de transformación relacional que cuestiona, e incluso desmonta, los guiones de felicidad hegemónicos.

Agradecimientos

Este trabajo forma parte de los proyectos “Mediatización de la rabia de las mujeres” (PID2020-113054GB-I00), ayuda I+D+i financiada por MCIN/AEI/10.13039/501100011033; y “De la infrahumanización de los discursos del odio a las competencias digitales y emocionales” (UJI-B2022-10), Plan de Promoción de la Investigación, Universitat Jaume I.

Contribución de las autoras

EGN: Conceptualización; investigación; metodología; validación; redacción – borrador original; redacción – revisión y edición.

RMG: Conceptualización; investigación; metodología; validación; redacción – borrador original; redacción – revisión y edición.

MJGF: Conceptualización; investigación; metodología; validación; redacción – borrador original; redacción – revisión y edición.

Conflicto de intereses

Las autoras no tienen conflictos de interés a declarar.

Referencias bibliográficas

- Ahmed, Sara. 2004. *The Cultural Politics of Emotion*. Edinburgh: University of Edinburgh Press.
- Ahmed, Sara. 2010. *The Promise of Happiness*. Durham: Duke University Press. DOI: <https://doi.org/10.1215/9780822392781>
- Ahmed, Sara. 2017. *Living a Feminist Life*. Durham: Duke University Press.
- Banet-Weiser, Sarah. 2018. *Empowered: Popular Feminism and Popular Misogyny*. Durham: Duke University Press.
- Bracke, Sarah. 2016. "Bouncing Back. Vulnerability and Resistance in Times of Resilience." En *Vulnerability in Resistance*, editado por Judith Butler, Zeynep Gambetti y Leticia Sabsay, 52-75. Durham & London: Duke University Press.
- Chemaly, Soraya. 2018. *Rage Becomes Her. The Power of Women's Anger*. New York: Atria Books.
- Davis, Angela. 2005. *Abolition Democracy: Beyond Empire, Prisons, and Torture*. New York: Seven Stories Press.
- Davis, Angela. 2016. *Una historia de la conciencia. Ensayos escogidos*. Traducción de Inga Pelisa. Madrid: Ediciones del Oriente y del Mediterráneo.
- Fernández-Morales, Marta, & María Isabel Menéndez-Menéndez. 2016. "'When in Rome, Use What You've Got': A Discussion of Female Agency through *Orange Is the New Black*." *Television and New Media* 17(6): 534-546. DOI: <https://doi.org/10.1177/1527476416647493>
- Ferreday, Debra. 2015. "Orange Is the New Black Is Fast Becoming a Feminist Classic." *The Conversation*, June 11. Disponible en <https://theconversation.com/orange-is-the-new-black-is-fast-becoming-a-feminist-classic-40353>
- Ford, Jessica. 2020. "Can Prison Be a Feminist Space?: Interrogating Television Representations of Women's Prisons." En *The Palgrave Handbook of Incarceration in Popular Culture*, editado por Marcus Harnes, Meredith Harnes, y Barbara Harnes, 613-626. Cham, Suiza: Palgrave Macmillan.
- Fricker, Miranda. 2007. *Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing*. Oxford: Oxford University Press.
- Gill, Rosalind. 2007. "Postfeminist Media Culture: Elements of a Sensibility." *European Journal of Cultural Studies* 10(2): 147-166. DOI: <https://doi.org/10.1177/1367549407075898>
- Gill, Rosalind. 2017. "The Affective, Cultural and Psychic Life of Postfeminism: A Postfeminist Sensibility 10 Years on." *European Journal of Cultural Studies* 20(6): 606-626. DOI: <https://doi.org/10.1177/1367549417733003>
- Gill, Rosalind, & Akane Kanai. 2018. "Mediating Neoliberal Capitalism: Affect, Subjectivity and Inequality." *Journal of Communication* 68(2): 318-326. DOI: <https://doi.org/10.1093/joc/jqy002>
- Goffman, Erving. 1972 [1961]. *Internados: Ensayos sobre la situación social de los enfermos mentales*. Traducción de María Antonia Oyuela de Grant. Buenos Aires: Amorrortu Editores.
- Halberstam, Judith. 1993. "Imagined Violence/Queer Violence: Representation, Rage, and Resistance." *Social Text* 37: 187-201. DOI: <https://doi.org/10.2307/466268>
- Halberstam, Judith. 1998. *Female Masculinity*. Durham: Duke University Press. DOI: <https://doi.org/10.1215/9781478002703>
- Holmes, Mary. 2004. "Feeling Beyond Rules: Politicizing the Sociology of Emotion and Anger in Feminist Politics." *European Journal of Social Theory* 7(2): 209-227. DOI: <https://doi.org/10.1177/1368431004041752>

- Kanai, Akane. 2019. "On not Taking the Self Seriously: Resilience, Relatability and Humour in Young Women's Tumblr Blogs." *European Journal of Cultural Studies* 22(1): 60-77. DOI: <https://doi.org/10.1177/1367549417722092>
- Kimmel, Michael. 2017. *Hombres (blancos) cabreados. La masculinidad al fin de una era*. Traducción de Daniel Esteban Sanzol. Valencia: Barlin Libros.
- Lorde, Audre. 1981. "The Uses of Anger." *Women's Studies Quarterly* 9(3): 7-10.
- McHugh, Kathleen A. 2015. "Giving Credit to Paratexts and Parafeminism in *Top of the Lake* and *Orange Is the New Black*." *Film Quarterly* 68(3): 17-25. DOI: <https://doi.org/10.1525/fq.2015.68.3.17>
- McRobbie, Angela. 2020. *Feminism and the Politics of Resilience: Essays on Gender, Media and the End of Welfare*. Cambridge: Polity Press.
- Paterson, Stephanie. 2009. "(Re)Constructing women's resistance to woman abuse: Resources, strategy choice and implications of and for public policy in Canada." *Critical Social Policy* 29(1): 121-145. DOI: <https://doi.org/10.1177/0261018308098397>
- Rottenberg, Catherine. 2014. "The Rise of Neoliberal Feminism." *Cultural Studies* 28(3): 418-437. DOI: <https://doi.org/10.1080/09502386.2013.857361>
- Sharma, Sarah. 2017. "Exit and the Extensions of Man." *Transmediale online journal*. Disponible en <https://transmediale.de/content/exit-and-the-extensions-of-man>
- Srinivasan, Amia. 2018. "The Aptness of Anger." *The Journal of Political Philosophy* 26(2): 123-144. DOI: <https://doi.org/10.1111/jopp.12130>
- Traister, Rebecca. 2018. *Good and Mad: The Revolutionary Power of Women's Anger*. New York: Simon & Schuster.
- White, Rosie. 2013. "Women are Angry!" *Feminist Media Studies* 13(3): 415-426. DOI: <https://doi.org/10.1080/14680777.2011.651732>

Anexo

Tabla de personajes de *Vis a Vis* citados en el texto por orden alfabético

Personaje [Intér-préte]	Raza/Etnia	Relaciones Familiares	Rol en la Prisión	Motivo de Internamiento	Relaciones Clave
Akame [Hui Chi Chiu]	China	Con su hermano eran miembros de la Tríada Tao.	Reclusa	Ligada a la Mafia china, tráfico de personas	Antagonista de Zulema y otras reclusas. Lleva a Macarena al coma.
Altagracia [Adriana Paz]	Mexicana	Desconocidas	Funcionaria de Cruz del Norte convertida en criminal	Asesinato de Sandra, la esposa de Sandoval	Como funcionaria mantiene relaciones hostiles con sus compañeros masculinos. Ayuda a la fuga de Zulema y Saray.
Anabel [Inma Cuevas]	Española	Desconocidas	Reclusa	Asesinato y proxenetismo	Manipula a Maca, hecho que las convierte posteriormente en enemigas. Genera lealtades con presas a través del tráfico de drogas.

Personaje [Intér-pretre]	Raza/Etnia	Relaciones Familiares	Rol en la Prisión	Motivo de Internamiento	Relaciones Clave
Antonia Trujillo [Laura Baena]	Gitana	Desconocidas	Reclusa	Asesinato de un agresor sexual	Mejor amiga de Tere.
Fabio [Roberto Enríquez]	Español	Ex-mujer	Oficial de prisiones	No aplica	Amigo del inspector. Vínculo amoroso con Macarena.
Fátima Amir [Georgina Amorós Sagrera]	Árabe	Hija de Zulema	Reclusa	Robos menores	Extorsionada por Goya. Utilizada por Sandoval para hacer daño a Zulema.
Goya [Itziar Castro]	Española	Madre abusiva	Reclusa	Asesinato	Abusiva al principio (T.3), su personaje evoluciona y mantiene mejores relaciones con otras reclusas.
Inspector Castillo [Jesús Castejón]	Español	Ex-mujer	Inspector y Jefe de la Policía Nacional	No aplica	Amigo de Fabio y de Leopoldo y la familia Ferreiro.
Leopoldo Ferreiro [Carlos Hipólito]	Español	Padre de Macarena y Román, esposo de Encarna	No aplica	No aplica	Toda la familia se ve involucrada en la muerte del egipcio (Encarna lo mata) y Karim [Hakim Noury] asesina a Leopoldo.
Macarena Ferreiro [Maggie Civantos]	Española	Hija de Leopoldo	Reclusa	Fraude fiscal	Rizos (amistosa y amorosa y sexual), Saray y Zulema (antagonistas en la mayor parte de la serie), Fabio (amante).
Miranda Aguirre [Cristina Plazas]	Española	Tiene un ex-marido que la engañaba	Directora de la prisión	Gestión de la prisión	Mantiene puntualmente relaciones sexuales con Sandoval.
Rizos (Estefanía Kabila) [Berta Vázquez]	Española afrodescendiente	Desconocidas	Reclusa	Homicidio	Relación amorosa con Saray y con Maca. Con Valbuena (agresor).

Personaje [Intér-preté]	Raza/Etnia	Relaciones Familiares	Rol en la Prisión	Motivo de Internamiento	Relaciones Clave
Sandoval [Ramiro Blas]	Argentino	Esposo de Sandra. En el <i>spin-off</i> conocemos a su madre y hermano	Psicólogo de la prisión y posterior director de Cruz del Norte	Asistencia psicológica y gestión	Agresor sexual de varias presas. Saray (la viola), Macarena (la agrede sexualmente en varias ocasiones).
Saray Vargas [Alba Flores]	Gitana	Conocemos a su familia y a su esposo con quién se ve forzada a casarse a pesar de ser lesbiana.	Reclusa con problemas	Robo con violencia	Zulema (Amistad profunda), Rizos (relación amorosa y sexual).
Sole [María Isabel Díaz]	Cubana	Primer marido maltratador. Se casa por segunda vez estando en prisión con Fernando, asesinado posteriormente por Anabel.	Reclusa	Asesinato de su marido maltratador	Numerosas aliadas en prisión sobre las que ejerce un rol maternal.
Tere [Marta Aledo]	Española	Novio	Reclusa	Tráfico de drogas, hurto y alteración del orden público	Buenas relaciones con el resto de reclusas, particularmente con Sole y Antonia.
Valbuena [Harlys Becerra]	Español	Desconocidas	Funcionario de prisiones de Cruz del Sur	Jefe de seguridad de la prisión	Somete a las presas a maltratos y vejaciones y viola a Rizos.
Zulema Zahir [Najwa Nimri]	Árabe Española	Madre de Fátima, novia de Hanbal Hamadi, "El Egipcio" [Adrien Mehdi], que es sobrino de Karim, "El Sirio".	Líder de un grupo	Robo	Relaciones que fluctúan entre la amistad y complicidad y la enemistad y traición con Macarena, Saray, Anabel y otras dependiendo de la temporada.

Emma Gómez Nicolau. Profesora contratada en el Departamento de Filosofía y Sociología de la Universidad Jaume I. Es especialista en medios y género, activismos feministas y por la salud y estudios de juventud. Sus últimas publicaciones incluyen *Re-Writing Women as Victims: From Theory to Practice* (co-editado con Sonia Núñez Puente y María José Gámez Fuentes; Routledge, 2019) y “White anger, Black anger: The politics of female anger in Little Fires Everywhere (HULU, 2020)” (con Rebeca Maseda García y María José Gámez Fuentes) (*IC – Revista Científica de Información y Comunicación*, 2022).

Rebeca Maseda García. Catedrática de español en la University of Alaska Anchorage, especializada en cine, violencia de género y cine Latinoamericano/Ibérico. Tiene un amplio historial de publicaciones (además de becas, presentaciones en congresos, conferencias invitadas, etc.) sobre cine, medios y género. Entre sus últimas publicaciones destacan dos volúmenes coeditados con prestigiosas editoriales: *Gender and Violence in Spanish Culture. From Vulnerability to Accountability* (Peter Lang, 2018) y *Gender-Based Violence in Latin American and Iberian Cinemas* (Routledge, 2020).

María José Gámez Fuentes. Catedrática en Medios y Género en la Universitat Jaume I (Castelló, España). Se especializa en teoría feminista y cultura popular con especial énfasis en cómo transformar la violencia cultural. Sus últimas publicaciones incluyen *Re-Writing Women as Victims: From Theory to Practice* (coeditado con Sonia Núñez Puente and Emma Gómez Nicolau; Routledge, 2019) y *Gender-Based Violence in Latin American and Iberian Cinemas* (coeditado con Rebeca Maseda García and Barbara Zecchi; Routledge, 2020).

Artículo recibido el 18 de mayo y aceptado para su publicación en 23 de octubre de 2023.

Cómo citar este artículo:

[Según la norma Chicago]:

Gómez Nicolau, Emma, Rebeca Maseda García, y María José Gámez Fuentes. 2023. “Modos de habitar la rabia contra la misoginia en *Vis a Vis* (2015-2020).” *ex æquo* 48: 87-106. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.07>

[Según la norma APA adaptada]:

Gómez Nicolau, Emma, Maseda García, Rebeca, y Gámez Fuentes, María José (2023). Modos de habitar la rabia contra la misoginia en *Vis a Vis* (2015-2020). *ex æquo*, 48, 87-106. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.07>



Este es un artículo de acceso abierto distribuido bajo los términos de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-SinObraDerivada (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite la reproducción y distribución no comercial de la obra, en cualquier medio, siempre que la obra original no sea alterada o transformada de ninguna manera, y que la obra sea debidamente citada. Para la reutilización comercial, póngase en contacto con: apem1991@gmail.com

LA BASE IDEOLÓGICO-SOCIAL DE LOS DISCURSOS DEL ODIOS MISÓGINO: UNA LECTURA CUANTITATIVA DE LOS HOMBRES VALENCIANOS

 *Joan Sanfèlix Albelda**

 *Anastasia Téllez Infantes**

Resumen

En este artículo se analizan las relaciones que se pueden establecer, desde una lectura sociológica cuantitativa, entre la ubicación ideológica y los posicionamientos, opiniones y valores en relación con la igualdad, el feminismo, la violencia de género y la masculinidad por parte de los hombres urbanos de la Comunidad Valenciana (España). A partir de los resultados de una encuesta, se aborda cómo situarse en la derecha política se relaciona con mayor probabilidad de identificarse con discursos que niegan o relativizan los avances en materia de igualdad. De esta forma, se cuantifican qué volúmenes de hombres se encuentran en estas posiciones y las posibles relaciones entre lo ideológico y esta narrativa en la base social de los discursos misóginos.

Palabras clave: Igualdad, antifeminismo, masculinidad, Comunidad Valenciana.

Resumo

A base ideológico-social do discurso de ódio misóginos: uma leitura quantitativa dos homens valencianos

Neste artigo, são analisadas as relações que podem ser estabelecidas, a partir de uma leitura sociológica quantitativa, entre o posicionamento ideológico e as posições, opiniões e valores em relação à igualdade, ao feminismo, à violência de género e à masculinidade por parte dos homens urbanos da Comunidade Valenciana (Espanha). Com base nos resultados de um inquérito, aborda-se como posicionar-se à direita política pode estar relacionado com uma maior probabilidade de identificação com discursos que negam ou relativizam os avanços em matéria de igualdade. Desta forma, procura-se identificar o número de homens que se encontra nessas posições e as possíveis relações entre o ideológico e esta narrativa na base social dos discursos misóginos.

Palavras-chave: Igualdade, antifeminismo, masculinidade, Comunidade Valenciana.

* Universitat Jaume I de Castelló (UJI), 12071 Castelló de la Plana, España.
Dirección postal: Av. Vicent Sos Baynat, s/n 12071 Castelló de la Plana, España.
Correo electrónico: jsanfeli@uji.es

** Universidad Miguel Hernández de Elche (UMH), 03202 Elche, Alicante, España.
Dirección postal: Avenida de la Universidad, s/n. 03202 Elche, Alicante, España.
Correo electrónico: atellez@umh.es

Abstract

The Socio-ideological Basis of Misogynistic Hate Speech: A quantitative reading of Valencian men

This article analyzes the relationships that can be established, from a quantitative sociological perspective, between ideological orientation and the positions, opinions, and values regarding equality, feminism, gender violence, and masculinity among urban men in the Valencian Community (Spain). Based on the results of a survey, it examines how aligning with right-wing politics is associated with a higher likelihood of identifying with discourses that deny or downplay advancements in equality. Thus, it quantifies the number of men holding such positions and explores the potential relationships between ideology and the narrative within the social base of misogynistic discourses.

Keywords: Equality, antifeminism, masculinity, Valencian Community.

Introducción

El momento sociohistórico actual, especialmente por lo que se refiere a las cuestiones de g enero – aunque no solo, ya que estas están atravesadas también por otras lógicas de poder y dominación –, resulta especialmente interesante para, desde la investigación sociológica y los estudios de g enero y de masculinidades, tratar de aproximarnos mediante lo cuantitativo a cómo se distribuyen los hombres en relación con determinados discursos circulantes (sobre todo en redes y mediáticamente) sobre igualdad, g enero, feminismos y masculinidad, ya que esta cuestión ha sido poco abordada en estos campos de estudio, al menos para el caso español.

Este artículo pretende ofrecer un análisis de los posicionamientos, opiniones y valores de los hombres que habitan en las grandes ciudades de la Comunidad Valenciana en España (lo que se denominar  como “hombres urbanos valencianos”) respecto al feminismo, la igualdad y la masculinidad. La pretensión es intentar determinar, más allá del reflejo y especificidades que los discursos del odio toman en redes sociales digitales, hasta qué punto estas narrativas reactivas, reaccionarias y negacionistas de ciertas realidades que afectan a la sociedad, están permeando entre los varones y pueden suponer una base social suficiente que toma forma y se intensifica dentro de las particularidades de determinados escenarios *online*.

A partir de una investigación de corte cuantitativo mediante una encuesta por muestreo (Corbetta 2003; Cea d’Ancona 2012) realizada a finales de 2021 y en la que se abordaban una serie de preguntas sobre igualdad, feminismo y masculinidad, se hace uso para el análisis que aquí se presenta de la variable del posicionamiento ideológico para contrastar si existe o se pueden intuir relaciones más o menos fuertes entre lo político y los posicionamientos masculinos respecto a las cuestiones anteriormente apuntadas, más allá de que somos conscientes de los límites que puede suponer el uso de esta escala respecto a lo ideológico-político.

Mediante un análisis estadístico de algunas de las principales preguntas de este cuestionario, se trata de demostrar cómo los varones que se sitúan en el espectro derecho del tablero político tienen mayor probabilidad de colocarse en posiciones más cercanas a discursos propios de la reacción patriarcal.

Para la interpretación de estos datos y desde una perspectiva teórica, se ha trabajado con bibliografía que aborda como cuestión central esta reacción patriarcal así como sus manifestaciones discursivas, sus derivas *online* introduciendo también el paradigma de lo político-ideológico y el voto en su relación con el género.

Reacción patriarcal, *manosphere* y antifeminismo desde lo ideológico-político

Son diversos los autores y autoras que recientemente, de forma más o menos directa, están abordando la cuestión que aquí fundamentalmente denominaremos como “reacción patriarcal” tanto a escala global como en diferentes campos y concretamente desde lo político-ideológico (e.g. Spierings y Zaslove 2017; Kantola y Lombardo 2019; 2021; Dietze y Roth 2020; Bernárdez-Rodal, Rey y Franco 2022; Cabezas y Vega Solís 2022; Cabezas, Pichel-Vázquez y Enguix 2023; Linders, Dudink y Spierings 2023). Se apuesta en este artículo específicamente por este concepto en tanto que se considera que es la denominación que mejor puede englobar toda una serie de estrategias, movimientos y articulaciones internacionales que pretenden dar respuesta a los avances de las mujeres, de las personas LGTBI e incluso a la puesta en duda del modelo tradicional de masculinidad y familia.

En esta línea, podríamos hablar de Susan Faludi (2006) y su obra *Backlash: The Undeclared War Against American Women*, publicada a principios de los noventa, como uno de los textos pioneros en abordar esta reacción que, ya por aquellos años, se daba en Estados Unidos. Concretamente, y en el contexto occidental de lo que se entiende como el período conservador-(neo)liberal, determinados medios de comunicación, políticos e incluso la propia academia, trataron de poner en duda o revertir los logros alcanzados por las mujeres en décadas anteriores. La apuesta por la familia tradicional y una lectura funcionalista (como ya ocurriera en este mismo país anteriormente como denunció Betty Friedan [2009]) pretenden ya en ese contexto finisecular, desestabilizar, en tanto que concebido como peligroso para el *status quo* patriarcal-capitalista, el avance de las mujeres y otros grupos que pusieran en cuestión esos valores conservadores. En esta obra, la autora va a dedicar un apartado a lo que, sin duda, al menos desde nuestra lectura, es una de las reacciones más claras y mejor articuladas en ese contexto: el denominado movimiento mitopoético (Bly 1992; Moore y Gillette 1993; Acosta 2016).

Aunque no se debería entender como mayoritario cuantitativamente, sin embargo, este movimiento es uno de los claros ejemplos históricos, aun siendo relativamente reciente, por el cual, frente a los avances feministas e incluso, frente

a la emergente y minoritaria puesta en duda del modelo tradicional de masculinidad, van a surgir discursos reaccionarios, que, con aparente sutileza y no directamente presentados como misóginos, van a tratar de recuperar la supuesta verdadera y profunda masculinidad. Se van a centrar especialmente en la creación de espacios homosociales ritualizados donde redescubrir lo que esa nueva estructura social supuestamente les estaba arrebatando.

Para el contexto australiano, Michael Flood (2004), en "Backlash: Angry Men's Movements", describe todo el entramado de grupos de hombres que reaccionan contra los logros que se habían dado en la segunda mitad del siglo XX en materia de igualdad: "La resistencia organizada al feminismo ha existido durante más de un siglo, pero los grupos antifeministas de hombres organizados específicamente en base a su condición de hombres (o como padres) son más recientes, apareciendo solo en los últimos 30 años"¹ (2004, 261).

Más recientemente, también en el  mbito occidental y anglosajón, vamos a encontrar en la obra de Michael Kimmel (2017) *Angry White Men* una certera lectura sobre la masculinidad estadounidense del *aggrieved entitlement*, aquella socializada y construida, en cierta forma paradójicamente, en el privilegio masculino, frente a una sociedad que avanzaba decididamente por los derechos de las mujeres y las minorías. Para estos varones, desnortados, con *habitus* (Bourdieu 2008) desfasados, con una masculinidad obsoleta y con principios de resquebrajamiento (Subirats 2013; Ranea 2021), pero intentando anclarse desde lo identitario a un modelo de masculinidad tradicional fordista, esa pérdida de los privilegios va a articularse a través de una reacción que, en cierta medida, ya se liga a lo ideológico en tanto que desde la derecha *neoon*, grupos supremacistas (neofascismos) o lo que se podrían considerar las primeras formas de *alt-right*, la cuestión de g nero va a significar un claro eje de engranaje.

En relación con este contexto de análisis va a surgir el concepto de *manosphere*, entendido, como señala Debbie Ging (2019), desde el cambio del "locus" del debate del activismo, que pasar  ahora a la esfera *online* donde diferentes grupos, aparentemente desconectados, van a establecer complejas conexiones a través de blogs, f rums, comunidades y subculturas, no necesariamente unidas perfectamente por lo ideológico, sino más bien por ideas concretas como la conocida "Red Pill" (Van Valkenburgh 2021):

[...] una analogía que se deriva de la película de 1999, *The Matrix*, en la que a Neo se le ofrece la opción de tomar una de las dos píldoras. Tomar la píldora azul significa desconectar y vivir una vida de ilusión; tomar la píldora roja significa alcanzar la iluminación sobre las verdades desagradables de la vida. La filosofía de la Píldora Roja

¹ Traducción propia del texto original en ingl s: "Organised resistance to feminism has existed for over a century, but anti-feminist groups of men organised specifically on the basis of their position as men (or as fathers) are more recent, appearing only in the last 30 years."

pretende despertar a los hombres sobre la misandria y el lavado de cerebro del feminismo, y es el concepto clave que une a todas estas comunidades². (Ging 2019, 640)

A escala global, sobre todo en determinados lugares donde la reacción a los avances feministas y de otros colectivos está más presente, se va a encontrar un reciente interés en este nuevo escenario *online*, como así demuestran aportaciones en España (Bernárdez-Rodal, Rey y Franco 2022; García-Mingo, Díaz Fernández y Tomás-Forte 2022; Delgado Ontiveros y Sánchez-Sicilia 2023; Polo-Artal 2023) o en el ámbito anglosajón y latinoamericano (Maloney, Roberts y Jones 2022; Zabalgoitia 2022; Bates 2023), por poner solo algunos ejemplos.

YouTubers, “artistas” del ligue, activistas por los derechos de los hombres e *incels* entre otros, se van a encontrar, pese a sus diferencias, compartiendo, creando y viralizando contenidos con todas las nuevas formas de comunicación que facilitan las redes, y con un mensaje que mayoritariamente se puede categorizar como antifeminista, cuando no abiertamente misógino. Si bien es cierto que la red cobra un papel esencial y que la *manosfera* se convierte en un objeto de estudio ciertamente sugerente, no hay que olvidar que lo que ocurre en redes sociales no necesariamente representa al conjunto social, pero sí que ayuda en la creación y reproducción de discursos determinados que son capaces, por sus formas comunicativas y su simplificación de lo complejo, de alcanzar a públicos muy diversos.

Como se viene señalando, la ideología y su manifestación en las dinámicas políticas de partido puede ayudar en la comprensión de la reacción patriarcal en su fijación por las cuestiones de género, como así demuestran diferentes investigaciones (Spierings y Zaslove 2017; Kantola y Lombardo 2019; 2021; Bernárdez-Rodal, Rey y Franco 2022; Cabezas y Vega Solís 2022; Cabezas, Pichel-Vázquez y Enguix 2023; Linders, Dudink y Spierings 2023). El espectro político más escorado a la derecha, aunque los discursos también puedan impregnar a las posiciones de centro e izquierda, tiende, como se mostrará en este artículo, a posicionarse en cifras más elevadas a posiciones más cercanas a todo ese escenario que se sitúa en la génesis de los discursos del odio y que parte de la negación o relativización de la importancia de fenómenos como la violencia de género (específicamente la sexual) (Gotell y Datton 2016), la igualdad o las aportaciones del feminismo (Kantola y Lombardo 2019; 2021), además de aspectos concretos vinculados con la identidad masculina (Linders, Dudink y Spierings 2023).

En este sentido, se destacan aportaciones recientes para el caso español, como la de Maria Medina-Vicent (2022), quien realiza un sugerente análisis sobre la lite-

² Traducción propia del texto original en inglés: “an analogy which derives from the 1999 film *The Matrix*, in which Neo is given the choice of taking one of the two pills. Taking the blue pill means switching off and living a life of delusion; taking the red pill means becoming enlightened to life’s ugly truths. The Red Pill philosophy purports to awaken men to feminism’s misandry and brainwashing, and is the key concept that unites all of these communities.”

ratura antifeminista más actual en este ámbito territorial, o la de Marta Cabezas (2022), quien describe la emergencia electoral del partido VOX en España y su relación con el marco antifeminista, así como las de esta última autora junto con Alexandre Pichel-Vázquez y Begonya Enguix (2023) cuando analizan los discursos de votantes del Partido Popular (conservador) y VOX (derecha radical populista) y lo que denominan “giro generóforo”. Del mismo modo, Alba Polo-Artal (2023) desarrolla un interesante acercamiento a este mismo partido político, pero aplicado sobre la cuenta de la red social Twitter perteneciente a los jóvenes del mismo. Esta lectura se realiza desde lo que la autora entiende como “nativismo”, lugar donde, para este caso, interseccionan la “raza” y el género.

Johanna Kantola y Emanuela Lombardo (2019; 2021), por su parte, y desde un enfoque centrado en la cuestión populista, también han abordado la relación de este tipo de partidos con el feminismo y las políticas de género, visibilizando claramente, pese a los matices que se pueden poner en las lógicas organizacionales de partidos populistas de izquierdas, como los grupos políticos de la derecha populista se sitúan en marcos de oposición a las políticas de igualdad en el contexto europeo.

En conclusión, se puede afirmar que la teoría apunta, tanto a escala global como española, a una múltiple relación entre discursos propios de la reacción patriarcal en su vertiente más social y menos articulada en principio (puesta en duda del valor y aportación del feminismo, relativización de la violencia de género y sexual, etc.), desarrollos más sofisticados y articulados en las redes sociales digitalizadas y los posicionamientos políticos de diferentes agentes, específicamente la relación de las derechas, sobre todo las populistas, con este “pegamento simbólico” que deviene el género para sus proyectos sociopolíticos (Cabezas y Vega Solís 2022, 12).

Metodología

La metodología utilizada para la investigación que fundamenta este texto consistió en el desarrollo de una encuesta por muestreo (Corbetta 2003; Cea d’Ancona 2012) con población urbana masculina en la Comunidad Valenciana (España).

Para alcanzar este tipo de población se utilizaron las cuatro grandes ciudades de más de 100.000 habitantes – Elche, Castellón, Valencia y Alicante – como una especie de conglomerados (homogéneos entre sí, pero heterogéneos internamente) para los que se reservó en el diseño inicial un 25% del total de la muestra (n=750 error +3,6% con los parámetros estadísticos habituales). Dentro de cada una de las ciudades, y atendiendo a los datos del Instituto Nacional de Estadística, se crearon estratos por grupos de edad que fueron afijados de manera proporcional (jóvenes 18-34; adultos 35-64; mayores 65 o más años).

Se utilizó un cuestionario breve con prácticamente todas las preguntas cerradas, utilizando preguntas categorizadas³ y en batería (con escala numérica tipo Likert como opción de respuesta). La encuesta fue administrada de forma telefónica (80%) y *online* (20%) haciendo las adaptaciones necesarias para la aplicación del cuestionario en función de la modalidad. El trabajo de campo se realizó durante el otoño de 2021.

Para el análisis que se presenta, se utilizó la variable de la autoubicación ideológica (utilizando la escala 0-10 que deja en el centro al 5) en ese formato numérico o recodificada como variable nominal (izquierda-centro-derecha o solo utilizando las categorías izquierda-derecha⁴). Se pudieron medir, a través de la comparación de la diferencia de porcentajes (Épsilon ϵ) (García Ferrando y Escobar 2017, 167) las potenciales diferencias entre los grupos ideológicos en relación con las variables abordadas.

Además, se trabajó, en función de las características de las variables que se analizaron, con estadísticos que nos permitían aproximarnos a la determinación de la existencia o no (o su nivel de intensidad) de asociación o (co)relación entre la variable ideológica y las variables escogidas para los cruces.

La presentación de los datos, y específicamente los gráficos, nos permiten señalar las diferencias en los posicionamientos, opiniones o valores de los varones urbanos valencianos de la manera más visual posible.

El procedimiento de análisis se realizó con el soporte del programa SPSS en sus versiones 28 y 29, así como con Microsoft Excel para la elaboración de algunos cálculos y de los gráficos.

Las cifras de los discursos de relativización-negación de la igualdad y sus implicaciones

En primer lugar, se presentan dos preguntas categorizadas que, como se ha señalado, se analizan en esta ocasión desde la recodificación de la escala ideológica en tres grupos, izquierda (0-4) centro (5) y derecha (6-10).

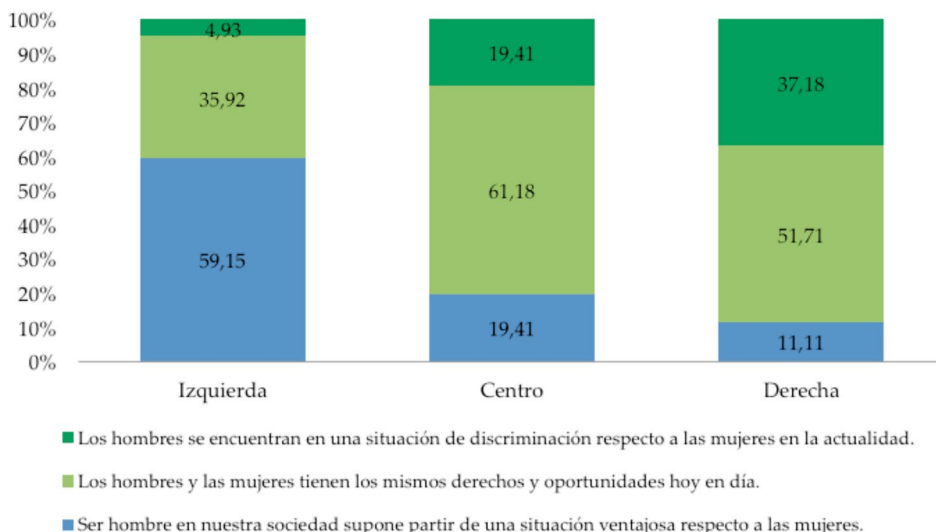
En el primer gráfico se observa cuál es el posicionamiento o la opinión de los varones urbanos valencianos en relación con la igualdad a partir de tres opciones de respuesta que pretenden sintetizar los principales discursos circulantes sobre la cuestión.

³ La complejidad de este ejercicio de diseño del cuestionario (preguntas categorizadas) residía en la capacidad para sintetizar en unas pocas opciones de respuesta, entendibles por parte de cualquier varón, y apelando a la exhaustividad (cubrir todas las opciones posibles), los principales discursos circulantes sobre igualdad, feminismo y violencia de género fundamentalmente.

⁴ De forma similar a lo señalado por García Ferrando y Escobar (2017, 158) en la recodificación, y aunque ellos parten de una escala 1-10, se realiza un procedimiento similar al que estos autores señalan, agrupando las casillas 0-4 y 6-10 para crear las categorías izquierda y derecha, mientras que se reserva el 5 para el centro.

Gráfico 1

Posicionamiento en relación con la igualdad en la actualidad (%)



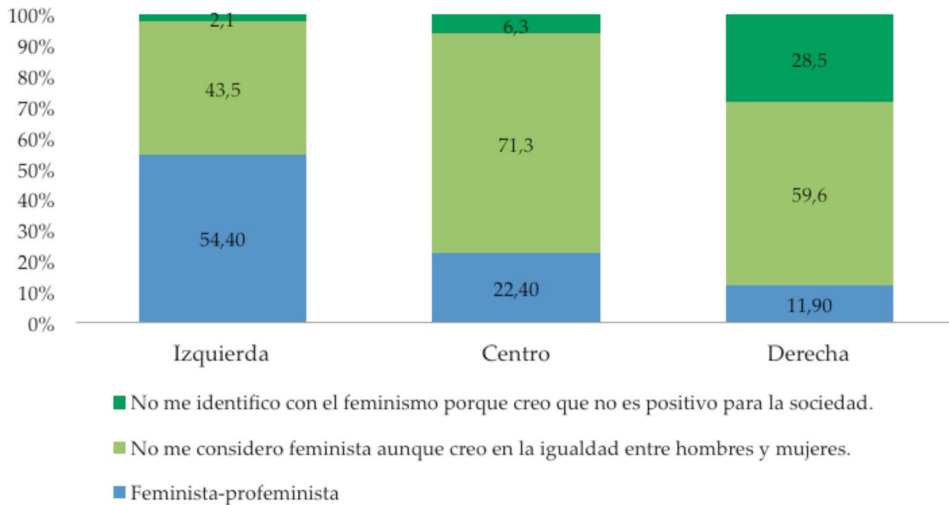
Fuente: Elaboración propia a partir de los datos de la encuesta.

Se aprecian visualmente y de forma clara las diferencias entre los tres grupos, aunque también se perciben ciertas tendencias centrales reseñables. Lo más significativo para este análisis, no obstante, es cómo, para la categoría "izquierda", su respuesta mayoritaria, cercana al 60%, es la de reconocimiento del privilegio masculino, mientras que para los que se ubican en el centro su opción mayoritaria es la más aparentemente "neutral" (61,18%). Si bien en el caso de los hombres a la derecha del espectro político este posicionamiento más indeterminado también es mayoritario, se observa cómo la opción que percibe la existencia de una situación de discriminación hacia los hombres alcanza porcentajes significativos, acercándose al 40% (también alcanza casi un 20% para los varones de "centro").

En otras palabras, cuanto más a la derecha, más probabilidad de encontrar lecturas sobre la igualdad entre hombres y mujeres más reaccionarias, puesto que casi un 40% apunta a una narrativa de inversión de la desigualdad que ahora afectar a a los varones.

En la siguiente pregunta, de similar estructura, se cuestionaba sobre el posicionamiento de los hombres urbanos valencianos en relación con el feminismo. Las diferencias entre los tres grupos observables en el gráfico son notables, y más específicamente entre izquierda y derecha, puesto que con el centro se aprecia cómo sus tendencias suelen responder bastante claramente a lo menos significado "políticamente".

Gráfico 2
Posicionamiento respecto al feminismo (%)



Fuente: Elaboración propia a partir de los datos de la encuesta.

Mientras que para los hombres a la izquierda la opción mayoritaria es la de su reconocimiento como feministas / profeministas, para centro y derecha la opción mayoritaria es la que rehúye reconocerse en el feminismo (hay ya probablemente ahí un principio de negación o relativización y de distanciamiento), aunque sí que afirma creer en la igualdad, pese a que esto podría sonar paradójico para determinadas lecturas del feminismo. Esta opción, aunque también claramente mayoritaria en los hombres de la derecha política, sin embargo, se complementa con un porcentaje importante de respuesta, casi un 30%, que considera que el feminismo no es positivo para la sociedad, lo que podría entenderse como una posición antifeminista.

Tanto para la pregunta que cuestiona sobre la percepción que se tiene sobre la igualdad entre hombres y mujeres en la actualidad, como para la que aborda la cuestión del feminismo encontramos que la prueba Chi-Cuadrado⁵ indica que hay asociación entre variables (en ambos casos el indicador es menor de 0,05 – se rechaza la hipótesis nula de variables independientes – siendo <,001 y por tanto, sí se puede considerar que hay asociación entre variables).

Intentando afinar más es esta línea y para superar determinados límites de Chi-Cuadrado, se han utilizado dos medidas más de asociación que nos ofrece el

⁵ Para llevar a cabo esta prueba, los cálculos se han realizado eliminando las respuestas que habían escogido las opciones NS/NC, utilizando únicamente aquellas que respondían de forma efectiva (una de las tres opciones de respuesta) a la cuestión planteada. El objetivo era evitar obtener un exceso de casillas con recuentos inferiores a 5, lo que limita la validez de la prueba Chi-Cuadrado.

programa estadístico SPSS y recomendadas para estos análisis (García Ferrando y Escobar 2017, 174-175). La primera de ellas es la denominada V de Cramer, que es una medida simétrica para dos variables nominales. En este caso, hay que indicar que los cálculos se han realizado de dos formas, teniendo primero en cuenta todas las respuestas a excepción de los NS/NC. En este caso, V de Cramer indica una relación simétrica baja o nula. Sin embargo, si solo utilizamos las respuestas acumuladas en las categorías izquierda y derecha, con la pretensión de comparar dos grupos con mayor claridad en su identidad política, vemos cómo, tanto en la V de Cramer como en otra medida como Lambda (en este caso de carácter direccional – utilizando lo ideológico como variable independiente), los resultados son más significativos: V de Cramer da como valor 0,547, lo que se podría entender como una relación media-alta, mientras que, en el caso de Lambda, esta influencia o capacidad predictiva de la variable independiente sobre la dependiente no es elevada, pero tampoco nula, obteniendo un valor de 0,224⁶.

En la pregunta sobre feminismo y con los mismos ajustes que en la pregunta anterior⁷, V de Cramer da un valor de 0,512, indicando nuevamente una relación simétrica media, mientras que Lambda da como valor 0,121, lo que señala una relación direccional baja, aunque nuevamente no nula.

La siguiente pregunta que se propone para el análisis se trata de una variable ordinal para medir el grado de importancia otorgado a la violencia de género como problema social. En esta ocasión se ha utilizado la variable de autoubicación ideológica en su formato originario, que entenderíamos también como variable ordinal.

En el siguiente gráfico de líneas se observa cómo a mayor valor en la escala ideológica, mayor probabilidad de no escoger las opciones que denuncian más directamente esta problemática, así como más probabilidad de relativizarla o prácticamente negarla.

Un análisis más concreto, a partir de algunos estadísticos usados habitualmente para variables ordinales, nos permite ver el tipo de relación. Cabe señalar en este punto que, en la codificación de los datos, el valor más bajo (1) fue asignado a la opción “muy importante” y así sucesivamente hasta el 4 “nada importante”, por lo que la lectura de algunos de estos estadísticos debe hacerse de forma cuidadosa.

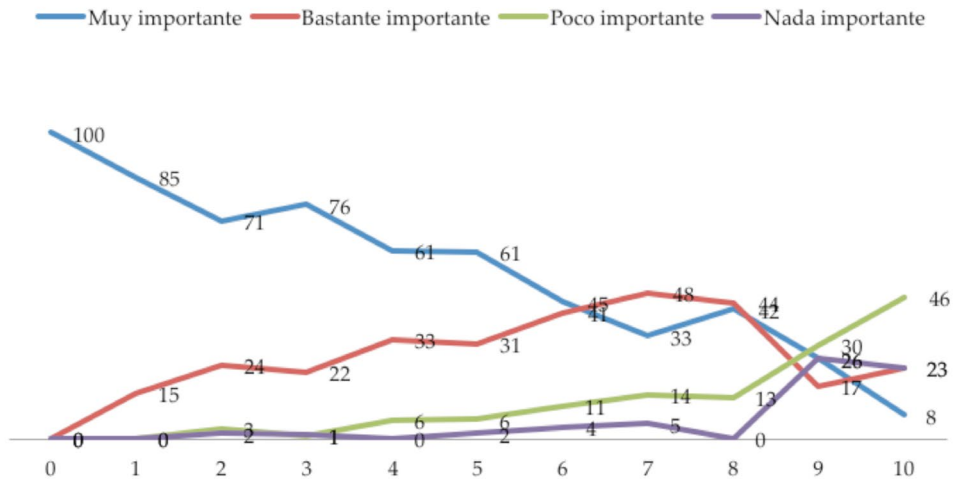
El valor Gamma, para medir la intensidad de la relación (medida simétrica), es 0,431, lo que indica una intensidad media positiva, mientras que la medida direccional D de Somers da un valor inferior y también positivo 0,246. Se podría decir que existe una relación positiva aunque no fuerte, como así señalan los estadísticos, y que cuando aumenta el valor en la escala ideológica aumentaría la negación o relativización de la violencia de género.

⁶ Esta medida se sitúa entre el 0 y el 1, siendo el 0 ausencia de influencia de una variable sobre la otra.

⁷ En el cuestionario original las opciones feminista y profeminista u otras denominaciones similares estaban separadas por determinado interés investigador. Si bien, para estos análisis ambas han sido unificadas.

Gráfico 3

Importancia asignada a la violencia de género por autoubicación ideológica (%)



Fuente: Elaboración propia a partir de los datos de la encuesta.

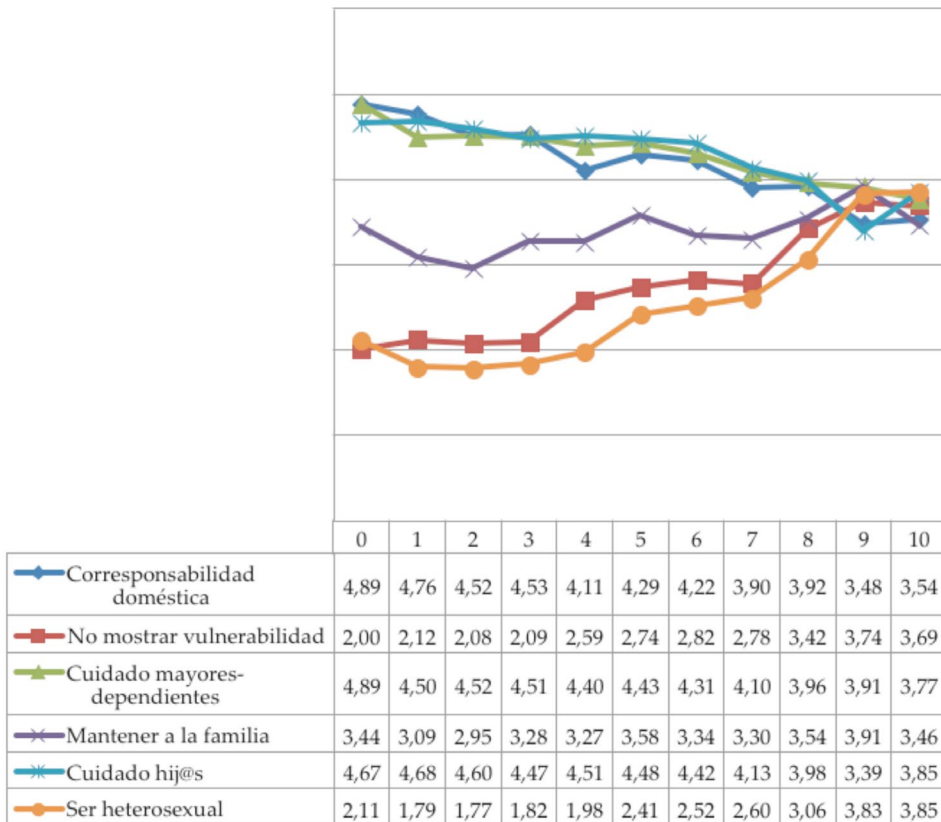
Otra medida válida en estos casos podría ser el coeficiente de correlación de Spearman. En este caso, el valor resultante es 0,381, que va en la misma línea de los anteriores; intensidad de la relación media y positiva, aunque para algunos otros autores y autoras este valor representaría una asociación más bien débil (Reguant-Álvarez, Vilà-Baños y Torrado-Fonseca 2018).

La última pregunta que se analiza en este punto se trata de una pregunta en batería con 6 ítems donde se había de indicar el grado de acuerdo en una escala 1-5. Se propusieron de forma intercalada 3 ítems que corresponderían con prácticas o valores que se podrían considerar propios de masculinidades igualitarias y otros 3 que representarían, al menos desde la teoría, valores de corte más tradicional.

La simple forma del gráfico ya sintetiza visualmente dos ideas fundamentales: cuanto más a la izquierda en la escala, más altas resultan las puntuaciones a los valores igualitarios y más bajas a los tradicionales, al revés justo que pasa cuando nos vamos acercando a los valores de la derecha, puesto que ocurre lo contrario, aunque las puntuaciones medias asignadas a los valores “igualitarios” seguirían teniendo cifras relativamente elevadas (aquí se podría hablar de la deseabilidad social).

Destaca además una tercera idea que indicaría que la función “proveedora” sigue alcanzando grados de acuerdo medios en prácticamente todo el espectro político-ideológico, cuestión que, aunque interesante, no es motivo de análisis en este artículo.

Gráfico 4
Puntuaciones medias para cada ítem del "hombre del siglo XXI debe..."
por posición en la escala ideológica



Fuente: Elaboración propia a partir de los datos de la encuesta.

Finalmente, en relación con esta pregunta se ha utilizado nuevamente el coeficiente de correlación de Spearman para ver la relación entre estas dos variables ordinales. En la tabla siguiente se observan dos tipos de datos: con el conjunto de los valores de la escala ideológica y eliminando el valor 5, que por cuestiones apuntadas anteriormente y con el objetivo de ver posibles efectos sobre los resultados finales, se ha suprimido.

La tabla muestra cómo los valores de este coeficiente no son altos, aunque no indican total ausencia de relación, si bien, destacan, sobre todo por los objetivos de este artículo, justamente los dos ítems que mayores valores alcanzan: no mostrarse débil o vulnerable y ser heterosexual, que podrían situarse en niveles de fuerza de la correlación medios.

Tabla 1
Coeficientes de correlación de Spearman por ítem

	Encargarse de las tareas domésticas	No mostrarse débil o vulnerable	Cuidar personas mayores, dependientes, etc.	Mantener a la familia	Cuidar a sus hijos e hijas	Ser heterosexual
Coeficiente de correlación de Spearman	-0,251	0,292	-0,189	0,113	-0,210	0,327
Coeficiente de correlación de Spearman (Sin 5)	-0,262	0,309	-0,214	0,154	-0,185	0,349

Fuente: Elaboración propia a partir de los datos de la encuesta.

Discusión y conclusiones: ideología, género, igualdad y masculinidad

Como se ha pretendido mostrar, cómo se ubican los varones en lo ideológico tiene relación con sus opiniones, posicionamientos y valores sobre igualdad, feminismos, violencia de género y masculinidad, así como con la esfera de lo político-institucional.

En el apartado teórico se ha destacado la existencia de literatura científica reciente a escala global y también española, que ya viene relacionando las cuestiones de la reacción patriarcal con el posicionamiento ideológico-político. No obstante, cabrían interpretaciones cautelosas a la hora de asociar estos discursos más reaccionarios, en cuanto al género se refiere, únicamente con la gente de ideologías del espectro político de la derecha, puesto que la capacidad de impregnación de estas narrativas alcanza a muchos varones con otras sensibilidades ideológicas, aunque no necesariamente estos lo exterioricen discursivamente en determinados escenarios de lo social, tampoco en las encuestas.

Desde el punto de vista empírico, aunque hay ciertos elementos que condicionan la relación estadística en la escala utilizada y siendo conscientes de los límites que la propia escala pueda presentar para captar estrictamente lo ideológico, los datos ofrecidos nos muestran cómo esa relación, hipotetizable desde la teoría, se puede contrastar empíricamente, siempre con cautelas y atendiendo a ciertas particularidades sobre lo deseable socialmente en relación con las respuestas ofrecidas y registradas en el cuestionario. Todo ello reclama repensar la relación entre la metodología cuantitativa y el diseño de los cuestionarios para las encuestas sobre masculinidades en el contexto actual.

Lo que parece demostrado, sin duda, es que aquellos que se ubican en el espectro político de la derecha (6-10) tienen mayor probabilidad de situarse en discursos que relativizan o niegan realidades como la violencia de género, los aportes a la sociedad de la lucha feminista o de la propia igualdad entre hombres y mujeres como valor social, pese a que no se pueda hablar de relaciones “fuertes” estadísticamente *stricto sensu*.

De esta manera, se puede pensar que, en la base social de los discursos más sofisticados y articulados en redes digitalizadas que denominamos discursos del odio (misóginos, en este caso), hay un número importante de varones que es permeable y, por tanto, reproduce estos discursos de negación o relativización de fenómenos sociales sobre los que pareciera haber un consenso de denuncia política, social y mediática, hasta no hace tanto. En este escenario entra en juego también la retroalimentación discursivo-mediática que supone el hecho de que determinados líderes políticos de la derecha radical populista establezcan este marco dentro de la denominada “batalla cultural” y siempre en busca de electores fundamentalmente masculinos, por aquello de la conocida y controvertida cuestión del *gender gap*⁸ (Spierings y Zaslove 2017) y sus particularidades en contextos populistas.

En conclusión, encontramos volúmenes relativamente significativos de varones que se sitúan fundamentalmente en el espectro político de la derecha (especialmente en los valores extremos) que abiertamente ya apuestan en ese plano del *decir* por reproducir y acogerse a narrativas propias de esa reacción patriarcal, cuestión que tiene eco y anclaje visible y reconocible también en la esfera del comportamiento electoral, como demuestran, por ejemplo, las fracciones discursivas que obtienen con su análisis de grupos de discusión Marta Cabezas, Alexandre Pichel-Vázquez y Begonya Enguix (2023). Este análisis cualitativo, específicamente la fracción discursiva de lo que denominan como “reaccionarismo misógino” encaja bien con determinados posicionamientos en los que en este texto se está poniendo el foco: “El reaccionarismo misógino expresó una reacción patriarcal que se autodefinió como minoritaria, ‘políticamente incorrecta’, pero que, a la par de ser una minoría política, expresaría lo que mucha gente piensa” (2023, 108).

Más allá de los ecos y reproducciones en lo digital, que solo representa a parte de esta reacción, cabe destacar como han sabido nutrirse de estos estratos masculinos determinados líderes de la derecha radical populista, y es en ese contexto donde cabe analizar la “legitimación” de estos discursos, quizás latentes hasta no hace tanto, pero ahora con cierto reconocimiento en lo sociopolítico.

Lo que se presenta en este artículo pretende ser solo una aportación, un intento de contrastación empírica de esa “relación” entre ideología política y posicionamientos, valores y opiniones respecto a igualdad, feminismos, violencia de

⁸ Para el caso del partido VOX en España y con las cifras del CIS (Centro de Investigaciones Sociológicas) en su barómetro de julio de 2023, el 11,3% de los varones votaría a este partido. Para el caso de las mujeres esta cifra queda por debajo de la mitad, alcanzando el 5,1 (https://www.cis.es/cis/opencm/ES/1_encuestas/estudios/ver.jsp?estudio=14729).

género y masculinidad, que ayude en la creación de un corpus teórico-empírico que dé respuesta a los retos a los que como sociedad nos enfrentamos actualmente. Eso, siempre que se considere que parte de estos discursos pueden tener implicaciones negativas en las relaciones de género y en las propias vidas, ya no solo de las mujeres, sino también de los mismos hombres.

Sería interesante abordar desde lecturas cualitativas complementarias a esta investigación, cómo diferentes estratos sociales de varones articulan esta relación, porque quizás en el escenario sociopolítico actual, la variable independiente no necesariamente debe ser lo ideológico, sino que puede que algunos hombres, no tan cercanos a posiciones reaccionarias de la derecha política, acaben atraídos a estos espacios, seducidos precisamente por las cuestiones de género.

Reivindicamos por tanto, la necesidad de investigaciones diversas metodológicamente sobre hombres y masculinidades que capten estas realidades desde posiciones *emic*, es decir, posiciones más empáticas con aquellos sujetos investigados, que permitan determinar las derivas que les conducen desde la posición política de derechas hasta la reacción patriarcal o cómo la reacción patriarcal les acerca a ese posicionamiento político.

Finalmente, consideramos que se debe apostar por estos estudios cuantitativos, que, entre otras cosas, nos ayudan a aproximarnos al conocimiento sobre los volúmenes de hombres que se sitúan en esos lugares del antifeminismo desde diferentes variables potencialmente explicativas, como en este caso la cuestión ideológica.

Agradecimientos

Queremos expresar nuestro más sincero agradecimiento al Instituto Valenciano de las Mujeres y por la Igualdad de Género por su generoso apoyo en la financiación de esta investigación. Gracias a su inestimable contribución hemos podido realizar las investigaciones necesarias y preparar el trabajo que aquí presentamos.

Contribución de cada autor/a

JSA: Conceptualización; análisis formal (rol principal); investigación; metodología (papel principal); redacción – borrador original; redacción – revisión y edición (rol principal).

ATI: Conceptualización; análisis formal (rol de apoyo); investigación; metodología; redacción – borrador original; redacción – revisión y edición (rol de apoyo).

Conflicto de intereses

El autor y la autora declaran no tener ningún conflicto de intereses.

Referencias bibliográficas

- Acosta, Leonor. 2016. "El cuerpo fascista recuperado: la exploración de la masculinidad en *Fight Club*." *Daimon. Revista Internacional de Filosofía*, Suplemento 5: 573-582. DOI: <https://doi.org/10.6018/daimon/268841>
- Bates, Laura. 2023. *Los hombres que odian a las mujeres: Incels, artistas de la seducción y otras subculturas misóginas online*. Traducción de Paula Zumalacárregui Martínez. Madrid: Capitán Swing.
- Bernárdez-Rodal, Asunción, Paula R. Rey, y Yanna G. Franco. 2022. "Radical right parties and anti-feminist speech on Instagram: Vox and the 2019 Spanish general election." *Party Politics* 28(2): 272-283. DOI: <https://doi.org/10.1177/1354068820968839>
- Bly, Robert. 1992. *Iron John*. Traducción de Daniel Loks Adler. Barcelona: Plaza & Janes Editores.
- Bourdieu, Pierre. 2008. *El sentido práctico*. Traducción de Ariel Dilon. Madrid: Siglo XXI de España Editores.
- Cabezas, Marta. 2022. "Silenciar al feminismo. La emergencia electoral de Vox." En *La Reacción patriarcal: neoliberalismo autoritario, politización religiosa y nuevas derechas*, editado por Marta Cabezas y Cristina Vega Solís, 189-217. Barcelona: Bellatera Edicions.
- Cabezas, Marta, Alexandre Pichel-Vázquez, y Begonya Enguix. 2023. "El marco 'antigénero' y la (ultra)derecha española. Grupos de discusión con votantes de Vox y del Partido Popular." *Revista de Estudios Sociales* 85: 97-114. DOI: <https://doi.org/10.7440/res85.2023.06>
- Cabezas, Marta, y Cristina Vega Solís (Eds.). 2022. *La Reacción patriarcal: neoliberalismo autoritario, politización religiosa y nuevas derechas*. Barcelona: Bellaterra Edicions.
- Cea d'Ancona, M^a Ángeles. 2012. *Fundamentos y aplicaciones en metodología cuantitativa*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Corbetta, Piergiorgio. 2003. *Metodología y técnicas de investigación social*. Traducción de Marta Díaz Ugarte y Susana Díaz Ugarte. Madrid: McGraw-Hill.
- Delgado Ontivero, Lionel, y Alejandro Sánchez-Sicilia. 2023. "Subversión antifeminista: análisis audiovisual de la Manosfera en redes sociales." *Revista Prisma Social* 40: 181-212.
- Dietze, Gabriele, y Julia Roth (Eds.). 2020. *Right-wing Populism and Gender: European Perspectives and Beyond*. Bielefeld: transcript Verlag.
- Faludi, Susan. 2006. *Backlash: The Undeclared War Against American Women*. New York: Three Rivers Press.
- Flood, Michael. 2004. "Backlash: Angry Men's Movements." En *The Battle and Backlash Rage On: Why Feminism Cannot Be Obsolete*, editado por Stacey Elin Rossi, 261-278. Philadelphia, PA: Xlibris Press.
- Friedan, Betty. 2009. *La mística de la feminidad*. Traducción de Magalí Martínez. Barcelona: Ediciones Cátedra.
- García Ferrando, Manuel, y Modesto Escobar. 2017. *Socioestadística: Introducción a la estadística en sociología*. Madrid: Alianza Editorial.

- García-Mingo, Elisa, Silvia Díaz Fernández, y Sergio Tomás-Forte. 2022. "(Re)configurando el imaginario sobre la violencia sexual desde el antifeminismo: el trabajo ideológico de la manosphere española." *Política y Sociedad* 59(1): e80369. DOI: <https://doi.org/10.5209/poso.80369>
- Ging, Debbie. 2019. "Alphas, Betas, and Incels: Theorizing the Masculinities of the Manosphere." *Men and Masculinities* 22(4): 638-657. DOI: <https://doi.org/10.1177/1097184X17706401>
- Gotell, Lise, y Emily Dutton. 2016. "Sexual Violence in the 'Manosphere': Antifeminist Men's Rights Discourses on Rape." *International Journal for Crime, Justice and Social Democracy* 5(2): 65-80. DOI: <https://doi.org/10.5204/ijcsd.v5i2.310>
- Kantola, Johanna, y Emanuela Lombardo. 2019. "Populism and feminist politics: The cases of Finland and Spain." *European Journal of Political Research* 58(4): 1108-1128. DOI: <https://doi.org/10.1111/1475-6765.12333>
- Kantola, Johanna, y Emanuela Lombardo. 2021. "Strategies of right populists in opposing gender equality in a polarized European Parliament." *International Political Science Review* 42(5): 565-579. DOI: <https://doi.org/10.1177/0192512120963953>
- Kimmel, Michael. 2017. *Angry White Men: American Masculinity at the End of an Era*. Philadelphia: Nation Books.
- Linders, Nik, Stefan Dudink, y Niels Spierings. 2023. "Masculinity and Sexuality in Populist Radical Right Leadership." *Politics & Gender* 19(3): 653-674. DOI: <https://doi.org/10.1017/S1743923X22000265>
- Maloney, Marcus, Steve Roberts, y Callum Jones. 2022. "'How do I become blue pill?': Masculine ontological insecurity on 4chan's advice board." *New Media & Society* 0(0). DOI: <https://doi.org/10.1177/14614448221103124>
- Medina-Vicent, Maria. 2023. "Reacciones discursivas frente al movimiento feminista en el Estado español. Un análisis de la literatura antifeminista." *Revista Española de Sociología* 32(1): a150. DOI: <https://doi.org/10.22325/fes/res.2023.150>
- Moore, Robert, y Douglas Gillette. 1993. *La nueva masculinidad: Rey, Guerrero, Mago y Amante*. Traducción de Maricel Ford. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica.
- Polo-Artal, Alba. 2023. "De las Monster High feministas y Friends al #NoHablesEnMiNombre y #HayQueVotarAVox." En *Actas II Congreso Internacional sobre Masculinidades e Igualdad*, editado por Jorge Cascales, et al., 235-247. Elche: Universidad Miguel Hernández.
- Ranea, Beatriz. 2021. *Desarmar la masculinidad*. Madrid: Los Libros de la Catarata.
- Reguant-Álvarez, Mercedes, Ruth Vilà-Baños, y Mercedes Torrado-Fonseca. 2018. "La relación entre dos variables según la escala de medición con SPSS." *REIRE Revista d'Innovació i Recerca en Educació* 11(2): 45-60. DOI: <http://doi.org/10.1344/reire2018.11.221733>
- Spierings, Niels, y Andrej Zaslove. 2017. "Gender, populist attitudes, and voting: explaining the gender gap in voting for populist radical right and populist radical left parties." *West European Politics* 40(4): 821-847. DOI: <http://doi.org/10.1080/01402382.2017.1287448>
- Subirats, Marina. 2013. *Forjar un hombre, moldear una mujer*. Barcelona: Editorial Aresta.
- Van Valkenburgh, Shawn P. 2021. "Digesting the Red Pill: Masculinity and Neoliberalism in the Manosphere." *Men and Masculinities* 24(1): 84-103. DOI: <http://doi.org/10.1177/1097184X18816118>
- Zabalgaitia, Mauricio. 2022. "Retóricas del meme masculinista. Universidad digital y antifeminismo en tiempos de pandemia." *Mitologías hoy* 25: 68-90. DOI: <https://doi.org/10.5565/rev/mitologias.834>

Joan Sanfélix Albelda. Sociólogo con Máster en Género y Políticas de Igualdad por la Universidad de Valencia y Doctor en Estudios de Género por la Universidad Miguel Hernández de Elche (calificación de sobresaliente Cum Laude y Premio Extraordinario de Doctorado). Docente del Postgrado Especialista en Masculinidades, Género e Igualdad de la UMH y de Sociología en la Universitat Jaume I. donde es miembro del grupo de investigación “DESiRES – Sociología y Metodologías de Investigación Social: Desigualdades y Resistencias”.

Anastasia Téllez. Doctora en Antropología Social y Profesora Titular de Antropología Social y Cultural en la Universidad Miguel Hernández de Elche (Alicante, España). Desde hace 28 años investiga sobre la construcción sociocultural de las identidades masculinas y femeninas desde una perspectiva de género. Es Directora del Grupo de Investigación ECULGE (Economía, Cultura y Género). También es la Directora del programa de postgrado “Especialista Universitario en Masculinidades, Género e Igualdad” (2020-2021) de la UMH.

Artículo recibido el 14 de julio y aceptado para su publicación en 23 de octubre de 2023.

Cómo citar este artículo:

[Según la norma Chicago]:

Sanfélix Albelda, Joan, y Anastasia Téllez Infantes. 2023. “La base ideológico-social de los discursos del odio misógino: una lectura cuantitativa de los hombres valencianos.” *ex æquo* 48: 107-124. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.08>

[Según la norma APA adaptada]:

Sanfélix Albelda, Joan, y Téllez Infantes, Anastasia (2023). La base ideológico-social de los discursos del odio misógino: una lectura cuantitativa de los hombres valencianos. *ex æquo*, 48, 107-124. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.08>



Este es un artículo de acceso abierto distribuido bajo los términos de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-SinObraDerivada (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite la reproducción y distribución no comercial de la obra, en cualquier medio, siempre que la obra original no sea alterada o transformada de ninguna manera, y que la obra sea debidamente citada. Para la reutilización comercial, póngase en contacto con: apem1991@gmail.com

GENDER-BASED DISINFORMATION: A SCOPING REVIEW OF THE LITERATURE, 2013-2023

 *Juliana Alcantara**

 *Juliana Valentim***

Abstract

This article examines gender-based disinformation, highlighting findings and research gaps. A PRISMA review method was used, reviewing 143 articles from 2013 to early 2023. Only 14 studies directly assessed gender dimensions in disinformation. Outcomes show that Twitter is the most studied platform, with a focus on content analysis, and Global South perspectives are neglected. Using an intersectional feminist critical approach, our findings suggest three recurring themes: women are the frequent target of disinformation, narratives connect to dark politics, and proposed solutions rely on media literacy programs and regulatory measures.

Keywords: Disinformation, gender, intersectionality, hate speech.

Resumo

Desinformação baseada em género: uma revisão da literatura, 2013-2023

Este artigo examina a desinformação baseada no género, destacando as conclusões e as lacunas de investigação. Foi utilizado um método de revisão PRISMA, que analisou 143 artigos de 2013 até ao início de 2023. Apenas 14 estudos avaliaram diretamente as dimensões de género na desinformação. Os resultados mostram que o Twitter é a plataforma mais estudada, com foco na análise de conteúdo, e as perspetivas do Sul Global são negligenciadas. A partir de uma abordagem crítica feminista interseccional, os resultados sugerem três temas recorrentes: as mulheres são o alvo frequente da desinformação, as narrativas estão associadas à política obscura, e as soluções propostas dependem de programas de alfabetização mediática e medidas regulatórias.

Palavras-chave: Desinformação, género, interseccionalidade, discurso de ódio.

* Department of Philosophy, Communication and Information, Faculty of Arts and Humanities of the University of Coimbra, 3004-530 Coimbra, Portugal.
Postal address: Largo da Porta Férrea, 3004-530 Coimbra, Portugal.
Electronic address: alc.juli@gmail.com

** Department of Informatics Engineering, Faculty of Engineering of the University of Porto, 4200-465 Porto, Portugal.
Postal address: R. Dr. Roberto Frias, 4200-465 Porto, Portugal.
Electronic address: jvvalentim1@gmail.com

Resumen

Desinformación basada en el género: una revisión de la literatura, 2013-2023

Este artículo examina la desinformación basada en el género, destacando los hallazgos y las lagunas en la investigación. Se utilizó un método de revisión PRISMA, revisando 143 artículos desde 2013 hasta principios de 2023. Solo 14 estudios evaluaron directamente las dimensiones de género en la desinformación. Los resultados muestran que Twitter es la plataforma más estudiada, con un enfoque en el análisis de contenido, y se descuidan las perspectivas del Sur Global. Desde una crítica feminista interseccional, los hallazgos sugieren tres temas recurrentes: las mujeres son el blanco frecuente de la desinformación, las narrativas se conectan con políticas oscuras, y las soluciones propuestas se basan en programas de alfabetización mediática y medidas regulatorias.

Palabras clave: Desinformación, género, interseccionalidad, discurso de odio.

1. Introduction

In recent years, populist leaders have gained power in various countries, coinciding with the widespread use of technology in communication. This has led to an increase in violence against women, particularly on social media platforms, where misogynistic discourses are organised and amplified, turning into gendered disinformation campaigns (Cabañes 2020). While the definition of disinformation is still debated (Pepp, Michaelson & Sterken 2022), in this paper, “disinformation” refers to the deliberate spread of false information with the intent to cause harm or for profit (European Commission 2018; Wardle & Derakhshan 2018).

The rise of disinformation is linked to far-right discourse strategies in various countries, including Brazil, the United Kingdom, Turkey, the United States, and Russia, affecting events like the COVID-19 pandemic, Brexit, and the war in Ukraine (Engesser *et al.* 2016; Akgül 2019; Hjorth & Adler-Nissen 2019; Alcantara & Ferreira 2020; Brenner 2021; Faulkner, Guy & Vis 2021; Richards 2021; Recuero *et al.* 2022; Yablokov 2022). Despite increased attention to disinformation studies, particularly after Donald Trump’s 2016 presidential victory (Freelon & Wells 2020), there is still much to explore in terms of how women and underrepresented groups are targeted and the long-term impacts.

This paper recognises the need to critically study gender-based disinformation and assess the extent of academic research on the topic. It reviews works on disinformation guided by the PRISMA protocol, considering Web of Science and Scopus databases while adopting an intersectional feminist perspective (Collins 2000; Crenshaw 2015). The findings reveal three recurring themes: women are frequent targets of disinformation, weaponised narratives link to “dark politics,” and proposed solutions continue to rely on media literacy programs and regulatory measures.

This study contributes to the emerging field of critical disinformation studies and works toward establishing a taxonomy of gender frames. It emphasises how

women are targeted by harmful gender-based disinformation online, advocating for a critical examination of the phenomenon. This approach involves integrating critical gender and race studies and recognising intersectionality, rather than treating women as a homogeneous category of analysis.

2. Gender, disinformation and hate speech

Evidence highlights how disinformation frames gender stereotypes and misogyny (Sessa 2020). Women, especially those from marginalized groups, face online violence, censorship, and surveillance. High-profile women, including celebrities, politicians, gamers, feminist figures, journalists, and researchers (Marwick & Caplan 2018; Stabile *et al.* 2019; Chen *et al.* 2020; Murphy & Flynn 2022; Di Meco 2023), endure harassment, abuse, and disinformation campaigns. Aggressors exploit digital platforms to suppress and exclude voices, impacting democracy (Engesser *et al.* 2016; Habgood-Cooté 2018). Democracies led by autocrats have shown an increase in the frequency of attacks against female public figures. Gendered disinformation portrays women as untrustworthy or too emotional for politics, and it harms female public figures' reputation and discourages women from participating in politics (Di Meco & Wilfore 2021). In this vein, Lucina Di Meco (2020, 4) defines gendered disinformation "as the spread of deceptive or inaccurate information and images against women political leaders, journalists and female public figures, following storylines that draw on misogyny and stereotypical gender roles."

Historically, knowledge production served power structures to marginalize women and women of colour (Kuo & Marwick 2021). Social structures that produce and perpetuate social inequalities and violence have found new mechanisms to invalidate or exclude social minority groups through new digital technologies (Benjamin 2019). Hate speech targets individuals based on nationality, ethnicity, race, sexual orientation, and gender, spreading quickly on digital platforms (Lapa & Di Fátima 2023). These structures have deep historical roots in segregating marginalized groups. Racist disinformation denies black identity and perpetuates stereotypes about black women (AzMina Magazine & InternetLab 2021). Gender conservatism in Latin America is rooted in colonial capitalism, denying autonomy to women, especially Black and Indigenous women (Rios & Lima 2020). In effect, white supremacy ideologies have gone mainstream since the ubiquitous presence of social media platforms in contemporary communication, as well as the emergence of far-right ideologies in the Western political landscape (Trindade 2018).

Research shows a wave of conservative movements in various geopolitical digital contexts. They share common structures with insurgent politics, including friend-enemy antagonism, latent masculinity, affinity for guns, misogyny, racism, homophobia, bigotry, Christian values, and violence as a societal sorting force

(Waisbord 2018; Empoli 2019; Cesarino 2020). Digital media and politics have profound effects online and offline. Scholars believe new media can promote social change and alternative politics. Feminist digilantism (Jane 2016; Abidin 2018) involves performative responses to online attacks, such as parody, memes, and feminist humour to expose sexism and abuse (Lawrence & Ringrose 2018).

The digital world's freedom of expression has created impunity, blurring the line between online and offline violence. So, separating offline from online is often a mistake (Coding Rights & InternetLab 2017). Victims suffer from self-censorship, suicide, and a lack of support (Relly 2021). Digital platform policies and legislation play vital roles in combating gender-based online violence (Wilfore 2021; Amaral, Simões & Poleac 2022).

3. Research design

3.1 Research Questions

We conducted a systematic review of the literature guided by the following questions:

- To what extent has gender-based disinformation been seen as a relevant study object in the academic literature from 2013-2023?
- How does academic literature frame the scope of gender-based disinformation from 2013-2023?
- What research opportunities and gaps can be leveraged to address and understand gender-based disinformation?

3.2 Corpus selection

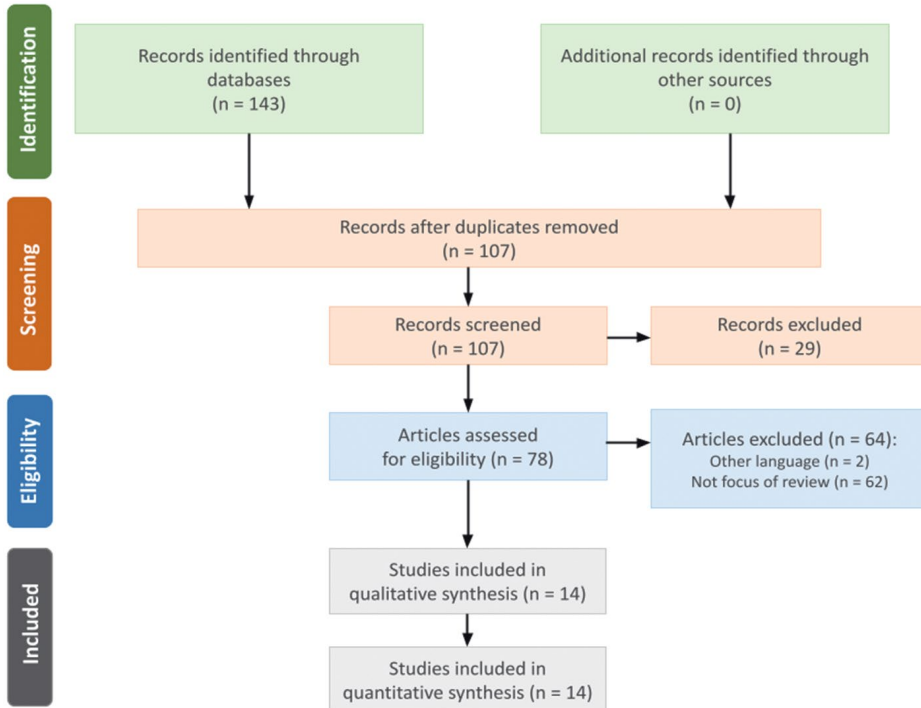
Following PRISMA guidelines (Moher *et al.* 2014) and a thorough keyword database search (Figure I), we conducted a two-stage search. The first stage focused on keywords – (“gender-based” OR “gendered”) AND (“disinformation”) – in Web of Science and Scopus. In the second stage, we added “gender” to the search terms: (“gender-based” OR “gendered” OR “gender”) AND (“disinformation”).

We chose to use Web of Science due to its data quality reputation (Martín-Martín *et al.* 2021; Visser, van Eck & Waltman 2021). This initial Web of Science search yielded 58 articles in February 2023. We also searched Scopus and found an additional 85 articles not present in the initial Web of Science search.

Out of the combined 143 articles from both databases, 108 were related to disinformation, even if they didn't explicitly mention “gender.” Web of Science contributed 49, and Scopus added 59. After removing duplicate publications, we had 107 unique studies. We excluded inaccessible articles (n=15), books (n=1), and conference proceedings (n=13), leaving us with 78 articles for eligibility assessment.

Our inclusion criteria considered language (Spanish and English), relevance to media and communication fields, and the use of gender as a research frame, not just as a demographic category. 64 articles did not meet these criteria and were excluded, resulting in the inclusion of 14 articles.

Figure 1
Information flow with the different phases of a scoping review



Source: Adapted from Moher *et al.* 2014. Available on www.prisma-statement.org. Last access in February 2023.

3.3 Coding analysis

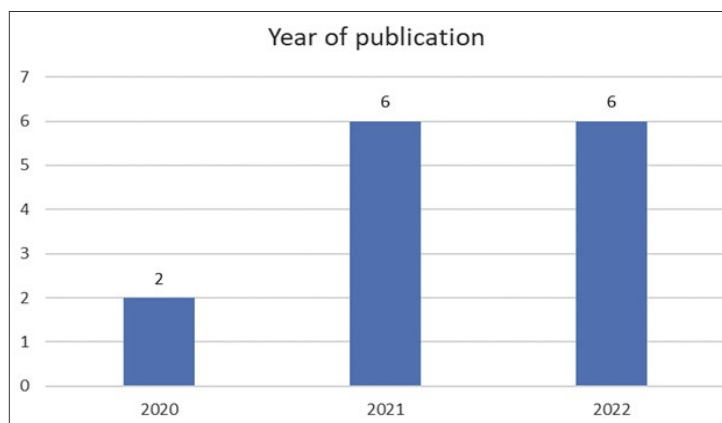
The categorisation matrix was built from the data by the inductive-deductive method (Mayring 2000; Elo & Kyngäs 2008). The MAXQDA software was helpful in giving insights on categorisation and semantic relations to conduct the data analysis of the relevant literature. The analysis matrix includes seven variables: year of publication, methodological approaches (study methods and data analysis), country / territory of study, country / territory of the institution, research focus, and related concepts. Both researchers participated in the coding phase with a double-checking revision of the process to minimise inaccuracy.

4. Results

4.1 Evidence 1: The consistent academic attention to gender-based disinformation begins in 2020

Using the method described, we obtained 14 articles that related disinformation and gender as a frame of the study and not an analytical category in the last ten years (2013-2023). Although the disinformation field of study is recognised as not being new in academic research, the attention to gender issues related to the disinformation phenomenon only begins to be addressed in 2020. The graph below (Figure 2) shows stable growth in the number of publications in 2021 (n=6) and 2022 (n=6).

Figure 2
Number of publications, by year, based on Web of Science and Scopus databases
(29 March 2023)

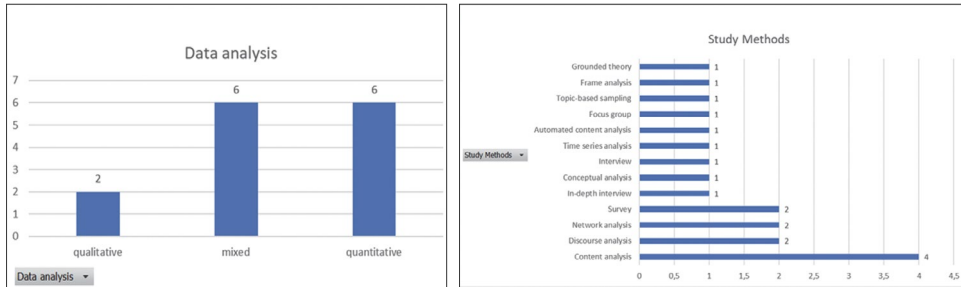


Source: Prepared by the authors.

4.2 Evidence 2: Quantitative and mixed research designs are prevalent

The analysed studies show a higher prevalence of quantitative and mixed approaches. While the mixed approach (n=6) provides a broader perspective than the quantitative approach (n=6) when attempting to establish a correlation between patterns and perceptions, the exclusively qualitative approach (n=2) is still relatively uncommon, featuring in only two works. Furthermore, the methods employed in the studies encompass a range of frameworks, including content analysis (n=4), survey (n=2), network analysis (n=2), and discourse analysis (n=2). Given that gender-based disinformation represents a relatively recent area of focus within the broader field of disinformation studies, we regard these selected approaches as incipient and a starting point for examining this phenomenon.

Figure 3
Data approach based on Web of Science and Scopus databases (29 March 2023)

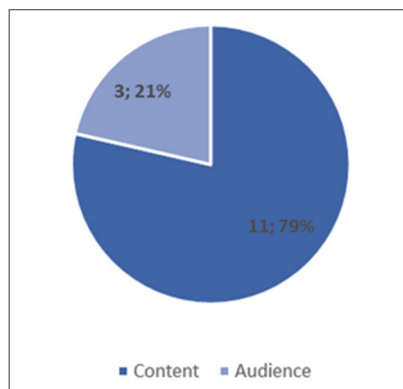


Source: Prepared by the authors.

4.3 Evidence 3: *The research focus remains on content descriptions of disinformation*

Not surprisingly, considering the preference for quantitative and mixed approaches for studying gender-based disinformation, the most prominent research focus is the content (n=11, 79%). In contrast, three papers focus on audience research, representing 21% of the corpus (see Figure 4). Notably, there is a lack of studies that engage in understanding disinformation content practices. Further research should concentrate on how disinformation content and narratives are produced, the frequency of technology usage, and, if applicable, the previous strategies and methods employed by these technologies.

Figure 4
Research focus based on Web of Science and Scopus databases (29 March 2023)



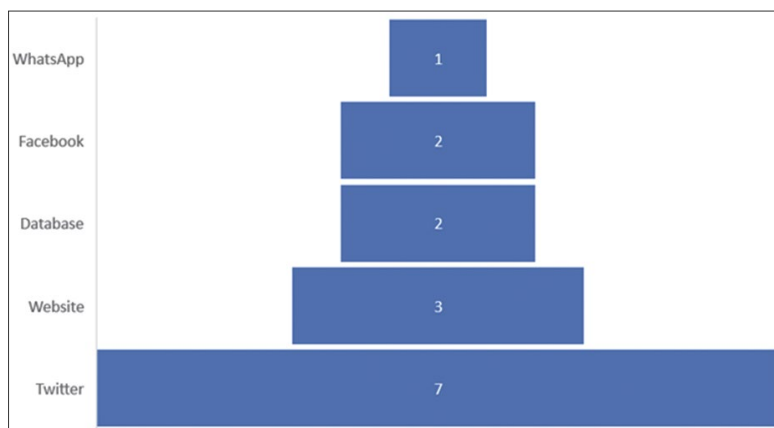
Source: Prepared by the authors.

4.4 Evidence 4: Twitter is the most analysed platform

Twitter (n=7) is the most analysed platform by the studies (Figure 5). Fact-checking websites (n=3) and databases (n=2) are also privileged in a digital context. Despite the difficulties in researching WhatsApp due to limitations imposed on data collection (Ramos, Machado & Cerqueira-Santos 2022), this messaging app (n=1) is also analysed.

Figure 5

Platforms analysed based on Web of Science and Scopus databases (29 March 2023)



Source: Prepared by the authors.

4.5 Evidence 5: The focus of research and institutions is centred on the countries from the “Global North”

We use the concepts “Global South” and “Global North” in a political, rather than a geographical sense (McFarlane 2006). As Phiri (2021, 50) observes, the Global South has been frequently regarded as a “zone of collecting data”, a subaltern place that faces the consequences of being labelled incapable of producing knowledge. In our corpus, the Global North is a “zone of theory,” and simultaneously the region under examination. If academic imperialism persists, perpetuating asymmetrical power relations, the knowledge produced will continue to offer repetitive universal approaches and seek universal solutions to specific problems.

According to the World Economic Forum’s Global Gender Gap Report (2022),¹ only two of the top five countries listed, Norway (third place) and Sweden (fifth place), are the subject of study in the analysed articles. Iceland and Finland

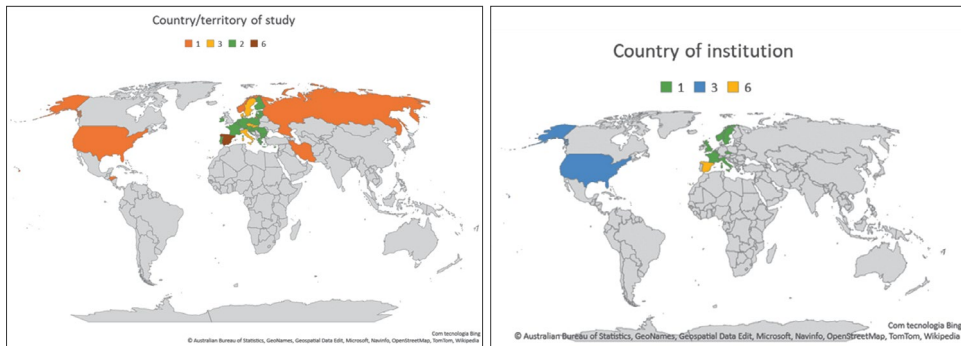
¹ The World Economic Forum’s Global Gender Gap Report analyses the factors that cause inequality between women and men in four areas: economic participation and opportunities; education level; health and fertility; and political empowerment.

(first and second place, respectively) and New Zealand (fourth place) do not appear in the corpus. In contrast, Spain is the most frequently studied country (n=7), ranking eighth in the WEF report.

Italy, Sweden, Denmark, the Czech Republic, and Venezuela each have three studies in the corpus. Latin America and countries in Africa and Asia, which are part of the Global South, are neglected in the analysed papers. As demonstrated in Figure 6, both the categories of country/territory of study and country of institution concentrate knowledge production and attention on the Global North. Spain (n=6) is the most notable country, followed by the United States (n=3). In total, 13 authors are affiliated to European universities, indicating that the Global North is studying the Global North.

Figure 6

Countries, territories, and institutions of the studies based on Web of Science and Scopus databases (29 March 2023)



Source: Prepared by the authors.

4.6 Evidence 6: The range of concepts related to gender-based disinformation is diverse

The concept of “gendered populism”, as borrowed from Sofos (2020), is discussed in Article 11², referring to women who criticise the new wave of populists and their promotion of traditional gender roles and misogynistic language. It emphasises that these women are often attacked, particularly on Twitter and other social media platforms. Article 3 explores the phenomenon of “populist disinformation” in Spain, identifying the “Tuitosfera” as a significant factor in shaping public opinion in the virtual realm and as the primary source of populist disinformation. Article 12 conceptualises “gendered boundary-making” as the shared narratives concerning gender and national identity. This concept aims to better under-

² Numbers refer to the papers analysed and can be checked in the appendix to this article.

stand how disinformation resonates within cultural, ethnic, and racial narratives of gender.

Article 14 introduces the term “digital sexism” and “gender disinformation” to describe the targeted hostilities experienced by women in the digital sphere. It mentions Occeñola (2018) to refer to direct attacks on women identified as “gender disinformation,” while Sobieraj (2018) labels it as “digital sexism.” These scholars highlight the extreme gender-based abuse and hostility that women face in online interactions, where all sorts of derogatory comments are prevalent.

Figure 7

Concepts of studies based on Web of Science and Scopus databases (29 March 2023)



Source: Prepared by the authors.

We have also identified other relevant concepts related to gender-based disinformation (Figure 7). Article 8 posits the term “foreign influence operations” to argue that, although women encounter disinformation and harassment differently, there is a lack of systematic studies examining the gender dimensions of how foreign state actors instrumentalise narratives about gender and women in contemporary disinformation dynamics.

We also identify the term “breakout” to describe the spread of influence operations across platforms, individuals, and information sources within the ecosystem [11]. Additionally, Article 11 introduces the term “misogyneries” as a mix of misogyny and synergies, characterising how authoritarian male leaders worldwide mutually reinforce misogynistic attitudes, leading to an environment that tolerates violence and discrimination against women. Within this context, disinformation has become a significant harm within the digital realm.

5. Discussion

The significant relevance of publication occurred in 2021 and 2022. Both years are remarkable periods due to the COVID-19 crisis and the further war in Ukraine. These contexts are the focus of seven articles. More specifically, five studies mention or are related to the pandemic [3; 4; 5; 6; 12], and two focus on Russian propaganda [8; 12]. Regarding the research focus and outcomes identified, briefly described in the appendix, the gender dimension is cross related to disinformation in various spheres. More specifically, the political arena [1; 2], the news media context [6], and the educational field [13]. The articles address three recurring themes: 1) women are the frequent target of disinformation; 2) weaponised narratives connect to dark politics; and 3) proposed solutions to address the problem still rely on media literacy programs and regulatory measures.

Firstly, women are major targets of gender-based disinformation. Using a content analysis strategy, Article 2 provides evidence that threats get worse when racialised women are the target of disinformation. Gender and race frame identifiers were used to stereotype Kamala Harris on Twitter, calling her angry, promiscuous, and a loser when she ran as U.S. vice president in 2020. As women have started occupying spaces of power and political representation, which were formerly male-dominated, systematic violence against them has been occurring to silence their voices and representation positions in the public arena. In the same vein, female journalists' experiences with the disinformation phenomenon are also studied. A mixed-method analysis conducted by the authors of Article 4 showed that 89,6% of the journalists who responded to a questionnaire in Spain declared that they had been the target of hate speech and experienced other forms of harassment. During the in-depth interviews with sports female journalists, they cited online violence as a common practice and pointed out that the aggressors usually attack their work capabilities and insult their physical appearance. Resorting to keyword analysis, network analysis, and open-source intelligence techniques (OSINT), Article 11 shows how women journalists work in challenging authoritarian regimes, shedding light on the intensity and scale of online attacks in the Persian Gulf. Also, female journalists are purposely targeted to discredit their voices in society.

Secondly, weaponised narratives connect to dark politics. Far-right extremism and (neo)conservative movements extensively employ gender-based disinformation against specific targets. Article 3 focuses on hate and hostility messages disseminated in the digital sphere featuring the presence of interrelated groups that coordinate and provoke confrontation related to issues involving the rights of women and LGBTQIA+ people. Likewise, Article 7 shows that coordinated disinformation campaigns use anti-gender discourses. In addition, disinformation narratives that target intersectional identities and issues, such as feminism and female empowerment, operate to demobilise activists, spread anti-democratic propaganda, and create viral content around political topics [8; 9].

Following a qualitative analysis of more than seven thousand tweets, Article 8 discusses how foreign state actors engage in covert influence operations targeting feminist activists and politicians by co-opting narratives about feminism itself. According to the authors, such a strategy is used to undermine women's ability to form the collective identity necessary for political mobilisation. Moreover, as Article 12 demonstrates, such "gendered boundary-making" shapes audiences' interpretations in crucial ways in the Nordic context (Swedish, Danish, and Norwegian). Also importantly, digital communication centralisation involves both the coordination of production (framing or chosen narrative) and the distribution of content, which is linked to the pseudo-media that comprises this ecosystem [5; 13].

Thirdly, the proposed solutions to address the problem still rely on media literacy programs and regulatory measures. Papers commonly recommend digital media platform regulation, and media and gender literacies. We have identified proposals for education and training to address the problem of disinformation and hate speech. The authors of Article 4 believe that regulatory and technological measures involving social media companies should be implemented. Despite that, they suggest that the addition of media literacy and gender training to the educational curriculum could mitigate the problem. Moreover, Article 6 points out the importance of media literacy in preventing the dissemination of harmful content. More broadly, the authors of Article 10 advocate more gender equality to create better societies.

5. Conclusion

This study emphasizes the need to understand and address gender-based disinformation, which remains underexplored. The scoping review revealed some research gaps: there is an overrepresentation of Global North studies with a focus on disinformation content, while the Global South is neglected. Women are common disinformation targets, linked to "dark participation" (Quandt 2018). Academics suggest media literacy and regulatory measures to combat disinformation, needing further empirical research for validation. Additionally, a critical approach is essential, considering historical, contextual, and local factors, understanding their impact on marginalized groups, such as racialized women, feminists, and transgender and non-binary individuals. The current approach to disinformation lacks a feminist lens to analyse its intersection with structural inequalities and its effects on marginalized groups. Scholars argue that knowledge production historically served hegemonic power structures, perpetuating the invisibility and exclusion of women and communities of colour from society (Marwick *et al.* 2021).

This is especially true when we look at the limitations of this study. Regarding the methodological approach, including indexed databases and excluding papers published in journals that do not occupy the top tiers of the ranking system creates

a symbolic annihilation. The PRISMA research protocol implies a favouring of academic production from elite universities in the Global North. The consequence is clear: current approaches to gender-based disinformation lack critical lenses to examine how misleading and false narratives interact with structural inequalities and their impact on marginalised groups.

We emphasise the need for future research to tackle this issue in an interdisciplinary/transdisciplinary manner. Additionally, scholars should consider employing the lens of intersectionality as an analytical framework to understand how racism and sexism function as mechanisms of oppression, exclusion, and silencing of racialised women – a topic extensively explored within the long tradition of Black feminist thought (Carneiro 2011; Gonzalez 2019 [1980]; Kilomba 2020) and perpetuated through new digital technologies. Moreover, further research should examine how digital platform companies perceive the Global South as exploitable markets and labour, prioritising financial gains with minimal responsibility (Simmons 2015).

Combating gender-based disinformation demands a comprehensive and inclusive approach, aiming to foster an informed and equitable society. Despite being a rapidly expanding and developing issue of concern, scholars might consider the need for identifying best practices for responding to the problem considering contextual, political, and historical factors, as well as users' media behaviours and practices of daily communication.

Acknowledgements

The authors wish to acknowledge the Portuguese funding institution FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia for supporting their research through the respective Doctoral Scholarships 2020.04647.BD (Juliana Alcantara) and 2020.08355.BD (Juliana Valentim).

Authors' contributions

JA: Conceptualization, formal analysis, research, design of methodology, writing of original draft, review & editing.

JV: Conceptualization, research, design of methodology, writing of original draft, review & editing.

Conflict of interests

No potential conflict of interest was reported by the authors.

References

- Abidin, Crystal. 2018. "Public Shaming, Peer Surveillance, and the Profitability of Internet Drama." *Mynah Magazine* #2. Available on <https://wishcrys.com/2018/09/23/public-shaming-peer-surveillance-and-the-profitability-of-internet-drama/>
- Akgül, Harun Güney. 2019. "Fake news as a tool of populism in Turkey: The Pastor Andrew Brunson case." *Polish Political Science Review* 7(2): 32-51. DOI: <https://doi.org/10.2478/ppsr-2019-0012>
- Alcantara, Juliana, & Ricardo R. Ferreira. 2020. "A infodemia da 'gripezinha': uma análise sobre desinformação e coronavírus no Brasil." *Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación* 145: 137-162.
- Amaral, Inês, Rita Basílio Simões, & Gabriela Poleac. 2022. "Technology gap and other tensions in social support and legal procedures: stakeholders' perceptions of online violence against women during the Covid-19 pandemic." *Profesional de la información* 31(4): e310413. DOI: <https://doi.org/10.3145/epi.2022.jul.13>
- AzMina Magazine and InternetLab. 2021. "Report on Online Political Violence on the Pages and Profiles of Candidates in the 2020 Municipal Elections." Available on https://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2021/03/5P_Relatorio_MonitorA-ENG.pdf
- Benjamin, Ruha. 2019. *Race After Technology: Abolitionist Tools for the New Jim Code*. Medford, MA: Polity.
- Brenner, Ira. 2021. "Disinformation, disease, and Donald Trump". *International Journal of Applied Psychoanalytic Studies* 18(2): 232-241. DOI: <https://doi.org/10.1002/aps.1694>
- Cabañes, Jason Vincent A. 2020. "Digital disinformation and the imaginative dimension of communication." *Journalism and Mass Communication Quarterly* 97(2): 435-452. DOI: <https://doi.org/10.1177/1077699020913799>
- Carneiro, Sueli. 2011. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro.
- Cesarino, Letícia. 2020. "How Social Media Affords Populist Politics: Remarks on Liminality Based on the Brazilian Case." *Trabalhos em Linguística Aplicada* 59(1): 404-427. DOI: <https://doi.org/10.1590/01031813686191620200410>
- Chen, Gina Masullo, et al. 2020. "'You really have to have a thick skin': A cross-cultural perspective on how online harassment influences female journalists." *Journalism* 21(7): 877-895. DOI: <https://doi.org/10.1177/1464884918768500>
- Coding Rights & InternetLab. 2017. "Online Gender-Based Violence: diagnosis, solutions and challenges. Joint contribution from Brazil to the UN special rapporteur on violence against women." São Paulo. Available on <https://internetlab.org.br/en/news/organizations-release-report-on-online-gender-based-violence-that-will-assist-discussions-at-the-un/>
- Collins, Patricia Hill. 2000. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York and London: Routledge.
- Crenshaw, Kimberlé. 2015. "Why Intersectionality Can't Wait." *Washington Post*, 24 September. Available on <https://www.washingtonpost.com/news/in-theory/wp/2015/09/24/why-intersectionality-cant-wait/>
- Di Meco, Lucina. 2020. "Online Threats to Women's Political Participation and The Need for a Multi-Stakeholder, Cohesive Approach to Address Them." In Sixty-Fifth Session of the Commission on the Status of Women, 5-8 October. New York: UN Women Expert Group Meeting. Available on https://www.unwomen.org/sites/default/files/Headquarters/Attachments/Sections/CSW/65/EGM/Di_Meco_Online_Threats_EP8_EGMCSW65.pdf

- Di Meco, Lucina. 2023. "Monetizing misogyny: Gendered disinformation and the undermining of women's rights and democracy globally." #ShePersisted. Available on https://she-persisted.org/wp-content/uploads/2023/02/ShePersisted_MonetizingMisogyny.pdf
- Di Meco, Lucina, & Kristina Wilfore. 2021. "Gendered Disinformation Is a National Security Problem." *Brookings TechStream*. Available on <https://www.brookings.edu/techstream/gendered-disinformation-is-a-national-security-problem/>
- Elo, Satu, & Helvi Kyngäs. 2008. "The qualitative content analysis process." *Journal of Advanced Nursing* 62(1): 107-115. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2007.04569.x>
- Empoli, Giuliano da. 2019. *Os Engenheiros do Caos*. Translated by Arnaldo Bloch. São Paulo: Vestígio.
- Engesser, Sven, et al. 2016. "Populism and social media: how politicians spread a fragmented ideology". *Information, Communication and Society* 20(8): 1109-1126. DOI: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2016.1207697>
- European Commission. 2018. "A Multi-dimensional Approach to Disinformation. Report of the Independent High-Level Group on Fake News and Online Disinformation." Available on <https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/6ef4df8b-4cea-11e8-be1d-01aa75ed71a1/language-en>
- Gonzalez, Lélia. 2019 [1980]. "Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira." In *Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto*, edited by Heloísa Buarque de Hollanda, 24-47. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Habgood-Coote, Joshua. 2018. "Stop Talking about Fake News!" *Inquiry* 62(9-10): 1033-65. DOI: <https://doi.org/10.1080/0020174X.2018.1508363>
- Hjorth, Frederik, & Rebecca Adler-Nissen. 2019. "Ideological asymmetry in the reach of pro-Russian digital disinformation to United States audiences." *Journal of Communication* 69(2): 168-192. DOI: <https://doi.org/10.1093/joc/jqz006>
- Jane, Emma A. 2016. "Online Misogyny and Feminist Digilantism." *Continuum* 30(3): 284-97. DOI: <https://doi.org/10.1080/10304312.2016.1166560>
- Kilomba, Grada. 2020. *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*. Münster: Unrast-Verlag.
- Kuo, Rachel, & Alice Marwick. 2021. "Critical Disinformation Studies: History, Power, and Politics." *Harvard Kennedy School Misinformation Review*, 12 August. DOI: <https://doi.org/10.37016/mr-2020-76>
- Lapa, Tiago, & Branco Di Fátima. 2023. "Hate Speech among security forces in Portugal." In *Hate Speech on Social Media*, edited by Branco Di Fátima, 277-293. Covilhã: LabCom Books.
- Lawrence, Emilie, & Jessica Ringrose. 2018. "@Notofeminism, #Feministsareugly, and Misandry Memes: How Social Media Feminist Humor Is Calling out Antifeminism." In *Emergent Feminisms*, edited by Jessalynn Keller & Maureen E. Ryan, 211-232. London: Routledge. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781351175463-13>
- Martín-Martín, Alberto, et al. 2021. "Google Scholar, Microsoft Academic, Scopus, Dimensions, Web of Science, and OpenCitations' COCI: A multidisciplinary comparison of coverage via citations." *Scientometrics* 126: 871-906. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11192-020-03690-4>
- Marwick, Alice E., & Robyn Caplan. 2018. "Drinking male tears: Language, the manosphere, and networked harassment." *Feminist Media Studies* 18(4): 543-559. DOI: <https://doi.org/10.1080/14680777.2018.1450568>

- Marwick, Alice, *et al.* 2021. *Critical Disinformation Studies: A Syllabus*. Chapel Hill: Center for Information, Technology, and Public Life (CITAP), University of North Carolina. Available on <https://citap.unc.edu/critical-disinfo>
- Mayring, Philipp. 2000. "Qualitative Content Analysis." *Forum: Qualitative Social Research* 1(2). DOI: <https://doi.org/10.17169/fqs-1.2.1089>
- McFarlane, Colin. 2006. "Crossing borders: development, learning and the North-South divide." *Third World Quarterly* 27(8): 1413-1437. DOI: <https://doi.org/10.1080/01436590601027271>
- Moher, David, *et al.* 2014. "Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement." *Revista Española de Nutrición Humana y Dietética* 18(3): 172-181. DOI: <https://doi.org/10.14306/renhyd.18.3.114>
- Murphy, Gillian, & Emma Flynn. 2022. "Deepfake false memories." *Memory* 30(4): 480-492. DOI: <https://doi.org/10.1080/09658211.2021.1919715>
- Occeñola, Paige. 2018. "Fake news real women: Disinformation gone macho." *Rappler*, 15 December. Available on <https://www.rappler.com/newsbreak/in-depth/217563-disinformation-gone-macho/>
- Pepp, Jessica, Eliot Michaelson, & Rachel Sterken. 2022. "Why we should keep talking about fake news." *Inquiry* 65(4): 471-487. DOI: <https://doi.org/10.1080/0020174X.2019.1685231>
- Phiri, Madalitso Zililo. 2021. "Beyond Academic Imperialism in Comparative Studies of the Global South." *Journal of Higher Education in Africa* 19(2): 27-56.
- Quandt, Thorsten. 2018. "Dark Participation." *Media and Communication* 6(4): 36-48. DOI: <https://doi.org/10.17645/mac.v6i4.1519>
- Ramos, Mozer de Miranda, Rodrigo de Oliveira Machado, & Elder Cerqueira-Santos. 2022. "It's true! I saw it on WhatsApp': Social Media, Covid-19, and Political-Ideological Orientation in Brazil." *Trends in Psychology* 30(3): 570-590. DOI: <https://doi.org/10.1007/s43076-021-00129-4>
- Recuero, Raquel, *et al.* 2022. "Bolsonaro and the Far Right: How Disinformation about Covid-19 Circulates on Facebook in Brazil." *International Journal of Communication* 16: 148-171.
- Relly, Jeannine E. 2021. "Online Harassment of Journalists as a Consequence of Populism, Mis/Disinformation, and Impunity." In *The Routledge Companion to Media Disinformation and Populism*, edited by Howard Tumber & Silvio Waisbord, 178-187. Abingdon, Oxon: Routledge. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781003004431-20>
- Richards, Julian. 2021. "Fake news, disinformation and the democratic state: A case study of the UK government's narrative." *Icono14* 19(1): 95-122. DOI: <https://doi.org/10.7195/ri14.v19i1.1611>
- Rios, Flavia, & Márcia Lima. 2020. "Introdução." In *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaíos, intervenções e diálogos*, de Lélia Gonzalez, 9-21. Rio de Janeiro: Zahar.
- Sessa, Maria Giovanna. 2020. "Misogyny and Misinformation: An analysis of gendered disinformation tactics during the COVID-19 pandemic." *EU Disinfo Lab*, 4 December. Available on <https://www.disinfo.eu/publications/misogyny-and-misinformation:-an-analysis-of-gendered-disinformation-tactics-during-the-covid-19-pandemic/>
- Simmons, Anjuan. 2015. "An Introduction to Techno-Colonialism: Colonialism in the digital spheres has real-world consequences." *Medium*, 18 September. Available on <https://medium.com/artinformation/an-introduction-to-techno-colonialism-eae2b00257b3>
- Sobieraj, Sarah. 2018. "Bitch, slut, skank, cunt: Patterned resistance to women's visibility in digital publics." *Information, Communication & Society* 21(11): 1700-1714. DOI: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2017.1348535>

- Sofos, Spyros A. 2020. "Charting the waters: Populism as a gendered phenomenon." *Open Democracy*, 27 January. Available on <https://www.opendemocracy.net/en/rethinking-populism/charting-waters-populism-gendered-phenomenon/>
- Stabile, Bonnie, et al. 2019. "Sex, lies, and stereotypes: Gendered implications of fake news for women in politics." *Public Integrity* 21(5): 491-502. DOI: <https://doi.org/10.1080/10999922.2019.1626695>
- Trindade, Luiz Valério P. 2018. "On the Frontline: The Rise of Hate Speech and Racism on Social Media." *Discover Society*, 4 September. Available on <https://archive.discover-society.org/2018/09/04/on-the-frontline-the-rise-of-hate-speech-and-racism-on-social-media/>
- Visser, Martijn, Nees Jan van Eck, & Ludo Waltman. 2021. "Large-scale comparison of bibliographic data sources: Scopus, Web of Science, Dimensions, Crossref, and Microsoft Academic." *Quantitative Science Studies* 2(1): 20-41. DOI: https://doi.org/10.1162/qss_a_00112
- Waisbord, Silvio. 2018. "The Elective Affinity Between Post-truth Communication and Populist Politics." *Communication Research and Practice* 4(1): 17-34. DOI: <https://doi.org/10.1080/22041451.2018.1428928>
- Wardle, Claire, & Hossein Derakhshan. 2018. *Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making*. Council of Europe report, 2nd revised edition. Available on <https://rm.coe.int/information-disorder-report-version-august-2018/16808c9c77>
- Wilfore, Kristina. 2021. A Digital Resilience Toolkit for Women In Politics: Persisting and Fighting Back Against Misogyny and Digital Platforms' Failures. #ShePersisted. Available on <https://she-persisted.org/our-work/supporting-women-leaders/>
- World Economic Forum. 2022. *Global Gender Gap Report 2022*. Available on <https://www.weforum.org/reports/global-gender-gap-report-2022/>
- Yablokov, Ilya. 2022. "Russian disinformation finds fertile ground in the West." *Nature Human Behaviour* 6: 766-767. DOI: <https://doi.org/10.1038/s41562-022-01399-3>

Appendix

Table 1. Overview of Studies, Research Focus, and Outcomes

Numbers	Studies	Research focus	Outcomes
[1]	Blanco-Alfonso, Rodríguez-Fernández & Arce-García 2022	To identify gender bias in hate speech in the political sphere.	Women politicians face emotionally charged, often sexist and misogynistic messages, contributing to hate speech as a form of information disorder.
[2]	Nee 2022	Racial and gender stereotypical frames used to attack Black female candidates.	Gender frames used against female candidates (inauthentic, ambitious) and racial frames employed against Barack Obama (violent, dangerous, not Black enough) were directed at Kamala Harris.

Numbers	Studies	Research focus	Outcomes
[3]	Arce-García & Menéndez-Menéndez 2022	To investigate the reproduction of ideologically charged messages with hidden origins.	Highly interrelated presence of groups without clear referents. Existence of coordinated networks.
[4]	Blanco-Castilla, Fernández-Torres & Cano-Galindo 2022	To identify the most frequent situations where disinformation occurs.	Most journalists have faced hate speech and harassment, both online and in newsrooms, often focusing on issues like competence and physical appearance.
[5]	Palau-Sampio & Carratalá 2022	To analyse the context of disinformation in Spain from the perspective of the pseudo-media.	Disinformation narratives often revolve around vaccination, COVID-19 restrictions, political criticism, and human rights, particularly LGBTQIA+ rights, gender issues, and immigration.
[6]	Camarero, Herrero-Diz & Varona-Aramburu 2022	To examine the perception of journalists and students on disinformation regarding gender violence.	Young people are cautious about contributing to viral dissemination of dubious content. Journalists are concerned about the treatment of gender violence in the news media.
[7]	Righetti 2021	To elucidate the structure and functions of social media.	Significant involvement of right-wing populist parties and politicians in the anti-gender discourse. Left-wing parties were virtually absent from the social media debates.
[8]	Bradshaw & Henle 2021	To examine the gender dimensions of foreign influence operations.	Foreign actors exploited intersectional critiques and counter-narratives on feminism and female empowerment to destabilize prominent figures, disseminate propaganda, and polarize politics.
[9]	Cushman & Avramov 2021	To analyse sexuality and gender-based narratives in Russian disinformation.	Sexuality and gender-based disinformation aims to exploit cognitive biases in the target population, generating emotions like fear, anger, hostility, confusion, and disgust to destabilize and manipulate.
[10]	Freedman, Gjørsv & Razakamaharavo 2021	To analyse gender and intersectional perspectives in understanding hybrid threats.	Hybrid threats seek to use existing inequalities and faultlines in societies and to weaponise these to create increasing social conflict.

Numbers	Studies	Research focus	Outcomes
[11]	Jones 2021	To understand gendered disinformation in the Persian Gulf.	Numerous accounts, including prominent pro-Saudi regime influencers, utilized private photos to dox, humiliate, discredit, and intimidate Al Jazeera journalist Ghada Oueiss for her human rights advocacy.
[12]	Edenborg 2021	To explore how Russian geostrategic communication intersects with gender politics.	Gendered boundarymaking content shapes audiences' interpretations.
[13]	Jarkovská 2020	Analysis of articles on sex education published (2007-2016) on pro-Russian websites.	National debates on sex education are subject to Russian propaganda.
[14]	Herrero-Diz, Pérez-Escolar & Sánchez 2020	To develop a tool to analyse disinformation related to online messages about women.	Hoaxes' contents seek to damage feminism and have political purposes.

Source: Prepared by the authors.

[1] Blanco-Alfonso, Ignacio, Leticia Rodríguez-Fernández, & Sergio Arce-García. 2022. "Polarización y discurso de odio con sesgo de género asociado a la política: análisis de las interacciones en Twitter." *Revista de Comunicación* 21(2): 33-50. DOI: <http://doi.org/10.26441/RC21.2-2022-a2>

[2] Nee, Rebecca Coates. 2022. "#JoeandtheHoe: Exploring Gender and Racial Stereotypes Used to Discredit Kamala Harris in the 2020 Presidential Election." *Howard Journal of Communications*: 1-20. DOI: <https://doi.org/10.1080/10646175.2022.2160678>

[3] Arce-García, Sergio, & María-Isabel Menéndez-Menéndez. 2022. "Inflaming public debate: a methodology to determine origin and characteristics of hate speech about sexual and gender diversity on Twitter." *Profesional de la información* 32(1): 1-19. DOI: <https://doi.org/10.3145/epi.2023.ene.06>

[4] Blanco-Castilla, Elena, María-Jesús Fernández-Torres, & Juan Cano-Galindo. 2022. "Disinformation and hate speech toward female sports journalists." *Profesional de la información* 31(6): 1-16. DOI: <https://doi.org/10.3145/epi.2022.nov.13>

[5] Palau-Sampio, Dolors, & Adolfo Carratalá. 2022. "Injecting disinformation into public space: pseudo-media and reality-altering narratives." *Profesional de la información* 31(3): 1-19. DOI: <https://doi.org/10.3145/epi.2022.may.12>

[6] Camarero, Emma, Paula Herrero-Diz, & David Varona-Aramburu. 2022. "Desinformación de género en Honduras: medios de comunicación y jóvenes frente a las noticias sobre violencia contra las mujeres." *Revista Estudios sobre el Mensaje Periodístico* 28(1): 41-52. DOI: <https://doi.org/10.5209/esmp.73263>

[7] Righetti, Nicola. 2021. "The Anti-Gender Debate on Social Media. A Computational Commu-

nication Science Analysis of Networks, Activism, and Misinformation.” *Comunicazione politica* 22(2): 223-250. DOI: <https://doi.org/10.3270/101610>

[8] Bradshaw, Samantha, & Amelie Henle. 2021. “The Gender Dimensions of Foreign Influence Operations.” *International Journal of Communication* 15: 4596–4618.

[9] Cushman, Ellery G., & Kiril Avramov. 2021. “Eurosodom: Specifics of Weaponized Sexuality and Gender-Based Narratives in Contemporary Russian and Pro-Russian Disinformation.” *Journal ICONO* 14 19(1): 123-154. DOI: <https://doi.org/10.7195/ri14.v19i1.1626>

[10] Freedman, Jane, Gunhild Hoogensen Gjørnv, & Velomahanina Razakamaharavo. 2021. “Identity, stability, Hybrid Threats and Disinformation.” *Journal ICONO* 14 19(1): 38-69. DOI: <https://doi.org/10.7195/ri14.v19i1.1618>

[11] Jones, Marc Owen. 2021. “State-aligned misogynistic disinformation on Arabic Twitter: The attempted silencing of an Al Jazeera journalist.” *Open Information Science* 5(1): 278-297. DOI: <https://doi.org/10.1515/opis-2020-0126>

[12] Edenberg, Emil. 2021. “Disinformation and gendered boundarymaking: Nordic media audiences making sense of ‘Swedish decline’.” *Cooperation and Conflict* 57(4): 496-515. DOI: <https://doi.org/10.1177/00108367211059445>

[13] Jarkovská, Lucie. 2020. “The European Union as a child molester: sex education on pro-Russian websites.” *Sex Education* 20(2): 138-153. DOI: <https://doi.org/10.1080/14681811.2019.1634041>

[14] Herrero-Diz, Paula, Marta Pérez-Escolar, & Juan F. Plaza Sánchez. 2020. “Desinformación de género: análisis de los bulos de Maldito Feminismo.” *Journal ICONO* 14 18(2): 188-215. DOI: <https://doi.org/10.7195/ri14.v18i2.1509>

Juliana Alcantara. PhD candidate in Communication Sciences at the Faculty of Arts and Humanities of the University of Coimbra. During her Master’s in Journalism and Communication at the same institution, she received the Top 3 per cent of Students Award (2018/2019). She is currently working on her doctoral thesis, funded by the Portuguese Foundation for Science and Technology (FCT), which focuses on gender and journalism in the context of the Covid-19 public health crisis.

Juliana Valentim. PhD Candidate in Digital Media at the University of Porto. She conducts research at the intersection of feminist, science & technology, and comparative race studies. Her practice-based research, funded by FCT, is committed to justice studies, speculative feminism, and critical technology studies. She also holds an MSc in Multimedia, an MBA in Marketing, and a BA in Social Communication.

Received on 24 May and accepted for publication on 23 October 2023.

How to cite this article

[Chicago Style]

Alcantara, Juliana, & Juliana Valentim. 2023. “Gender-Based Disinformation: A scoping review of the literature, 2013-2023.” *ex æquo* 48: 125-145. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.09>

[APA Style – adapted]

Alcantara, Juliana, & Valentim, Juliana (2023). Gender-Based Disinformation: A scoping review of the literature, 2013-2023. *ex æquo*, 48, 125-145. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.09>



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs license (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), which permits noncommercial reproduction and distribution of the work, in any medium, provided the original work is not altered or transformed in any way, and that the work is properly cited. For commercial re-use, please contact apem1991@gmail.com



Estudos e Ensaaios

LA AMISTAD MASCULINA Y LA FRATRÍA. UNA MIRADA HISTÓRICA AL ORIGEN DE LA MODERNIDAD

 *Fernando Herranz Velázquez**

Resumen

La amistad entre hombres representa uno de los pilares fundamentales de la fraternía y la dominación masculina. Es un “pacto entre caballeros” que sostiene todo un sistema de dominación, unas relaciones de poder y un apoyo fraternal en los actos de violencia patriarcal. Conocedores de esto, en este artículo nos proponemos indagar en el origen de la concepción de este tipo de amistad, volviendo la mirada a la historia y, más concretamente, al origen de la Modernidad: el siglo XVIII. Para ello, analizaremos la moral y la educación que se recibía en la Ilustración por parte de los jóvenes varones sobre los vínculos afectivos y las emociones, elementos clave para comprender el sistema de fraternía de la Modernidad.

Palabras clave: Masculinidad, fraternía, amistad, emociones, siglo XVIII.

Resumo

Amizade masculina e fraternidade. Um olhar histórico sobre a origem da Modernidade

A amizade entre homens representa um dos pilares fundamentais da fraternidade e da dominação masculina. É um “acordo de cavalheiros” que sustenta todo um sistema de dominação, de relações de poder e apoio fraterno em atos de violência patriarcal. Tendo isto em conta, neste artigo propomo-nos investigar a origem da conceção desse tipo de amizade, voltando o olhar para a história e, mais especificamente, para a origem da Modernidade: o século XVIII. Para tal, analisaremos a moral e a educação recebidas no Iluminismo pelos jovens sobre os vínculos afetivos e as emoções, elementos fundamentais para compreender o sistema de fraternidade da Modernidade.

Palavras-chave: Masculinidade, fraternidade, amizade, emoções, século XVIII.

* Observatorio de las Masculinidades, Universidad Miguel Hernández, 03202 Elche, Alicante, España.
Dirección postal: Edificio Torreblanca, Avenida de la Universidad, s/n. 03202 Elche, Alicante, España.
Correo electrónico: fherranz@umh.es

Abstract

Male Friendship and Fraternity. An historical approach to the origins of Modernity

Friendship among men is one of the backbones of fraternity and male domination. It is a “gentlemen’s agreement” that maintains a whole system of domination, power relationships and fraternal support regarding patriarchal acts of violence. Taking this into account, this article proposes to investigate the historical origins of this particular kind of friendship, focusing specifically on the dawn of modernity in the eighteenth century. In order to achieve this goal, the author analyses the morality and education that young men received during this period regarding affective bonds and emotions, which are key elements which help us to understanding the modern fraternal system.

Keywords: Masculinity, fraternity, friendship, emotions, eighteenth century.

1. Introducción

Los estudios críticos de los hombres y las masculinidades han ido aumentando su importancia científica y social en los últimos tiempos. Prueba de ello es el incremento no solo de las publicaciones y eventos científicos, sino la divulgación y la inquietud social que se puede leer a través de los medios de comunicación y, sobre todo, las diferentes redes sociales, elemento fundamental en la creación de imaginarios y opinión pública en nuestra época. Sin embargo, esto no significa que todo el trabajo esté hecho, ni mucho menos. Seguimos viviendo en un sistema patriarcal de dominación masculina que, además, está reaccionando ante el avance del feminismo y otros movimientos, como el antirracismo o el colectivo LGTBIQ+. Literatura científica sobre este asunto empieza a sobresalir (Cobo 2011; Kimmel 2019; Cabezas y Vega 2022). Sin embargo, solo hace falta estar al corriente de las noticias que ocurren a nuestro alrededor para observar que este movimiento reaccionario no solo es teórico, sino que está presente en nuestra actualidad. El auge de los movimientos neofascistas y neoconservadores de los últimos años lo demuestra. Por ejemplo, a nivel político se puede destacar a Trump en EE. UU., Bolsonaro en Brasil, Meloni en Italia, Vox en España...; pero también hay que tener en cuenta el auge de la *manosfera* misógina o del movimiento *incel* (García-Mingo y Díaz 2022). Por ello, es más que necesario seguir trabajando desde lo académico – pero también desde lo social – en el feminismo y en la deconstrucción crítica de las masculinidades con el fin de hacer frente a esta ola contestaria patriarcal.

En este contexto, uno de los puntos donde se tiene que seguir haciendo hincapié es en la gestión emocional que el patriarcado enseña a los varones. Los seres humanos son seres emocionales por naturaleza; sin embargo, no es extraño escuchar expresiones como “los hombres no lloran” o “llorar es de maricas”, por ejemplo. Por otro lado, producto también de la propia socialización masculina, se tiene que poner el foco en la configuración de la amistad varonil y las formas de relacionarse entre iguales que tienen los hombres. Es en esta unión donde centraremos el punto en este trabajo, pues la amistad no deja de ser un vínculo atravesado por

todo un sistema de creencias y percepciones afectivas donde las emociones juegan un papel fundamental.

Por todo, el objetivo principal de este estudio será analizar cómo se construye la amistad masculina dentro del paradigma de la Modernidad (siglo XVIII – mediados del s. XX) con el fin de encontrar las fundamentaciones y legitimaciones que han estructurado la *fratría* de esa época, de la cual somos descendientes directos. Para ello, estudiaremos la estructuración de la sociabilidad y moral ilustrada al considerarla como un elemento clave en la configuración del imaginario colectivo y los estereotipos de género que marcaron la Modernidad (Mosse 2001; Fernández-Llébrez 2004; Herranz 2021). Este trabajo se realizará desde una perspectiva histórica, aunque sin olvidar la necesaria interdisciplinariedad, con el propósito de aumentar el conocimiento crítico que nos ayude a interpretar las relaciones afectivas masculinas actuales, puesto que, aunque vivamos en un período de transición o en un paradigma diferente – la Posmodernidad – muchos de los valores y principios que se siguen transmitiendo están basados en los preceptos ilustrados.

Desde un punto de vista metodológico, las fuentes analizadas corresponden a manuales y tratados de educación, civilidad y cortesía del siglo XVIII publicados en la Monarquía Hispánica, algunos de los cuales son traducciones de obras extranjeras, que pueden considerarse como obras originales del propio traductor, aunque progresivamente se va extendiendo la idea de fidelidad con el autor original (Lafarga y Pegenaute 2004). Cuantitativamente, estas publicaciones conocen un significativo aumento en el siglo ilustrado, por lo que se ha decidido acudir a métodos cualitativos, atendiendo a criterios de difusión y contenidos. Entre ellas podemos destacar las obras del marqués de Caraccioli, uno de los autores más prolíferos y con mayor difusión en España gracias al trabajo de traducción de Francisco Mariano Nipho, *Caracteres o señales de la amistad* (1780) y *Última despedida de la Mariscala a sus hijos* (1789); Jean-Baptiste Morvan de Bellegarde y su *Arte de conocer a los hombres y máximas para la sociedad civil* (1710), el *Discurso del hombre civil y del amigo fiel* (1775), de Juan Borrás y Grisola; o el *Noble bien educado...*, de Antonio Vila y Camps (1776). Todos estos documentos se encuentran en la Biblioteca Nacional de España, estando la inmensa mayoría de ellos digitalizados.

2. Las emociones y los sentimientos en la masculinidad de la Modernidad

A pesar de la existencia en el imaginario colectivo de afirmaciones que niegan la existencia de emociones en los hombres, la realidad es que, como seres humanos, todas las personas – salvo casos muy concretos – son animales emocionales. Por lo tanto, cuando se afirma que los varones no tienen emociones se cae en un error. Lo que ocurre es que el patriarcado ha conseguido categorizar y controlar la expresión de estas. Mientras que la existencia de las emociones es algo propio de la naturaleza humana, su expresión, gestión e interpretación son aspectos aprehendidos

(Morton 2002), lo que demuestra, por un lado, que “las emociones no son algo abstracto ni independientes de su manifestación” (Tausiet y Amelang 2009, 17); y, por otro, que son construcciones que se pueden redefinir, al ser elementos culturales y mutables dependiendo del lugar y del momento histórico (Pascua 2014).

El esquema emocional de la cultura occidental está basado en la dicotomía que rige toda la concepción de la realidad y, por lo tanto, las clasifica en buenas-malas o, en los términos históricos usados en la Edad Moderna, virtudes-pasiones. En esta última categorización la influencia del pensamiento cristiano y católico es palpable. Las pasiones eran entendidas como agitaciones o accidentes del alma. Con estos términos se hacía referencia a aquellas emociones que eran consideradas como negativas y se concebían como desajustes que se producen en el interior del cuerpo, que eran causados por factores externos y que afectaban tanto al ánimo como la razón. Se trataban como enfermedades a erradicar (Díaz 2018). Esta concepción se ve perfectamente resumida en la frase de Morvan de Bellegarde (1710, 8): “las pasiones nacen de golpe en el alma y su primer efecto es apagar en ella la luz de la razón”. Por otro lado, las denominadas “virtudes” tampoco se ajustaban a la concepción actual de emoción. Eran concebidas como herramientas para frenar la incontinencia de las pasiones y, por lo tanto, estaban gestionadas y atravesadas por la razón. Esa diferenciación entre “buenas” y “malas” emociones será fundamental en el desarrollo de aspectos tan cruciales como las concepciones del amor y de la amistad.

Esta dicotomía pasión-virtud – emocionalidad *vs.* racionalidad – es producto de la herencia teológica agustiniana, que veía en el control y en el manejo de las emociones la mejor aplicación para alcanzar el desarrollo pleno de las personas, sin perder de vista su importancia y asumiendo la esencia natural de las mismas (Bouwsma 1990; Pascua 2014). A este legado, en el siglo XVIII, se le otorga una estructuración basada en un planteamiento laico que reemplaza, progresivamente, la concepción puramente religiosa. Esto no supone la aparición de una percepción cognitiva y aprehendida de la expresión y gestión emocional, sino que se mantiene, bajo una nueva apariencia, una concepción biológica, ya que siguen siendo concebidas como un estado mental pasivo. Esta idea se mantuvo durante gran parte de la Modernidad, siendo adaptada por planteamientos como el darwinismo social (Rowold 2014; Salvucci 2016) o la «sociobiología vulgar» (Sahlins 1982).

Esta importancia responde a la propia necesidad de catalogación y estructuración de la diferenciación de género que se establece en el siglo XVIII. El juego emocional es parte importante en el desarrollo de las características identitarias de la masculinidad y la feminidad normativa que han regido la Modernidad. Como se mencionaba, una de las capas más visibles del edificio ideológico e identitario de la masculinidad hegemónica (Connell 2003; Connell y Messerschmidt 2005) ha sido la teórica ausencia de emociones; mientras que, por el contrario, la feminidad ha sido catalogada como una identidad puramente emocional o natural, alejada de los preceptos de la razón y el control. En estas construcciones culturales, la educa-

ción – tanto la socialización como la instrucción – y la moral ilustrada ha sido un elemento crucial en su desarrollo.

La educación que, al menos desde el siglo XVIII, recibieron tanto los niños como los jóvenes estaba destinada a la domesticación de esta parte emocional; una tarea que requería un esfuerzo de autocontrol y autocensura individual – motivada por la presión social – que ha enmascarado la realidad sentimental del varón para “vender” al resto de la sociedad y, sobre todo, al grupo de iguales – la *fratría* – una máscara de imperturbabilidad y racionalidad absoluta. Sin embargo, en este proceso no se depuran todas las expresiones emocionales, sino que se estructura un *corpus* de aquellas que son aceptadas dentro de la masculinidad y que, incluso, la reafirman, como son las relacionadas con la violencia y la virilidad. Esto motiva la estructuración y categorización de una serie de emociones que se han nombrado a lo largo del tiempo como masculinas y otras como femeninas (Azpiazu 2017).

Este entramado que ciñe la expresión emocional masculina se desarrolla en el siglo XVIII como representación misma de la civilidad establecida. La razón, el orden, la religión y el autocontrol eran sinónimos de una correcta construcción del “yo” masculino, como se puede observar en las fuentes de la época. Por ejemplo, el marqués de Caraccioli (1789, 32) escribía: “Quitad el orden del mundo y lo veréis transformado en un cahos [*sic*] horroroso; dejad al hombre sin otra guía que sus caprichos y pasiones y no hallaréis ya correspondencia entre su espíritu y su corazón”.

Por mucho que el hombre se haya construido como el sujeto activo de la racionalidad (Herranz, 2020; Ranea 2021a), si no se educa en la moderación sentimental, la estructura orgánica de la mentalidad masculina no se sostiene en pie. En este punto, los teóricos, ilustrados y pedagogos hicieron un especial hincapié: “Nuestro cuerpo tiene sus pasiones y se entrega á ellas con una precipitación casi inevitable. Pero aquí las leyes de la razón y del espíritu: domarle, sugetarle [*sic*], castigarle” (Vila y Camps 1776, 87). El uso incontrolado de las pasiones y los placeres llevan al vicio y al pecado. Un hombre que se deje llevar por esas emociones nunca podrá alcanzar el desarrollo esperado de un varón en esa sociedad. La máxima que se esgrime en este modelo de autocontrol de la Modernidad es que “el placer es el más temible escollo que debéis temer [ya que] cuando las pasiones nos gobiernan de ningún modo podemos ser felices” (Caraccioli 1789, 89-91). Producto de este escrutinio de las emociones por parte de la razón surge el nuevo paradigma sentimental ilustrado, antecedente más directo del desarrollo de la emocionalidad romántica y misógina del siglo XIX. Esta concepción está basada en la sensibilidad y la expresión amable de algunas emociones – previamente filtradas por la razón – que son entendidas como manifestaciones afectivas espontáneas (Bolufer 2015).

La cuestión, por tanto, reside en la racionalización de las emociones y el (auto)control de la expresión corporal de las mismas. Elementos que, por otro lado, siguen estando presentes en la socialización de los varones actuales, como

por ejemplo en la construcción corporal de la masculinidad (Enguix 2013). Este control permite que, en determinados círculos y contextos, se pueda dar una cierta representación emocional en los hombres, normalmente en comunión con la *fratría*, aunque sin llegar a un desborde irracional, ya que sería interpretado como una muestra de debilidad y, por lo tanto, supondría un resquebrajamiento de la propia masculinidad.

3. La homosociabilidad de la *fratría*. La amistad entre varones en el origen de la Modernidad

Las dicotomías gobiernan en el pensamiento occidental y, como hemos visto, el sistema emocional que se vive durante toda la Modernidad es producto – en parte – del paradigma ilustrado. En este sentido, la diferenciación entre “buenas” y “malas” emociones, es decir, entre virtudes (sentimientos racionales) y pasiones (emociones irracionales), es fundamental para comprender como se legitiman y se construyen aspectos fundamentales en la dominación masculina: la amistad, la *fratría* y los “pactos patriarcales”, como los denomina Celia Amorós (1990), es decir, los lazos de apoyo y compañerismo que se dan entre los hombres reconocidos como tales, y que se encuentran establecidos por la fraternidad-terror (Sambade 2022). Por desgracia, es bastante común encontrarnos con estos actos de “solidaridad” entre hombres con el fin de apoyar, legitimar o reforzar comportamientos que van desde la propia *performance* de la masculinidad hasta abusos de poder de toda índole, como la relación que se da entre hombres, silencio cómplice y prostitución (Ranea 2021b; 2022) o la camaradería ante hechos de violencia sexual y de género.

La amistad entre hombres patriarcales, vinculados entre sí como un elemento de reafirmación de la masculinidad y basada en la lealtad (Cucó 1995) y en la represión de la expresión emocional (Herrera 2020), es un elemento fundamental en el mantenimiento y la reproducción del sistema sexista-machista y, en este sentido, el siglo XVIII puede darnos unas cuantas pistas sobre cómo se construye este elemento. En la época ilustrada, y siguiendo el esquema dicotómico, la expresión afectiva se muestra o bien con la amistad, o bien con el amor. Sin embargo, si bien hoy en día la consideración que se hace de estos elementos es cercana, al menos desde perspectivas críticas y de género (Herrera 2010; Vasallo 2018), en el Siglo de las Luces son completamente opuestos.

La amistad es una de las representaciones afectivas con mejor consideración en la centuria del setecientos. Se la consideraba como un sentimiento guiado por la luz de la razón, armonioso con la naturaleza del varón y eminentemente positivo en la sociabilidad de la época. Es una de las grandes virtudes a cultivar en la educación de un joven varón. Por el contrario, el amor se vinculaba con los desórdenes de las pasiones y la irracionalidad, característica de las *otredades*. Esta dife-

renciación se puede apreciar con claridad en los textos de la época. Por ejemplo, el marqués de Caraccioli (1780, 4) decía:

¡Cuánta diferencia hay entre la amistad y el amor! La amistad es madre de los placeres inocentes y el amor origen de las turbaciones y los pesares; el amor no respeta ley alguna y la amistad todas las observa; el amor es fruto del capricho, la amistad fruto de la reflexión; el amor se apaga tan presto como se enciende, la amistad se forma poco a poco y nunca muere.

La amistad se estructura, por lo tanto, como el sentimiento y la representación más pura del alma humana y necesaria para la construcción del “hombre de bien”. En esta centuria se mantiene el ideal aristotélico de que el ser humano “civilizado” es un animal social por naturaleza y, por lo tanto, requiere de la unión con sus semejantes para desarrollarse como individuo, legitimando con esto tanto el desarrollo del grupo de iguales masculino (*fratría*), como la estructuración de las identidades sociales (Cantó y Moral 2005). Fundamentación que sigue vigente en el paradigma actual, lo que demuestra que su importancia es difícilmente negable en la edificación de la masculinidad.

Con todo, nos gustaría remarcar que la fraternidad y la alianza entre varones no es algo propio ni del siglo XVIII ni de la Modernidad en su conjunto. Esta unión nace como necesaria en el establecimiento del patriarcado (Lerner 1990) y es elemental para su perpetuación (Amorós 1990, 2008). Es un pilar fundamental del edificio ideológico de la masculinidad hegemónica y cimenta la creación del grupo de iguales al que pertenece el varón convertido en hombre y es depositario de su lealtad. Lo que se puede observar – tanto en los periódicos de la Ilustración como en los manuales de moral y educación – es que esta realidad grupal e identitaria, así como los sentimientos que genera, experimenta durante este período un ajuste a la nueva realidad filosófica ilustrada, manteniéndose bajo este marco durante toda la Modernidad.

Esta configuración de la *fratría* y la amistad entre varones, elevada a la máxima expresión de la emocionalidad masculina, tiene en la lealtad al grupo – y a los valores que este representa – su más importante punto de unión. El “secreto” entre hombres vertebró la confianza y se establece como elemento de cohesión cuando las prácticas de *performance* masculina se salen de la moralidad aceptada. Está basado en el apoyo mutuo y la defensa de unos intereses comunes. Recurriendo de nuevo al marqués de Caraccioli (1780, 45), nos encontramos con esta cita: “Los verdaderos amigos llevan a la sepultura los secretos que se les fían, y antes se exponen a la muerte que hacer traición a la confianza con alguna acción o mirada”.

El apoyo fraternal, la participación en prácticas sexuadas como masculinas y el secreto –derivado, en ocasiones, de estas prácticas cuando se sitúan fuera de la moral aceptada – son uno de los principales nexos que ayuda a los hombres a diferenciarse frente a la otredad, generando un sentimiento de pertenencia

(Amorós, 1990; Ranea 2021a) y, por lo tanto, retroalimentando la identidad social de la masculinidad normativa. Por ello, es de capital importancia en la organización de la *fratría* como grupo de iguales al que aspira a incorporarse el varón, pues es la célula básica de reconocimiento de su propia masculinidad (Simmel 2014).

No obstante, debemos tener en cuenta el contexto en el que nos estamos moviendo para evitar caer en presentismos. En el siglo XVIII nos encontramos en el Antiguo Régimen, es decir, en una sociedad estamental que marca de manera muy significativa las diferencias socioeconómicas y la construcción de las identidades, tanto personales como colectivas, a través del privilegio por nacimiento. Sin embargo, y a pesar de esta realidad palpable a nivel social, el siglo XVIII también supone el inicio de un gran cambio en este aspecto, produciéndose una extensión de la moral y la civilidad generalizándola por gran parte de los estratos sociales, independiente del estamento y centrada en las características del individuo.

Este cambio se puede observar en elementos como el honor (Guillén 2019) o la cortesía (Guereña 2012; Bolufer 2013). En este último caso, una de las consecuencias que tuvo la expansión del código de conducta normativo fue la popularización de los cánones de comportamiento que, hasta entonces, habían sido patrimonio casi exclusivo de las élites (Duroux 1995). En nuestra opinión, esto favoreció el establecimiento y la normalización de las identidades sociales hegemónicas del género a gran escala al fomentar la homogenización de los roles y los estereotipos que marcan la correcta forma de ser, parecer y vivirse como hombres y como mujeres en la sociedad moderna. Sin embargo, nada en la historia es abrupto, todo tiene sus procesos y tiempos. Por ello, aunque la normatividad del género comienza a ser extensible por toda la sociedad – hecho que marca una gran diferencia con las masculinidades anteriores –, resquebrajando las barreras cerradas de la sociedad del privilegio por nacimiento, las relaciones interpersonales siguen estando fuertemente imbuidas por ellas. Es decir, dentro de la vida social que establece la amistad entre varones las diferencias socioeconómicas y estamentales marcan todavía unas pautas de comportamiento y de interacción entre iguales.

En este contexto de transición entre el modelo tradicional de sociedad estamental y el modelo de la Modernidad – imbuido de un fuerte condicionante de clase – la educación sociofamiliar y moral se centra en instruir sobre el arte de la búsqueda del “buen amigo” ya que, como afirmaba Carlos Gutiérrez de los Ríos (1791, 18), VII conde de Fernán Núñez, “la elección de consejeros es un punto muy esencial en la vida”. Abundan los ejemplos en tratados morales y educativos de la época donde se enseña en la importancia de la amistad y la necesaria unión con el grupo de iguales, presentada normalmente como una de las mayores fuentes de placer sentimental racional y donde se produce la perfecta unión entre la utilidad – concepto ilustrado de gran importancia que ha tenido un gran calado en la construcción de los hombres dentro del capitalismo neoliberal actual –, la emoción y la reflexión (Bolufer 2015). Por poner solo un ejemplo de esto, podemos destacar la

obra de Juan Borrás y Grisola titulada *Discurso del hombre civil y del amigo fiel* (1775) donde, entre sus páginas, encontramos reflexiones tan interesantes como esta:

El carácter de un hombre de bien, que tal ha de ser para ser buen amigo, es ser fiel, pronto y seguro en el servicio a sus amigos, zeloso (*sic*) por la Religión, delicado y prudente por el honor y lleno de renacimiento por sus obligaciones [...] en fin, como la sangre del cuerpo que acude luego à la herida sin esperar que la llamen, ha de ser el amigo del alma verdadero. (167)

Este modelo de amistad está relacionado con todas las virtudes que debe cultivar un varón que se quiera erigir como buen ciudadano – concepción liberal –, buen hombre – masculinidad normativa –, buen cristiano, etc. Aúna todas las dignidades masculinas que marcaron el pensamiento en la Modernidad. También, por supuesto, está relacionada con la elaboración de una red de apoyo y reconocimiento que estructura el núcleo de iguales entre los varones, en un equilibrio entre la preocupación y la amistad con otros hombres, pero sin caer en una externalidad acusada que pueda poner en duda su propia masculinidad, ya sea por el peligro de ser leído en relación con la feminidad o que pueda poner en duda su heterosexualidad.

Esta concepción de la amistad en la *fratría* es de clave para comprender la construcción de la “homosociabilidad” (Sedgwick 1985) como fuente de legitimación de la masculinidad hegemónica. Este término, que es usado para describir “la preferencia de los varones por mantener vínculos sociales con personas de su mismo sexo, a la vez que implica una ausencia de deseo sexual” (Morales y Bustos 2018, 21), tiene unas connotaciones claramente homófobas y misóginas. El fin de estas relaciones homosociales es el mantenimiento y la reafirmación de todo el sistema de dominación y poder de la masculinidad patriarcal. También, como mencionábamos, refleja la tensión entre el deseo de instaurar vínculos en la *fratría* a la vez que se reafirma constantemente la heteronormatividad del varón como régimen político, social y sexual (Andrade 2001; Ranea 2021a).

Hasta el momento hemos visto como se construye desde lo social, lo moral y lo educativo la amistad entre varones, pero ¿qué ocurre entre la amistad hombre-mujer? Durante la Modernidad imperó la idea de que este tipo de relaciones no son frecuentes y, en la actualidad, todavía hay una parte del imaginario colectivo que sigue sin entender de primeras que se pueda dar un vínculo afectivo no sexual entre un varón y una mujer. Normalmente, el prejuicio patriarcal marca que si dos personas de géneros opuestos se relacionan de manera íntima y afectiva tiene que haber una parte sexual o, directamente, que si existe ese acercamiento es porque hay alguna intencionalidad sexual por parte del varón, y si no la consigue se entra en la famosa *friendzone*, término de claro carácter machista que hace referencia a una “pérdida” de virilidad del hombre que ha “fracasado” en su intento de mantener relaciones sexuales con una mujer y que ha sido “relegado” a la categoría de amigo.

Esta interpretación de las relaciones sociales entre sexos opuestos está íntimamente relacionada con la diferenciación de género que se establece al inicio de la Modernidad y que se legitima en la desigualdad sexual histórica. Durante el siglo XVIII, en la estructuración de las identidades sociales y normativas del género se establecen una serie de características – argumentadas según una supuesta biología y, por lo tanto, innatas a los cuerpos sexuados – que tienen tanto la femineidad como la masculinidad.

En el período de la Ilustración se argumenta que, si bien pueden darse este tipo de vínculos, no son recomendables, debido a que las mujeres “rara vez pueden tener pura amistad porque rara vez aman sin pasión” (Caraccioli 1780, 120). Es decir, los vínculos entre diferentes géneros se solían relacionar con aspecto más “amorosos” o con intenciones sexuales y, normalmente, se daban con unas relaciones de poder muy marcadas donde la dominación masculina actuaba. Teniendo en cuenta la concepción ilustrada donde el amor era producto de las pasiones y, por ende, se concebía desde una perspectiva negativa, las relaciones entre hombres y mujeres dentro del plano de la amistad eran una *rara avis*, siendo patente de nuevo la desigual condición existente entre los dos sexos (Bolufer 2015). Sin embargo, en contadas ocasiones, las mujeres podían “vencer” esa debilidad inherente a su naturaleza, lo que les acercaba a las características del hombre, resultando en la posibilidad de una relación puramente racional alejada de los vicios de las pasiones. No obstante, solían interpretarse como la excepción que confirma la regla.

4. Conclusiones

Dentro de las características que conforman el edificio ideológico e identitario de los hombres patriarcales, la amistad es un elemento crucial. Su existencia refuerza el sistema de la *fratría*, aunque los pactos patriarcales y la camaradería machista se puede dar sin que exista este elemento, como se puede apreciar en la reacción de una gran cantidad de hombres ante denuncias de violencia de género o sexual. Todo el sistema de poder masculino está fraguado en una homosociabilidad que favorece la reproducción del paradigma dominante. A pesar de que, como hemos visto, no es ninguna novedad de la Modernidad – puesto que su existencia es intrínseca al propio patriarcado – los estándares que han estructurado su desarrollo durante los últimos siglos, y de los cuáles proviene el sistema de valores que sigue imperando en el presente, tienen en la Ilustración uno de sus pilares elementales.

La amistad, sobre todo entre varones, es una de las emociones afectivas más importantes en la concepción ilustrada, y una de las pocas expresiones que está bien vista en la sociabilidad varonil. Se estructura de tal manera que se entiende como la representación más pura del sentimiento humano, alejado de los desórdenes del amor, y solo alcanzable a través de la virtud, la racionalidad y la lógica; es decir, características computables únicamente para los hombres. Según la concep-

ción ilustrada, la verdadera amistad solo es posible entre varones, ya que las mujeres no pueden amar sin pasión, es decir, sin alterar la razón, desviándola hacia el vicio y el desorden. Es muy probable que, basándose en estas concepciones del siglo XVIII, se estructurara el mito, aún persistente en la actualidad, de que la amistad verdadera entre hombres y mujeres no es posible y, si se da, solo puede existir por un interés sexual por parte del varón hacia la mujer.

Por otro lado, la existencia de la amistad, que está basada en el afecto y la empatía, rompe de manera inherente con el mito de que los hombres no tienen sentimientos, lo que demuestra que la realidad pasa por encorsetar la expresión emocional a una serie de elementos que están validados como “masculinos”. Esta concepción de la amistad como representación más pura del alma humana, y solo alcanzable para los varones, asienta las bases de la homosociabilidad como sistema de legitimación de la masculinidad. Este concepto que, como hemos visto, surge en analogía antagónica con la homosexualidad, está cargado de unos componentes misóginos y lgtbifóbicos (sobre todo homofóbicos) de gran calado, a la vez que establece las preferencias de los varones por entablar vínculos afectivo-sociales con otros hombres. Tiene como fin último la reafirmación de todo el sistema de dominación masculina y el ensalzamiento de la heteronormatividad como régimen político, social y sexual. Es decir, los hombres solo se pueden relacionar de manera plena, íntegra y libre con otros varones con el fin de reafirmar su masculinidad y su poder; sin embargo, esto provoca una tensión entre el deseo de vincularse afectivamente con otros hombres a la vez que se tiene que reafirmar constantemente su heterosexualidad. Por ello, la expresión de un sentimiento afectivo entre hombres suele basarse en elementos de naturaleza violenta, como puñetazos, empujones, gritos, etc., eliminando cualquier expresión de amor, cariño o complicidad íntima que pudiera ser identificado como un “síntoma” de homosexualidad y/o feminidad.

Conflicto de intereses

Declaro no tener conflicto de interés de ninguna índole en esta publicación.

Referencias bibliográficas

- Amorós, Celia. 1990. “Violencia contra las mujeres y pactos patriarcales.” En *Violencia y sociedad patriarcal*, compilado por Virginia Maquieira d’Angelo y Cristina Sánchez Muñoz, 39-53. Madrid: Pablo Iglesias.
- Amorós, Celia. 2008. *Mujeres e imaginarios de la globalización*. Rosario: Homo Sapiens.
- Andrade, Xavier. 2001. “Homosocialidad, disciplina y venganza.” En *Masculinidades en Ecuador*, editado por Xavier Andrade y Gioconda Herrera, 115-138. Quito: FLACSO.
- Azpiazu Carballo, Jokin. 2017. *Masculinidades y feminismo*. Barcelona: Virus.

- Bolufer Peruga, Mónica. 2013. "De la cortesía a la urbanidad: Modelos en tensión." En *La Corte de los Borbones: Crisis del modelo cortesano*, vol. III, coordinado por José Martínez Millán, Concepción Camarero Bullón y Marcelo Luzzi Traficante, 1439-1463. Madrid: Ediciones Polifemo.
- Bolufer Peruga, Mónica. 2015. "Estilos emocionales del siglo XVIII." En *Comercio y cultura en la Edad Moderna*, editado por Juan José Iglesias Rodríguez, Rafael Pérez García y Manuel F. Fernández Chaves, 2055-2066. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla.
- Borrás y Grisola, Juan. 1775. *Discurso del hombre civil y del amigo fiel*. Roma: Benito Francesi.
- Bouwisma, William. 1990. *A Usable Past: Essays in European Cultural History*. Berkeley-Los Angeles: University of California Press.
- Cabezas Fernández, Marta, y Cristina Vegas Solís. 2022. *La reacción patriarcal. Neoliberalismo autoritario, politización religiosa y nuevas derechas*. Barcelona: Bellaterra Edicions.
- Cantó Ortiz, Jesús M., y Félix Moral Toranzo. 2005. "El sí mismo desde la teoría de la identidad social." *Escritos de Psicología* 7: 59-70. DOI: <https://doi.org/10.24310/espies-cpsi.vi1.13399>
- Caraccioli, Louis-Antoine de (Marqués de). 1780. *Caracteres ó señales de la amistad*. Traducido por Francisco Mariano Nipho. Madrid: Miguel Escribano.
- Caraccioli, Louis-Antonie de (Marqués de). 1789. *Última despedida de la Mariscala a sus hijos*. Traducido por Francisco Mariano Nipho. 7ª imp. Madrid: Herederos de Escribano.
- Cobo Bedía, Rosa. 2011. *Hacia una nueva política sexual. Las mujeres ante la reacción patriarcal*. Madrid: Los Libros de la Catarata.
- Connell, Raewyn. 2003. *Masculinidades* [1993]. Traducido por Irene Mª Artigas México D.F.: Universidad Autónoma de México.
- Connell, Raewyn, y James W. Messerschmidt. 2005. "Hegemonic Masculinity: Rethinking the Concept." *Gender & Society* 19(6): 829-859.
- Cucó Giner, Josepa. 1995. *La amistad: perspectiva antropológica*. Barcelona: Icaria.
- Díaz Mejías, Laura. 2018. "Maquillar la enfermedad o enfermar por maquillarse: moda e higiene en la modernidad de la Monarquía Hispánica." Tesis Doctoral dirigida por Inmaculada Fernández Arrillaga. Universidad de Alicante.
- Duroux, Rose. 1995. *Les Traités de savoir-vivre en Espagne et au Portugal du Moyen Âge à nos jours*. Clermont-Ferrand (Francia): Presses Universitaires Blaise Pascal.
- Enguix, Begonya. 2013. "Cuerpos desbordados. La construcción corporal de la masculinidad." *Argos* 30(59): 61-86.
- Fernández-Llébrez, Fernando. 2004. "¿'Hombres de verdad'? Estereotipo masculino, relaciones entre los géneros y ciudadanía." *Foro Interno* 4: 15-43.
- García-Mingo, Elisa, y Silvia Díaz Fernández. 2022. *Jóvenes en la manófera. Influencia de la misoginia digital en la percepción que tiene los hombres jóvenes de la violencia sexual*. Madrid: Centro Reina Sofía sobre Adolescencia y Juventud, Fundación Fad Juventud. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.7221159>
- Guereña, Jean-Louis. 2012. "El mercado de los manuales de urbanidad." En *El libro escolar, reflejo de intenciones políticas e influencias pedagógicas*, coordinado por Alejandro Tiana Ferrer, 239-268. Madrid: UNED.
- Guillén Berrendero, José Antonio. 2019. "Duelo, honor y nobleza en la Edad Moderna: un tema y varias interpretaciones." En *La cultura de la espada: de honor, duelos y otros lances*, coordinado por Raquel Sánchez y José Antonio Guillén Berrendero, 43-62. Madrid: Dykinson.
- Gutiérrez de los Ríos, Carlos. 1791. *Carta de don Carlos de los Ríos, XXII señor y VI conde de Fernán-Núñez a sus hijos*. Paris: Imprenta de Don Pedro Didot.

- Herranz Velázquez, Fernando. 2020. "Hacia una definición del concepto de masculinidades." En *Historiando con perspectiva: de la teoría a la práctica*, coordinado por Fernando Herranz Velázquez y Maite Ávila Martínez, 99-133. Guadalajara: Océano Atlántico Editores.
- Herranz Velázquez, Fernando. 2021. "Bases históricas de la masculinidad hegemónica moderna." En *Cuerpo e Identidad de género en la Modernidad*, editado por Inmaculada Fernández Arrillaga, 177-202. Alicante: Letra De Palo.
- Herrera, Coral. 2010. *La construcción sociocultural del amor romántico*. Madrid: Fundamentos.
- Herrera, Coral. 2020. *Hombres que ya no sufren por amor: transformando las masculinidades*. Madrid: Catarata.
- Kimmel, Michael. 2019. *Hombres (blancos) cabreados. La masculinidad al final de una era*. Traducido por Daniel Esteban Sanzol. Valencia: Barlín Libros.
- Lafarga, Francisco, y Luis Pegenaute. 2004. *Historia de la traducción en España*. Salamanca: Ambos Mundos.
- Lerner, Gerda. 1990 (1986). *La creación del patriarcado*. Barcelona: Crítica.
- Morales Benítez, Mauro, y Omar Bustos Palacios. 2018. "Homosocialidad masculina como núcleo de resistencia a las posibles transformaciones de la masculinidad hegemónica." *Psocial. Revista de Investigación en Psicología Social* 4(2): 21-31.
- Morton, Adam. 2002. "Beware Stories: Emotions and Virtues." En *Understanding Emotions: Mind and Morals*, editado por Peter Goldie, 55-62. Londres: Ashgate.
- Morvan de Bellegarde, Jean-Baptiste. 1755 (1710). *El arte de conocer a los hombres y máximas para la sociedad civil*. Amberes: A costa de Andrés Perisse.
- Mosse, George. 2001 (1996). *La imagen del hombre: la creación de la masculinidad moderna*. Traducido por Rafael Heredero García. Madrid: Talasa.
- Pascua Sánchez, María José de la. 2014. "La escritura privada y la representación de las emociones." En *Educación los sentimientos y las costumbres*, coordinado por Mónica Bolufer Peruga, Carolina Blutrach Jelín y Juan Gomis Coloma, 81-108. Zaragoza: Institución Fernando el Católico (CSIC).
- Ranea Triviño, Beatriz. 2021a. "Homosocialidad y secretismo en la experiencia de los hombres que consumen prostitución en España." *ex æquo* 43: 85-100. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2021.43.06>
- Ranea Triviño, Beatriz. 2021b. *Desarmar la masculinidad. Los hombres ante la era del feminismo*. Madrid: Los Libros de la Catarata.
- Ranea Triviño, Beatriz. 2022. "La representación de la prostitución como un escenario sin frustraciones masculinas: acercamiento a los discursos de hombres que demandan prostitución." *Asparkia: Investigación feminista* 41: 161-181. DOI: <https://doi.org/10.6035/asparkia.6462>
- Rowold, Katharina. 2014. "Feminismo, darwinismo y darwinismo social en Europa a finales del siglo XIX." En *Resistir o derribar los muros: Mujeres, discurso y poder en el siglo XIX*, editado por María Isabel Morales Sánchez, Marieta Cantos Caseneve y Gloria Espigado Tocino, 385-399. Alicante: Biblioteca Miguel de Cervantes.
- Sahlins, Marshall. 1982. *Uso y abuso de la biología. Una crítica antropológica de la sociobiología*. Traducido por Eulalia Pérez Sedeño. Madrid: Siglo XXI.
- Salvucci, Emiliano. 2016. "El rol del darwinismo en la legitimación de la opresión." *CTS: Revista iberoamericana de ciencia, tecnología y sociedad* 11(32): 37-48.
- Sambade, Iván. 2022. "Hombres que ejercen violencia contra las mujeres. Un análisis interdisciplinar." *Recerca: Revista de Pensament i Anàlisi* 27(1). DOI: <http://doi.org/10.6035/recerca.6022>

- Sedgwick, Eve Kosofsky. 1985. *Between Men. English Literature and Male Homosocial Desire*. New York: Columbia University Press.
- Simmel, Georg. 2014. *Sociología: estudios sobre las formas de socialización*. Traducido por José Pérez Bances. México D.F.: Fondo de Cultura Económica.
- Tausiet, María, y James S. Amelang (eds.). 2009. *Accidentes del alma. Las emociones en la Edad Moderna*. Madrid: Abada Editores.
- Vasallo, Brigitte. 2018. *Pensamiento monógamo, terror poliamoroso*. Madrid: La Oveja Roja.
- Vila y Camps, Antonio. 1776. *El noble bien educado: instrucción político-moral de un maestro a su discípulo, en que en un compendio de la moral-christiana se dan solidísimos documentos para la perfecta educación de un caballero, con muchas máximas importantes y utilísimas reflexiones*. Madrid: Oficia de Don Miguel Escribano.

Fernando Herranz Velázquez. Historiador y Doctor en Estudios Interdisciplinares de Género. Máster interuniversitario en Historia e identidad del Mediterráneo Occidental (ss. XV-XIX) por la Universidad de Alicante. Miembro del equipo del Observatorio de las Masculinidades de la Universidad Miguel Hernández de Elche (Alicante) e investigador externo del grupo de investigación en género del Instituto Universitario de Investigación en Estudios de Género (IUIEG).

Artículo recibido el 26 de febrero y aceptado para su publicación el 10 de mayo de 2023.

Cómo citar este artículo:

[Según la norma Chicago]:

Herranz Velázquez, Fernando. 2023. "La amistad masculina y la fraternidad. Una mirada histórica al origen de la Modernidad." *ex æquo* 48: 149-162. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.10>

[Según la norma APA adaptada]:

Herranz Velázquez, Fernando (2023). La amistad masculina y la fraternidad. Una mirada histórica al origen de la Modernidad. *ex æquo*, 48, 149-162. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.10>



Este es un artículo de acceso abierto distribuido bajo los términos de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-SinObraDerivada (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite la reproducción y distribución no comercial de la obra, en cualquier medio, siempre que la obra original no sea alterada o transformada de ninguna manera, y que la obra sea debidamente citada. Para la reutilización comercial, póngase en contacto con: apem1991@gmail.com

CRIATIVIDADE E DIFERENÇAS DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE: UMA INVESTIGAÇÃO EXPLORATÓRIA COM ESTUDANTES PORTUGUESES/AS

 *Marina Porto**

 *Maria de Fátima Morais***

 *Jessica Cabrera Cuevas****

Resumo

Foi investigado o estímulo à criatividade em função do género numa universidade portuguesa, analisando o conhecimento sobre criatividade, barreiras e percepções relacionadas com diferenças de género, por parte de estudantes. Participaram do estudo 6 mulheres e 5 homens, frequentadores de diferentes áreas do conhecimento. Foram realizadas entrevistas e os dados recolhidos foram processados por meio de análise de conteúdo. Verificou-se que, apesar da sensação de igualdade, homens e mulheres percebem o desenvolvimento da criatividade diferentemente, reconhecendo a desigualdade no sucesso profissional. Foram identificados mais fatores inibidores entre mulheres, além de uma lacuna geral na formação dos/as participantes em criatividade.

Palavras-chave: Criatividade, desigualdade, discriminação, ensino superior, género.

Abstract

Creativity and Gender Differences in the University: An exploratory study with Portuguese students

The stimulation of creativity was investigated in relation to gender at a Portuguese university, analyzing knowledge about creativity, barriers, and perceptions related to gender differences among students. The study included 6 women and 5 men from various fields of knowledge. Interviews were conducted, and the collected data were processed through content analysis. It was found that, despite the sense of equality, men and women

* Universidad Autónoma de Madrid (UAM), 28049 Madrid, España.
Endereço postal: Calle Francisco Tomás y Valiente, 3. Campus de Cantoblanco, 28049 Madrid, España.

** Universidade do Minho (UMinho), 4710-057 Braga, Portugal
Endereço postal: Instituto de Educação, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal.
Endereço eletrónico: famorais@ie.uminho.pt

*** Universidad Autónoma de Madrid (UAM), 28049 Madrid, España.
Endereço postal: Calle Francisco Tomás y Valiente, 3. Campus de Cantoblanco, 28049 Madrid, España.
Endereço eletrónico: jessica.cabrera@uam.es

perceive the development of creativity differently, recognizing inequality in professional success. More inhibiting factors were identified among women, along with a general gap in participants' education regarding creativity.

Keywords: Creativity, inequality, discrimination, higher education, gender.

Resumen

Creatividad y diferencias de género en la universidad: una investigación exploratoria con estudiantes portugueses/as

Se investigó el estímulo a la creatividad en función del género en una universidad portuguesa, analizando el conocimiento sobre creatividad, barreras y percepciones relacionadas con las diferencias de género por parte de los/as estudiantes. Participaron en el estudio 6 mujeres y 5 hombres de diferentes áreas del conocimiento. Se realizaron entrevistas y los datos recolectados fueron procesados mediante análisis de contenido. Se encontró que, a pesar de la sensación de igualdad, hombres y mujeres perciben el desarrollo de la creatividad de manera diferente, reconociendo la desigualdad en el éxito profesional. Se identificaron más factores inhibidores entre las mujeres, además de una brecha general en la formación en creatividad de los/as participantes.

Palabras clave: Creatividad, desigualdad, discriminación, enseñanza superior, género.

1. Introdução

A Quarta Revolução Industrial, assim descrita pelo presidente executivo do Fórum Económico Mundial (Schwab 2017), incorpora transformações impulsionadas pelos rápidos avanços tecnológicos e traz consequências para a indústria, a economia, e a lógica de funcionamento do mundo. Por exemplo, recursos da inteligência artificial, como a automação e os algoritmos, assumem, cada vez mais e com melhor rendimento, tarefas que antes eram exclusivas de seres humanos. Nesse cenário, as profissões transformam-se e a educação deve ajustar-se para promover a formação de pessoas capazes de enfrentar os desafios modernos.

Numa revisão de literatura sobre os componentes educativos necessários para o desenvolvimento de competências do século XXI, as quais responderiam às exigências da Quarta Revolução Industrial, foi destacada a importância do fomento de características do raciocínio complexo, como um pensamento científico, crítico, criativo, inovador e sistémico, para além da formação tecnológica (González-Pérez e Ramírez-Montoya 2022). O presente estudo centra-se particularmente na necessidade da promoção da criatividade na educação e na formação profissional, enfatizada numa publicação recente (Nakano e Wechsler 2018). Considera-se a definição de criatividade como produto simultaneamente original e eficaz num dado contexto e momento sócio-histórico (Runco e Jaeger 2012; Lubart e Thornhill-Miller 2019).

Estudos de diferentes países demonstraram aspetos que influenciam o fomento da criatividade no âmbito universitário, como a abertura e o apoio do/a professor/a à expressão de ideias, os tipos de tarefas aplicadas nas disciplinas

lecionadas, a autoperceção do/a estudante face à criatividade, o interesse suscitado e a autonomia, o incentivo à criatividade na sala de aula, a pressão social (Alencar, Fleith e Pereira 2017; Morais e Almeida 2019; Pereira-Guizzo *et al.* 2021). Promover a criatividade na universidade, portanto, não significa unicamente incluir uma disciplina curricular sobre o tema, mas considerar como o sistema educativo estimula o seu desenvolvimento por meio, por exemplo, da metodologia de ensino, dos objetivos académicos, do clima em sala de aula, do comportamento do/a professor/a. Assim, todas as matérias que requerem a solução de problemas podem gerar espaços para o desenvolvimento da criatividade (Fleith 2019); e, por seu lado, está demonstrada a eficácia de programas e cursos que desmitificam o conceito de criatividade e proporcionam ferramentas para o processo criativo (Ritter *et al.* 2020).

Como fenómeno complexo, o desenvolvimento, a expressão e o reconhecimento da criatividade dependem de recursos e são influenciados por fatores socio-culturais (Glăveanu 2020). Num estudo sobre os mitos que permeiam a conceção dos/as jovens sobre criatividade, os/as autores/as defendem a importância de treinar as competências criativas das pessoas (Morais, Azevedo e Martins 2021, 187). De facto, o conhecimento sobre processo criativo e a regulação da criatividade estão associados à expressão criativa narrativa e gráfica em estudantes universitários/as, ou seja, a metacognição criativa está relacionada com a potencialidade criativa (Sanz de Acedo Lizarraga e Sanz de Acedo Baquedano 2013). Nesse sentido, mitos e desconhecimento podem limitar a criatividade de jovens universitários/as.

Outras barreiras à criatividade foram evidenciadas no contexto universitário por meio de estudos quantitativos. Foram analisados fatores associados a atributos dos/as estudantes e a características do ambiente escolar que proporcionariam obstáculos à criatividade, tais como inibição, timidez, falta de motivação, assim como falta de oportunidade e repressão social (Morais e Almeida 2019; Pereira-Guizzo *et al.* 2021). Ressalta-se que mesmo as características pessoais são influenciadas por aspetos do contexto, já que os/as estudantes reportaram timidez ou falta de motivação especificamente para serem criativos/as na universidade.

Esses estudos quantitativos analisaram também a diferença de género na perceção sobre as barreiras à criatividade. As mulheres tiveram índices significativamente mais altos na barreira de timidez, e os homens tiveram índices superiores nas barreiras de falta de motivação e de repressão social num estudo realizado em Portugal (Morais e Almeida 2019). São necessários mais estudos sobre esta temática, utilizando outras estratégias metodológicas, já que a discriminação de género, embora persistente em centros educativos (Lavrijsen e Verschueren 2020), muitas vezes é negligenciada ou silenciada.

Estudos com mulheres criativas altamente reconhecidas apontaram obstáculos, por vezes invisíveis, relacionados com o género, os quais influenciaram o desenvolvimento profissional durante os seus anos de formação (Prado e Fleith 2020; Porto e Romo 2022a). Isso porque o processo de socialização diferenciada entre géneros no contexto familiar e educativo promove bloqueios pessoais que

trazem consequências no sucesso criativo e na progressão profissional das mulheres, ainda que esse processo seja silencioso (Reis 2021).

Mesmo as mulheres que sofrem com o preconceito de género podem ter dificuldades de assumir a experiência. A negação da discriminação em mulheres foi estudada como um fator de proteção psicológica e associada ao bem-estar subjetivo (Napier, Suppes e Bettinsoli 2020; Porto e Romo 2022b) e deve ser tida em conta na interpretação de resultados de estudos de género. Além disso, destaca-se a eficácia do uso de entrevistas qualitativas para compreender os obstáculos de género (Porto e Romo 2022b), já que, como descrevem as autoras em estudo com mulheres criativas, a maioria das participantes negava a discriminação quando questionadas explicitamente, mas ao longo das entrevistas descreviam episódios que caracterizavam tal discriminação.

Considerando a importância da criatividade para a formação profissional na era da Quarta Revolução Industrial e os diversos fatores que influenciam o desenvolvimento criativo na universidade, foi realizada uma investigação qualitativa com estudantes universitários/as, visando avaliar os seus conhecimentos sobre criatividade e processo criativo, assim como acerca das barreiras e as diferenças de género percebidas.

2. Método

Neste estudo foi adotada uma metodologia qualitativa com amostra de conveniência, com número limitado de participantes em função do aprofundamento dos casos estudados. Os dados foram recolhidos a partir de entrevistas e interpretados por meio da técnica de análise de conteúdo (Krippendorff 2018).

2.1. Participantes

A amostra visava incluir homens e mulheres de diferentes áreas do conhecimento. Onze universitários/as portugueses/as, com idades entre 18 e 20 anos, participaram do presente estudo. Seis identificaram-se como mulheres e cinco como homens. Entre as mulheres, havia estudantes dos cursos de Educação (N=2), Engenharia e Gestão Industrial (N=1), Engenharia Informática (N=1) e Optometria (N=2). Os homens estudavam em licenciaturas de Educação (N=1), Engenharia Informática (N=2), Psicologia (N=1) e Optometria (N=1). Na apresentação dos resultados, serão usadas as letras M para representar as mulheres e H para homens.

2.2. Instrumento

Foi utilizado um roteiro de entrevista elaborado pelas autoras do presente estudo a partir de temas discutidos em investigações anteriores sobre criatividade

e gênero no ensino superior (Alencar, Fleith e Pereira 2017; Fleith 2019; Morais e Almeida 2019). O roteiro abordava seis tópicos principais. Descrevem-se os tópicos, seguidos por exemplos de perguntas: a) conceito e autoavaliação da criatividade – “o que seria uma produção criativa na sua área?”; b) características de personalidade – “como descreveria a sua personalidade?”; c) formação acadêmica básica – “como descreveria a metodologia de aprendizagem e de avaliação da sua escola básica?”; d) estudos universitários – “que características da sua área podem ter influenciado a sua decisão de escolher o curso universitário?”; e) fatores promotores e inibidores da criatividade na universidade – “como a criatividade é incentivada no seu curso superior?”; f) diferenças de gênero – “quais os obstáculos para o desenvolvimento universitário e profissional das mulheres no seu curso?”.

2.3. Procedimento e análise de dados

O convite aos/as participantes da pesquisa foi realizado pessoalmente ou por telefone, em função de recomendações de professores/as ou estudantes da universidade. Os/as estudantes que aceitaram participar, compareceram a uma reunião, na qual receberam todas as informações sobre a pesquisa, ficaram esclarecidas as condições éticas de confidencialidade e de anonimato assegurados e, por fim, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (McMillan e Schumacher 2005) e concederam as entrevistas. As entrevistas tiveram duração aproximada de uma hora, foram gravadas em áudio e transcritas.

Os resultados foram analisados no *software* Atlas.ti por meio de análise de conteúdo (Bardin 2011), a partir das etapas de leitura flutuante, análise de hipóteses e perguntas de investigação, elaboração de códigos, quantificação e interpretação. Em função da perspectiva de gênero, abordada no presente estudo, os resultados de homens e mulheres foram analisados de forma comparativa.

3. Resultados

São apresentados os principais resultados da análise qualitativa das entrevistas em três tópicos: conceito de criatividade, criatividade na universidade, e diferenças de gênero. Cada tópico é composto por códigos que descrevem a percepção dos/as participantes.

3.1. Conceito de criatividade

Primeiramente são apresentados os códigos identificados no grupo de mulheres e, posteriormente, os dos homens. Nas entrevistas com mulheres, a criatividade foi descrita principalmente como uma capacidade para pensar e criar coisas dife-

rentes (N=5), tal como explicou uma estudante de engenharia: “é bom ter criatividade, é bom fazer algo diferente [...] ver a partir do que temos se há alguma ideia que seja diferente” (M1). Quatro participantes do género feminino associaram a criatividade ao jargão de pensar *fora da caixa*, por exemplo, tomando a citação de uma estudante de Educação: “Criativa? Tipo... ter a ideia assim *fora da caixa*” (M6).

A criatividade também foi associada à inovação (N=3) e à solução de problemas nas profissões (N=2), códigos ilustrados nas citações subseqüentes: “no primeiro ano tivemos que fazer um trabalho no qual criámos uma ideia de negócio, então tivemos que meter a criatividade e pensar, porque tínhamos que criar uma coisa inovadora” (M3); e “na profissão, a parte mais criativa é arranjar soluções o mais simples possível para conseguirmos otimizar algum processo numa empresa” (M2). Duas mulheres também se referiram à imaginação como componente da criatividade, tal como no comentário: “sinto que isso vai ser um desafio para mim no mundo profissional, porque é necessária essa imaginação e consequentemente essa criatividade” (M4).

Foram ainda identificados mitos relativos à criatividade nos discursos das mulheres. Quatro participantes descreveram a criatividade limitada às artes, como é o caso de uma estudante de Educação, que relacionou a sua inabilidade criativa com o seu desinteresse por desenhar: “Artes nunca gostei, sempre odiei desenhar e esse tipo de coisas assim, não sou uma pessoa criativa, porque eu acho que as pessoas que desenhavam estão a meter mais criatividade nesse tipo de coisa” (M5). Outro mito relatado por três participantes foi o da não vinculação da criatividade a determinados domínios de trabalho, como as ciências, nomeadamente as exatas (N=3). Uma estudante da área de ciências afirmou perceber-se criativa apenas fora da universidade, já que no seu curso o pensamento criativo não era necessário: “Acho que tenho muita criatividade na parte das artes, que eu, apesar de ter escolhido ciências, também gostava bastante de ter seguido artes, e pronto, fazer pinturas ou fazer *designs*, escrever poemas, acho que nessa parte tenho bastante criatividade” (M4).

Já entre os homens, a criatividade foi associada principalmente à solução de problemas nas suas futuras profissões (N=5), seja no processo de elaborar uma aplicação informática, atender um paciente ou adaptar um processo de aprendizagem, como se observa na seguinte afirmação: “a tecnologia é uma das áreas que mais criatividade pode existir: *startups*, aplicações [...]. A informática está a englobar um bocadinho de tudo, em todos os parâmetros da sociedade, eu acho que informática pode beneficiar com a criatividade de quem pratica” (H2).

Também no grupo de rapazes houve referência à capacidade de pensar em ideias diferentes (N=3), como no argumento: “para conseguir ser criativo, preciso ser distinto na minha forma de pensar, na minha forma de atuar” (H3). A inovação foi mencionada em três entrevistas de participantes do género masculino: “é procurar ser inovador, ser criativo” (H5). O jargão de pensar *fora da caixa* foi mencionado por um entrevistado face à questão de se a criatividade era valorizada na sua área: “considero que se for uma coisa que sair *fora da caixa*, acho que sim” (H2). A

imaginação foi referida numa entrevista: “acho que a criatividade está relacionada com a imaginação. Como eu estava a dizer, nós ficamos a imaginar como é que aquilo poderá ser? E, depois, pronto, vamos criar a nossa particularidade e singularidade de cada um” (H4). Ainda a conetividade de ideias foi associada à criatividade por um participante: “em várias cadeiras é solicitada essa interligação da matéria, é preciso ser criativo para conseguir perceber os pontos de ligação e de interação entre os vários componentes da cadeira ou que foram lecionados ao longo do semestre” (H5).

Na tabela 1, aparecem sistematizados os códigos relacionados com a definição da criatividade, com as suas frequências, segundo o género dos/as participantes.

Tabela 1
Códigos sobre o conceito de criatividade segundo mulheres e homens

	Mulheres	Homens
Pensar e criar coisas diferentes	5	3
Pensar <i>fora da caixa</i>	4	1
Limitada às artes e design	4	
Desassociada de domínios científicos	3	
Inovação	3	3
Solução de problemas	2	5
Imaginação	2	1
Capacidade de conectar ideias		1

Fonte: Elaborado pelas autoras.

3.2. Criatividade na universidade

Entre as mulheres, quatro estudantes relataram que o incentivo à criatividade na universidade variava em função do/a professor/a e só ocorria em algumas disciplinas: “depende do professor [...] lá está, alguns são diferentes e optam por dar alguma autonomia aos alunos e puxar pela criatividade deles, mas nem todos fazem. Aliás, a grande maioria não faz isso” (M6). Duas participantes foram explícitas ao afirmar que há pouco ou nenhum incentivo à criatividade na universidade, como se observa no comentário: “é tudo em volta do mesmo no meu curso. Acho que não tem assim muito por onde ter criatividade” (M3).

Investigando os fatores inibidores da criatividade no curso universitário frequentado, foram identificados quatro códigos relacionados com as características das estudantes. A insegurança quanto à própria capacidade criativa foi mencionada em quatro entrevistas: “uma pessoa criativa olha para as coisas de maneira

diferente ou procura outras coisas, eu não. Eu não me vejo como uma pessoa criativa” (M2). Três participantes apontaram a pouca informação e pouco incentivo face à criatividade durante o seu processo de desenvolvimento pessoal como um fator inibidor: “nunca foi uma competência muito estimulada em mim e eu também nunca me preocupei muito com isso. Quando entrei para a licenciatura é que começaram a falar de criatividade, de espírito crítico e eu realmente percebi a importância” (M5). A falta de motivação para a criatividade foi uma característica descrita por duas participantes: “talvez falte empenho, vontade de ser criativa, pensar em coisas diferentes, porque nem sempre... se calhar, vou pelo mais simples, pelo que é mais fácil de achar pré-feito” (M6). A introversão também foi uma característica descrita por duas participantes como barreira à criatividade: “uma pessoa criativa acho que tem características mais [...] nada a ver com as minhas, acho que uma pessoa criativa é mais extrovertida” (M3).

Também surgiram quatro códigos de fatores inibidores associados à docência e à metodologia de ensino nas entrevistas a mulheres. A necessidade de cumprir o currículo da disciplina foi apontada por duas estudantes como um fator inibidor: “eu acho que as pessoas se agarravam muito ao programa, eles nunca querem sair fora do conteúdo normal das aulas porque têm medo de depois não dar o programa inteiro” (M6). A avaliação por meio de perguntas objetivas também foi sinalizada por duas estudantes: “para testes e exames sinto que a criatividade não faz falta. É aplicar a matéria, até porque a maioria dos exames que eu tenho é escolha múltipla [...] não aplico nada de criativo” (M2). O guião e as instruções rígidas foram considerados limitadores da criatividade (N=2): “lês o texto e depois vais a resumir [...] e tens um guião e acho que acaba por não estimular tanto (a criatividade), acabamos por nos reger pelo que nos foi dado e nunca pomos o nosso cunho nas coisas” (M5). O aumento do trabalho do/a professor/a quando aplica propostas criativas foi descrito por duas participantes: “muitos dos professores que optam, por exemplo, por um guião, acho que é porque é mais fácil avaliar. Os professores que não trabalham tanto a nossa criatividade é porque a criatividade acaba por dar-lhes muito trabalho” (M5).

Nas entrevistas com homens, todos responderam que a criatividade era incentivada na universidade (N=5), como na citação: “não existem regras muito específicas, muito rígidas, para como fazer as coisas e dão um bocado de liberdade. Existe mesmo muito espaço para cada um fazer como acha melhor” (H3). Sobre fatores do contexto universitário inibidores da criatividade, foram identificados dois códigos relacionados com características pessoais nas entrevistas com homens: falta de motivação (N=1) e introversão (N=1), como se verifica nas citações subsequentes: “acaba muito por ser uma situação de conformismo, de conformidade, e não procurar ser diferente, ser inovador, ser criativo” (H5); e “se calhar a minha timidez e introversão, acho que é um bocadinho um obstáculo para colocar novas ideias ou até para expressar novos pensamento, mesmo em trabalhos de grupo ou no contexto de uma sala de aula” (H6).

Sobre o ambiente e a metodologia de ensino e avaliação, surgiram dois códigos no grupo de homens. Houve uma referência à grande quantidade de alunos/as na turma como um fator inibidor: “nós somos, se não me engano, o segundo maior curso da universidade, temos aulas em auditórios. Somos de 50 a 70. Os professores não têm capacidade de dar atenção ou estimular a criatividade” (H3). Um participante relatou que o método tradicional e a avaliação por meio de perguntas objetivas configuravam uma barreira: “no primeiro semestre era mais estudar a matéria e depois os testes. Foi tudo mais ligado à matemática, tivemos álgebra, cálculo, acho que era mais limitador. O professor explicava aquela parte e nós tínhamos que fazer os exercícios” (H6).

Nenhum dos/as participantes, mulheres e homens, tinha participado de algum curso sobre criatividade na universidade. Na tabela 2, estão sistematizados os códigos e frequências relacionadas com a criatividade na universidade e seus fatores inibidores, segundo mulheres e homens.

Tabela 2
Códigos sobre criatividade na universidade segundo mulheres e homens

	Mulheres	Homens
Há incentivo à criatividade		5
Incentivo à criatividade depende do/a professor/a	4	
Pouco ou nenhum incentivo à criatividade	2	
Inibidor: insegurança quanto à sua criatividade	4	
Inibidor: falta de incentivo	3	
Inibidor: necessidade de cumprir o currículo	2	
Inibidor: avaliação com perguntas objetivas	2	1
Inibidor: guião e instruções rígidas e limitadoras	2	
Inibidor: aumento de trabalho para o/a professor/a	2	
Inibidor: falta de motivação	2	1
Inibidor: introversão	2	1
Inibidor: quantidade de alunos/as na turma		1

Fonte: Elaborado pelas autoras.

3.3. Diferenças de género

Todos/as as mulheres (N=6) e homens (N=5) responderam que não tinham vivenciado diferenças de género na universidade: “eu não lembro de ter vivido preconceito. Pode ser que quando entrar na indústria sinta, não sei. Mas neste

momento não, ainda bem” (M2). Contudo, refletindo além das suas experiências pessoais, três estudantes mulheres declaram que existem diferenças de gênero em outras Escolas ou Faculdades ou que já tinham ouvido histórias de machismo e discriminação na universidade, como se constata neste exemplo: “aquelas questões do assédio e isso [...] acabam por ser um bocado discriminatórias, acontecem na universidade com as meninas e esse tipo de coisas, mas no meu caso específico, do meu curso, e da minha turma, sinto que não” (M5).

Todas as participantes (N=6) e quatro homens declaram que havia mais homens com êxito nas suas profissões, seja em cargos de liderança, seja como referências acadêmicas; curiosamente, quatro mulheres e dois homens da amostra estudada eram de cursos frequentados majoritariamente por estudantes do gênero feminino. A seguinte citação reflete essas percepções: “a nível de reconhecimento, a nível empresarial, acho que tem mais reconhecimento um homem do que uma mulher. Infelizmente acho que isso acontece no século XXI” (H1). Referências aos estereótipos e convenções da sociedade que definem “cursos de mulheres” ou “cursos de homens” foram sinalizadas por mulheres (N=4) e homens (N=4), sendo as mulheres mais associadas a humanidades e os homens a ciências exatas. Por exemplo: “as mulheres têm tendência a ser tipo mais afetivas ou carinhosas e não sei... quando penso em coisas como biologia, se for um homem que seja mais brusco ou assim não se vai dar tão bem” (M1).

Questionados sobre o porquê do maior sucesso dos homens na profissão, três mulheres e quatro homens justificaram como sendo uma questão geracional. Antigamente, haveria mais homens nos cursos superiores; logo, atualmente há mais homens profissionais com êxito. Os/as estudantes comentaram ainda que esse cenário se transformará em breve: “são muito mais homens autores, mas já são livros antigos e antigamente havia mais homens na universidade. A tendência das mulheres era ficar em casa a tomar conta dos filhos. Agora acho que a tendência é equilibrar” (M4).

As duas mulheres e os dois homens de cursos frequentados majoritariamente por homens argumentaram que há mais homens com êxito porque eles são a maioria na profissão, circunstância que decorreria dos gostos, interesses e capacidades. Cita-se, como exemplo, as seguintes afirmações: “tem a ver com o curso também. Acaba por não entrar nos cursos ninguém do sexo feminino por gosto, e isso reflete-se obviamente no mercado de trabalho, em que elas acabam por não entrar nessas profissões” (H3); e “os homens têm mais aquele espírito aventureiro, de se acomodarem menos no presente e tentar fazer, eles próprios, o futuro, tentar desenvolver as coisas deles, criar as aplicações” (H4).

Na Tabela 3 estão sistematizados os códigos relacionados com as diferenças de gênero na universidade e na profissão, segundo mulheres e homens.

Tabela 3
Códigos sobre diferenças de gênero segundo mulheres e homens

	Mulheres	Homens
Não vivenciou diferenças de gênero na universidade	6	5
Há mais homens com êxito em sua profissão	6	4
Estereótipo: curso de homem e curso de mulher	4	4
Há mais homens com êxito por questão geracional	3	4
Há diferenças de gênero em outras Faculdades/Escolas	3	
Há mais homens com êxito por gostos, interesses e capacidades	2	3

Fonte: Elaborado pelas autoras.

4. Discussão

Sobre o conceito de criatividade, as seis participantes expressaram 24 respostas, enquanto os cinco homens descreveram 14; na codificação sobre criatividade na universidade, elas geraram 25 respostas e eles 10. Já na análise sobre diferença de gênero, a quantidade de respostas foi mais equilibrada: elas geraram 28 e eles 25. Os índices de fluência, definidos pelo número de respostas propostas em função de um estímulo, foram considerados historicamente como uma medida para determinar a capacidade criativa de uma pessoa e, em instrumentos contemporâneos de avaliação de pensamento divergente e de criatividade, representa um dos fatores de medida, junto a outros que com ele estão correlacionados, como originalidade e flexibilidade (Gonthier e Besançon 2022). Nesse sentido, a grande fluência de respostas das mulheres, especialmente nas temáticas de criatividade e de criatividade na universidade, demonstra a sua potencialidade para gerar múltiplas ideias, o que também pode ser considerado um indicador da sua capacidade criativa.

Entre participantes de ambos os gêneros, a criatividade foi principalmente associada aos jargões *pensar diferente* e *pensar fora da caixa*. Essas referências de senso comum associadas à criatividade, além de popularmente difundidas, também estão presentes em publicações acadêmicas e literárias (e.g. Foulk *et al.* 2022). No entanto, há autores/as que consideram que a criatividade é um conceito que vai além de pensar diferentemente e *fora da caixa*, argumentando que para ser criativo/a também é necessário gerar ideias úteis e efetivas (Runco e Jaeger 2012), criar *novas caixas* (Brabandere e Iny 2010) ou trabalhar *diferentemente e dentro da sua caixa* (Beghetto 2019). Assim, embora os jargões descritos pelos/as participantes desta pesquisa sejam válidos para definir a criatividade, podem ser superficiais e representar um conceito que carece de cientificidade na representação destes/as participantes.

Embora com menor frequência, os/as participantes também associaram a criatividade a outras características significativas, como inovação, solução de problemas, imaginação, capacidade de conectar ideias e identificação de elementos do processo criador. Analisando essas características, observa-se que a maioria das respostas dos homens tinham um foco pragmático, de aplicação da criatividade para criar, inovar, solucionar.

Somente as mulheres mencionaram mitos relacionados com a criatividade, por exemplo, o que restringe o âmbito de aplicação do conceito a determinadas áreas. O principal mito sobre a definição do conceito no ocidente é o que associa a criatividade exclusivamente a domínios relacionados com a expressão artística (Kim 2019), como foi verificado entre as participantes. Os mitos indicados exclusivamente por mulheres nesta pesquisa poderiam então estar relacionados com um distanciamento do conceito, o que se verifica também nos seus relatos sobre o incentivo à criatividade na universidade, diferentemente dos homens. Elas relataram pouco/ nenhum incentivo ou existente só por parte de alguns/as professores/as. Portanto, a criatividade não estaria presente no seu cotidiano, sendo-lhes um fenómeno alheio.

Todos os homens, por sua vez, percebiam incentivo à sua criatividade no contexto universitário. É relevante mencionar que alguns/as participantes, de diferentes géneros, eram da mesma turma, apesar de terem opiniões diversas. Ou seja, alguns/as estudantes estavam no mesmo contexto, com os/as mesmos/as professores/as e disciplinas, mas os homens percebiam mais incentivo à criatividade. Também investigações anteriores, com meninas e mulheres, descrevem que elas percebem menos incentivos e oportunidades para o desenvolvimento da criatividade e dos seus talentos em diversos contextos, que incluem o educativo, desde tenra idade (Prado e Fleith 2020; Reis 2021; Porto e Romo 2022a).

Além de perceberem menos incentivos, foi verificado que as mulheres referiram mais frequentemente a maioria dos fatores inibidores identificados nesta pesquisa. Entre os oito inibidores por elas mencionados, três eram centrados no indivíduo: insegurança, introversão e falta de motivação. Já os inibidores externos foram relacionados com o ambiente, com recursos de aprendizagem, com professores/as: falta de incentivo, avaliação através de perguntas objetivas, guião e instruções rígidas e limitadoras, aumento de trabalho para o/a professor/a. As mulheres desenvolvem barreiras internas para a criatividade em função da socialização diferencial promovida para meninas e meninos desde a infância e das expectativas externas. Nesse sentido, argumenta-se que mesmo a insegurança, a introversão e a falta de motivação dos/as participantes, no contexto académico, são influenciadas por características do ambiente (Reis 2021).

Além dos fatores promotores e inibidores da criatividade refletidos no currículo, no ambiente, nos comportamentos, está demonstrada na literatura a eficácia de programas para o desenvolvimento da criatividade e da metacognição criativa na universidade (Sanz de Acedo Lizarraga e Sanz de Acedo Baquedano 2015;

Ritter *et al.* 2020). No entanto, nenhum dos/as participantes desta pesquisa, das diferentes Faculdades ou Escolas e de diferentes áreas do conhecimento, tinha realizado formação em criatividade. Tendo em conta a importância da metacognição criativa (Sanz de Acedo Lizarraga e Sanz de Acedo Baquedano 2015), ressalta-se a importância de formar as pessoas sobre o processo criativo na universidade, esse espaço privilegiado para o desenvolvimento (Morais e Almeida 2019).

Homens e mulheres declararam não existir diferenças de gênero nos seus cursos e nunca ter vivido pessoalmente preconceito na universidade. No entanto, metade das participantes manifestou ter conhecimento de situações de discriminação de gênero noutros cursos ou Faculdades/Escolas. Não se pode inferir que esse seja o caso das participantes do presente estudo, mas investigações anteriores referiram a negação da discriminação pessoal, situação na qual mulheres que tinham sido discriminadas, inicialmente, negavam a experiência pessoal, embora reconhecessem a existência do preconceito com outras mulheres, de outros lugares ou épocas (Napier, Suppes e Bettinsoli 2020; Porto e Romo 2022b). Argumenta-se que essa atitude de negação, muitas vezes inconsciente, pode ter função paliativa e estar relacionada com o bem-estar subjetivo das mulheres (Napier, Suppes e Bettinsoli 2020). Para estudos futuros, seria interessante utilizar outras estratégias, além das perguntas explícitas, para investigar a discriminação de gênero na universidade.

Nesta pesquisa, embora os/as participantes tenham declarado não perceber diferença de gênero nos seus contextos académicos, todas as mulheres e quase todos os homens reconheceram haver mais homens no topo das carreiras nas suas profissões. O êxito dos homens foi sinalizado inclusivamente pelos/as participantes procedentes de cursos frequentados na sua maioria por mulheres, como Psicologia ou Optometria (DGES 2023). Essa constatação de que mais homens chegam a postos de sucesso reflete um fenómeno amplamente estudado, o chamado “teto de vidro”. O teto de vidro caracteriza-se por barreiras visíveis e invisíveis, estabelecidas por normas sociais e políticas organizacionais discriminatórias, as quais originam obstáculos que impedem as mulheres de chegarem ao topo das suas carreiras (Taparia e Lenka 2022).

Os/as participantes indicaram que os gostos e interesses de cada género e o facto de haver ou ter havido mais homens que mulheres nas suas profissões justificariam a desigualdade no topo da carreira. Dois homens argumentaram ainda que teriam características ou capacidades que facilitariam o êxito na profissão em função do seu género, como espírito aventureiro, aptidão para engenharia ou informática, enquanto as mulheres se acomodariam, seriam mais emocionais e teriam competências para áreas humanas e sociais. Ao justificar o fenómeno do teto de vidro a partir dos gostos e interesses, os/as participantes colocam a mulher como responsável por seu insucesso. É como se elas escolhessem ser minoria nos cursos de ciência e tecnologia, ou ganhar menos, ou ter menos oportunidades de prosperar na carreira. Essas escolhas, na realidade, baseiam-se nos processos de

socialização diferenciada e nas limitadas oportunidades que elas têm ao longo da vida (Reis 2021). Sally Reis argumenta que as definições dos conceitos masculino e feminino, fundamentadas nos papéis históricos de cada género, promovem bloqueios pessoais para as mulheres, os quais acabam por inibir o desenvolvimento dos seus talentos e da sua potencialidade criativa. Assim, é possível que mulheres sejam menos incentivadas para determinadas carreiras, desenvolvendo os referidos gostos e interesses específicos, os quais, de facto, refletem preconceitos históricos.

Além disso, as opiniões dos/as estudantes sobre as características masculinas que promovem uma vantagem na profissão revelam crenças baseadas em estereótipos. Nos Estados Unidos, verificou-se, através de uma análise de pesquisas de opinião pública, uma vinculação do género masculino à assertividade, autoconfiança e controle, por meio de comportamentos dominantes, agressivos, competitivos e independentes, tal como uma vinculação do feminino ao cuidado com as pessoas, carinho, amor e compreensão (Eagly *et al.* 2020). No presente estudo, observou-se que, no contexto universitário português, ainda que os jovens verbalizem que não existem diferenças de género, persistem estereótipos do masculino e do feminino.

Conclui-se que, apesar da sensação de igualdade de género no seu ambiente universitário, estudantes homens e mulheres compreendem e percebem o desenvolvimento da criatividade na universidade de formas diferentes e reconhecem a desigualdade no êxito profissional. Identificou-se uma lacuna de formação em criatividade em todos/as os/as estudantes, além da sinalização de fatores inibidores especialmente entre as participantes. Reforça-se a necessidade de promover iniciativas específicas para o desenvolvimento da criatividade de todos/as os/as universitários/as nas mais diversas áreas. Mais especificamente ainda, tais iniciativas devem considerar a desigualdade de percepção face a incentivos entre homens e mulheres para conscientemente se promover oportunidades com equidade de género.

Sinaliza-se como limitação do presente estudo o tamanho da amostra e a diversidade de áreas do conhecimento dos/as participantes. Sugere-se que em investigações futuras se incluam participantes que se declarem não binários e que o questionário conte com perguntas sobre mitos e empregue questões menos explícitas sobre as diferenças de género para matizar a desejetabilidade social das respostas.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado pelo CIED – Centro de Investigação em Educação, Instituto de Educação, Universidade do Minho, projetos UIDB/01661/2020 e UIDP/01661/2020, através de fundos nacionais da FCT/MCTES-PT.

Contributos das autoras

MP: Concetualização; análise formal; investigação; metodologia; *software*; redação do rascunho inicial.

MFM: Concetualização; metodologia; validação; redação – revisão e edição.

JCC: Redação – revisão e edição.

Conflito de interesses

Declaramos não haver conflitos de interesse.

Referências bibliográficas

- Alencar, Eunice Maria, Denise Souza Fleith, e Nielsen Pereira. 2017. "Creativity in Higher Education: Challenges and Facilitating Factors." *Temas em Psicologia* 25(2): 553-561. DOI: <https://doi.org/10.9788/TP2017.2-09>
- Bardin, Laurence. 2011. *Análise de conteúdo*. 5ª ed. Tradução de Luís Antero Reto. Lisboa: Edições 70.
- Beghetto, Ronald A. 2019. "Structured Uncertainty: How Creativity Thrives Under Constraints and Uncertainty." In *Creativity Under Duress in Education? Resistive Theories, Practices, and Actions*, vol 3, editado por Carol A. Mullen, 27-40. Cham, CH: Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-90272-2_2
- Brabandere, Luc de, e Alan Iny. 2010. "Scenarios and creativity: Thinking in new boxes." *Technological Forecasting and Social Change* 77(9): 1506-1512. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2010.07.003>
- DGES – Direção-Geral do Ensino Superior. 2023. "Estatística aplicada." Acesso maio 2023. Disponível em <https://www.dges.gov.pt/guias/detcursopi.asp?codc=9381&code=1000>
- Eagly, Alice H., et al. 2020. "Gender stereotypes have changed: A cross-temporal meta-analysis of U.S. public opinion polls from 1946 to 2018." *American Psychologist* 75(3): 301-315. DOI: <https://doi.org/10.1037/amp0000494>
- Fleith, Denise Souza. 2019. "The role of creativity in graduate education according to students and professors." *Estudos de Psicologia* 36: e180045. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0275201936e180045>
- Fouk, Trevor A. et al. 2022. "Thinking outside the box helps build social connections: The role of creative mindsets in reducing daily rudeness." *Organizational Behavior and Human Decision Processes* 171: 104167. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.obhdp.2022.104167>
- Glăveanu, Vlad P. 2020. "A Sociocultural Theory of Creativity: Bridging the Social, the Material, and the Psychological." *Review of General Psychology* 24(4): 335-354. DOI: <https://doi.org/10.1177/1089268020961763>
- Gonthier, Corentin, e Maud Besançon. 2022. "It is not always better to have more ideas: Serial order and the trade-off between fluency and elaboration in divergent thinking tasks." *Psychology of Aesthetics, Creativity, and the Arts*, Advance online publication. DOI: <https://doi.org/10.1037/aca0000485>

- González-Pérez, Laura, e María Soledad Ramírez-Montoya. 2022. "Components of Education 4.0 in 21st Century Skills Frameworks: Systematic Review." *Sustainability* 14(3): 1493. DOI: <https://doi.org/10.3390/su14031493>
- Kim, Kyung Hee. 2019. "Demystifying creativity: What creativity isn't and is?" *Roeper Review* 41(2): 119-128. DOI: <https://doi.org/10.1080/02783193.2019.1585397>
- Krippendorff, Klaus. 2018. *Content Analysis: An Introduction to its Methodology*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Lavrijsen, Jeroen, e Karine Verschuere. 2020. "Student characteristics affecting the recognition of high cognitive ability by teachers and peers." *Learning and Individual Differences* 78: 101820. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.lindif.2019.101820>
- Lubart, Todd, e Branden Thornhill-Miller. 2019. "Creativity: An Overview of the 7C's of Creative Thought." In *The Psychology of Human Thought: An Introduction*, editado por Robert J. Sternberg e Joachim Funke, 277-305. Heidelberg: Heidelberg University Publishing. DOI: <http://doi.org/10.17885/heiup.470.c6678>
- McMillan, James, e Sally Schumacher. 2005. *Investigación educativa: una introducción conceptual*. 5^a ed. Tradução de Joaquín Sánchez Baidés. Madrid: Pearson.
- Morais, Maria de Fátima, e Leandro Almeida. 2019. "I would be more creative if...: Are there perceived barriers to college students' creative expression according to gender?" *Estudos de Psicologia* 36: e180011. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0275201936e180011>
- Morais, Maria de Fátima, Ivete Azevedo, e Fernanda Martins. 2021. "Crenças acerca de Criatividade: mitos ou verdades? Apresentação de uma escala de avaliação." *Revista Ibero-Americana de Criatividade e Inovação* 2(4): 184-197.
- Nakano, Tatiana de Cassia, e Solange Muglia Wechsler. 2018. "Creativity and innovation: Skills for the 21st Century." *Estudos de Psicologia* 35(3): 237-246. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02752018000300002>
- Napier, Jaime L., Alexandra Suppes, e Maria Laura Bettinsoli. 2020. "Denial of gender discrimination is associated with better subjective well-being among women: A system justification account." *European Journal of Social Psychology* 50(6): 1191-1209. DOI: <https://doi.org/10.1002/ejsp.2702>
- Pereira-Guizzo, Camila de Sousa, et al. 2021. "Preditores de Barreiras à Criatividade de Estudantes de Engenharia." *Estudos & Pesquisas em Psicologia* 21(3): 1026-1045. DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2021.62708>
- Porto, Marina, e Manuela Romo. 2022a. "Influencias familiares y educativas en la infancia y juventud de mujeres altamente creativas." *ex æquo* 46: 139-154. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2022.46.09>
- Porto, Marina, e Manuela Romo. 2022b. "The Generative Force of the Domain and the Field: Contributions of Highly Creative Women." *Creativity* 9(2): 119-137. DOI: <https://doi.org/10.2478/ctra-2022-0014>
- Prado, Renata Muniz, e Denise Souza Fleith. 2020. "Mulheres talentosas no Brasil: Trajetórias e desafios profissionais na sociedade contemporânea." *Psicologia em Estudo* 25: e46906. DOI: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.46906>
- Reis, Sally. 2021. "Creative Productive Giftedness in Women: Their Paths to Eminence." In *Conceptions of Giftedness and Talent*, editado por Robert Sternberg e Don Ambrose, 317-324. Cham, CH: Palgrave Macmillan. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-030-56869-6_18
- Ritter, Simone M., et al. 2020. "Fostering students' creative thinking skills by means of a one-year creativity training program." *PLoS One* 15(3): e0229773. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0229773>

- Runco, Mark A., e Garrett J. Jaeger. 2012. "The Standard Definition of Creativity." *Creativity Research Journal* 24(1): 92-96. DOI: <https://doi.org/10.1080/10400419.2012.650092>
- Sanz de Acedo Lizarraga, María Luisa, e María Teresa Sanz de Acedo Baquedano. 2013. "Cómo el potencial creativo se relaciona con la metacognición." *European Journal of Education and Psychology* 6(2): 69-81. DOI: <https://doi.org/10.30552/ejep.v6i2.95>
- Schwab, Klaus. 2017. *The Fourth Industrial Revolution*. New York: Currency Books.
- Taparia, Mansi, e Usha Lenka. 2022. "An integrated conceptual framework of the glass ceiling effect." *Journal of Organizational Effectiveness: People and Performance* 9(3): 372-400. DOI: <https://doi.org/10.1108/JOEPP-06-2020-0098>

Marina Porto. Psicóloga, mestre em Processos do Desenvolvimento Humano e Educação na Universidade de Brasília, doutoranda em Psicologia na Universidade de Madrid. Professora na Universidade Católica do Uruguai. Vencedora do concurso tese em 3 minutos na Comunidade de Madrid. Pesquisadora e autora de artigos científicos nas áreas de criatividade, multiculturalismo e gênero.

Maria de Fátima Morais. Licenciada em Psicologia pela Universidade do Porto e doutorada em Psicologia da Educação pela Universidade do Minho. Nesta Universidade, é Professora Auxiliar do Instituto de Educação. É membro integrado do Centro de Investigação em Educação (CIEd). Pertence a conselhos científicos e editoriais de revistas. O seu domínio de investigação é a criatividade, sendo autora e coautora de várias escalas de avaliação e de publicações nacionais e internacionais sobre o tema.

Jessica Cabrera Cuevas. Graduada em Pedagogia (Pontificia Universidad Católica de Chile), Mestre em Ciências da Comunicação (Universidad de la Frontera) e Doutora em Criatividade Aplicada pela Universidad Autónoma de Madrid (UAM). Professora pesquisadora do Departamento de Pedagogia da Facultad de Educación e Formación de Profesores, UAM. Vice-presidente da Associação de Criatividade da Espanha, ASOCREA. Coordena a Linha de Criatividade e Complexidade da Cátedra Unesco de Educação para a Justiça Social da UAM.

Artigo recebido a 23 de maio e aceite para publicação em 19 de outubro de 2023.

Como citar este artigo:

[Segundo a norma Chicago]

Porto, Marina, Maria de Fátima Morais e Jessica Cabrera Cuevas. 2023. "Criatividade e diferenças de gênero na universidade: uma investigação exploratória com estudantes portugueses/as." *ex æquo* 48: 163-180. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.11>

[Segundo a norma APA adaptada]

Porto, Marina, Morais, Maria de Fátima, e Cabrera Cuevas, Jessica (2023). Criatividade e diferenças de gênero na universidade: uma investigação exploratória com estudantes portugueses/as. *ex æquo*, 48, 163-180. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.11>



Este é um artigo de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com



MMA AND CULTURAL INDUSTRY: A LOOK AT THE TRAJECTORY AND TRAINING OF FEMALE FIGHTERS

 Grasiela Oliveira Santana da Silva*

 Angelita Alice Jaeger**

 Paula Silva***

Abstract

Mixed Martial Arts gained popularity by promoting show fighting. The institutionalization and rationalization of the rules generated consumption and profits. This study analyses the coaching, commodification and training of athletes within MMA from the perspective of the Cultural Industry (CI) theory. We used observation and semi-structured interviews with 6 fighters and 3 specialist sport conditioning trainers, and the resulting data were subjected to content analysis with the aid of QSR NVivo software. Three categories emerged: Trajectory of female fighters in MMA; Training and functionality of athletes' bodies; MMA and sports commodification. Athletes' bodies are managed and programmed, precisely trained and made beautiful to become consumable.

Keywords: MMA, cultural industry, female fighters, training, commodification.

Resumo

MMA e Indústria Cultural: um olhar sobre a trajetória e o treinamento das lutadoras

O Mixed Martial Arts ganhou popularidade ao promover combates como espetáculo. A institucionalização e racionalização das regras gerou consumo e lucros. Este estudo analisa o treinamento, a mercantilização e a formação das atletas de MMA a partir da teoria da Indústria Cultural (IC). Utilizamos a observação e a entrevista semiestruturada com 6 lutadoras e 3 preparadores/as físicos/as, tendo os dados obtidos sido submetidos a análise de conteúdo com auxílio do *software* QSR NVivo. Três categorias emergiram: Trajetória de

* Secretaria de Estado da Educação e da Cultura – SEDUC, 49040-780, Aracaju, Sergipe, Brasil.
Postal address: Rua Gutemberg Chagas, 169 – DIA – 49040-780, Aracaju, Sergipe, Brasil.
Electronic address: grasielaoss@hotmail.com

** Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria – RS, 97105-900, Brasil.
Postal address: Av. Roraima n.º 1000, Cidade Universitária, Bairro Camobi, Santa Maria – RS, 97105-900, Brasil.
Electronic address: angelita@ufsm.br

*** Centro de Investigação em Atividade Física, Saúde e Lazer (CIAFEL-FADEUP), Faculdade de Desporto da Universidade do Porto (FADEUP), 4200-450 Porto, Portugal.
Postal address: Rua Dr. Plácido da Costa, 91, 4200-450, Porto, Portugal.
Electronic address: psilva@fade.up.pt

inserção no MMA; Treinamento e funcionalidade dos corpos; MMA e mercadorização. Os corpos das atletas são manipulados e programados, precisamente treinados e belos para tornarem-se consumíveis.

Palavras-chave: MMA, indústria cultural, lutadoras, treinamento, mercadorização.

Resumen

MMA e Industria Cultural: una mirada a la trayectoria y formación de las luchadoras

El Mixed Martial Arts obtuvo popularidad al promover combates como espectáculo. La institucionalización y racionalización de las reglas generó consumo y beneficios. Este estudio analiza el entrenamiento, la mercantilización y la formación de atletas del MMA partiendo de la teoría de la Industria Cultural (IC). Utilizamos observación y entrevistas semiestructuradas con 6 luchadores y 3 preparadores físicos y los datos obtenidos fueron sometidos a análisis de contenido con la ayuda del software QSR NVivo. Surgieron tres categorías: Historial de ingreso a las MMA; Entrenamiento y funcionalidad de los cuerpos; MMA y mercantilización. Los cuerpos de las atletas son manipulados y programados, entrenados con precisión y hermosos para convertirse en consumibles.

Palabras clave: MMA, industria cultural, luchadoras, entrenamiento, mercantilización.

Introduction

Mixed Martial Arts (MMA) was created by the brothers Hélio and Carlos Gracie with the aim of demonstrating the technical superiority of Brazilian jiu jitsu. Characterized by the combination of different martial arts, the first official edition of MMA took place in November 1993 in the city of Denver, in the United States. MMA gained popularity by establishing “no rules” fights, ending with knockout, dropout or judges’ decisions. The slogan was employed to captivate the audience, enticed by the allure of witnessing a fight presented in a show format. What was on the line encompassed honour, money, and even pure adrenaline (Awi 2012). At first, the goal was achieved, but soon after the event was banned because it was considered too violent, and its transmission was banned in 36 US states (Grespan 2015). It was necessary to create and institutionalize rules to delimit violence by exercising a civilizing power and rationalizing body practices (Elias and Dunning 1986).

In pursuit of profit, sports seek investments, organize themselves, adapt their formats, and incorporate the fundamental pillars of the social context (Brohm 1982; Casco 2018). This context gave rise to several perspectives on the emergence of the commodification of culture, through the standardization and rationalization of its forms. It was from this observation that Adorno and Horkheimer (2007) theorized what they called the Cultural Industry (CI) in 1947. Their aim was to transcend the critique of culture as merely a capitalist instrument, an economic perspective on the formation of individuals (Costa *et al.* 2003).

Studying sport in the light of CI allows us to think about it and to understand it as one of the strongest social expressions, a rich and multifaceted phenomenon capable of various reflections. Although sport has not been a central theme in the discussions of Adorno and Horkheimer (Vaz 1999; 2005), we will make use of their theory to observe the relationship between coaching, athletes' training, and consumption.

Sport is one of the main cultural activities, occupying a prominent place in society, and as it is linked to CI, it also becomes a commodity. The media that sell it, in turn, influence the body practices of individuals through the broadcasting of universal forms of behaviour and consumerism (Vaz 1999; 2003; 2005; Casco 2018). Some theorists' analyses allow us to understand the cultural production and reproduction of athletes' bodies as commodities (Vaz 1999; 2003) and to look at sport as an instrument of profitability and control over bodies.

As in other sports, fighting techniques and fitness in MMA originate a relentless pursuit not only of athlete's training, but also, above all, of economic profits. Concerning fighters, in addition of being technically and physically prepared, the shape of their bodies is also the object of glances, desires and sometimes repulsion, but they are bodies subjected to an economic order, trained bodies designed as a commodity for consumption (Silva, Jaeger & Silva 2016). Within MMA everything is thought of and connected according to a marketing logic. Women's inclusion¹ as athletes is imbricated in this show business, as are the best fights, sponsorship and career opportunities, which are allotted to the bestselling athletes, and not necessarily to those who get the best results (Jardim 2018; Grespan 2015).

The body must be perfected to become productive and profitable. The more efficient and beautiful athletes' bodies are, the higher the yields they generate (Silva, Jaeger, & Silva 2016). Just as Homer had to confront mythic forces and dangers, dominate and discipline his body (Adorno & Horkheimer 2007), they must face all the challenges required to build a great fighter.

Although MMA has emerged relatively recently, its economic development is clear, especially through the Ultimate Fighting Championship (UFC). UFC is in the media, uses pay per view (PPV) and other outlets (Combat Channel, Tatame Magazine, *The Ultimate Fighter* / TUF² and open channels) as essential tools to present and disseminate MMA. In this context, spectators are crucial for accepting, disseminating and consuming body practices. There is within this process the construction of a sport according to the principles and strategies of CI.

CI exerts pressure on individuals to meet the interests and needs of capital, making this capitalist logic present inside and outside the work environment. The

¹ The first female fight was held in 2013 between fighters Ronda Rousey and Liz Carmouche (Grespan 2015; Weaving 2014).

² TUF is a reality TV series produced by UFC. TUF 18 was coached by Ronda Rousey and Liz Carmouche, and TUF 20 featured the participation of an exclusively female cast and the debut of the strawweight division (Grespan 2015; Jardim 2018).

firmer the CI positions become, the more summarily it can deal with the needs of consumers, producing them, directing them, disciplining them, and even suspending fun: no barrier is raised against cultural progress (Adorno & Horkheimer 2007).

The world of commodity dominates everything that is lived, like sports practices. As an object of this logic of consumption, sport “creates, imitates and sells images, dreams, gestures, tastes, styles, clothes” (Bitencourt 1997, 86)³. Based on these discussions, we ask the following questions: To what extent does CI influence the insertion and permanence of athletes in MMA? How is the training strategy linked to CI?

The aim of this study is to analyse the training and commodification of athletes within MMA based on the theory of CI, considering MMA as a marketable product, which is directly and/or indirectly consumed. For this purpose, the study takes into account the views of athletes and sport conditioning trainers.

Methodology

Qualitative research studies have been carried out by authors who, with their theories, have enabled us to discuss and articulate ideas and think of our study object. Qualitative studies have in common an inseparable intertwining between the subjective and the objective, which can be found in social relations and in the way the researchers (Minayo 2008) interpret the information. In this study, we used observation and semi-structured interviews as research techniques to collect data.

The fieldwork took place in two fight academies located in the south of Rio de Janeiro, Brazil. Observations were conducted during all the moments of contact with the field. Our access to the spaces was preceded by a contact network and allowed for a week. Time constraints were due to the fact that one of the athletes was in the final stage of her early career preparation in the national MMA, and another was recovering from an injury that occurred during sparring and preparation of her UFC debut.

During the entire period of data collection, we followed the fighters’ training. Observation notes are significant as they allow us to capture the singularities of the interaction process among them and be closer to the experiences provided by the research context. The facts were captured and described as they unfolded and became relevant to the study. The idea was to be there and be able to capture the information, but without changing the training routines and commitments in order to capture the essence of our object of study. We had nine participants, briefly characterized in Table 1 below.

³ Our translation of the original text: “cria, imita e vende imagens, sonhos, gestos, gostos, estilos, roupas.”

Table 1
Study participants

Participants	Number	Age	Time in MMA	Education Level	Academy
Fighters	6	22 to 36 years	3 to 10 years	3 with higher education 3 with high school diploma	3 UFC 1 Invicta FC 3 without defined academy
Conditioning trainers	2 male specialists 1 female specialist	28 to 35 years	2 to 13 years	2 with a master's degree in physical education 1 with high school diploma and a black belt in judo	1 Invicta FC 2 UFC

Respondents signed an informed consent form and their identities were preserved. We will refer to them by using initials of their names followed by the words athlete and specialist sport conditioning trainer. We followed an interview guide structured from thematic scripts (personal information, interest in MMA, woman in MMA, training, MMA and athlete's visibility), but with complete freedom to pose other question(s) whenever we felt the need for more information.

All interviews were previously scheduled, and the purpose of the study was presented before we started the conversation. Data collection took place between January 21 and 25, 2019. The study was approved by the ethics committee of Faculty of Sport (CEFADE, 19, 2018). It must be stressed that socializing with the participants, even for a short time, was significant enough to establish a relationship of trust between them and the researchers. Diving into the world of female MMA athletes has enabled us to look at our object of study more clearly and to grasp and experience more closely the reality within the fight academies.

Data analysis

Our analyses transcend the boundaries between the present and the past, constructed through immersion in the field under study, and through experiences and observations within the realm of MMA. We established a triangulation process and, through the particularities of the data, we looked at the whole and went through the statements, speeches and discourses that are produced in MMA. For this, we will follow the three phases proposed by Marcondes and Brisola (2014): preparation, meeting and evaluation of data quality, followed by the formulation of the analysis categories. The data collected was subjected to an interpretative

analysis after the information had been processed using the QSR NVivo 12 Pro program. The software was used to aid coding and to develop hierarchical coding trees to organize the content analysis (Bardin 2004), from which the following categories emerged: Trajectory of female fighters in MMA; Training and functionality of athletes' bodies; MMA and sports commodification.

Trajectory of female fighters in MMA

MMA is a sports practice characterized by combining techniques from various martial arts. The lack of rules associated with the high level of violence made its practice prohibited. As a development strategy, its mentors created and sanctioned the rules, managing to "find the right balance between entertainment, business and sport performance" (Awi 2012, 180)⁴. Other advertising and profit-making strategies were the creation of TUF⁵ and later the hiring of female athletes by UFC.

According to Grespan (2015), some events influenced the hiring decisions: the purchase of the MMA organization Strikeforce by Zuffa, the continuation of fighting between Strikeforce athletes, the creation of the Invicta Fighting Championship (Invicta FC) and the interest in keeping the contract of the Strikeforce fighters now fighting for the UFC. Many viewers divide MMA fighters into two groups: attractive yet ineffective, or manly steroid-users. Although they recognize female talent, there is a clear polarization of fighters into hot or manly (Holthuysen 2011). The fact is that the existence of female athletes in MMA has become a profitable strategy by combining technique and beauty in one fight (Weaving 2014). And, as it is a territory legitimized as a stronghold of masculinity, the presence of women athletes in these spaces is demarcated by their technical skills and the beauty of their bodies. It is necessary that they experience sport, but without neglecting their beauty and grace.

My mother didn't like it at first. She'd say: you messed up her body, are you all muscled and hurt your face? (KV, fighter)

It was necessary to fight and break with the sexual stereotypes that characterize combat sports. In the quotation above, maternal concern expresses a fear that the woman who inhabits a virile body distances herself from a normalized femininity. The presence of women in a privileged space for the construction of mascu-

⁴ Our translation of the original text: "encontrar o equilíbrio certo entre entretenimento, negócios e desempenho esportivo."

⁵ TUF 20 was marked by the presence of a female squad and the inclusion of the strawweight division in the event. Notably, the season's theme was "Beauty and Strength", displaying sexualized body images and technically prepared fighters (Channon *et al.* 2018; Jennings 2015).

linity can make bodies visible, restructuring and resignifying what is hegemonically identified as feminine (Fernandes *et al.* 2015). They are life stories that reflect a trajectory of determination and diversification in the ways of seeing/feeling their bodies and their potential.

My maternal grandfather is a retired boxer and the other a kung fu fighter. It was new for me to be the only one to follow this path and when I came to MMA I went straight to the professional path. (GRV, fighter)

I have already participated in the Brazilian Olympic Fight and Judo teams, I fought many years in judo and I was a little disappointed, so I decided to migrate to MMA once and for all. (KV, fighter)

The viability of building a career through sport becomes an interesting and achievable possibility. If the sport generates profit, all the involved also gain, and this was one of the reasons for the insertion and permanence of athletes and the female specialist sport conditioning trainer within MMA.

So, I used to practice muay thai and then, because of the money, I migrated to MMA. (LA, sport conditioning trainer)

I migrated to MMA as a challenge and a dream, it's always a personal achievement. Jiu jitsu wasn't giving me a financial return and MMA is different. (VJ, fighter)

I fought muay thai, I only won a medal, still paid the registration and I wasn't recognized. I decided to go into MMA for financial reasons and I still am today. (LP, fighter)

In sports, the profits championed by CI are not only due to the consumption of the practice, the sale of pay per view, the tickets or the broadcasting rights. Indeed, the athlete's own body is now commodified, physically worshiped, exposed in advertising so that it is desired, copied and not only noticed (Hansen & Vaz 2004; Araújo, Vaz, & Bassani 2018; Albino & Vaz 2008; Bassani & Vaz 2008). Sport brings within it elements from the alienated world of work, from an income associated with the idea of productivity, of a machine body capable of operating the system of market logic (Adorno 2005). Within the CI, human nature is subordinated to the unrestricted control of instrumental rationality, leading to the objectification of the body and relegating the living body to a mechanical one (Adorno & Horkheimer 2007, 218).

The focus on MMA as a job and a business is very much sought by athletes, and there is, in this sense, a whole logic that permeates the way they manage their careers, optimizing opportunities and consolidating their names in MMA. Athletes become interesting products, especially if they have excellent technical and physi-

cal performance, and are beautiful, feminine and sexy. The body is loved, worshiped and enhanced in elements that meet the CI logic. Through the efforts required and the functionalization of the body in sports, "people are unwittingly trained into modes of behaviour which, sublimated to a greater or lesser degree, are required of them by the work process" (Adorno 2005, 195).

MMA is not just a sport, it's a profitable business. Jardim (2018) draws attention to the lack of heavier categories within female MMA and raises concerns about athletes' fear of developing more muscles and being somewhat outside a female body pattern. It is also worth noting that there are fewer MMA categories, which imposes a certain limitation on the number of female fights.

As a woman, we have some easier ways, but at the same time, it is not so easy because there are not so many women and not so many categories. The boys can do 4, or 5 fights and I only get 2, or 3 at most in a very active year. (GRV, fighter)

Men always have the first place, always have more fights, fight the main fight, but women always fight the best fight of the night, the best knockout, the best submission. (IN, fighter)

Reaching the highest professional level and being recognized internationally is not an easy path. Regarding revenue, fighters receive lower values than men (Jardim 2018). Martial arts are presented as another space within the economy of visibility. You have to submit to the logic of CI, work hard enough to be recognized and get a financial return. It is necessary to create cultural and economic conditions to acquire visibility, and a driving factor was the media scenario. CI allows female athletes to become marketable and therefore visible (McClearen 2021).

Sport makes bodies spectacular, celebrates their deeds and conquests. Within this process, the fighters' bodies are reduced to merchandise. They are bodies at the service of society and, when produced and consumed, they satisfy the desires of the spectators, and whoever resists can only survive by integrating (Adorno & Horkheimer 2007).

Training and functionality of athletes' bodies

The athletes' preparation is not detached from a context that condenses solely in one place the training and strategies of a consumer culture. The way MMA was conceived and designed allows us to state that it is simultaneously a sport and a spectacle. There is within this logic a power of involvement and motivation that, through the production of strong and technically skilled bodies, seeks the construction of fighters and the legitimation of sport.

Spencer (2013) highlights three essential aspects to the training of an excellent fighter: combat, ritual and performance. One must dominate the specific tech-

niques and practices of the martial arts and prepare for combat; ritualize movements to make them increasingly accurate; undergo various trainings and prepare the body for effective performance:

It was observed that, although the athletes shared the same spaces, their training was individualized and conducted by different specialist sport conditioning trainers. Each of them had their training team among all the professionals working in the spaces, except in the training of the techniques of the various fights. This was conducted by the same teachers / masters, all men, but following training strategies either in line with athletes' potential and difficulties, and with the possible opponent. The training included martial arts, strength, agility, endurance and sparring⁶, and was distributed throughout the week and in all timetables. On weekends, workouts were shorter. (Observation log, 23 January 2019, 10:00 hrs)

They train different fighting styles every day and perform strength, endurance and agility exercises, becoming more intense in the months before the fight. The body is manipulated and technically prepared; those who construct it within the framework of CI perceive it as a mobile mechanism, with its joints comprising different parts of this mechanism, and the flesh serving as a simple covering for the skeleton (Adorno & Horkheimer 2007, 219).

Two months before the fight it is tougher than in my daily life. Usually, I do three workouts. In the morning I'm in the middle and I fight with everyone, I fight with men, with girls and I finish the training, then in the afternoon I come, and I work on technique, at night I do jiu jitsu, wrestling, it depends a lot on the day. (IN, fighter)

Three times a week I do muay thai, twice I do boxing, and every day I do jiu jitsu. I mix it up so I don't get too tired. (KV, fighter)

We fight daily. We train, for example, fall boxing, muay thai. Each day we train one thing, the separate modalities. There is still sparring and physical preparation. (VJ, fighter)

The excerpts allow us to notice a dynamic in the use of spaces and training execution according to the goal to be attained, athletes' potentialities and weaknesses, and training stage. Each training phase becomes fundamental to the athlete's preparation and training, a path that is followed by everyone, each one performing their function in harmony with the whole. A well-trained body will be prepared for the purpose it seeks, but one must also know the opponent to design

⁶ Physical preparation characterized by a real fight simulation, designed according to the athlete's need and preparation for a particular fight.

and execute each step based on the potential strengths and weaknesses of the combat. One must have courage and make the body resistant to pain.

Physical preparation is the simulation of pain. You drive the body to similar or greater potentials, depending on the training phase. When the moment of combat arrives, the body will be adapted. (A, sport conditioning trainer)

In physical preparation we deal with the muscle issue, right, with the issue of effort. It is necessary to train and prepare well the athlete not to despair with the pain, I can put pain between quotation marks (lol). It's the effort it's been doing [...]. (LA, sport conditioning trainer)

[...] if she suffers inside the gym, in the fight she won't see anything that hasn't happened before, you know? (V, sport conditioning trainer)

The biggest preparation is sparring. It's a training similar to fighting and perhaps harder than it. (KV, fighter)

On the fourth day of training, Fighter KV led me to the fight room. She was in the process of preparing for her UFC debut, and one of the training sessions I witnessed was sparring. In all, there were 5 people: the athlete, another fighter (GRV) and the other athletes. The athlete had to perform various fighting blows with everyone who was there. It was a very strenuous activity, tiredness was visible in her face, but also her claw and the wish to fight a good fight. (Observation journal, January 24, 2019, 16:00 hrs)

Suffering in training is justified by the result inside the octagon. Victory becomes a symbol of worthiness and recognition that all the effort was valid. Hansen and Vaz (2004) state that there can be no training without body mastery in a rationalized way, without a transformation of the body into machinery available in the afterlife, and why not say it, in favour of a sports industry culture. In this process, sacrifice is an essential condition for mastery and is present through renunciation and self-control, the condition of nature that composes the subject (Adorno & Horkheimer 2007).

In this sense, technique and all the training projected onto the bodies go through a rational and planned structure that, based on scientific knowledge, builds fighters prepared for combat. Adorno and Horkheimer (2007, 20) sustain that the submission to logical formalism is bought with the subordination to everything that immediately surrounds individuals. The training of the female athlete is, therefore, linked to a control mechanism, not only to prepare a physically strong and skilled body for the fight, but above all at the service of a CI logic. In sport, the technical instrument by nature is the body itself, so it is the body that must be mas-

tered, tamed and trained for the purposes sought (Vaz 1999). Sport serves a functional role in maintaining the market, consequently influencing the preparation of athletes associated with the construction of the MMA spectacle. Whether you are the strongest fighter with the most effective technique, the fact is that a good fight attracts more eyes, brings more visibility and generates more profit. When asked whether female fighting involved more technique or strength, they answered:

We joke that women in Paraíba are like, they have an unusual force. Claudia Gadelha⁷ is strong as hell. Polyana Botelho too is very strong. They are fighters who have a knockout career, which is not very normal for women like that. But I think the woman is more technical. (GRV, fighter)

The guys go more to the technique; they study a lot. The woman already wants to fight. And the woman has already had a competition in her, right?! (PB, fighter)

It is possible to observe that the technical and strength components acquire a common character, both being relevant to the athlete's training. Within this process, what is the most noticeable at the time of the combat are the specific skills of each athlete, whether they come from a greater strength or a better technique. Trainings undergone by athletes are rationally and technically structured and are also based on the essence of their training. A manageable, measured and programmable body, when subjected to training becomes effectively prepared to develop the technique and strength required for combat. Within this logic, there is no attention given to the singularity of the fighters—women with emotional singularities that, when respected, have a positive impact on their self-confidence and self-efficacy (Figueiredo *et al.* 2021). Bodies within CI belong to the world of non-freedom (Adorno & Horkheimer 2007) which, within the sports shows, alienates and mystifies the figure of the heroine athlete. They are bodies that enhance an athlete's ideal image, reflected in the harmonization of muscles, in the effectiveness of their techniques, in the enhancement of their strengths and in the glorification of their achievements.

MMA and sports commodification

"It's time!" is the famous slogan pronounced by UFC announcer Bruce Buffer. He somehow announces not only a fight, but above all a sport that in such a short time of existence has been increasingly gaining popularity. The ability to spread so rapidly across the cultural industry coupled with its spectacular character increases its commodification possibilities.

⁷ The fighters mentioned throughout the study (Rousey, Claudia Gadelha, Amanda Nunes and Polyana Botelho) are from the UFC, and Rousey was the first hired by the organization.

In the case of MMA, some strategies were designed and implemented to attract more and more eyes: the trash talk, the exchange of insults between athletes to promote the fight and get a more profitable fight, money fight; the weighing face-to-face where the fighters clench their fists and confront each other in a clear demonstration that they are prepared for combat; the meetings promoted between athletes and fans in the days before the event (Jardim 2018). It is possible to observe that all this structure is based on CI theory, involving its commodification, from training to the strategies of making it increasingly known.

MMA is a financial market. If UFC had no money, MMA would probably not be what it is today. (A, sport conditioning trainer)

UFC does a sensational job, right, with media and everything. I think that was missing, to really professionalize the sport. (V, sport conditioning trainer)

MMA has gained popularity and has become a sport that many athletes long for in the context of martial arts. More than a hope and a dream that comes true, it has become a profitable business. In general, athletes are sponsored by their fighting academies, except those hired by renowned organizations, such as Invicta FC and UFC. Invicta FC is sponsored by Alienware, AWMA, AlertSquad, O2 Trainer, V-Fashion, Wilner and O'Reilly; UFC, as the owner of one of the fastest growing sport brands in the sports world, established business partnerships with Reebok, Go4it, Try and PokerStars. Athletes' achievements, technical skills and courage call for a spectacularization of MMA bounded by what is or is not acceptable, profitable and saleable. The athlete's body, a technical instrument by excellence, becomes obedient, disciplines pain and fascinates everyone with its technical skills and strength. They are bodies that move between media spaces like a street sales catalogue willing to launch the latest fashion, promote a clothing brand or demonstrate the effectiveness of the energy drink of the moment.

The fact is that, in gaining strength and popularity, sport can/should be followed and consumed. This movement, spread mainly by the media, is the operational arm of CI. The sale of pay-per-view fights and broadcast rights by Fox Sports and Canal Combat (Brazil), the reality show where their athletes' training and preparation are shown and the exclusive brand agreement is broadcasted, have played a fundamental role in the dissemination and expansion of the marketing capacity of this emerging sport (Jardim 2018; Grespan 2015).

In this sports scenario, it is possible to notice a business network connected to the athletes who are prepared for the fight and to become celebrities whose images are explored in different marketing forms (Jardim 2018).

It's a giant open door. She (Ronda Rousey) opened it for herself, and it opened for all the other girls, and we have a huge space today. (IN, fighter)

Ronda was the biggest reference for many people, made movies, made sensual commercials, she is seen as beautiful, but an athlete at the same time. (A, sport conditioning trainer)

McClearen (2021) states that the UFC, when using the image of fighter Ronda Rousey, employs not only the rhetoric of female empowerment, but also generates an emotional bond of submission of female fighters to a system in which few will achieve the same success. In sport and its commercial exploitation, there is a search for both the building of excellent fighters and of women athletes whose beauty is considered as a potentially profitable “product”. Adorno and Horkheimer (2007) argue that CI repeatedly exposes its object of desire, in the case of MMA women athletes, their skilful, toned and sexy bodies.

Amanda Nunes appeared two seconds and Ronda three minutes. They give her more visibility. So, it's like, there's more sponsorship, there's more there [laughs]. (IN, fighter)

The UFC wants to explore this, it is to show the woman's femininity and the fighter's role, right? So, they try to do all that marketing on them, as happened with Ronda. Got it? (KV, fighter)

It's the market, it's the financial market. If you don't get UFC's attention, UFC won't look at you. But it's not getting attention being ordinary, it's you showing your technical potential and beauty that sells, people follow you. (A, sport conditioning trainer)

Sport celebrates the big numbers, the one that conquers the most, the most skilful, the most beautiful, the one that sells the most. The athlete's value is now measured by technique, strength, and beauty. The fetishistic character of merchandise takes hold of people and transforms them into fetishes for themselves (Adorno 2005).

UFC is an event that is giving more space to women, opening categories, and giving visibility to women, valuing women, right? And it always tries to keep the feminine side of the woman and that side of the fighter [...]. Thank God the UFC helped a lot, right, to value women. (KV, fighter)

Within MMA there is an appreciation for the fighting woman, but also for her femininity. A fighter must have stamina, strength and technique to compete and occupy a place that was not intended for her. Being feminine means to display an attractive body to straight male looks. “If women were going to be part of mixed martial arts and the UFC, they must, as their first function, serve the male gaze” (Jennings 2015, 73).

Their behaviours reflect a constant quest to be seen as beautiful / attractive, skilled/strong, and therefore considered a good achievement for UFC's great mentors, audiences, and sponsors. They are bodies that adjust and adapt to a marketing bias. Jardim (2018) sustains that within MMA there is a beauty market in which gender, sexuality and race interrelate, defining the ideal athlete. Therefore, it is necessary to present oneself as beautiful, sexy and an expert fighter to become more attractive to sponsors and thus boost one's career.

I post a normal workout photo I have 100 likes; I post a bikini photo I have 500 likes. It's media. If I have to pose in a bikini, panties and bra, why not? (IN, fighter)

It's all marketing and we take advantage of it. It's another way to earn money. Our career is not long, so I take advantage of that and manage to make money in another way. (PB, fighter)

The fighters' statements demonstrate that sensual events are common and that this is part of the marketing of both the athlete and the fighting promoters. Allowing their beauty to be explored also means expanding the possibilities for success and profit. Within this logic of consumption, the value of women athletes' bodies and many others is provided also through their looks, and it is culturally conditioned, codified and manipulated by the media, a central element of CI. When asked if beauty is an influencing factor for their appreciation and recognition within MMA, they agreed:

You start to look at that woman, who is beautiful and everything, and then she becomes a fighter, and she is going to be known. So, beauty helps, of course. (KV, fighter)

According to Jardim (2018), the fighters most valued by organizations and sponsors are those who, in addition to their good athletic performance, also fit into a femininity standard. Although combat sports are open to female athletes and spectators, the former are still designed and produced by and for a mostly male and heterosexual audience. Because they demand strength and aggression, odd elements to female ideals, those who dare to break with such structures are considered deviant. Sport is still a space marked by the perpetuation of behaviours that reiterate normalizing representations of femininity and masculinity.

Final considerations

MMA involves a number of characteristics that make it, like other modern sports, an element of CI: competitiveness, the desire for victory, the possibility of rising and profit. CI can be found in the pursuit of professionalism, in the beauty

of bodies and in the execution of their techniques. Everything is designed for commercialization and revenue. Athletes are CI products, trained to create conditions of consumption. Within this logic of sports cultural industry, athletes' bodies become something that has to be manageable, measured and programmed, accurately trained and beautiful to become products that can be consumed.

CI sells an athlete's ideal, and even if it is a utopian idea of the individual, or even the image of a heroine, the fighter is a cultural product and ends up being an advertisement for herself. Within this logic, there is a perfect fit between means and ends, and the athlete's training is also permeated by media strategies that confer power and recognition. Therefore, training the athlete and preparing her technically and physically involves the construction of symmetrically adequate body shapes and the rendering of a service to sports commodification. The more beautiful and efficient the athletes are, the higher their financial income will be.

The fact is that engaging in combat sports demonstrates that the fighters have taken a challenging, bold and certainly liberating stance by moving in the opposite direction to the traditionally established norms. As athletes, they break down gender barriers, but as they enter the sport, they still need to exhibit a standard femininity. As Rhoades Lima (Combat Channel MMA narrator) says, "put on your gloves, put on your mouth guards, and let's go to the fight."

Authors' contributions

SGOS: Conceptualization; research; methodology design; observation and interviews; original draft, including translations; revision of the text.

JAA: Conceptualization; research; methodology design; orientation in the production of the study; revision of the text, including translations.

SP: Conceptualization; research; methodology design; orientation in the production of the study; revision of the text, including translations.

All authors have read and agreed to the published version of the manuscript.

Conflict of interests

The authors have no conflict of interest to declare.

References

- Adorno, Theodor. 2005. *The Culture Industry: Selected Essays on Mass Culture*. Edited by J.M. Bernstein. London: Routledge Classics.
- Adorno, Theodor, & Max Horkheimer. 2007. *Dialectic of Enlightenment*. Edited by Gunzelin S. Noerr. Translated by Edmund Jephcott. Stanford, CA: Stanford University.

- Albino, Beatriz Stainbach, & Alexandre Fernandez Vaz. 2008. "O corpo e as técnicas de embelezamento feminino: esquemas da indústria cultural na Revista Boa Forma." *Movimento* (ESEFID/UFRGS) 14(1): 199-223.
- Araújo, Amanda Mello Andrade de, Alexandre Fernandez Vaz, & Jaison Bassani. 2018. "Corpo e identidade: um olhar sobre mulheres praticantes de *bodybuilding*." *Movimento* (ESEFID/UFRGS) 24(3): 961-972. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.76213>
- Awí, Fellipe. 2012. *Filho teu não fuge à luta*. Rio de Janeiro: Intrínseca.
- Bardin, Laurence. 2004. *Análise de conteúdo*. Traduzido por Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70.
- Bassani, Jaison, & Alexandre Fernandez Vaz. 2008. Técnica, corpo e coisificação: Notas de trabalho sobre o tema da técnica em Theodor W. Adorno. " *Educação & Sociedade* 29(102): 99-118.
- Bitencourt, Fernando Gonçalves. 1997. "Globalização: O Esporte e a Cultura de Consumo." *Motrivivência* 10: 85-95.
- Brohm, Jean-Marie. 1982. *Sociología política del deporte*. Traducción de David Álvares Aub y René Palacios More. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica.
- Casco, Ricardo. 2018. "Ideologia esportiva e formação do indivíduo: contribuições da Teoria Crítica do Esporte." *Psicologia USP* 29(2): 179-188. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-656420160149>
- Channon, Alex, et al. 2018. "Sexualisation of the fighter's body: Some reflections on women's mixed martial arts." *Corps* 16(1): 383-391. DOI: <https://doi.org/10.3917/corp1.016.0383>
- Costa, Alda Cristina Silva da, et al. 2003. "Indústria cultural: revisando Adorno e Horkheimer." *Movendo Ideias* 8(13): 13-18.
- Elias, Norbert, & Eric Dunning. 1986. *Quest for Excitement: Sport and Leisure in the Civilising Process*. Oxford: Basil Blackwell.
- Fernandes, Vera, et al. 2015. "Mulheres em combate: representações de feminilidades em lutadoras de Boxe e MMA." *Revista da Educação Física/UEM* 26(3): 367-376. DOI: <https://doi.org/10.4025/reveducfis.v26i3.26009>
- Figueiredo, Luiza Ferreira, et al. 2021. "Aprendendo e ensinando mulheres a lutar: práticas exemplares e reprováveis nas artes marciais." *Revista Brasileira de Psicologia do Esporte* 11(2): 147-165. DOI: <https://doi.org/10.31501/rbpe.v11i2.11396>
- Grespan, Carla Lisboa. 2015. *Mulheres no octógono: performatividades de corpos, de gêneros e de sexualidades*. Curitiba: Appris.
- Hansen, Roger, & Alexandre Fernandez Vaz. 2004. "Treino, culto e embelezamento do corpo: um estudo em academias de ginástica e musculação." *Revista Brasileira de Ciências do Esporte* 26(1): 135-152.
- Holthuysen, Jaime. 2011. "Embattled Identities: Constructions of Contemporary American Masculinity Amongst Mixed Martial Arts Cagefighters." PhD Dissertation, Arizona State University.
- Jardim, Juliana Gomes. 2018. "'It's time!' MMA feminino, mercado da beleza e cis-heteronormatividade: uma etnografia multissituada com lutadoras brasileiras." PhD Dissertation, Universidade Estadual Paulista.
- Jennings L. A. 2015, "Beauty and Strength: Defining the Female Body in *The Ultimate Fighter* Season 20 Promotional Campaign." In *Global Perspectives on Women in Combat Sports*, edited by Alex Channon, & Christopher R. Matthews, 73-85. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Marcondes, Nilsen Aparecida Vieira, & Elisa Maria Andrade Brisola. 2014. "Análise por triangulação de métodos: um referencial para pesquisas qualitativas." *Revista Univap* 20(35): 201-208. DOI: <https://doi.org/10.18066/revunivap.v20i35.228>

- McClearen, Jennifer. 2021. *Fighting Visibility: Sports Media and Female Athletes in the UFC*. Urbana, Chicago: University of Illinois Press.
- Minayo, Maria Cecília de Souza. 2008. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 11th ed. São Paulo: Hucitec.
- Silva, Grasiela Oliveira Santana da, Angelita Jaeger, & Paula Silva. 2016. "Mulheres no *Mixed Martial Arts*: Corpos fora do lugar?" *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto* 1(S2A): 107-115.
- Spencer, Dale. 2013. *Ultimate Fighting and Embodiment: Violence, Gender and Mixed Martial Arts*. London: Routledge.
- Vaz, Alexandre Fernandez. 1999. "Treinar o corpo, dominar a natureza: notas para uma análise do esporte com base no treinamento." *Caderno CEDES* 19(48): 89-108. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32621999000100006>
- Vaz, Alexandre Fernandez. 2003. "Corpo, educação e indústria cultural na sociedade contemporânea: notas para reflexão." *Pro-Posições* 14(2): 61-75.
- Vaz, Alexandre Fernandez. 2005. "Teoria Crítica do Esporte: origens, polêmicas, atualidade." *Revista Esporte e Sociedade* 1(1): 1-23.
- Weaving, Charlene. 2014. "Cage Fighting like a Girl: Exploring gender constructions in the Ultimate Fighting Championship (UFC)." *Journal of the Philosophy of Sport* 41(1): 129-142. DOI: <https://doi.org/10.1080/00948705.2013.858393>

Grasiela Oliveira Santana da Silva. PhD in Physical Activity and Health from the Faculty of Sports of the University of Porto (FADEUP). Master in Sociology from the Federal University of Sergipe – UFS/Brazil. Full Degree in Physical Education from UFS/Brazil, Specialist in Psychopedagogy – Faculdade Redentor (RJ) and in Management and Education – Faculdade Pio X (SE). Sports technician by the State Department of Education and Culture/SEDUC in Sergipe/Brazil.

Angelita Alice Jaeger. PhD in Human Movement Science from the Federal University of Rio Grande do Sul, Brazil. Master in Human Movement Science from Federal University of Santa Maria (UFSM), Brazil. Graduated in Physical Education – UFSM. Associate professor at UFSM, leader of the Research Group on Diversity, Body and Gender (GEDCG).

Maria Paula Monteiro Pinheiro da Silva. PhD in Sports Sciences, Faculty of Sports of the University of Porto (FADEUP), Portugal. Master in Sports Sciences from FADEUP. Assistant Professor at FADEUP. Vice-President of the Pedagogical Council of FADEUP. Member of the FADEUP Ethics Committee. Researcher at the Research Center for Physical Activity, Health and Leisure (CIAFEL).

Received on 3 May and accepted for publication on 19 October 2023.

How to cite this article

[Chicago Style]

Silva, Grasiela Oliveira Santana da, Angelita Alice Jaeger, & Paula Silva. 2023. "MMA and Cultural Industry: A look at the trajectory and training of female fighters." *ex æquo* 48: 181-198. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.12>

[APA Style – adapted]

Silva, Grasiela Oliveira Santana da, Jaeger, Angelita Alice, & Silva, Paula (2023). MMA and Cultural Industry: A look at the trajectory and training of female fighters. *ex æquo*, 48, 181-198. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.12>



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs license (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), which permits noncommercial reproduction and distribution of the work, in any medium, provided the original work is not altered or transformed in any way, and that the work is properly cited. For commercial reuse, please contact apem1991@gmail.com



Recensões

***Diálogos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo*, organizado por Márcia Santana Tavares e Ângela Maria Freire de Lima e Souza. Salvador: EDUFBA, 2022, 331 pp.**



Flávia Nogueira Gomes

Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, 40210-909 Brasil
flaviagomes.adv@gmail.com

O livro *Diálogos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo*, publicado em 2022 pela Editora da Universidade Federal da Bahia, é uma primorosa coletânea de textos organizada pelas pesquisadoras Márcia Santana Tavares e Ângela Maria Freire de Lima e Souza. Conta com a colaboração de investigadoras/es de formação acadêmica diversificada, entre docentes, egressas/os e parceiras/os que mantêm algum vínculo com o Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), cujos trabalhos integrantes têm como fio condutor os estudos de gênero e feminismos.

A obra reflete o protagonismo, a seriedade e o compromisso do PPGNEIM com um feminismo transformador. Propõe realizar a difusão de ideias e tramas feministas, integrando o teórico e o empírico em suas abordagens metodológicas, através do diálogo entre as temáticas tratadas, sob perspectivas e enfoques diversos.

Ao apresentar ao público um trabalho original e muito bem articulado em seus nove capítulos, utilizando uma linguagem acessível, mas nem por isso menos crítica e reflexiva, inter-relacionando teorias e vivências (práxis), a coletânea revela a “complexidade e heterogeneidade de determinados temas analisados no campo dos estudos feministas” (p. 10). A estrutura dos capítulos está organizada em eixos de análise específicos, e aborda temas como a trajetória da criação de um núcleo de estudo com viés interdisciplinar; o sexismo no ambiente acadêmico e de trabalho (contributos das áreas do Direito e Terapia Ocupacional); invisibilidades no mundo jurídico, nos movimentos sociais e feministas; as formas de violência contra as mulheres, no Brasil e além.

Logo no primeiro capítulo, as autoras Cecília B. Sardenberg e Márcia S. Macedo, ao analisarem a metodologia pertinente para a investigação e construção

de saberes relativos aos estudos feministas, problematizam em torno das noções de disciplinaridade, interdisciplinaridade e abordagens multi e transdisciplinares. Defendem que os estudos feministas, “a partir da perspectiva de gênero, se voltam precisamente para a análise de processos multidimensionais e multifacetados, que transpõem os limites disciplinares” (pp. 22), rompendo com o paradigma da ciência moderna. Sustentam a necessidade de construção de novas epistemologias que reconheçam a “posicionalidade” dos sujeitos cognoscentes e a legitimidade de um conhecimento objetivamente construído a partir de questionamentos formulados aos diferentes saberes disciplinares, estabelecendo pontes entre os diversos campos do conhecimento. Ao situar, portanto, os estudos feministas em um campo do saber inter e trans disciplinar, discutem como a referida característica vem se manifestando na institucionalização desses estudos.

Neste sentido, e acompanhando o movimento de institucionalização dos estudos de mulheres e de gênero, ocorrido especialmente nas décadas de 1980/90, no Brasil, as autoras apresentam a história (trajetória) do NEIM – Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher e sua fundamental contribuição para o desenvolvimento e “capilarização” dos estudos feministas. Destacam, ainda, como tal movimento resultou na criação de um programa audacioso de pós-graduação, um curso voltado para atender as demandas advindas das discussões sobre as problemáticas da mulher, configurando uma importante iniciativa voltada para o fortalecimento desse campo de estudo. É necessário, também, registrar o pioneirismo do PPGNEIM que, no início dos anos 2000, contava com o primeiro curso de mestrado do Brasil com a referida temática e o primeiro curso de doutorado da América Latina.

No segundo capítulo, o trabalho intitulado “Assédio sexual e moral contra mulheres no mundo jurídico: ‘esse silêncio todo me atordoia’”, de autoria de Salete Maria da Silva, Sônia Jay Wright, Rosalina Semedo de Andrade Tavares e Virgínia Cavalcanti Coelho, traz à baila a invisibilidade do assédio moral e sexual no mundo jurídico. O texto articula a análise de dados obtidos em uma pesquisa realizada sob coordenação da professora Salete Maria da Silva, revelando que, apesar do avanço no enfrentamento da violência contra as mulheres no Brasil, ainda há pouco debate sobre a violência sofrida pelas mulheres integrantes de carreiras jurídicas, fenômeno comumente não admitido ou não pronunciado publicamente, ensejando maior engajamento dentro do sistema de Justiça, com o enfrentamento da problemática a partir de uma perspectiva interdisciplinar, utilizando lentes de gênero.

Também a área da Terapia Ocupacional apresenta suas reflexões e contribuições do pensamento feminista na formação de terapeutas ocupacionais mais engajados politicamente, com atuação socialmente responsável, em favor das demandas sociais e de saúde das mulheres e grupos LGBTQIA+, a partir do desenvolvimento de habilidades e competências que lhes permitam identificar situações de sexismo ocupacional, bem como de ações voltadas aos direitos humanos, em texto intitulado “Estudos Feministas e Terapia Ocupacional: uma articulação teórica e política

de enfrentamento ao sexismo ocupacional”, assinado por Ângela Freire e Francisco Andrade, que compõe o terceiro capítulo da obra.

No quarto capítulo, Jesana Batista Pereira, Juliana Michaello Macêdo Dias e Walcler Lima de Mendes Junior tratam da invisibilidade da mulher egípcia, numa interessante abordagem sobre as expressões do feminino no signo dos países islâmicos, colocando em perspectiva algumas questões ligadas à construção da imagem do feminino pelos movimentos feministas no Egito, além do controle dessa imagem.

O texto “Somos mulheres, somos resistência: semeando a participação das mulheres no movimento sindical rural de Sergipe”, de autoria de Magaly Nunes de Góis e Márcia Santana Tavares, registra a história de resistência, lutas e mobilização das trabalhadoras rurais e analisa a Marcha das Margaridas no cenário contemporâneo, ilustrando a prática política das mulheres do campo, em busca de reconhecimento, autonomia, liberdade e justiça. A pesquisa tem por objetivo a reflexão sobre a participação das mulheres no movimento sindical rural, sob uma perspectiva de gênero, e analisar avanços, tensões e perspectivas das trabalhadoras rurais, no cenário brasileiro contemporâneo, que aponta para retrocesso de direitos conquistados e repressão às lutas e movimentos sociais (p. 144).

Na sequência dos eixos de análise, as pesquisadoras Vanessa Cavalcanti e Isabel Dias analisam, no sexto capítulo, a conexão entre violência e gênero com base na intersecção das desigualdades sociais, tomando o contexto comparado entre Portugal e Brasil. Destacam, sobremaneira, os movimentos ocorridos no âmbito de políticas públicas nas duas primeiras décadas do século XXI.

O sétimo capítulo, com assinatura de Iole Macedo Vanin, resgata a história da União Universitária Feminina (UUF) e a sua fundamental atuação para assegurar o acesso das mulheres na educação superior e o direito feminino ao exercício de atividades liberais, a partir da análise documental de notícias publicadas em jornais e periódicos, no início do século XX. Apesar do acesso à educação superior garantido pela Reforma Leôncio de Carvalho, as mulheres ainda encontravam resistência e crítica em uma sociedade permeada por valores patriarcais, que reservava o espaço acadêmico aos homens, sendo necessária a interlocução de certas entidades, como a UUF, para fortalecer a luta das mulheres. A mesma entidade teve uma participação determinante na reivindicação de reformas na legislação civil, assegurando conquistas para as mulheres no âmbito legal.

Em contexto além dos limites da realidade brasileira, também é possível encontrar dados alarmantes sobre a violência contra as mulheres. No oitavo capítulo, no trabalho intitulado “La Ley Integral Contra la Violencia de Género al Pacto de Estado en España: Algunas Ideas Para Seguir Trabajando”, a pesquisadora Belén Blazquez Vilaplana apresenta a experiência da Espanha que, apesar de possuir uma legislação avançada para proteção das mulheres, não consegue conter o avanço da violência de gênero, demonstrando que é preciso mais do que aspectos legais/formais para assegurar a segurança das mulheres: é necessário transformar a estrutura da sociedade, ainda tão fortemente marcada por valores patriarcais.

Encerrando a obra, Laila Rosa e Norma Mogrovejo assinam o nono capítulo “Cuerpas, Sonoridades e Feminismos de Abya Yala: Interlocações entre Brasil e México”. O texto retrata a experiência de interlocução entre os ativismos decoloniais, os feminismos de Abya Yala, mulheres, grupos LGBTQIA+ e a música entre os dois países.

É possível inferir, através da breve exposição sobre os capítulos que integram a obra, a diversidade, riqueza e potência dos temas abordados pelas/os investigadoras/es, que ora destacam aspectos teóricos, ora destacam aspectos empíricos, promovendo um diálogo instigante, que ultrapassa a experiência brasileira. A leitura acessível, mas crítica, como devem ser os estudos feministas, convida o/a leitor/a a conhecer o passado, analisar o presente e refletir sobre o futuro para, efetivamente, transformar a estrutura da sociedade patriarcal, sexista e misógina e combater a violência contra meninas e mulheres e grupos mais vulneráveis. Para tanto, é preciso mais do que garantias formais, é preciso propagar as ideias feministas e fazê-las circular, propósito cumprido com maestria por esta necessária obra.

Referências bibliográficas

Tavares, Márcia Santana, e Ângela Freire de Lima e Souza (orgs.). 2022. *Diálogos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo*. Salvador: EDUFBA.

Todos os capítulos do livro estão disponíveis no SCIELO: <https://books.scielo.org/id/33wpq>

Como citar este texto:

[Segundo a norma Chicago]:

Gomes, Flávia Nogueira. 2023. “Recensão: *Diálogos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo*, organizado por Márcia Santana Tavares e Ângela Freire de Lima e Souza. Salvador: EDUFBA, 2022.” *ex æquo* 48: 201-204. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.13>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Gomes, Flávia Nogueira (2023). Recensão: *Diálogos interdisciplinares sobre mulheres, gênero e feminismo*, organizado por Márcia Santana Tavares e Ângela Freire de Lima e Souza. Salvador: EDUFBA, 2022. *ex æquo*, 48, 201-204. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.13>



Este é um texto de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com

Del uxoricidio al feminicidio. Reseña de *El retrato de casada*, de Maggie O'Farrell. Traducción de Concha Cardeñoso. Madrid: Libros del Asteroide, 2023, 390 pp.

 Mercedes Alcañiz

Universidad Jaime I, 12006 Castelló de Plana, Castelló, España
mercedes.alcaniz@uji.es

La violencia contra las mujeres ha irrumpido en recientes polémicas políticas y mediáticas españolas debido al negacionismo mostrado por el partido político de ultraderecha Vox al no reconocer su existencia. Ante dicho negacionismo, que considera la violencia de género, y el caso extremo del feminicidio, como cualquier otro tipo de violencia acometida contra las personas, el libro de Maggie O'Farrell corrobora la indefensión experimentada por las mujeres en la época del Renacimiento (Farge y Zemon Davis 1994).

El retrato de casada es una novela biográfica centrada en Lucrecia de Médici, duquesa de Ferrara por su matrimonio con Alfonso de l'Este, y fallecida al año de contraer matrimonio, oficialmente de tuberculosis, pero extraoficialmente asesinada por su marido, tal y como se narra en el poema de Robert Browning "My Last Duchess" (1842). Ese poema inspiró a O'Farrell a investigar el uxoricidio de la duquesa fallecida, denominación que se daba al asesinato de la mujer por parte de su esposo, y que tal como expresa la autora en el capítulo final del libro, afectó a más mujeres en dicha época. El término proviene del latín *uxor* (esposa) y *cida* (matar). Se trataba de un crimen que, dado el contexto patriarcal de la época, no originaba investigación ninguna, quedando, pues, impune.

Maggie O'Farrell (n. 1972), es una novelista norirlandesa afincada en Edimburgo. Ha escrito numerosos libros y ganado diversos premios entre los que destaca el Premio Somerset Maugham en 2005 por su libro *The Distance Between Us*. Su última novela, *Hamnet* (2020), ganó el Women's Prize Fiction y el premio del Círculo Nacional de Críticos de Libros. En *El retrato de casada*, su última obra y que se reseña a continuación, la traducción al castellano ha sido realizada por Concha Cardeñoso.

La acción del libro transcurre entre los años 1544 y 1561, años de nacimiento y fallecimiento de Lucrecia. Si bien el contexto histórico es el renacimiento italiano, la autora no trata los acontecimientos acaecidos en la época, los relata de manera tangencial nombrando a los Medici, el papado, el ducado de Ferrara, el conflicto religioso entre protestantes y católicos y el virreinato español en Nápoles. La trama narrada se centra en la vida cotidiana de la clase noble italiana, realizada en sus palacios, castillos o residencias campestres. La nobleza es la protagonista, pero no obvia la descripción y presencia de la servidumbre, criadas y criados, doncellas, asistentes, soldados, etc. Frente a estas dos clases tan perfiladas se sitúan los pinto-

res de la corte y el médico que quedan fuera de la estructura central de la corte de los ducados.

El libro consta de veinte capítulos y la acción transcurre en cuatro ubicaciones que no tienen una linealidad temporal, sino que se intercalan espacial y temporalmente el palacio de los Médici en Florencia (*el palazzo*), la casa de campo de Alfonso Duque de Ferrara (*la delizia*), el castillo de Ferrara, residencia de los Duques (*el castello*), y la fortaleza, propiedad del Duque (*la fortezza*). Este último lugar es el que más presencia tiene – diez de los veinte capítulos desarrollan su acción en la *fortezza*. Es aquí donde se inicia y finaliza la obra, transfiriendo al lector o lectora sensaciones negativas, apoyadas con una descripción en tonos grises, oscuros, que transmiten angustia y desolación, la intuición de pavor debido a una situación límite. Por el contrario, los capítulos dedicados a la estancia en la *delizia* comunican optimismo, felicidad y libertad, describiendo de manera colorida la estación primaveral.

Si el primer capítulo parece prever un final ya cantado, el capítulo final es sorpresivo e inesperado. Esperanzador desde mi punto de vista, sin poder extenderme por no proporcionar más información al lector o lectora, que sin duda alguna me agradecerá posteriormente.

El carácter o personalidad de Lucrecia, quinta hija de Cosimo de Medici y de Eleonora Álvarez de Toledo, hija del virrey español de Nápoles, se expone desde su concepción. Es una niña distinta a sus hermanos, a la que separan de ellos trasladándola a la cocina, con su *balia*, ama de leche, y otras personas de la servidumbre. Su madre achaca estas rarezas a que en el momento de la concepción “ella fija la mirada en los mapas de la pared de enfrente, que contemplan países, imperios, constelaciones celestes, mares ignotos, islas reales, montañas y tormentas” (p. 21). Posteriormente piensa que tenía que haberse concentrado en su deber marital, tal y como ordena la iglesia y los médicos, autoridades en dicha época, y no haberse distraído con otras visiones y pensamientos.

A lo largo de la trama del libro se relatan manifestaciones de su considerada “rareza”, de las cuales personalmente resaltaría dos porque considero que transgreden la construcción de género adjudicada a las mujeres en dicha época: su vocación de pintora y su escaso interés por casarse. En la línea de Nathalie Ginzburg, Annie Ernaux o Tove Ditlevsen, como escritoras, Lucrecia tiene una vocación propia y es consciente de ella. Desde niña su principal afición es pintar, con gran sorpresa por parte de los maestros y familiares, y lo continuará haciendo cuando contrae matrimonio para sorpresa de todos. Su producción es notoria y a lo largo de todo el texto se desarrolla de manera paralela a la acción. “Solo sabe que sentarse ahí, delante de la arqueta, con su tinta, su carboncillo, su cortaplumas, el papel y los pinceles le da una paz que no encuentra en ninguna otra parte” (p. 283).

La negativa a contraer matrimonio como destino ineludible se evidencia cuando, decidida, habla con su padre comunicándole que no se quiere casar e incluso piensa en escribir al duque para comunicárselo. Sus deseos no pueden

cumplirse en absoluto porque en ese momento las mujeres no decidían sobre su propia vida, sino que lo hacían primero los padres y luego los maridos. Así le dice su padre: “Te casarás con el duque de Ferrara. Ya está decidido” (p. 60).

No hay que olvidar que en esa época el matrimonio de las mujeres era el objetivo primordial de sus vidas.

El matrimonio no sólo se veía como el destino natural de una mujer, sino también como un agente distinto de metamorfosis, que transformaba a la mujer en cuestión en un ser social y económicamente diferente, en tanto parte de una nueva casa [...]. El papel de su marido era el de proporcionar protección y sostén [...] el papel de la mujer era el de compañera y madre. (Farge y Zemon Davis 1994, 44)

Pero Lucrecia no tenía este objetivo entre sus prioridades.

Alfonso, joven duque de Ferrara por el fallecimiento de su padre, parece inicialmente un hombre amable y delicado, tal y como se manifiesta en la noche de bodas, pero a medida que transcurre la narración su carácter va cambiando, evidenciándose su autoritarismo: “Te he dicho que cierres la ventana, y cuando te digo que hagas una cosa espero que la hagas. Sin demora. Sin vacilación. ¿Entendido?” (p. 250). “Eres mi mujer y huelga recordarte que tu primera y principal obligación siempre soy yo. Nadie más [...]. Soy tu marido y también tu protector” (p.316). Su comportamiento autoritario, patriarcal diríamos actualmente, se evidencia también con su hermana Elisabeta, a quien no deja relacionarse con un hombre de menor rango social que ella, llegando a matarlo delante de ella y posteriormente exiliándola a Roma a vivir con su hermano cardenal.

Otros protagonistas son la familia de Lucrecia, con presencia en el capítulo del *palazzo*, y las hermanas de Alfonso, que están en el *castello* bajo su protección. Mención especial merece Emilia, que representa la antítesis de Lucrecia. Emilia es la doncella que le asignó su padre cuando contrajo matrimonio con el Duque. Además, son hermanas de leche ya que su madre fue la *balia* de Lucrecia. Se conocen desde niñas, ambas vivieron siempre en el *palazzo*, pero si bien Emilia conoce todo sobre Lucrecia, por el contrario, Emilia ha sido invisible para Lucrecia hasta que intimidan en la nueva vida de la duquesa, convirtiéndose en su confidente y única persona en la que confía.

A lo largo de la narración, se referencian alusiones sobre el orden de sexo-género existente en la época. La situación de las mujeres nobles en el Renacimiento (Farge y Zemon Davis 1994) era de total dependencia del padre y del marido. Su destino, trazado desde su nacimiento, era el matrimonio y la maternidad, no había otra opción. Sus vidas eran una mercancía a disposición de los hombres de la familia (Rubin 1986). Servían de intercambio entre familias poderosas para establecer relaciones y alianzas y para dar continuidad al linaje, tal y como le va a suceder –negativamente– a Lucrecia. La particularidad de la protagonista es que es consciente de ello. “Pero sabe, que si no hubiera sido Alfonso hubiese sido cualquier

otro [...] su padre le habría buscado una pareja conveniente porque, al fin y al cabo, para eso la habían educado, para el matrimonio, como un eslabón más de su cadena de poder, para que tuviera herederos para hombres como Alfonso” (p. 256). La consciencia de que hay algo en ella que jamás se doblegará la expresa en su reflexión: “Si quiere sobrevivir a este matrimonio tiene que poner a buen recaudo esa parte de sí misma” (p. 257).

Las mujeres nobles de la época tenían una vida sin vida propia, a disposición de la voluntad e interés de los varones de la familia: “Jamás le habían permitido pasear a gusto en ninguna parte, sus padres creían que las niñas tenían que estar siempre bajo una estricta vigilancia y en unas habitaciones determinadas hasta el día de su boda, que había que controlarlas en todo momento y no dejarlas solas nunca” (p. 167).

Se las socializaba para servir, obedecer y vivir para el marido. Sin duda alguna eran *las otras* (Beauvoir 2000). Los consejos proporcionados por su madre le indicaban con claridad cómo tenía que ser su comportamiento: “Cuando Alfonso hable préstale siempre atención, sé siempre piadosa y obediente, ten cuidado con las amistades que cultivas [...] que se levantara y sonriera cada vez que Alfonso entrara en su habitación” (p. 140). Dicho proceso de socialización incluía también la entrega de su cuerpo, alusión mencionada tanto por su madre – “darle acceso a su cuerpo sin ponerle trabas es un precio pequeño a cambio de las muchas libertades y poderes de los que goza” (p. 20) – como por Lucrecia – “En la *delizia* no tiene obligaciones durante el día, pero por la noche se le exige mucho. Tiene que darse, tiene que rendirse, tiene que entregarse a otra persona, darle acceso y paso cada noche” (p. 305). Sabe que tiene obligación de engendrar, de quedarse embarazada y darle un heredero a Alfonso para que continúe su linaje.

Afortunadamente muchos de los comportamientos señalados ya no existen en la sociedad europea actual, a pesar de permanecer conductas violentas contra las mujeres que se manifiestan de manera física, psicológica, sexual y económica (Delegación del Gobierno contra la Violencia de Género 2020), aspectos, todos ellos, reflejados en el argumento del libro. Ahora bien, hay todavía muchos lugares en el mundo en los que perduran, pese a los esfuerzos internacionales por abolirlos. Pongamos como ejemplo los siguientes tipos de violencia: los matrimonios concertados de menores por parte de las familias, los crímenes de honor, la violencia de género y contra las mujeres de los maridos o exmaridos, el divorcio o repudio por causa de infertilidad de la esposa, sin cotejar si es el marido el infértil, encerrarlas en sus habitaciones sin dejarlas salir, el control psicológico y económico diario....

La lectura de *El retrato de casada* nos recuerda que no debemos de olvidar la historia de opresión de las mujeres ni las situaciones de violencia que se han vivido a lo largo de la historia y que no podemos relajarnos ni cejar en seguir luchando para ponerles fin y que no vuelvan tiempos oscuros de nuevo.

Referencias bibliográficas

- Beauvoir, Simone. 2000. *El segundo sexo*. Traducción de Alicia Martorell. Madrid. Cátedra.
- Delegación del Gobierno contra la Violencia de Género. 2020. *Macroencuesta de violencia contra la mujer 2019*. Madrid: Ministerio de Igualdad.
- Farge, Arlette, y Natalie Zemon Davis. 1994. *Historia de las mujeres III. Del Renacimiento a la Edad Moderna*. Barcelona: Círculo de Lectores.
- O'Farrell, Maggie. 2023. *El retrato de casada*. Traducción de Concha Cardeñoso. Barcelona: Libros del Asteroide.
- Rubin, Gayle. 1986. "El tráfico de mujeres: notas sobre la 'economía política' del sexo." *Nueva Antropología* VIII(30): 95-145.

Cómo citar este texto:

[Según la norma Chicago]:

Alcañiz, Mercedes. 2023. "Del uxoricidio al feminicidio. Reseña de *El retrato de casada*, de Maggie O'Farrell. Traducción de Concha Cardeñoso. Madrid: Libros del Asteroide, 2023." *ex æquo* 48: 205-209. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.14>

[Según la norma APA adaptada]:

Alcañiz, Mercedes (2023). Del uxoricidio al feminicidio. Reseña de *El retrato de casada*, de Maggie O'Farrell. Traducción de Concha Cardeñoso. Madrid: Libros del Asteroide, 2023. *ex æquo*, 48, 205-209. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.14>



Este es un artículo de acceso abierto distribuido bajo los términos de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-SinObraDerivada (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite la reproducción y distribución no comercial de la obra, en cualquier medio, siempre que la obra original no sea alterada o transformada de ninguna manera, y que la obra sea debidamente citada. Para la reutilización comercial, póngase en contacto con: apem1991@gmail.com



Assédio: aproximações sociojurídicas à sexualidade*, de Ana Oliveira. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2022, 527 pp.

 Teresa Joaquim

Universidade Aberta, 1250-100 Lisboa, Portugal

tjoaquim@uab.pt

O livro *Assédio: aproximações sociojurídicas à sexualidade* resulta da tese de doutoramento de Ana Oliveira em Estudos Feministas na Universidade de Coimbra. Não pretendo retrair o que ele encerra, convoca e provoca, dado que é um trabalho denso e extenso dividido em 3 partes e 7 capítulos, para além da introdução e das *últimas considerações*, cujo título é “Não-lugar-de ser”, que aparecem após as “notas finais” (p. 439).

Ao pensar na apresentação deste trabalho, esta veio-me sob a forma de *takes*, como no cinema:

Take 1. sobre a criação da área de Estudos sobre as Mulheres e também, nela, das questões sobre o assédio enquadrado neste trabalho no âmbito do “Feminismo de Estado” (vd. parte II, cap. 4);

Take 2. que incide sobre as questões que se colocam na relação dos feminismos com o sexo, a sexualidade, a prostituição, a pornografia;

Take 3. sobre as questões da vulnerabilidade.

Take 1

Ao ler este trabalho devo mencionar que me senti bastantes vezes numa posição ambivalente, desconfortável, como um novelo com diversos fios à semelhança da capa do livro na forma intrincada como as imagens se ligam e desligam. Sensação de ambivalência sobre questões levantadas sobre o assédio (em particular), sobre o sexo e a sexualidade, que advém provavelmente de uma geração que assistiu ao aparecimento dos primeiros trabalhos sobre este tema em Portugal (vd. Botão 1989; Amâncio e Pedroso Lima 1994) e o contexto em que surgiram. Tenho também, por isso, alguma dificuldade em entender a noção de “feminismo de Estado” a partir da minha experiência num mecanismo para a igualdade (CCF/CIDM) e da forma como vi essa instituição como “um sujeito deslocado”, questionante, vulnerável, frágil, feito de dedicação a causas e movimentos, mesmo tendo de cumprir diretivas políticas vindas de instituições nacionais e internacionais.

* Esta recensão baseia-se na apresentação do livro que tive o gosto de partilhar na Livraria Tigre de Papel, em Lisboa, no dia 18 de novembro de 2022, e tem a marca desse evento.

Esta noção de “sujeito deslocado” dificulta-me talvez a adesão à noção de “governamentalização do assédio” (vd. Parte II, cap. 4). Feitas estas ressalvas, a minha leitura deste trabalho passa por outros contornos que não os que acima enunciei e que têm a ver com a afirmação da Ana Oliveira de que este é um livro *desassossegado*: “perante o sexo, não tanto face à existência de *mulheres* [...] mas perante a aparente necessidade de que haja mulheres” (p. 85). Ideia de *desassossego* de que gosto muito e que se liga com esta interrogação de Adriana Bebiano: “supondo que se pode ensinar a indisciplina, não se tornará assim a indisciplina *disciplinada*?” (cit. p. 87). Pergunta pertinente e que não posso deixar de associar ao próprio projeto de constituição da área de Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas e à necessidade de *diferendo* (no sentido de Lyotard) e que tem a ver com a noção de desassossego que referi anteriormente e talvez porque se habita, nas palavras da autora, “o tempo do *Ainda-Não*” (p. 85).

Por outro lado, deve ser afirmado que a configuração “nós, as mulheres” é fluida e que foi o próprio feminismo, na minha perspetiva, que permitiu a sua existência, mesmo se no trabalho de Ana Oliveira a abordagem aponta para “em que medida é que a feminilidade, que justifica o papel de proteção, se torna a matriz que permite sustentar que um discurso é falso ou verdadeiro?” (p. 82) ou “Em última instância, este argumento sustenta pistas sobre o modo como a normação do assédio sexual (e dos crimes sexuais, em geral), ao constituir-se um dispositivo de veridicção da feminilidade, revela-se um aparato do patriarcado” (p. 83). Penso que se pode afirmar, de forma lata, que é em torno desta problematização que se elabora o percurso deste longo trabalho.

Percebe-se o questionamento a esse “nós, as mulheres” feito pela crítica feminista, pelo desassossego que ela provoca, pela desestabilização das categorias e dos essencialismos, pela abertura para a polifonia enunciada na noção de “feminismos hifenizados” (João M. de Oliveira, cit. p. 69) e, no entanto, não posso deixar de me confrontar no meu trabalho, na minha vida, com as mulheres do Irão, do Afeganistão, da Palestina e tantas outras. Com a violência doméstica. Com o valor do cuidado. Há pois uma história *encarnada* nesses momentos que o presente – na noção de como se escreve a história – não consegue transmitir ou dá-lhe configurações que não são as que, de certa forma, foram vividas e trabalhadas na descrição de momentos e acontecimentos: discrepâncias de tempos e de corpos.

Take 2

O 1º capítulo começa com a citação de Jane Gallop (1997) “o feminismo inventou o assédio sexual” (p. 29) e o trabalho de Ana Oliveira tenta perceber a forma como se foi criando esta noção de “assédio”. Nas palavras da autora, “impulsionada pela disciplinarização académica e pela institucionalização política do feminismo” (*ibidem*), será a partir desta enunciação que o livro em análise vai percorrer

não só “os regimes jurídicos da subordinação laboral e sexual” (cap. 2) como o seu cruzamento com o percurso que os mecanismos para a igualdade fizeram nesta área, a saber a CITE sobre as questões laborais, assédio no local de trabalho, maternidade, gravidez, etc., e a CCF, ambas tendo produzido documentos sobre o assédio.

A questão, parece-me, é como é que este percurso tanto científico como político e jurídico em torno do assédio se baseia no sexo e, não, na sexualidade, a partir de uma visão das feministas (segundo Ana Oliveira): a da mulher como vítima de discriminação e do homem como predador. Estas visões são teoricamente pensadas e longamente expostas no texto, em particular, a partir das obras de Andrea Dworkin (1989) sobre pornografia e de Catharine Mackinnon (1979), incidindo na dominação masculina e sexual (violação, incesto e pornografia). Parece-me que teria sido importante a noção de violência simbólica e dominação masculina de Bourdieu (1998).

Questões de Dworkin, de forma lata, sobre a pornografia: as mulheres vistas como objetos sexuais num contexto de “heterossexualidade compulsória” (Rich 1980) e em torno das questões sobre a prostituição que dividem até hoje as feministas. É, de certo modo, nesta leitura do “sexo” como fundamento que muita da produção de estudos e de legislação se baseia, numa zona incerta que lida com a intimidade e também com a necessidade de confessar / confissão (de dizer a sexualidade, de a tornar clara ...). Muitos dos *indícios* sobre a figura do assédio sexual e moral (Foucault 1994) têm aqui o seu fundamento.

Na minha leitura deste trabalho de Ana Oliveira, direi que ela passa dessa formação inicial pelas autoras antes citadas para uma outra configuração exposta em posições como a de Paul B. Preciado no corte entre homens e mulheres (altamente reforçado pelas Ciências Sociais) nas *últimas considerações* (p. 447), em que a autora explica que quis estudar o “assédio não como problema social, mas sociológico” ou, na designação de Preciado (2015), “essa ansiosa obsessão ocidental [...] de querer reduzir a verdade do sexo a um binómio” (p. 456) e questionando o sistema judicial como dispositivo de regulação da sexualidade e também a tradição feminista a partir dos seguintes pressupostos: a) A presunção da heterossexualidade – dominação; b) a essencialização da sexualidade; c) o biologismo da sexualidade; d) o regime totalitário do sexo (pp. 450-451). Estes pressupostos, a partir da leitura que Johanna Oksala (2012) faz da noção de governamentalidade de Foucault, acabam por a levar a concluir que “as mudanças operadas sobretudo em torno do sujeito feminino não são um triunfo do feminismo, mas do neoliberalismo” (p. 461).

Take 3

Creio que se pode integrar esta investigação de Ana Oliveira na tarefa enunciada por Foucault (1994) de “desfazer o sexo” (p. 455) para abordar a noção de

vulnerabilidade dos sujeitos (p. 466), em que, na perspectiva, por exemplo, de Butler (2004), existe uma deslocação de um sujeito autónomo, independente (como marcas de construção da noção de indivíduo na filosofia ocidental), para a noção de interdependência dos seres que a autora refere, defendendo “o sujeito vulnerável universal que permite destronar a família como instituição social primária, responsável por suprir a dependência dos sujeitos” (p. 469), ou ainda, na frase (quase) final do livro, “que os sujeitos se submetessem e se cumprissem de forma diferente nas suas relações sociais, laborais, de *intimidade*” (p. 469).

Para concluir, parece-me difícil dar a perceber a extensão do trabalho realizado por Ana Oliveira nesta sua investigação sobre o assédio e as formas de governamentalização do sexo, na oposição entre homens e mulheres, nos saberes e poderes que fundamentam as suas práticas. Quero ainda realçar a coragem teórica e cívica para questionar o discurso jurídico e as suas práticas, sabendo também as fragilidades que a área do Direito tem na sua visão dos corpos e da sexualidade como, nomeadamente, Teresa Beleza demonstrou (1993). A coragem de questionar ainda, e em simultâneo, as correntes feministas anti pornografia e anti prostituição, que confundem muitas vezes sexismo com sexualidade.

Questiono ainda a ideia de “sujeito vulnerável universal”, não só porque as vulnerabilidades são múltiplas, singulares e a sua universalidade é posta em causa, mas porque, na noção de sujeito definido como algo estável, o inconsciente traça linhas inesperadas: o desejo? Este seria outro trabalho ou um trabalho futuro de *ainda não* para um lugar de *ser*, utilizando a referência da autora (p. 455).

Estamos, pois, perante um trabalho *desassossegado* que busca interlocutores e interlocutoras e que talvez os e as encontre de forma inesperada. As Ciências Sociais, os Estudos sobre as Mulheres, de Género e Feministas só podem estar gratas a esta investigação e ao desafio que nela se diz.

Referências bibliográficas

- Amâncio, Lúcia, e Luísa Pedroso Lima. 1994. *Assédio sexual no mercado de trabalho*. Lisboa: CITE.
- Beleza, Teresa. 1993. *Mulheres, Direito, Crime ou a Perplexidade de Cassandra*. Lisboa: AAFDL.
- Botão, Maria Alice. 1989. *Assédio sexual no local de trabalho*. Lisboa: CCF.
- Bourdieu, Pierre. 1998. *La domination masculine*. Paris: Éditions du Seuil.
- Butler, Judith. 2004. *Undoing Gender*. New York/London: Routledge.
- Dworkin, Andrea. 1989. *Pornography: Men Possessing Women*. New York: Penguin Books.
- Foucault, Michel. 1994. *História da Sexualidade*. Tradução de Pedro Tamen. Lisboa: Relógio d'Água.
- MacKinnon, Catharine A. 1979. *Sexual Harassment of Working Women: A Case of Sex Discrimination*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Oliveira, João Manuel de. 2010. “Os feminismos habitam espaços hifenizados – a localização e interseccionalidade dos saberes feministas.” *ex æquo* 22: 25-39.

- Oksala, Johanna. 2012. *Foucault, Politics, and Violence*. Evanston, IL: Northwestern University Press.
- Preciado, Paul B. 2015. *Manifesto Contrassexual*. Tradução de Helena Lopes Braga, Pedro Feijó e Daniel Lourenço. Lisboa: Unipop.
- Rich, Adrienne. 1980. "Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence." *Women: Sex and Sexuality* 5(4): 631-660.

Como citar este texto:

[Segundo a norma Chicago]:

Joaquim, Teresa. 2023. "Recensão: *Assédio: aproximações sociojurídicas à sexualidade*, de Ana Oliveira. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2022." *ex æquo* 48: 210-214. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.15>

[Segundo a norma APA adaptada]:

Joaquim, Teresa (2023). Recensão: *Assédio: aproximações sociojurídicas à sexualidade*, de Ana Oliveira. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2022. *ex æquo*, 48, 210-214. DOI: <https://doi.org/10.22355/exaequo.2023.48.15>



Este é um texto de Acesso Livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivs (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>), que permite a reprodução e distribuição não comercial da obra, em qualquer suporte, desde que a obra original não seja alterada ou transformada de qualquer forma, e que a obra seja devidamente citada. Para reutilização comercial, por favor contactar: apem1991@gmail.com

ESTATUTO EDITORIAL

- A **ex æquo** é uma publicação semestral, fundada pela Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres – APEM, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento, visibilização e legitimação do conhecimento produzido no âmbito dos Estudos sobre as Mulheres/Estudos Feministas/Estudos de Género. É um veículo de intercâmbio entre quem faz investigação sob a égide das perspetivas destes estudos, ao nível académico, governamental ou das organizações cívicas e culturais. Assim, destina-se a investigadores/as e a estudantes nestas áreas, procurando dirigir-se também ao público em geral no sentido da sensibilização para estes campos do saber.
- Reconhecendo que os Estudos sobre as Mulheres, do Género e Feministas se têm caracterizado pelo alargamento e entrosamento disciplinar, pela diversidade temática e pela pluralidade de perspetivas teóricas e epistemológicas, a revista assume-se interdisciplinar e multidisciplinar, aberta ao contributo das diversas disciplinas e correntes. Dado que a estrutura matricial da revista é a APEM, é objetivo da **ex æquo** contribuir para a alteração de práticas e representações estereotipadas e discriminatórias em função do sexo ou de outras pertenças identitárias, adotando, nomeadamente, uma linguagem não discriminatória, inclusiva e promotora da igualdade. No mesmo sentido, as investigações empíricas podem e devem sustentar artigos que incluam uma reflexão teórica e contribuam para a problematização das principais questões que afetam as relações sociais entre mulheres e homens na sociedade. A **ex æquo**, sem prejuízo da pluralidade e multiplicidade das perspetivas presentes nos textos que publica, reserva-se o direito de só aceitar textos que no respeito pelo princípio de defesa dos Direitos Humanos fundamentais, traduzam a valorização da diversidade da condição humana, bem como da sua integridade e dignidade.
- As áreas de interesse da revista são os Estudos sobre as Mulheres, os Estudos de Género e os Estudos Feministas.
A **ex æquo** publica trabalhos originais em Português, Espanhol, Francês e Inglês, provenientes de todas as áreas científicas, que se inscrevam no quadro dos Estudos sobre as Mulheres ou dos Estudos de Género ou dos Estudos Feministas. Publica, ainda, resenhas sobre obras publicadas nos referidos domínios.

PROCESSO DE APRECIÇÃO DOS ARTIGOS

- Os artigos submetidos à revista são objeto de uma primeira triagem (realizada pela Equipa Editorial) para verificação de que cumprem todas as regras aqui apresentadas e de que são originais, com recurso a programas de deteção de plágio. Depois desta primeira apreciação, seguem para arbitragem científica.
- No caso de submissões feitas por membros da Equipa Editorial ou por editor/as de dossiers temáticos, o processo usual de dupla revisão anónima por pares da revista é conduzido por outros membros da Equipa Editorial.
- Os artigos apresentados à **ex æquo** para publicação são submetidos à emissão de pareceres por duas pessoas (*double blind peer review*), especialistas na área em que o texto se enquadra. Os textos são enviados sob anonimato aos/as *referees*, a quem é solicitado que o parecer emitido tenha em conta os seguintes aspetos: a adequação e enquadramento do artigo nos objetivos da revista; a sua qualidade

científica; a pertinência, originalidade, clareza e coerência de conteúdos; a adequação e atualidade; a pertinência, adequação e explicitação da metodologia e da informação; a clareza da escrita e a coerência e o equilíbrio formais. Os pareceres deverão incluir uma recomendação em relação a possível publicação, entre as seguintes: aceite; aceite com restrições (indicando quais); rejeitado. Será ainda solicitada a indicação de sugestões e sua justificação, para melhoria da qualidade científica do artigo submetido a parecer, a ser enviadas, sob anonimato, à(s) pessoa(s) autora(s).

- A Equipa Editorial pode sugerir aos/às autores/as a revisão dos artigos propostos, mediante as indicações constantes dos pareceres recebidos dos/das *referees* e condicionar a sua publicação a uma nova apreciação das versões revistas.
- A Equipa Editorial pode ainda comunicar aos/às autores/as que os artigos propostos foram aceites sem restrições ou rejeitados, baseando-se nos pareceres recebidos dos/as *referees*.

NORMAS DE PREPARAÇÃO, PUBLICAÇÃO E SUBMISSÃO DE ARTIGOS

1. INTRODUÇÃO

A *ex æquo* publica textos de múltiplas áreas disciplinares que contribuam para o conhecimento no âmbito dos estudos sobre as mulheres, estudos feministas e estudos de género. Os textos podem ser redigidos em português, espanhol, francês ou inglês, devendo adotar uma linguagem não discriminatória, inclusiva e promotora da igualdade.

2. TIPOS DE TEXTOS

i. Os textos propostos para publicação podem ser:

- Artigos científicos, com um limite máximo de 40.000 caracteres (incluindo espaços, tabelas, notas e referências bibliográficas, excluindo os resumos);
- Recensões críticas de obras, com um limite máximo de 10.000 caracteres (incluindo espaços, notas e referências bibliográficas). A referência bibliográfica da obra deve ser incluída no final do texto;
- Outros tipos de texto, tais como ensaios críticos, revisões de literatura, entrevistas ou biografias, poderão ser publicados se a Equipa Editorial considerar que se enquadram nos objetivos da revista. A revista encoraja propostas neste sentido, as quais serão avaliadas caso a caso e poderão ser debatidas entre autoras/es e editoras/es previamente à submissão.

ii. Os artigos propostos para publicação devem ser inéditos, não tendo sido publicados nem se encontrando em qualquer outro processo de avaliação para publicação. Excetuam-se os trabalhos publicados em atas de eventos académicos ou decorrentes de teses e dissertações. Nesses casos, o/a primeiro/a autor/a do artigo deverá ser o/a mesmo/a que o/a do projeto original. O texto proposto deve conter indicação das suas versões anteriores sempre que existam, com os devidos elementos (autor/a, título e data da conferência, instituição e ano de defesa da tese ou dissertação, etc.). Os artigos apresentados para publicação são da total e exclusiva responsabilidade dos/as autores/as, garantindo estes/as que não infringem qualquer direito de autor ou outro direito de terceiros pessoas ou entidades.

iii. Só muito excecionalmente, e mediante justificação expressa, a *ex æquo* aceita a submissão de artigos ou outros textos com mais de 4 autoras/es.

3. PREPARAÇÃO DE MANUSCRITOS

Cada artigo proposto para publicação deve ser formatado de acordo com o modelo disponibilizado **aqui** <https://exaequo.apem-estudos.org/files/2022-05/modelo-artigos-pt-final.docx?9bc99d31f8>. **A proposta deve incluir:**

a) Ficheiro de texto com a identificação da autoria, incluindo para cada autor/a:

- i. Nome;
Indicação de ORCID ID (<https://orcid.org/>);
- ii. Nome completo e sigla das instituições de pertença (máximo duas) e respetivo endereço postal completo, com indicação do código postal e país;
- iii. Endereço de e-mail;
- iv. Nota biográfica, com um limite máximo de 500 caracteres;
- v. Especificar agradecimentos (onde deverão ser incluídas as referências a quaisquer colaboradoras ou colaboradores e/ou financiamentos);
- vi. Incluir declaração de interesses ou da sua inexistência.

Identificação do contributo de cada autor/a, com base na taxonomia CRediT (<https://credit.niso.org/>), sempre que seja submetido um texto de autoria coletiva. Deverá preencher-se a seguinte tabela, incluída no modelo para formatação de artigos disponível no *website* da revista.

Contributo	Nome de autor/a 1	Nome de autor/a 2	Nome de autor/a 3	Nome de autor/a 4
Concetualização: ideias, formulação ou evolução de objetivos e metas abrangentes da investigação.				
Análise formal: aplicação de técnicas estatísticas, matemáticas, computacionais ou outras técnicas formais para analisar ou sintetizar os dados do estudo.				
Investigação: realização da investigação, executando especificamente as experiências e a recolha de dados/ evidências.				
Metodologia: desenvolvimento ou desenho da metodologia e/ou criação de modelos.				
Software: programação, desenvolvimento de <i>software</i> , conceção de programas de computador, implementação do código de computador e algoritmos de suporte, teste de componentes de código existentes.				
Validação: verificação, seja como parte da atividade ou separadamente, da replicabilidade geral dos resultados e das experiências e outros resultados da investigação.				
Redação do rascunho original: preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado, redação específica do rascunho inicial (incluindo tradução substantiva).				
Redação – revisão e edição: preparação, criação e/ou apresentação do trabalho publicado por pessoas do grupo de pesquisa original, revisão crítica, comentário ou revisão, incluindo as etapas de pré ou pós-publicação.				
Outra. Especifique				

b) **Ficheiro de texto anonimizado**, revisto de gralhas, em formato Word. Os artigos devem incluir:

- > Um título e um resumo com o máximo de 750 caracteres. Quer o título, quer o resumo devem ser traduzidos para três línguas (sendo o português e o inglês obrigatórios; a terceira língua pode ser o espanhol ou o francês).
- > Indicação de 4 ou 5 palavras-chave, traduzidas nas mesmas línguas dos resumos, apresentadas em minúsculas (com exceção da 1.^a da lista), separadas por vírgula e terminadas em ponto final.
- > Um título abreviado (no máximo 4 palavras), destinado ao cabeçalho.

c) Na **composição e formatação dos textos**, deve tomar-se em conta as seguintes orientações:

- Os textos devem ser formatados de acordo com o modelo disponibilizado.
- Sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, sem numeração ou com numeração árabe.
- As transcrições deverão abrir e fechar com aspas, quando não excederem 40 palavras (ou 4 linhas); no caso de citações mais longas, devem ser entalhadas e transcritas sem aspas e sem itálico.
- Os vocábulos noutras línguas que não aquela em que o artigo está escrito devem ser formatados em *itálico*, sem aspas.
- Todas as citações devem ser traduzidas para a língua em que o texto é publicado. O texto original, no entanto, deve ser incluído em nota de rodapé.
- No caso de textos na língua portuguesa, deve ser usada a grafia do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Em caso de dúvida, consultar: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=lince>
- Os elementos não textuais devem ser organizados em quadros, gráficos ou figuras, identificados com numeração árabe contínua para cada um destes tipos de elementos; todos devem ter um título e indicar a respetiva fonte. As tabelas devem ser compostas com recurso à função “inserir tabela” do Word. Usar espaços ou tabulações criará problemas quando a tabela for composta e poderá resultar em erros. Em paralelo, todas as imagens ou tabelas devem ser enviadas em ficheiro à parte, em formato png ou jpg, com clara identificação da sua inserção no texto.
- Nas chamadas de notas de rodapé deve utilizar-se apenas números sem parênteses.

d) *A ex æquo* adota o estilo de referenciação Chicago (sistema Autor-Data), cujas regras podem ser consultadas aqui: https://www.chicagomanualofstyle.org/tools_citationguide/citation-guide-2.html. Referem-se e exemplificam-se a seguir algumas dessas regras.

Normas de inclusão de referências bibliográficas no corpo do texto

- **Entre parênteses, de acordo com o seguinte padrão (sem vírgula entre o apelido e a data de publicação e com vírgula a anteceder a indicação das páginas):** (Leach 1993, 103); (Balibar e Wallerstein 1991, 80-84); (Yuval-Davis 1997a); (Yuval-Davis 1997b).
- Quando se citam autores/as ou obras diferentes sobre uma mesma questão, deve respeitar-se a **ordem cronológica, elencando as referências da mais antiga para a mais recente e a ordem alfabética dos apelidos, quando se trata de obras com a mesma data**. Ex: (Rosende 2002; Miller e Clark 2008; Lo Sasso *et al.* 2011; Riska 2011).

No final do artigo deve ser incluída a lista de todas as obras referidas ao longo do texto (e apenas estas), por ordem alfabética, organizadas de acordo com o **Chicago Manual of Style**. Alguns exemplos:

- **Livro com um/a autor/a:** Apelido, Nome próprio. Ano. *Título do livro* (em itálico). (edição) (se for relevante). Local de edição: Editora.
Ex: Lamas, Maria. 1948. *As Mulheres do Meu País*. Lisboa: Actuália Lda.
- **Livro com duas/ois ou três autoras/es:** Apelido, Nome próprio, Nome próprio Apelido, e Nome próprio Apelido. Ano. *Título do livro* (em itálico). (edição) (se for relevante). Local de edição: editora.
Ex: Pimentel, Irene Flunser, e Helena Pereira de Melo. 2015. *Mulheres Portuguesas – História da vida e dos direitos das mulheres num mundo em mudança*. Lisboa: Clube do Autor.
- **Livro com quatro ou mais autoras/es:** Apelido, Nome próprio (da/o 1.^a) et al. Ano. *Título do livro* (em itálico). (edição) (se for relevante). Local de edição: editora.
- **Capítulo ou parte de livro:** Apelido, Nome próprio. Ano. “Título do capítulo.” In *Título do livro* (em itálico), editado (ou organizado) por Nome Próprio Apelido, Nome Próprio Apelido, e Nome Próprio Apelido, números das páginas unidos por hífen. Local de edição: editora.
Ex: Piscitelli, Adriana. 2009. “Gênero: a história de um conceito.” In *Diferenças, igualdade*, organizado por Heloísa Buarque de Almeida, e José Szwako, 116-149. São Paulo: Berlandis & Vertecchia.
- **Artigo de revista:** Apelido, Nome próprio. Ano. “Título do artigo entre aspas.” *Título da revista* (em itálico) volume (número): números das páginas unidos por hífen.
Ex: Guimarães, Elina. 1986. “A mulher portuguesa na legislação civil.” *Análise Social* XXII(92-93): 557-577.
No caso de o artigo ter DOI, a referência deve ser incluída do seguinte modo, sem parágrafo:
Crenshaw, Kimberle. 1993. “Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color.” *Stanford Law Review* 43(6): 1241-1299. DOI: <https://doi.org/10.2307/1229039>
- **Sempre que a publicação tenha associado um DOI, este deve ser impreterivelmente incluído nas referências bibliográficas, como no exemplo anterior.**
- **Artigo com duas/ois ou três autoras/es:** Apelido, Nome próprio, Nome próprio Apelido, e Nome próprio Apelido. Ano. “Título do artigo entre aspas.” *Título da revista* (em itálico) volume (número): números das páginas unidos por hífen.
- **Documento na Internet:** Apelido, nome próprio. Ano. Título do documento. Disponível no endereço ... [Consultado em (data segundo a fórmula dia de mês de ano)]
- **Publicações em revistas na Internet:** Apelido, Nome próprio. Ano. “Título do Artigo (entre aspas).” *Título da Revista* (em itálico) volume (número): números das páginas unidos por hífen. Disponível em DOI: (se não estiver disponível, acrescente o URL).
- **Locais na Internet e páginas pessoais ou de instituições sem data:** Nome. Título do Documento. Disponível em [Consultado em (data segundo a fórmula dia de mês de ano)].
- **Em caso de dúvidas ou para outro tipo de referências,** consultar: http://www.chicagomanualofstyle.org/tools_citationguide/citation-guide-2.html

4. SUBMISSÃO DE ARTIGOS

- O ficheiro informático (em Word) deve ser submetido através da plataforma OJS, disponível em <https://apem-estudos.org/ojs>. Para tal, bastará criar uma conta nesta plataforma clicando em “Registo” (canto superior direito) e seguir os passos indicados. Caso já possua uma conta na plataforma, clique em “Acesso” (canto superior direito) e autentique-se com o seu nome de utilizador/a e senha.
- Na plataforma, aquando da submissão, ser-lhe-á pedido que indique, no campo intitulado “Comentários à equipa editorial”, pelo menos 4 especialistas que tenham no seu *curriculum* trabalho/publicações na temática tratada no artigo, com o intuito de poderem ser contactados/as para avaliar o texto, caso passe a triagem inicial (ver secção 4 acima). Caso seja autor/a de recensão, por favor valide este item para poder prosseguir, mas sem necessidade de indicar especialistas.

5. INCLUSÃO DE MATERIAIS SUPLEMENTARES ONLINE

A revista pode colocar materiais suplementares *online*, disponíveis através do artigo publicado no seu *website*. Decisão tomada caso a caso.

Sempre que solicitado pela autoria dos artigos, poderão ser incluídos *links* para materiais suplementares que se encontrem alojados em repositórios de dados em regime de *acesso aberto*. Todos os dados em *acesso aberto* são geridos pelas/os autoras/es dos artigos, estando sujeitos às condições das plataformas em que se encontram alojados. Esta informação deverá ser incluída em secção própria, antes das referências bibliográficas.

A revista não se responsabiliza pelo acesso e/ou manutenção dos dados/*links* disponibilizados nesta secção.

PRÉMIOS EX ÆQUO/APEM

- A partir de 2023, a revista distingue, de dois em dois anos, o melhor artigo publicado na *ex æquo*, que será selecionado por um júri composto por três especialistas independentes (750€) (a 1.^a edição, em 2025, abrangerá os artigos publicados em 2023 e 2024).
- A revista distingue, de dois em dois anos, o melhor parecer para artigo submetido à *ex æquo*, que será selecionado pela Equipa Editorial (250€) (a 1.^a edição, em 2025, abrangerá os pareceres emitidos em 2023 e 2024).

DIREITOS DE PUBLICAÇÃO

- Os/as autores/as dos textos publicados na *ex æquo* autorizam a transferência dos direitos de edição, publicação, distribuição e reprodução dos artigos para a revista, tanto nos suportes em papel como eletrónico. A transferência destes direitos é feita a título gratuito, não cabendo à *ex æquo* outra retribuição para além da oferta aos/as autores/as de 2 exemplares do número da revista em que o seu texto tenha sido publicado.
- No caso de os/as autores/as pretenderem republicar, reutilizar, distribuir ou depositar num repositório institucional um artigo aceite para publicação na *ex æquo*, poderão fazê-lo, sendo apenas obrigatória a referência à publicação original na *ex æquo*, tal como definido pela licença Creative Commons Atribuição CC BY NC, que a revista adotou.

DECLARAÇÃO DE ÉTICA E DE BOAS PRÁTICAS DA *EX ÆQUO*

A Revista *ex æquo* é uma revista com arbitragem científica, interdisciplinar e multidisciplinar, aberta ao contributo das diversas disciplinas e correntes. A *ex æquo*, sem prejuízo da pluralidade e multiplicidade das perspectivas presentes nos textos que publica, reserva-se o direito de só aceitar textos que respeitem os Direitos Humanos fundamentais, traduzam a valorização da diversidade da condição humana, bem como da sua integridade e dignidade.

A *ex æquo* é uma publicação da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM) estando por conseguinte vinculada à sua missão de apoiar, promover e dinamizar os Estudos sobre as Mulheres / Estudos de Género / Estudos Feministas em todas as áreas do saber.

Na Revista *ex æquo* são defendidos os princípios da declaração de ética e de boas práticas na publicação de acordo com o Código de Conduta e Normas de Boas Práticas para Editores de Revistas do Comité sobre Ética na Publicação – COPE (disponível em <http://publicationethics.org/>).

RESPONSABILIDADES DA EQUIPA EDITORIAL (EDITORAS E EDITORES DE SECÇÕES)

Decidir quais os artigos submetidos à revista que devem ser publicados. Esta decisão é orientada pelas normas da revista (Normas para apresentação e publicação de textos da *ex æquo*, disponíveis em <http://www.apem-estudos.org/pt/page/submissao-de-artigos>) e pelos requisitos legais em matéria de difamação, violações de direitos de autoria e plágio;

Orientar a/o(s) organizador/a(s) convidada/o(s), autor/a(s) e avaliador/a(s) sobre o seu papel, bem como esclarecer sobre o processo de arbitragem científica por pares;

Informar os novos elementos do corpo editorial sobre as suas funções, práticas em vigor e projetos em lançamento;

Avaliar os artigos exclusivamente com base no seu mérito científico e intelectual, independentemente de fatores como: raça, idade, sexo, orientação sexual, deficiência, origem étnica, crença religiosa, nacionalidade, orientação política ou classe social da/o(s) autor/a(s);

Assegurar que o processo de arbitragem científica dos artigos é anónimo (*double-blind peer review*), justo, rigoroso e isento e que toda a informação a eles relativa permanece confidencial. Assegurar, ao mesmo tempo a proteção da identidade das autoras e dos autores e das avaliadoras e avaliadores;

Constituir e manter uma base de dados de avaliadoras/es pertinentes nas diferentes áreas disciplinares, sempre atualizada;

Garantir uma seleção adequada das avaliadoras/es em cada nova edição da revista;

Garantir que os materiais não publicados não são utilizados na investigação realizada por membros do Corpo Editorial sem consentimento expresso por escrito da(s) autora(s) ou autor(es);

Responder atempadamente a eventuais reclamações apresentadas sobre um artigo submetido ou publicado. Perante suspeita de má conduta, seguir os fluxogramas do COPE, disponíveis em <http://publicationethics.org/files/Full%20set%20of%20flowcharts.pdf>;

Publicar correções, esclarecimentos, retratações e pedidos de desculpa sempre que necessário.

Boas práticas a observar pela equipa editorial

Auscultar a visão de autoras/es, leitoras/es, avaliadoras/es, revisoras/es e membros do corpo editorial sobre a forma de melhorar a revista *ex æquo*.

Encorajar e estar consciente da investigação levada a cabo pela revisão por pares e publicar e reavaliar os processos da *ex æquo* à luz de novas investigações.

Apoiar iniciativas para informar e sensibilizar as/os investigadoras/es sobre as regras de ética da *ex æquo*.

Avaliar os efeitos das suas políticas editoriais sobre autoras e autores e avaliadoras/es, incentivando um comportamento responsável e desencorajando as más condutas.

Garantir que todos os relatórios de investigação e revisão de investigação foram revistos por avaliadoras/es com a devida qualificação (incluindo análise estatística quando apropriado), capazes de julgar os textos propostos e livres de desqualificar interesses concorrentes.

Respeitar os pedidos de autoras/es para excluir alguém de rever os textos submetidos, se estes forem bem fundamentados.

Incentivar avaliadoras/es a fazer comentários sobre a originalidade do manuscrito e estar alerta para publicações redundantes e plágio e tomar medidas para garantir um elevado nível de qualidade.

RESPONSABILIDADES DO CONSELHO CIENTÍFICO

Apoiar o Conselho de Redação na interpretação e orientação da política editorial da revista;

Assegurar a arbitragem de propostas de artigos desde que inseridos nas respetivas áreas de especialização;

Estabelecer a ligação a potenciais avaliadoras/es [*referees*] para o processo de arbitragem científica e em situações em que as propostas originaram pareceres antagónicos ou outro tipo de dúvidas, analisar pareceres e, com base neles, recomendar a rejeição ou publicação de originais;

Divulgar os apelos a contributos na sua rede de contactos;

Contribuir para a divulgação da revista *ex æquo*;

Participar em reuniões da Comissão Científica que eventualmente venham a ser convocadas.

RESPONSABILIDADES DE QUEM FAZ A AVALIAÇÃO [*peer review*]

Contribuição para a decisão editorial

A revisão por pares ajuda a equipa editorial na decisão e pode também contribuir para a melhoria do manuscrito submetido.

Prontidão

Cada avaliador/a convidada/o que considere não possuir a qualificação para avaliar o manuscrito submetido ou que antevêa a impossibilidade de comunicar a sua avaliação em tempo oportuno deverá informar de imediato a equipa editorial ou a pessoa que fez o convite para que possam ser encontradas alternativas em tempo útil.

Confidencialidade

Quaisquer trabalhos recebidos para avaliação devem ser tratados como documentos confidenciais. Não devem ser mostrados ou discutidos com outras pessoas, exceto se for autorizado pela equipa editorial.

Padrões de objetividade

Os comentários devem ser apresentados de forma objetiva. Críticas pessoais são inaceitáveis. As opiniões devem ser claras com argumentos justificativos adequados.

Conhecimento das fontes

Devem identificar obras publicadas relevantes e que não tenham sido citadas. E devem, também, chamar a atenção da equipa editorial para qualquer semelhança substancial ou sobreposição entre o manuscrito em questão e quaisquer outras informações ou publicações sobre as quais tenham conhecimento pessoal.

Conflito de interesses

Informações privilegiadas ou ideias obtidas através da avaliação por pares devem ser mantidas confidenciais e não usadas para vantagem pessoal. Quem avalia não deve aceitar participar quando existem conflitos de interesse resultantes da concorrência, colaboração, ou outros relacionamentos ou ligações com as/os autoras/es, empresas ou instituições ligadas à submissão.

RESPONSABILIDADES DO/A AUTOR/A*Autoria do manuscrito*

A autoria diz respeito a quem fez contribuições significativas para o estudo. Todas as pessoas que contribuíram significativamente devem ser listadas como co-autoras. Outras que tenham participado em certos aspetos substantivos do projeto de pesquisa devem ser listadas nos agradecimentos ou contributos. Cada autora e/ou autor deve garantir que toda a co-autoria devida está incluída no manuscrito, e que viu e aprovou a versão final do documento e concordou com a sua apresentação para publicação.

Padrões de apresentação

Os resultados de pesquisas originais devem ser acompanhados da apresentação clara e precisa do trabalho realizado, bem como de uma análise objetiva do seu significado. Um documento deve conter detalhes e referências suficientes para permitir que outras pessoas possam replicar o trabalho. Declarações fraudulentas ou intencionalmente imprecisas são inaceitáveis. As regras da revista devem ser escrupulosamente observadas.

Originalidade e plágio

Cada autora e cada autor deve garantir que escreveu obras inteiramente originais, devendo o trabalho e/ou as palavras de outras autoras e autores ser objeto da devida citação ou referência.

Declarações e conflito de interesses

Cada autora e cada autor deve divulgar no manuscrito qualquer contradição significativa financeira ou outra de interesse que possa ser interpretada no sentido de influenciar os resultados ou a sua interpretação no manuscrito. Todas as fontes de apoio financeiro para o projeto devem ser divulgadas.

Publicação múltipla, redundante ou concorrente

É considerado um comportamento não ético de publicação descrever a mesma pesquisa em vários artigos e submeter o mesmo artigo a mais de uma revista.

Erros fundamentais em obras publicadas

Quando um/a autor/a descobre um erro significativo ou imprecisão no manuscrito submetido, deve notificar imediatamente a equipa editorial.

Remoção

Os artigos publicados serão removidos se avaliadoras/es, leitoras/es, bibliotecárias/os, equipa editorial ou outras entidades detetarem erros significativos ou plágio. Antes de retirar um artigo, o conselho editorial contactará de imediato as/os respetivas/os autoras/es, estabelecendo um prazo suficiente para obter as explicações devidas. Se for decidido que o artigo deve ser retirado então ele deve sair de imediato das bases de dados em linha onde esteja, incluindo o website da APEM, e na versão impressa deve ser referida a sua retirada no número seguinte de forma visível.

RESPONSABILIDADES DA EMPRESA EDITORA*Autonomia editorial*

A Empresa Editora garante a autonomia de decisões editoriais, sem influência de anunciantes ou de outros parceiros comerciais.

Propriedade intelectual e direitos autorais

A Empresa Editora protege a propriedade intelectual e direitos de autoria, o material impresso, autoras/es e parceiros de publicação promovendo e mantendo o registo de cada versão publicada. Defende a transparência de cada artigo publicado no que diz respeito a: conflitos de interesse, de publicação e de financiamento da investigação, de publicação e de ética em investigação, má conduta de publicação e investigação, confidencialidade, autoria, correções do artigo, esclarecimentos, e publicação atempada de conteúdo.

Má conduta científica

Em casos de alegada ou provada má conduta científica, publicação fraudulenta, a entidade responsável pela publicação em estreita colaboração com a equipa editorial, tomará todas as medidas adequadas para esclarecer a situação e para alterar o artigo em questão. Isso inclui a publicação rápida de um comunicado, correção ou errata ou, nos casos mais graves, a retração da obra afetada.

CONSELHO CIENTÍFICO/SCIENTIFIC BOARD

- Louise ACKERS (U. Salford, UK)
 Tindara ADDABBO (U. Modena e Reggio Emilia, ITA)
 Teresa ALVAREZ (U. Aberta, PRT)
 Lígia AMÂNCIO (ISCTE – IUL, PRT)
 Ana Luísa AMARAL (U. Porto, PRT)
 Helena Costa ARAÚJO (U. Porto, PRT)
 Madeleine ARNOT (U. Cambridge, UK)
 Adriana BEBIANO (U. Coimbra, PRT)
 Chiara BERTONE (Inst. Piemonte Orientale ‘Amedeo Avogadro’, ITA)
 Josefina BIRULES BERTRAN (U. Autònoma Barcelona, ESP)
 Gisela BOCK (Freie Universität Berlin, DEU)
 Carolyn BYERLY (Howard U., USA)
 Erica BURMAN (U. Manchester, UK)
 Rosa CABECINHAS (U. Minho, PRT)
 Pat CARLEN (U. Leicester, UK)
 Nuno CARNEIRO (U. Porto/U. Complutense Madrid, ESP)
 Sara Falcão CASACA (U. Lisboa, PRT)
 Fernando CASCAIS (U. Nova Lisboa, PRT)
 Richard CLEMINSON (U. Leeds, UK)
 Zowie DAVY (U. Lincoln, UK)
 Jonathan DEAN (U. Leeds, UK)
 Maria Angeles DURAN (Higher Council for Scientific Research, ESP)
 Antonia FERNANDEZ VALENCIA (U. Complutense Madrid, ESP)
 Juana GALLEGO (U. Autònoma Barcelona, ESP)
 Silvana Vilodre GOELLNER (U. Federal do Rio Grande do Sul, BRA)
 Jack HALBERSTAM (U. Southern California, USA)
 Jeff HEARN (U. Örebro, SWE)
 Tone HELLESUND (U. Bergen, NOR)
 Fernanda HENRIQUES (U. Évora, PRT)
 María Jesús IZQUIERDO (U. Autònoma Barcelona, ESP)
 Elisa JATO (U. Santiago Compostela, ESP)
 Celia JENKINS (U. Westminster, UK)
 Jane JENSON (U. Montreal, CAN)
 Teresa JOAQUIM (U. Aberta, PRT)
 Maria KARAMESSINI (Panteion U. Social and Political Sciences, GRC)
 Maria José MAGALHÃES (U. Porto, PRT)
 Barbara MERRILL (U. Warwick, UK)
 Sofia NEVES (Instituto Universitário da Maia, PRT)
 Áine Ní LÉIME (National U. Ireland, IRL)
 Conceição NOGUEIRA (U. Porto, PRT)
 Karen OFFEN (U. Stanford, USA)
 João Manuel de OLIVEIRA (Inst. Universitário de Lisboa, PRT)
 Joanna OSTROUCH-KAMIŃSKA (U. Warmińsko-Mazurski Olsztynie, POL)
 Heloísa PERISTA (Centro Estudos para Intervenção Social, PRT)
 Teresa PINTO (U. Aberta, PRT)
 Vânia C. PINTO (Universidade de Brasília, BRA)
 Adriana PISCITELLI (U. Estadual Campinas, BRA)
 Lucas PLATERO (U. Rey Juan Carlos, ESP)
 Sílvia PORTUGAL (U. Coimbra, PRT),
 Marco Aurélio PRADO (U. Federal Minas Gerais, BRA)
 Alicia PULEO (U. Valladolid, ESP)
 Rebecca ROGERS (U. Paris-Descartes, FRA)
 Karen ROSS (U. Northumbria, UK),
 Jill RUBERY (U. Manchester, UK)
 Ana Cristina SANTOS (U. Coimbra, PRT)
 Gina dos SANTOS (U. Minho, PRT)
 Joan W. SCOTT (Institute for Advanced Study – Princeton, USA)
 Lynne SEGAL (U. London, UK)
 Paula SILVA (U. Porto, PRT)
 Teresa TAVARES (U. Coimbra, PRT)
 Filomena TEIXEIRA (Inst. Politécnicco Coimbra, PRT)
 Teresa TOLDY (U. Fernando Pessoa, PRT)
 Juracy TONELI (U. Federal Santa Catarina, BRA)
 Anália TORRES (U. Técnica Lisboa, PRT)
 Miguel VALE DE ALMEIDA (ISCTE – IUL, PRT)
 Paola VILLA (U. Trento, ITA)
 Karin WALL (U. Lisboa, PRT)
 Claire WALLACE (U. Aberdeen, UK)
 Michelle ZANCARINI-FOURNEL (U. Lyon-1, FRA)

PROPOSTA DE ASSINATURA

Se deseja assinar a **ex æquo** recorte este talão e envie-o, devidamente preenchido,
para edições Afrontamento,
Rua de Santa Catarina, 895, 2.º Dto. – 4000-455 Porto

✂ -----

Assino a revista **ex æquo**
(n.º 41, 42)

Continente	35 €	<input type="checkbox"/>
Regiões autónomas	40 €	<input type="checkbox"/>
Europa	55 €	<input type="checkbox"/>
Extra-Europa	60 €	<input type="checkbox"/>

[Estes preços incluem IVA à taxa de 5% e portes]

Pagamento

Junto envio o cheque n.º _____ à ordem de
Edições Afrontamento, no valor de _____
Número de identificação fiscal _____
Assinatura _____

Nome: _____

Morada: _____

Tel: _____ Fax: _____

E-mail _____

Visite o sítio na internet das Edições Afrontamento em www.edicoesafrontamento.pt



DOSSIER: DISCURSO DE ÓDIO MISÓGINO: REPRESENTAÇÕES, IMPACTOS E INTERVENÇÕES.

Coordenação de Rita Basílio de Simões, Inês Amaral e Sonia Núñez Puente

INTRODUÇÃO – DISCURSO DE ÓDIO MISÓGINO: REPRESENTAÇÕES, IMPACTOS E INTERVENÇÕES. Rita Basílio de Simões, Inês Amaral e Sonia Núñez Puente

BUSCA, BUSCA, PERRITA: COMUNIDADES DIGITAIS MISÓGINAS DE DIFUSIÓN DE IMÁGENES SEXUALES SIN CONSENTIMIENTO. Jacinto G. Lorca y Elisa García-Mingo

EL BULO DEL 'CONTRATO SEXUAL' DEL MINISTERIO DE IGUALDAD ESPAÑOL EN TIKTOK: UN ANÁLISIS DE CASO DE POSVERDAD ANTIFEMINISTA EN REDES SOCIALES. Ignacio Moreno Segarra y Asunción Bernárdez Rodal

HOW AI BOTS HAVE REINFORCED GENDER BIAS IN HATE SPEECH. Daniele Battista & Jessica Camargo Molano

SON LOS JÓVENES LA RAÍZ DEL AUGE DE LA MISOGINIA EN ESPAÑA? SESGOS Y PROBLEMAS EN LA COBERTURA MEDIÁTICA DE LA MANOSFERA Y EL ANTIFEMINISMO ESPAÑOL. Lionel S. Delgado

MODOS DE HABITAR LA RABIA CONTRA LA MISOGINIA EN VIS A VIS (2015-2020). Emma Gómez Nicolau, Rebeca Maseda García y María José Gámez Fuentes

LA BASE IDEOLÓGICO-SOCIAL DE LOS DISCURSOS DEL ODIO MISÓGINO: UNA LECTURA CUANTITATIVA DE LOS HOMBRES VALENCIANOS. Joan Sanfèlix Albelda y Anastasia Téllez Infantes

GENDER-BASED DISINFORMATION: A SCOPING REVIEW OF THE LITERATURE, 2013-2023. Juliana Alcantara e Juliana Valentim

ESTUDOS E ENSAIOS

LA AMISTAD MASCULINA Y LA FRATRÍA. UNA MIRADA HISTÓRICA AL ORIGEN DE LA MODERNIDAD. Fernando Herranz Velázquez

CRIATIVIDADE E DIFERENÇAS DE GÉNERO NA UNIVERSIDADE: UMA INVESTIGAÇÃO EXPLORATÓRIA COM ESTUDANTES PORTUGUESES/AS. Marina Porto, Maria de Fátima Morais e Jessica Cabrera Cuevas

MMA AND CULTURAL INDUSTRY: A LOOK AT THE TRAJECTORY AND TRAINING OF FEMALE FIGHTERS. Grasiela Oliveira Santana da Silva, Angelita Alice Jaeger & Paula Silva

RECENSÕES

DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO, ORGANIZADO POR MÁRCIA SANTANA TAVARES E ÂNGELA MARIA FREIRE DE LIMA E SOUZA. SALVADOR: EDUFBA, 2022. Flávia Nogueira Gomes

DEL UXORICIDIO AL FEMINICIDIO. RESEÑA DE EL RETRATO DE CASADA, DE MAGGIE O'FARRELL. TRADUCCIÓN DE CONCHA CARDEÑOSO. MADRID: LIBROS DEL ASTEROIDE, 2023. Mercedes Alcañiz

ASSÉDIO: APROXIMAÇÕES SOCIOJURÍDICAS À SEXUALIDADE, DE ANA OLIVEIRA. LISBOA: IMPRENSA DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA, 2022. Teresa Joaquim

15€

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

ISSN 0874-5560



9 770874 556002